

APARECIDA NEGRI ISQUERDO
Organizadora



TOPONÍMIA

ATEMS: caminhos metodológicos

Volume 1

 editora
UFMS

• Série **Toponímia** •

APARECIDA NEGRI ISQUERDO
Organizadora



TOPONÍMIA
ATEMS: caminhos metodológicos

Volume 1



Reitor
Marcelo Augusto Santos Turine

Vice-Reitora
Camila Celeste Brandão Ferreira Ítavo

Obra aprovada pelo
CONSELHO EDITORIAL DA UFMS
Deliberação nº 03, DE 01 DE ABRIL DE 2019

Conselho Editorial

Rose Mara Pinheiro (presidente)
Além-Mar Bernardes Gonçalves
Alessandra Borgo
Ana Rita Coimbra Motta de Castro
Antonio Conceição Paranhos Filho
Antonio Hilario Aguilera Urquiza
Cibelle Renata Caimar Olarte
Elisângela de Souza Loureiro
Geraldo Alves Damasceno Junior
Marcelo Fernandes Pereira
Nalvo Franco de Almeida Jr.
Ronaldo Chadid
Rosana Cristina Zanelatto Santos
Ruy Caetano Correa Filho
Vladimir Oliveira da Silveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Divisão da Editora UFMS, Campo Grande, MS, Brasil)

Toponímia ATEMS: caminhos metodológicos, v.1 /organizadora: Aparecida Negri Isquierdo – Campo Grande, MS : Ed. UFMS, 2019.
302 p. : il. (Série Toponímia)

Inclui bibliografias.
Formato: digital
ISBN 978-85-7613-585-2

1. Toponímia. 2. Língua Portuguesa – Palavras e Expressões. 3. Nomes Geográficos – Mato Grosso do Sul. I. Isquierdo, Aparecida Negri. .II. Série.

CDD (23) 469.798

• Série **Toponímia** •

APARECIDA NEGRI ISQUERDO
Organizadora



TOPONÍMIA

ATEMS: caminhos metodológicos

Volume 1

Campo Grande/MS
2019

 **editora**
UFMS

© dos autores
1ª edição: 2019

Direitos reservados desta edição:
Editora UFMS

Projeto Gráfico, Editoração Eletrônica
Lennon Godoi

Ilustração da Capa
Giselda Tedesco

Revisão
*A revisão linguística e ortográfica
é de responsabilidade da organizadora*

Direitos exclusivos
para esta edição



Divisão da Editora UFMS - DIEDU/AGECOM/UFMS
Av. Costa e Silva, s/nº | Bairro Universitário | 79070-900
Fone: (67) 3345-7203 - Campo Grande - MS
e-mail: diedu.agecom@ufms.br

Editora associada à



ISBN: 978-85-7613-585-2
Versão digital: setembro de 2019



Este livro está sob a licença Creative Commons, que segue o princípio do acesso público à informação. O livro pode ser compartilhado desde que atribuídos os devidos créditos de autoria. Não é permitida nenhuma forma de alteração ou a sua utilização para fins comerciais. br.creativecommons.org

À Prof^a. Dr^a. *Maria Vicentina de Amaral Dick*, em reconhecimento pelas suas contribuições teóricas para os estudos sobre a Toponímia, em especial pela assessoria científica prestada ao Projeto ATEMS, pelas experiências partilhadas e confiança transmitida.



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO _____	9
TOPÔNIMOS DE ACIDENTES FÍSICOS DO PANTANAL SUL-MATO-GROSSENSE: DESCRIÇÃO E ANÁLISE _____	21
Marlene Schneider	
O DESVENDAR DA TOPONÍMIA DO BOLSÃO SUL-MATO-GROSSENSE _____	45
Ana Paula Tribesse Patrício Dargel	
TENDÊNCIAS TOPONÍMICAS NA REGIÃO SUL DE MATO GROSSO DO SUL _____	75
Marilze Tavares	
A TOPONÍMIA DA REGIÃO CENTRO-NORTE DE MATO GROSSO DO SUL _____	111
Marineide Cassuci Tavares	
TOPONÍMIA E HISTÓRIA: POSSÍVEIS ENTRELAÇAMENTOS _____	149
Carla Regina de Souza Figueiredo	
DICIONARIZAÇÃO DE TOPÔNIMOS: A CONSTITUIÇÃO DO VERBETE _____	175
Ana Claudia Castiglioni	

<i>CONTINUUM</i> TOPONÍMICO NA FRONTEIRA ENTRE MATO GROSSO DO SUL, GOIÁS E MINAS GERAIS: UM ESTUDO _____	205
Renato Rodrigues Pereira	
GLOSSÁRIO DE FITOTOPÔNIMOS SUL-MATO-GROSSEENSES: QUESTÕES DE MACRO E DE MICROESTRUTURA _____	233
Suely Aparecida Cazarotto	
PADRÕES DE MOTIVAÇÃO NA TOPONÍMIA URBANA: O CASO DA REGIÃO CENTRAL DE CAMPO GRANDE/MS _____	267
Leticia Alves Correa de Oliveira	
OS AUTORES _____	299



APRESENTAÇÃO

A toponímia de um espaço geográfico evidencia o *modus vivendi* do grupo humano de uma região, pois o denominador, ao atribuir um nome a um córrego, uma cachoeira, uma montanha, por exemplo, pensando-se em elementos de natureza física, ou a uma fazenda, uma chácara, uma cidade, um povoado, um bairro, uma rua, no caso de elementos humanos, transfere para o nome do lugar, o topônimo, as suas impressões pessoais, seus valores, suas crenças, suas expectativas, enfim, a cosmovisão que lhe é própria. Para tanto, concorrem muitos fatores de ordem social, histórica, econômica, cultural, ideológica, o que leva Dick (1990, p. 35)¹ a conceber a Toponímia como “um complexo *língua-cultural*, em que os dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e, não, exclusivamente”, ou seja, a pesquisa toponímica de um espaço geográfico revela informações diversas além das de cunho linguístico.

Há que se considerar, todavia, que o topônimo é, em sua essência, um signo linguístico, pois, antes de cumprir sua função toponímica, integra o léxico da língua e, como tal, carrega em si todas as características linguísticas e extralinguísticas a que o léxico está sujeito. Nesse processo, um signo linguístico do voca-

¹ DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

bulário comum pode passar à categoria de nome próprio; nomes de pessoas ou de entidades religiosas podem também figurar entre topônimos que nomeiam acidentes físicos ou humanos e, conseqüentemente, assumirem na língua a função de nome próprio de lugar: Córrego *Lambari*, Córrego *Água Limpa*, Córrego *Buriti*, Córrego *Gameleira*; Córrego *João Dias*, Fazenda *Alice*; Fazenda *Tupã*, Bairro *Allah*, Córrego *São João*, Fazenda *Nossa Senhora de Fátima*.

Na verdade, na origem da grande maioria dos nomes de lugares há um item lexical do vocabulário comum que perpetua as características do léxico da(s) língua(s) falada(s) no espaço geográfico na época em que o denominador selecionou o topônimo. Isso explica o fato de a toponímia registrar as camadas étnicas da população e, conseqüentemente, imortalizar formas do vocabulário das línguas dos falantes das etnias que estão na gênese da formação da população, razão pela qual a toponímia pode também perenizar étimos de línguas não mais faladas na área geográfica em que o topônimo se inscreve e, conseqüentemente, funcionam como um *fóssil linguístico*, termo tomado por Dick (1992, p. 20) “ao geógrafo francês Jean Brunet, que o considerava como um ‘fóssil da geografia humana’” (DICK, 1992, p. 20). Trata-se, segundo a autora, de uma das “características mais significativas do topônimo” que está sujeito às mesmas regras que regem o sistema linguístico da(s) língua(s) que subjazem à toponímia de uma região, o que justifica o princípio metodológico de, no estudo dos nomes de lugares, o ponto de partida de exame ser sempre o nível lexical, embora condicionantes históricos, fatores culturais, especificidades da geografia, da geomorfologia, da hidrografia da região, por exemplo, configurarem-se como elementos norteadores para a recuperação da motivação implícita em cada nome de lugar:

[...] através das camadas onomásticas, revelam-se, numa perspectiva globalizante, as feições características do local, sejam as de ordem física quanto sócio-culturais. De tal modo esses aspectos se corporificam nos topônimos

que se pode mesmo, muitas vezes, estabelecer a correlação entre “nome” dos acidentes e o “ambiente” em que ele se acha inscrito (DICK, 1992, p. 35)².

A Toponímia, estudo dos nomes próprios de lugares, e a Antroponímia, estudo dos nomes próprios de pessoas, tradicionalmente vinculam-se a uma área de investigação mais ampla, a Onomástica, que se ocupa do estudo linguístico dos nomes próprios em geral. “Toponímia e Onomástica acham-se, assim, em uma verdadeira “relação de inclusão”, em que aquela será sempre, desta, uma parte de dimensões variáveis” (DICK, 1992, p. 16).

Configura-se, pois, a Toponímia como um campo de investigação de natureza linguística, mas com uma acentuada marca interdisciplinar. Atribuir nome aos lugares é uma prática antiga, pois o homem, para se situar no espaço, precisa nomeá-lo. Assim, pode-se entender o ato da nomeação de um lugar como uma forma de apropriação do espaço, uma vez que, ao conferir um nome a um acidente físico (rio, córrego, monte...) ou a um aglomerado humano (povoado, cidade, rua, bairro), o denominador imprime uma marca identificadora sobre o referente nomeado, pois “é ele quem traz, para os designativos geográficos, a verdadeira psicologia popular, paralelamente ao agir oficial ou sistemático, enfocando, quantas vezes o que de mais significativo oferece a região” (DICK, 1992, p. ii).

Na história da humanidade, há um fato que não pode ser contestado: o de que cada povo tem a sua própria cultura, as suas tradições e os seus hábitos. Essa cultura manifesta-se por meio da língua utilizada pelas pessoas que compõem uma comunidade linguística, o que pode ser percebido, sobretudo, no âmbito do léxico. Quando se investigam aspectos culturais e sociais de um povo, também se estuda a sua língua, pois cultura, sociedade e língua são indissociáveis. Considerando-se essa perspectiva,

² DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *Toponímia e Antroponímia no Brasil*. Coletânea de Estudos. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas/FFLCH/USP, 1992.

concebe-se a língua como elemento integrante e primordial para a transmissão da cultura e para a perpetuação da vida humana em sociedade.

Além disso, o léxico pode revelar o *ambiente* físico e social no qual os falantes de uma língua natural estão inseridos, o que também se aplica à toponímia e justifica considerar que o estudo dos topônimos de uma área geográfica representa naturalmente um resgate de características ambientais perpetuadas nos nomes de lugares. No Estado de Mato Grosso do Sul essa realidade não foi diferente.

Embora o convite para a realização de um atlas toponímico no Mato Grosso do Sul tenha sido formulado a esta pesquisadora por Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, eminente toponomista brasileira, em 1993, durante o X Congresso Internacional da ALFAL (Associação de Linguística e Filologia da América Latina), na cidade de Vera Cruz (México), em razão de outros compromissos acadêmicos em curso, os estudos toponímicos em território sul-mato-grossense só começaram a se concretizar no início do século XX como pesquisas acadêmicas em nível de pós-graduação nos programas de pós-graduação da UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul) – Programa de Mestrado em Letras/*Campus* de Três Lagoas e Programa de Mestrado em Estudos de Linguagens/Campo Grande, sob sua orientação.

O trabalho pioneiro na área surgiu no Programa de Mestrado em Letras da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *Campus* de Três Lagoas, em 2002, com a dissertação de Mestrado de Schneider, em 2002, *Um olhar sobre a toponímia do Pantanal Sul-mato-grossense: a toponímia de acidentes físicos*. Um ano depois, em 2003, Dargel apresenta os resultados de sua pesquisa realizada no outro extremo do Estado, intitulado *Entre Buritis e Veredas: o desvendar da toponímia do Bolsão Sul-mato-grossense*.

Concluídos esses dois trabalhos, surge a proposta de integrá-los a um Projeto único, cuja intenção primeira seria investigar todo o sistema de nomeação de acidentes geográficos do

Estado e, futuramente, apresentar os resultados em cartas toponímicas que constituiriam o ATEMS (Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso do Sul). Dessa forma, tendo em vista o futuro projeto do atlas, as dissertações/pesquisas seguintes que investigariam a toponímia de outras microrregiões do Estado deveriam seguir os mesmos procedimentos teórico-metodológicos no que diz respeito às fontes primárias dos dados e ao modelo taxionômico adotado para a análise dos dados em termos de motivação (DICK, 1990; 1992), de maneira a garantir homogeneidade metodológica e permitir a comparabilidade posterior dos vários *corpora*. O enfoque particular adotado para a análise dos topônimos era definido pelos pesquisadores, em função dos objetivos da pesquisa e da natureza dos dados.

Seguindo-se, pois, essa diretriz, em 2004, outras duas dissertações foram defendidas, quais sejam: *Um estudo da toponímia da porção sudoeste de Mato Grosso do Sul: acidentes físicos e humanos*, de Gonsalves, e *A toponímia sul-mato-grossense: um caminhar pelas microrregiões de Dourados, de Iguatemi e de Nova Andradina*, de Tavares. O estudo da toponímia da região Centro-Norte do Estado, realizado por Tavares (2005), que resultou na dissertação intitulada *Estudo toponímico da região centro-norte de Mato Grosso do Sul: o desvendar de uma história*, completou a documentação da toponímia de acidentes físicos dos então 78 municípios sul-mato-grossenses.

A exemplo das pesquisas anteriores, em 2006, percebendo a possibilidade de outro recorte para o estudo da toponímia, Souza defende a sua dissertação *Toponímia e entrelaçamentos históricos na rota da Retirada da Laguna*, que se centrou no estudo dos topônimos rurais e urbanos de Bela Vista, de Jardim, de Guia Lopes da Laguna e de Nioaque, municípios sul-mato-grossenses que tiveram a sua história marcada pela Guerra do Paraguai. A coleta de dados foi realizada por meio de consulta ao mapa original da *Retirada da Laguna* (1872) e na sua adaptação organizada por Figueiró e Mattos (2003); aos relatos de Taunay registrados na obra *Retirada da Laguna* (1872) e às folhas cartográficas do IBGE (2002), de escala 1:100.000.

Desse modo, somados os variados *corpora*, um total de 5.610 topônimos inventariados, classificados e analisados já estavam prontos para a alimentação do Sistema de Dados do ATEMS, exceto parte do *corpus* de Souza (2006), toponímia de acidentes humanos rurais (nomes de fazendas) e urbanos (nomes das ruas das cidades de Jardim, Guia Lopes da Laguna e Nioaque), haja vista que o ATEMS, até então, estava priorizando a pesquisa da toponímia rural, contemplando, da urbana, apenas nomes de cidades, povoados, vilas, etc... Assim, descontados esses dados, foram para o Sistema de Dados do ATEMS cerca de 4.000 topônimos oriundos dessa primeira etapa do Projeto.

Além dessas pesquisas acadêmicas, ainda nessa sua segunda fase, o Projeto ATEMS continuou aglutinando pesquisas pontuais sobre a toponímia sul-mato-grossense, agora dissertações produzidas no Programa de Mestrado em *Estudos de Linguagens*, do Centro de Ciências Humanas e Sociais/UFMS/Campo Grande: *Glossário de topônimos do Bolsão Sul-mato-grossense*, de Castiglioni, 2008; *A toponímia de Goiás: em busca da descrição de nomes de lugares de municípios do sul goiano*, de Pereira, 2009³; e *Glossário de fitotopônimos sul-mato-grossenses*, de Cazarotto, 2010. Ainda nesse mesmo Programa, deu-se início ao estudo da toponímia urbana de Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul, com a dissertação de Oliveira (2014), *Toponímia urbana da região central de Campo Grande/MS: um olhar socioetnolinguístico*⁴.

Desta forma, o Projeto ATEMS, que tinha como objetivo mais amplo elaborar o Atlas Toponímico do Estado do Mato Grosso do Sul/ATEMS, contribuindo, assim, para o conhecimen-

³ Embora o foco principal tenha sido a toponímia de Goiás, a pesquisa foi orientada pela metodologia do ATEMS e um dos objetivos do trabalho foi um estudo comparativo entre a toponímia do sul goiano e a do leste de Mato Grosso do Sul e do Triângulo Mineiro com vistas a buscar a presença de um *continuum* toponímico nessa área de fronteira.

⁴ Em termos de estudos da toponímia urbana foi considerado o quadro das pesquisas concluídas até o momento do fechamento desta publicação. Informações sobre as pesquisas subsequentes podem ser obtidas por meio de consulta ao site do Projeto ATEMS: www.atems.ufms.br

to da toponímia sul-mato-grossense e sua relação com a história social de Mato Grosso do Sul e com as características ambientais que singularizam o Estado, originalmente, teve como propósito reunir os topônimos dos acidentes físicos e humanos do Estado de Mato Grosso do Sul, com base na catalogação de dados já realizada pelas pesquisas acadêmicas produzidas entre 2001 e 2006 e em consulta a mapas do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) atualizados (2010), além de realizar o estudo desses topônimos com vistas à produção do atlas cuja primeira versão foi concluída em 2011. O Projeto ATEMS, na sua segunda etapa, desenvolveu-se no formato de um projeto coletivo e interinstitucional com sede na UFMS⁵.

Considerando-se que as pesquisas toponímicas procuram classificar, descrever e explicar os topônimos, o Projeto ATEMS, originalmente uma variante regional do Projeto Atlas Toponímico do Brasil, de quem herdou os fundamentos teórico-metodológicos básicos, pode ser considerado um estudo de caso, pois a Toponímia trabalha com o que está mais próximo e tenta recuperar a visão etnolinguística do grupo que pensou o nome. Assim, entende-se que o trabalho do toponimista seja o de investigar o nome de lugar e sua relação com a terra e o homem, priorizando o antecedente e não a consequência. Desse modo, um estudo toponímico segue um percurso indutivo > dedutivo e, portanto, utiliza o método semasiológico porque toma como ponto de partida o nome do acidente, o topônimo, para descobrir os condicionantes que o envolvem.

Na verdade, na situação específica das pesquisas toponímicas no Estado de Mato Grosso do Sul, a primeira etapa do projeto foi destinada a reflexões teóricas e definição de uma metodolo-

⁵ Além da UFMS, na segunda etapa, o Projeto ATEMS reuniu pesquisadores da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), além de estudiosos vinculados às redes estadual e municipal de ensino. Os pesquisadores e alunos vinculados ao projeto estão cadastrados no Diretório de Pesquisa do CNPq *Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso do Sul - Projeto ATEMS*.

gia que viria a sedimentar a produção do atlas levada a cabo na segunda etapa do projeto. Adotando os parâmetros teórico-metodológicos de Dick, fundamentalmente as suas obras de 1990 e 1992 já referenciadas, a equipe foi aplicando o modelo e procurando adequá-lo à realidade toponímica do Estado que, como apontarão os artigos que compõem esta publicação, apresenta cenários particularizantes a depender da região geográfica com suas especificidades étnicas, sociais, históricas e geográficas. Nesse sentido, compartilha com Dick (1992, p. ii) a premissa de que a Toponímia, área de investigação linguística com objeto de estudo delimitado, o *topônimo*, “em suas várias modalidades semânticas, de modo a poder se traduzir, através delas, verdadeiras áreas nomenclaturais e, por conseguinte, os principais motivos que ordenam essa nomenclatura”. Tem, portanto, método de trabalho próprio, ou seja, “o da investigação científica, genericamente considerado”.

Esta coletânea, associada à série TOPONÍMIA, publicada pela editora da UFMS, surge com o propósito mais amplo de disseminar os resultados já produzidos pelo Projeto ATEMS na primeira década do seu desenvolvimento. Nos seus dois primeiros volumes reúne estudos sobre as pesquisas iniciais e trabalhos que discutem os primeiros resultados do ATEMS⁶, além de representar um tributo e uma homenagem à Profa. Dra. Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick pelo que ela representa no cenário da Linguística brasileira, em especial para os estudos onomástico-toponímicos, e uma manifestação de agradecimento dos pesquisadores do ATEMS pelas orientações recebidas dessa ilustre pesquisadora ao longo do caminhar do projeto, seja na condição de Consultora Científica (2008-2011), seja como membro das bancas examinadoras da grande maioria de dissertações sobre toponímia produzidas no âmbito dos programas de pós-

⁶ A série TOPONÍMIA destina-se, nos seus primeiros volumes, à disseminação de resultados do Projeto ATEMS, mas não se descarta o propósito de nos seus números subsequentes abrigar resultados de pesquisas de outros projetos de atlas toponímicos.

-graduação da UFMS (2002-2010), cujos autores integram a atual equipe de pesquisa do Projeto ATEMS.

Este primeiro volume – *TOPONÍMIA: ATEMS: caminhos metodológicos*⁷ –, por meio dos nove artigos apresentados, descreve as várias etapas da construção da metodologia adotada pelo Projeto ATEMS à medida que os trabalhos discutem os resultados obtidos pelas pesquisas produzidas como dissertações de Mestrado, na ordem cronológica em que foram produzidas.

O primeiro capítulo, *Topônimos de acidentes físicos do Pantanal Sul-mato-grossense: descrição e análise*, de Marlene Schneider, discute resultados da pesquisa que estudou os nomes atribuídos aos elementos físicos do Pantanal Sul-mato-grossenses. Além de identificar, catalogar, classificar e ordenar os topônimos dessa área geográfica, recuperou aspectos históricos e sociais relacionados à região pesquisada, buscando resgatar aspectos da memória coletiva por meio do estudo da toponímia, sobretudo no que se refere à motivação. A autora tomou como pressuposto o princípio de que, em virtude da riqueza do ambiente físico (fauna, flora, correntes hídricas) e das particularidades socioculturais, históricas, ideológicas, geográficas, a toponímia do Pantanal refletiria essa realidade ambiental.

O capítulo dois, de autoria de Ana Paula Tribesse Patrício Dargel, *O desvendar da toponímia do Bolsão Sul-mato-grossense*, apresenta uma reflexão a respeito do léxico da língua a partir de análises realizadas de um recorte toponímico regional, defendendo que o estudo do ato designativo, nas suas mais diversificadas nuances, favorece um resgate social, histórico, cultural e linguístico do local pesquisado e do homem desse espaço. A autora destaca que o conhecimento a respeito da ri-

⁷ O segundo volume da coleção, intitulado *TOPONÍMIA: Tendências toponímicas no estado de Mato Grosso do Sul*, está voltado para a apresentação dos resultados do Projeto ATEMS (2008-2011), operacionalizado como projeto coletivo e interinstitucional de pesquisa, com apoio financeiro da FUNDECT – Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul.

queza linguística que envolve o processo designativo foi o fator motivador da realização da pesquisa toponímica, além de apresentar uma primeira proposta de cartografia de topônimos de Estado de Mato Grosso do Sul com dados a respeito do Bolsão Sul-mato-grossense.

Por seu turno, o capítulo três, produzido por Marilze Tavares, *Tendências de nomeação toponímica na região sul de Mato Grosso do Sul*, discute um recorte dos resultados da sua pesquisa acerca da toponímia das microrregiões de Dourados, de Iguatemi e de Nova Andradina, localizadas no Cone Sul do Estado de Mato Grosso do Sul e tem como enfoque principal o processo de nomeação de acidentes físicos e humanos, focalizando o signo linguístico em função toponímica, a despeito do seu caráter etnológico, por considerar que a cultura, o modo de vida, a história, os aspectos geográficos interferem decisivamente no uso que os falantes fazem da língua no ato de nomear um elemento da realidade.

Na sequência, o capítulo quatro, *A toponímia da região Centro-Norte de Mato Grosso do Sul*, de autoria de Marineide Cassuci Tavares, apresenta resultados do seu estudo orientado pela hipótese de que as particularidades socioculturais, históricas, ideológicas e geográficas estariam refletidas no processo de nomeação dos acidentes físicos e humanos das microrregiões de Campo Grande e do Alto Taquari e que, ao estudar o nome, perceber-se-ia nele o reflexo do ambiente físico e cultural no qual o nomeador está inserido.

Em *Toponímia e história: possíveis entrelaçamentos*, Carla Regina de Souza Figueiredo, tomando como princípio a interdisciplinaridade inerente à pesquisa toponímica, tomou um acontecimento marcante na história, sobretudo de Mato Grosso do Sul – a Guerra do Paraguai, episódio da Retirada da Laguna –, como fio condutor para a investigação toponímica. Para tanto, parte da narrativa de Visconde de Taunay para traçar os parâmetros da pesquisa.

Já Ana Claudia Castiglioni, no seu texto *Dicionarização de topônimos: a constituição do verbete* (capítulo seis), com base em

princípios da Lexicografia, em especial os relativos à tipologia e à organização de dicionários; na análise da macroestrutura e da microestrutura de dicionários de topônimos e também nos dados da ficha lexicográfico-toponímica (DICK, 2004) apresenta um modelo de microestrutura de verbete para um dicionário de topônimos do *Bolsão Sul-mato-grossense*.

No capítulo sete, *Continuum toponímico na fronteira entre Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas Gerais: um estudo*, Renato Rodrigues Pereira, pautando-se em interfaces entre fundamentos teórico-metodológicos da Toponímia, da Dialetoleologia e da Geolinguística, em sua pesquisa sobre a toponímia da microrregião de Quirinópolis/GO, para além de inventariar os topônimos a partir de mapas oficiais do IBGE e de analisá-los do ponto de vista linguístico, enquanto signo de língua (estrutura formal, motivação semântica, etimologia...), verificou em que proporção a toponímia ultrapassa as fronteiras geográficas, marcando áreas toponímicas distintas ou semelhantes, enfoque tratado no capítulo que integra esta coletânea.

O capítulo oito, por sua vez, *Glossário de fitotopônimos sul-mato-grossenses: questões de macro e de microestrutura*, de autoria de Suely Aparecida Cazarotto, focaliza resultados obtidos com a dissertação de Mestrado intitulada *Glossário de fitotopônimos sul-mato-grossenses*, discutindo o caráter lexicográfico da proposta e o percurso metodológico adotado com destaque para a amostra dos resultados obtidos.

Por fim, Letícia Alves Correa de Oliveira, no capítulo nove, *Padrões de motivação na toponímia urbana: o caso da região Central de Campo Grande/MS*, retoma e discute resultados da sua pesquisa sobre a *Toponímia urbana da região central de Campo Grande/MS: um olhar socioetnolinguístico* (OLIVEIRA, 2014), o primeiro trabalho de pesquisa com dados da toponímica urbana da capital sul-mato-grossense. A autora pesquisou os nomes oficiais de logradouros da região Central de Campo Grande analisando os topônimos dos pontos de vista motivacional, etnolinguístico, taxionômico, morfológico e histórico, além de buscar identificar

possíveis causas denominativas dos topônimos com base na memória histórica da população de Campo Grande.

O público-alvo deste livro são pesquisadores da área dos estudos lexicais, particularmente os de cunho onomástico-toponímicos, além de estudiosos das áreas de Geografia, História, Antropologia, dentre outras áreas afins à Toponímia, como também estudantes de graduação e de pós-graduação que desenvolvem pesquisas na área. Tem-se também a expectativa de que o conteúdo desta publicação possa servir de fonte para docentes e estudantes da Educação Básica e do Ensino Médio, pois além de resultados de estudos sobre a toponímia sul-mato-grossense, contém informações culturais, históricas, linguísticas, sociais, geográficas sobre o Estado de Mato Grosso do Sul.

Manifesta-se aqui o reconhecimento aos pesquisadores que participam da publicação, não só pela disponibilidade e confiança na proposta, mas também pelo compromisso demonstrado em mais de uma década de pesquisa no âmbito do Projeto ATEMS nas suas diferentes fases. Expressam-se, também, profundos agradecimentos à Editora da UFMS por ter abraçado a causa da publicação da série *TOPONÍMIA*, da qual este livro é o primeiro volume, sem a qual esta proposta não teria se concretizado.

Deseja-se, por fim, que esta publicação cumpra também o seu papel de estimular novos estudos sobre a toponímia das diferentes regiões brasileiras.

Aparecida Negri Isquerdo
Organizadora



TOPÔNIMOS DE ACIDENTES FÍSICOS DO PANTANAL SUL-MATO-GROSSENSE: DESCRIÇÃO E ANÁLISE

Marlene Schneider

INTRODUÇÃO

A língua reflete a realidade física e cultural de uma região e o léxico, concebido aqui como o “saber interiorizado pelos falantes pertencentes a um grupo sócio-linguístico-cultural” (ISQUERDO, 1996, p. 93), é o nível da língua em que essa influência é mais acentuada. O estudo da toponímia, como elemento integrante do léxico, é de suma importância para o conhecimento da realidade social, histórica, econômica, política e geográfica de uma região, uma vez que, por meio do estudo das designações atribuídas aos lugares, podem-se recuperar aspectos subjacentes à realidade nomeada. De acordo com Salazar-Quijada (1985, p.15), a Toponímia é a disciplina que se ocupa do estudo dos nomes de lugares e faz parte da Onomástica.

Neste texto, apresentamos resultados da pesquisa realizada como Dissertação de Mestrado (SCHNEIDER, 2002)¹ que foi

¹ *Um olhar sobre os caminhos do Pantanal Sul-mato-grossense: a toponímia dos acidentes físicos*, dissertação defendida na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Campus de Três Lagoas, em 2002, sob orientação da Profa. Dra.

orientada pelos seguintes objetivos: i) catalogar os topônimos de acidentes físicos do Pantanal Sul-mato-grossense; ii) classificar esses dados de acordo com o modelo taxionômico de Dick (1990); iii) descrever e analisar os topônimos catalogados. Assim, por meio do estudo dos nomes atribuídos aos acidentes físicos procurou-se, além de identificar, catalogar, classificar e ordenar os topônimos dessa área geográfica, recuperar aspectos históricos e sociais relacionados à região pesquisada, buscando resgatar aspectos da memória coletiva por meio do estudo da toponímia, sobretudo no que se refere à motivação. Tomou-se como pressuposto o princípio de que, em virtude da riqueza do ambiente físico (fauna, flora, correntes hídricas) e das particularidades socioculturais, históricas, ideológicas, geográficas, do Pantanal, a toponímia refletiria essa realidade ambiental.

1. TOPONÍMIA E MOTIVAÇÃO

Para o estudo da toponímia, recorre-se a vários ramos do saber, motivo pelo qual se adotou a definição de Dick (1990, p. 36), para quem a Toponímia é “um imenso complexo línguocultural, em que dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e não exclusivamente”.

No que se refere à motivação, é preciso considerar que, no momento da criação de um topônimo, uma série de fatores, em especial o próprio meio ambiente, atuam sobre a linguagem e, conseqüentemente, sobre a forma de uma dada comunidade pensar e se manifestar em termos de atribuição de nomes a elementos da realidade. Nesse particular, Oliveira (1999, p. 109) argumenta que “este contato entre língua e realidade irá determinar a linguagem como reflexo da realidade e, sobretudo, como força geradora da imagem de mundo que o indivíduo possui”, imagem essa que se reflete na natureza do nome atribuído aos

lugares. Assim, é compreensível a importância atribuída aos topônimos, já que é possível, por meio deles, a reconstrução de aspectos da vida de um povo, da sua cultura, dos seus movimentos migratórios, das suas marcas linguísticas, dos aspectos da vida social e espiritual da população.

Os nomes de lugares ganham um caráter diferencial enquanto unidade sgnica, à medida que neles podem ser percebidas peculiaridades distintas das encontradas no signo linguístico concebido por Saussure (1969, p. 81), no que se refere ao seu caráter arbitrário, pois o signo toponímico tende a representar a realidade onde está inserido, tornando-se, assim, motivado no que diz respeito à causa denominativa. Segundo Dick (1990, p. 34), no topônimo

[...] o elemento linguístico comum, revestido, aqui, de função onomástica ou identificadora de lugares, integra um processo relacionante de motivação onde, muitas vezes, se torna possível deduzir conexões hábeis entre o nome propriamente dito e a área por ele designada (DICK, 1990, p. 34).

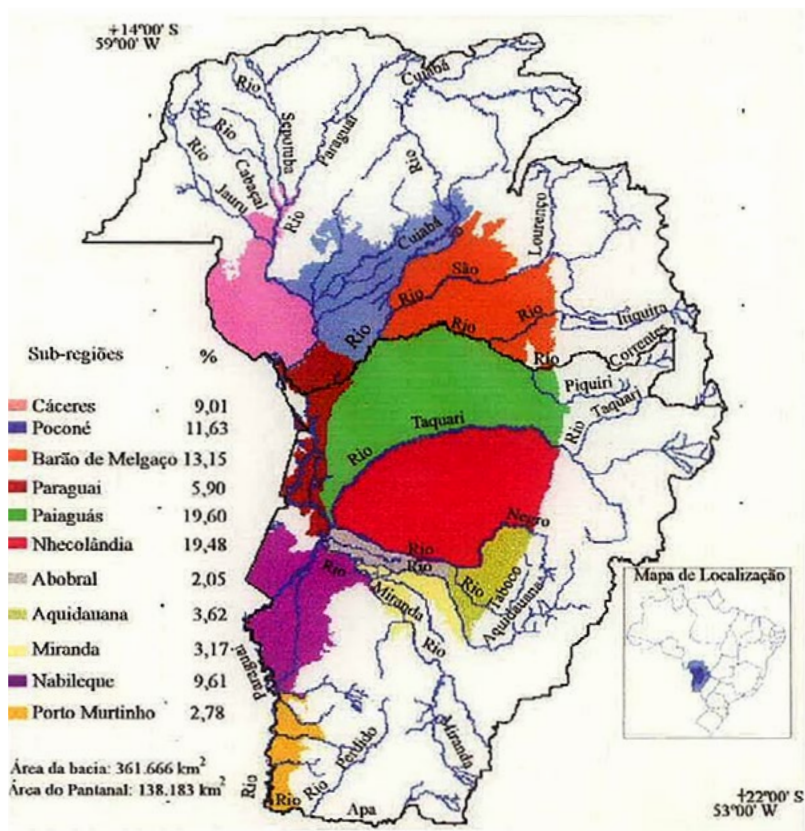
1.1 Aspectos geográficos e históricos do bioma² Pantanal

A pesquisa que originou este artigo estudou os nomes de acidentes geográficos do Pantanal de Mato Grosso do Sul que, por sua vez, é dividido de diversas formas, dependendo do critério adotado pelo estudioso. Neste estudo, foi adotada a divisão proposta por Silva e Abdon (1998, p.1705), que estabelece 11 sub-regiões para a região pantaneira, oito – Nhecolândia, Abobral, Miranda, Aquidauana, Nabileque, Paiaguás, Paraguai e Porto Murtinho – situadas em

² *Bioma*: “Conjunto de vida (vegetal e animal) definida pelo agrupamento de tipos de vegetação contíguos e identificáveis em escala regional, com condições geoclimáticas similares e história compartilhada de mudanças, resultando em uma diversidade biológica própria” (IBGE, 2004).

Mato Grosso do Sul e três – Cáceres, Poconé e Barão de Melgaço – localizadas no Estado de Mato Grosso. O Rio Correntes, que marca o limite entre os dois Estados, também divide os dois conjuntos de sub-regiões.

Figura 1: Mapa de delimitação das sub-regiões do Pantanal brasileiro



Fonte: Silva e Abdon (1998).

O bioma Pantanal se localiza na porção central da América do Sul, extremo norte da Bacia Platina, estando situado aproximadamente entre os paralelos 18° e 21° e os meridianos de 55° e 58°, no noroeste do Estado de Mato Grosso do Sul. A região

abrange 38,21% do total da Bacia do Alto Paraguai, que totaliza 361.666 Km² (SILVA; ABDON, 1998, p. 1706). O Pantanal situa-se, pois, nos Estados de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, limitando-se com a Bolívia e o Paraguai e com o Planalto Central Brasileiro.

O termo Pantanal designa toda “área contínua inserida na Bacia do Alto Paraguai, sujeita a inundações periódicas inter e intra-anual” (SILVA; ABDON, 1998, p. 1708). A maior parte da região pantaneira fica inundada na época das chuvas, em razão da sua geomorfologia plana.

As particularidades físicas do Pantanal o diferenciam de qualquer outra região do planeta. Anualmente, dois terços de seu território se transformam periodicamente em imensas lagoas que determinam hábitos da população e da fauna local. Assim, a biodiversidade³ favorece, ora a seca, ora a chuva abundante nessa região, pois uma fase condiciona a outra. O regime de chuvas provoca inundação de novembro a março, no norte e entre maio e agosto no sul, sob a influência reguladora do Pantanal. Assim, as espécies mortas na inundação, por meio do processo de decomposição, fornecem os nutrientes para o desenvolvimento das plantas aquáticas.

A dequada e a piracema são fenômenos significativos do Pantanal. A dequada, um fenômeno de deterioração na qualidade de água, pode causar mortandade de peixes, uma vez que os níveis de gás carbônico aumentam rapidamente, o que torna o ambiente letal para os peixes, que são abundantes nessa região. Já a piracema é um fenômeno de reprodução anual dos peixes, que migram em cardumes para as cabeceiras dos rios. Esse fenômeno tem início no final do mês de outubro⁴ e se estende até

³ O Pantanal é uma região de alta produtividade e diversidade ecológica, pois é a zona de transição entre os sistemas aquáticos e terrestres. A duração e a altura da inundação trazem contribuições para a tipicidade da flora. Confira Schneider (2002, p. 45).

⁴ Em outubro, na cidade de Corumbá é realizado o Festival das Águas, que finaliza o período de pesca nos rios da região pantaneira. Nesse festival, há

o final do mês de janeiro⁵. A temperatura média da região é de 25 graus, ultrapassando os 40 graus nos meses de setembro a dezembro.

O Pantanal ostenta um mosaico de ecossistemas com afinidades com os ambientes que o circundam: o Cerrado, a Floresta Amazônica e o Chaco⁶. Os planaltos e as terras altas são formados por áreas escarpadas, conhecidos localmente por serras. No que se refere à flora, a principal vegetação é a savana gramínea, porque os solos inundados não permitem a formação de plantas lenhosas. A vegetação apresenta paisagens em que nas lagoas há muitas plantas aquáticas e vegetação flutuante, e nas áreas não inundáveis há vegetação de savana⁷ e savana estépica.

No que se refere à fauna, a planície pantaneira reúne cerca de 80 espécies de mamíferos, 350 espécies de aves, 260 espécies de peixes e 50 espécies de répteis, o que, segundo Calheiros e Fonseca Jr. (1996, p. 24), é um reflexo do ambiente que o circunda.

Pode-se, no entanto, afirmar que a maior particularidade do Pantanal é a sua imensa e específica rede hidrográfica, formada por baías, corixos, córregos, ilhas, rios, salinas e vazantes. Baías são pequenas lagoas em formas circulares, semicirculares ou irregulares, frequentes na Sub-região da Nhecolândia e que nunca secam. A profundidade e as dimensões são variáveis (CALHEIROS; FONSECA JR., 1996, p. 19). Corixos são cursos de água com leito definido, geralmente não secam, podendo ser braços de rios, enquanto as salinas são lagoas alcalinas, salobras, sem peixes e camalotes (plantas aquá-

um campeonato de pesca adulto e infantil, entre outros eventos.

⁵ Nessa época, o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul proíbe a pesca, com o objetivo de propiciar um ambiente favorável à reprodução e manter o equilíbrio de estoque de peixes na região pantaneira.

⁶ Confira em Calheiros e Fonseca Jr. (1996, p. 24).

⁷ Savana “é um campo com árvores esparsas, árvores tortuosas e de casca grossa”. (POTT; POTT, 1994, p. 309-310). É também chamado de cerrado brasileiro, sendo chamado de campo ou cerrado, de acordo com o tamanho e a densidade de arbustos e de árvores.

ticas que formam ilhas flutuantes e descem os rios, ao sabor da correnteza) e repleta de algas e insetos. A água é rica em carbonato de sódio e potássio e procurada pelo gado e por animais silvestres (POTT; POTT, 1994, p. 310). Já as vazantes são:

[...] massas hídricas que se formam no período agudo das precipitações pluviométricas, indo ligar uma baía à outra. Estas vazantes, cuja duração é efêmera e o tempo de vida está condicionado às chuvas, dificultam seriamente o deslocamento viário do pantanal, quando não o impedem, isolando uma área de outra. Podem atingir vários quilômetros de extensão, na fase mais pesada das chuvas, e surgem zigzagueando pelo terreno, à semelhança dos rios. Sua largura é variável, desde poucos metros até uma ou mais centenas de metros, nos piores momentos. Não possuem leito ou canal definido por onde circulem as águas, que apenas se espriam pelo terreno, sendo muito freqüentadas por jacarés. Na estação seca, a maioria delas desaparece. A profundidade das vazantes muitas vezes aproxima-se de 1 metro, quando então se faz uso da canoa para atravessá-las (ALLEM; VALLS, 1987, p. 46).

Em relação à história, os primeiros habitantes da região pantaneira foram os índios. Depois, os portugueses ali chegaram, representados pelos mamelucos paulistas, que vieram das minas de ouro de Cuiabá à procura de outras opções de vida. Há que se assinalar também que, segundo o Tratado de Tordesilhas, acordo que estabeleceu linhas imaginárias de demarcação de território, firmado entre a Coroa da Espanha e a de Portugal no século XV (1494), a região do Pantanal não pertencia à Coroa Portuguesa e sim à Espanhola. Assim, os espanhóis foram os primeiros colonizadores da área. Em 1524, a primeira expedição de Aleixo Garcia chegou ao Pantanal, divisa do Rio Miranda com o Rio Paraguai, e encontrou a região habitada por várias tribos indígenas pertencentes ao Grupo Guarani.

A partir de então começou o povoamento do homem branco nessa região, com a fundação da Vila de Santiago de

Xerez. No entanto, esse processo de colonização foi desviado pelos castelhanos do Pantanal para as minas de ouro e prata encontradas no México e no Peru. Essa vila foi destruída pelos bandeirantes paulistas em 1625, que chegaram à região pelo planalto, saindo de São Paulo pelos rios Tietê e Paraná. A partir do século XVI, os bandeirantes foram escravizando os índios que, numa tentativa de se libertarem da expansão luso-brasileira, se uniram aos espanhóis e realizaram ataques às expedições durante o século XVII e a primeira metade do século XVIII. A Coroa Portuguesa, numa atitude de defesa, determinou a construção de instalações militares nas áreas de fronteira (SANT'ANNA NETO; VESENTINI, 1992, p. 31-32).

2. QUESTÕES METODOLÓGICAS

O levantamento do *corpus* referente aos topônimos de acidentes físicos (baías, corixos, córregos, ilhas, lagoas, rios, morros, morrarias, vazantes...) do Pantanal do Mato Grosso do Sul, cujos resultados aqui são apresentados, foi realizado por meio de consulta manual a doze folhas cartográficas pertencentes ao Mapa da Bacia do Alto Paraguai e do Pantanal do Brasil, de escala de 1:250.000, do Ministério do Exército (1982), relativas às oito sub-regiões tomadas como universo de pesquisa. Esse material foi disponibilizado pela Empresa Brasileira de Agropecuária – EMBRAPA. O *corpus* reuniu 316 topônimos extraídos das fontes selecionadas. Durante a pesquisa, para auxiliar na identificação e, conseqüentemente, subsidiar a classificação dos dados em categorias, foram consultados, sistematicamente, dicionários de língua portuguesa e de línguas indígenas. Além disso, foram consultadas obras de Biologia, de História e de Geografia voltadas para a região pantaneira. Como até então não havia nenhum trabalho de cunho científico sobre a toponímia pantaneira, a pesquisa que deu origem a este trabalho configurou-se como inédita.

Para a classificação dos dados em termos de motivação, adotou-se o modelo taxionômico de Dick (1992, p. 31-34), que contém 27 categorias, divididas em 11 taxas de natureza física e 16 taxas de natureza antropocultural.

A apresentação dos dados na Dissertação de Mestrado foi realizada por meio de uma lista⁸ dos topônimos organizada segundo o tipo de acidente físico e, posteriormente, com o uso de tabelas⁹. As categorias mais recorrentes foram visualizadas por meio de gráficos e a análise dos dados coletados foi realizada, da categoria mais frequente para a menos frequente. Além disso, foi feito o cotejo desses dados com os coletados, principalmente, por Dick (1992); Isquierdo (1996); Tibiriçá (1997) e Francisquini (1998). Também se efetivou uma análise no campo etnodialetológico, verificando-se as bases linguísticas dos topônimos catalogados.

3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Nesta parte do trabalho, são apresentados os dados gerais coletados na pesquisa e discutidas as quatro categorias toponímicas mais recorrentes no *corpus*: zootopônimos, fitotopônimos, hagiopônimos e hidrotopônimos (DICK, 1990). No conjunto dos 316 topônimos examinados, 136 são de natureza antropocultural, 165 de natureza física e, na época (2002), 15 foram considerados sem classificação (SC)¹⁰.

As taxionomias mais produtivas no âmbito da nomeação de elementos físicos no Pantanal de Mato Grosso do Sul foram: zootopônimos, com 55 ocorrências; fitotopônimos, com 45 registros; hagiopônimos, com 26 topônimos e os hidrotopônimos, com 23 nomes de lugares.

⁸ Confira Schneider (2002, p. 76-85).

⁹ Confira Schneider (2002, p. 86-95).

¹⁰ Alguns topônimos sem classificação foram posteriormente elucidados nos estudos realizados pelos pesquisadores do Projeto ATEMS.

3.1 Zootopônimos

A categoria dos zootopônimos foi a mais produtiva no universo estudado, com 55 topônimos, o que equivale a 17,41% do total do *corpus* investigado. Dick (1992, p. 256) argumenta que os registros dessa categoria na toponímia brasileira não abarcam toda a variedade de espécies zoológicas existentes, mas nem por isso as espécies deixam de ter importância e significação. Isso também acontece na região do Pantanal, pois, apesar da quantidade de nomes de elementos hidrográficos denominados com nomes de animais, esse quantitativo não cobre toda a diversidade de espécies¹¹ que habitam essa região pantaneira, o que seria praticamente impossível.

Verifica-se que nomes de animais, como bugio (duas ocorrências), capivara (quatro ocorrências), caracol (duas ocorrências), cavalo (duas ocorrências), cervo (três ocorrências), garça (duas ocorrências), jacaré (três ocorrências), periquito (duas ocorrências), piranha (duas ocorrências), porco (duas ocorrências), veados (três ocorrências) são usados várias vezes para denominar acidentes físicos distintos.

Dick (1990, p. 259), retomando Gabriel Soares de Souza, distribui a fauna brasileira em três classes: aéreos, aquáticos e terrestres. Nos dados analisados, há predominância de nomes de animais terrestres nas nomeações dos lugares, como veado, touro, capivara, paca, boi, bugio, cordeiro, cavalo, cervo, onça, caracol, porco, jaguatirica. Em relação aos nomes de animais aquáticos, há menos registros (dez), dentre outros, a jiboia, o jacaré, a piranha, o pacu, a piranema e a sucuri.

Registra-se, também, que, na nomeação dos elementos físicos, os nomes de peixes não despertaram muito interesse denominativo, apesar de sua importância na região: somente aparecem pacu, piranha e piranema – pacu nomeia um corixo na Sub-região

¹¹ De acordo com Por e Por (1985, p. 24), o número de espécies de animais do Pantanal é dez vezes maior que o de espécies vegetais.

de Paiaguás; piranha denomina uma baía na Sub-região Murtinho e um corixo na Sub-região do Nabileque, enquanto piranema dá nome a um córrego na Sub-região de Paiaguás.

Já os animais aéreos foram representados na toponímia dos pantanais sul-mato-grossenses por nove topônimos: baguari, marreca, sabiá, anhumá, garça, papagaio, mutum, naitaca, periquito. A esse respeito, salienta-se que a região pantaneira apresenta a maior concentração de aves do continente (ZYSMAN, 1989, p. 63), o que enriquece a fauna local. No entanto, essa concentração é maior em indivíduos do que em espécies: uma imagem muito significativa no Pantanal, no final de tarde, são os *ninhais*, árvores completamente ocupadas por pássaros (garças, patos selvagens, tuiuiús¹², dentre muitos outros, que se juntam para dormir na mesma árvore).

Importante destacar que vários topônimos documentados já estão registrados em dicionários toponímicos, em dissertações de Mestrado e em teses de Doutorado, por também nomearem elementos físicos em outras regiões do Brasil, como por exemplo: *Jacaré*, que nomeia um corixo e uma ilha na Sub-região de Nabileque e uma vazante na Sub-região de Porto Murtinho, nomeia também uma cidade do Estado de Pernambuco, uma localidade do Estado de São Paulo e vários rios do Brasil (TIBIRIÇÁ, 1997). O topônimo *Jacaré* é nome também de um ribeirão e de um córrego na Microrregião de Paranavaí, no Estado do Paraná (FRANCISQUINI, 1998, p. 146). Já o topônimo *Onça*, que nomeia uma ilha na Sub-região de Porto Murtinho, designa também uma ilha do Rio Paraná, pertencente ao município de Querência do Norte (FRANCISQUINI, 1998, p. 158) e um seringal no Estado do Acre (ISQUERDO, 1996, p. 120). Também *Periquito*, que nomeia uma baía e um rio na Sub-região do Paraguai, nomeia seringais acreanos.

¹² Apesar de o tuiuiú ser considerado a ave símbolo do Pantanal, esse pássaro não aparece representado na toponímia local.

3.2 Fitotopônimos

A segunda categoria de topônimos com maior ocorrência no universo de topônimos do Pantanal do Mato Grosso do Sul foi a dos fitotopônimos, com 13,73%. Nas oito sub-regiões pesquisadas, há 45 fitotopônimos, fato justificável, pois a flora da região é muito rica e diversificada, o que acaba se refletindo na toponímia. Isso ocorre porque, muitas vezes, o homem procura retratar o que tem de valor e importância no lugar em que vive por meio dos topônimos.

Nesse particular, Dick (1990, p. 256), retomando a posição de Theodoro Sampaio, explica que “dificilmente um nome dessa categoria estaria desvinculado da existência real da espécie, na localidade. O processo denominativo, segundo se depreende dos conceitos do autor, estaria, assim, em estreita aproximação ao meio geográfico”, ou seja, os nomes das plantas da região pantaneira são usados para nomear os acidentes físicos, passando da categoria de substantivos comuns para próprios: os topônimos. Conforme a obra de Pott e Pott (1994), *Plantas do Pantanal* (as principais plantas da região pantaneira), os nomes das plantas variam muito entre as sub-regiões do Pantanal, além de o mesmo nome também ser usado para denominar várias espécies, até de famílias diferentes.

O topônimo *Caraguatá*, por exemplo, é uma unidade lexical de origem tupi, de acordo com Machado (1987) e Cunha (1998), que recupera o nome de uma erva que ocorre em agrupamentos esparsos, em matas inundáveis na Sub-região do Nabileque, de Porto Murtinho, e em solos argilosos salinizados (POTT; POTT, 1994, p. 65).

Na sequência, o Quadro 1 agrupa os zootopônimos e os fitotopônimos, identificados no *corpus*, segundo a origem linguística.

Quadro 1: Distribuição dos zootopônimos e dos fitotopônimos, conforme a origem linguística

	Origem indígena	Origem portuguesa	Outras origens	Origem incerta, obscura ou controversa
Zootopônimos	Anhuma Baguari Caetetu Capivara Caracanã Jacaré Jaguatirica Jibóia Mutum Naitaca Paca Pacu Piranema Piranha Quaxi Sabiá Sucuri Patativa Capivari	Baio Boi Cabrito Cavalo Cervo Cordeiro Touro Veado Porco Onça	Pato-onomatopeia Bugio-árabe Periquito-castelhano	Caracol Garça Marreca Papagaio
Fitotopônimos	Aguaçu Buriti Caraguatá Cambará Capão Ingá Jatobá Jequeri Landi Mandioca Mangabal Piúva Taboca Tarumã Taquari Urucum Caeté Piquiri	Cerrado Figueira Flores Mata Pimenta Uval	Arroz-árabe Laranja-árabe Aroeira-árabe	Angical Tuna Tabaco Abobral

Fonte: Schneider (2002, p. 122-123)

A significativa presença de palavras de origem indígena na toponímia do Pantanal demonstra que o nativo da região, apesar da posterior ocupação portuguesa, teve traços de sua língua e da sua cultura conservados por meio de nomes de lugares. Na sequência apresentamos a categoria dos hagiotopônimos, que conquistou expressiva representatividade na região pantaneira – terceira taxa mais produtiva no *corpus*.

3.3 Hagiotopônimos

No universo de dados pesquisados no Pantanal Sul-matogrossense, os hagiotopônimos (nomes de santos e santas do hagiologia romano) se destacam como uma das categorias mais recorrentes no território, com 26 topônimos, o que representa 8,50% do total dos dados. Essa classificação se vincula aos hierotopônimos que se referem a nomes sagrados de várias crenças ou associações religiosas, bem como datas e efemérides relativas a essas circunstâncias.

No Pantanal do Mato Grosso do Sul, há a presença dos seguintes hagiotopônimos: *São Domingos, São Lourenço, São Francisco, Santa Rita, Santa Maria, São Romão, Santa Clara, São Sebastião, São Carlos, São Manoel, Santa Rosa, Santa Fé, São Pedro, Santa Tereza, Santana, São Claro, São Bento*, que nomeiam córregos, rios, baías, vazantes. Essa tendência se manifesta em outros estados da Federação, como o Estado de Minas Gerais, uma das mais importantes áreas hagiotoponímicas do país (DICK, 1990, p. 371) e o Estado de São Paulo, onde entre aproximadamente 300 nomes de municípios de base portuguesa, também constatou-se a forte presença de hagiotopônimos e antropotopônimos (DICK, 1996, p. 2394).

Para Dauzat (1928, p.158-159), a religiosidade adquire seu auge na época do feudalismo. Os nomes de santos se multiplicaram nessa época com a construção de mosteiros e conventos que passaram a ser denominados por nomes de mortos glorificados

pela canonização, como representação da realidade e da espiritualidade da época, e não mais por nomes de imperadores ou de homens guerreiros. O objetivo era a propagação da fé cristã a todos os povos pagãos. Portugal, por exemplo, devia obediência a Roma, centro do catolicismo europeu. A escolha de Pedro Álvares Cabral para Capitão da Armada atendia aos propósitos evangelizadores, o que explica o fato de os primeiros elementos geográficos encontrados no Brasil receberem denominações do calendário religioso: “Monte Pascoal”, “Ilha de Vera Cruz” e “Terra de Santa Cruz”.

Santa Maria, por exemplo, que nomeia uma vazante na Sub-região do Paiaguás, uma ilha e um córrego na Sub-região de Porto Murtinho, é o nome dado também a um distrito de Alto Paraná, no Estado do Paraná e a uma comunidade rural do município de Amaporã, no Paraná (FRANCISQUINI, 1998). Também Isquerdo (1996, p.117) registra o nome da santa nomeando um seringal do Acre. No catolicismo, *Santa Maria* é o nome da mãe de Jesus, filho de Deus, sendo festejada no dia primeiro de janeiro. Paulo VI registra a amplitude da santa: “ela é mulher forte, que conheceu a pobreza e o sofrimento, a fuga e o exílio” (SGARBOSSA; GIOVANNINI, 1983, p. 07-08). Assim, a presença desse hagiotopônimo na área em estudo parece ser uma homenagem a essa santa do hagiológico católico.

Já *Santa Rosa*, que nomeia uma ilha na Sub-região de Nabileque, uma morraria na Sub-região do Paraguai e um córrego na Sub-região de Porto Murtinho, e nome também de uma ilha pertencente ao município de Porto Rico/PR.

É importante registrar que as lendas¹³ e o misticismo indígena que ainda estão muito presentes no Pantanal não aparecem representados na toponímia local. Provavelmente foram subs-

¹³ Maeda (2000, p.28) registra que do branco colonizador pantaneiro foram absorvidas lendas como a do lobisomem, da mula-sem-cabeça, do pé-de-garrafa, que são figuras mitológicas de bichos mescladas com a do Mãozão, que é uma espécie de pai do mato dos índios na região pantaneira.

tituídos por nomes que concentram valores cristãos do homem branco, em decorrência da entrada dos jesuítas no Pantanal e da imigração portuguesa. Parece-nos que o espírito religioso do colonizador que acompanhou o ex-bandeirante português se sobrepôs na toponímia local, no que se refere aos hagiotopônimos.

3.4 Hidrotopônimos

Merece também destaque no cenário dos topônimos estudados a categoria dos hidrotopônimos, que é representada no Pantanal Sul-mato-grossense, com 7,28% e que são topônimos resultantes de nomes de elementos hidrográficos em geral, como água, rio, córrego, ribeirão, corixo, braço, foz, baía na nomeação de lugares: *Riozinho*, *Salina*, *Água Limpa*, *Água Fria*, *Baía das Amoreiras*, *Aguada*, *Rio Negro*, *Itiquira*¹⁴, *Baía Negra*, *Baía Branca*, *Valinho*, *Corixão*, *Corixinho*, *Brejão*, *Água Doce* e *Salobra*. Esses hidrotopônimos nomeiam corixos, vazantes, baías, rios do ambiente pantaneiro.

Os hidrotopônimos valorizam a presença abundante das águas, de cujo vaivém nasce toda a riqueza ambiental pantaneira, uma vez que das enchentes periódicas do Pantanal advém a tipicidade dos elementos geográficos presentes na região: corixos, córregos, vazantes, baías, brejos e rios. Assim, essas designações de acidentes são novamente retomadas, toponimizadas, para nomear o próprio elemento físico hidrográfico, como ocorre com *Vazante do Corixão*, *Vazante do Riozinho*. Essas denominações comuns de elementos hidrográficos também passaram à categoria de topônimos pelo processo de toponimização, ou seja o nome de um acidente passa a figurar como topônimo.

Segundo Dick (1990, p.196), o aparecimento de topônimos de origem hidronímica é decorrente da importância dos cursos

¹⁴ Dick (1992, p.68 e 70) apresenta o item lexical Itiquira como designação de um ribeirão do Estado de Goiás, na acepção de “o minadouro e água vertente”, de origem tupi.

de água na vida das pessoas. Desde épocas antigas da história da Humanidade, a água sempre foi o fator de equilíbrio em um determinado meio, pois grandes civilizações se desenvolveram junto a oceanos, a rios e a zonas ribeirinhas. A água significa o alimento vital do ser humano, além de servir como meio locomotor. Além da utilidade da água, ainda há o aspecto aventureesco que as águas despertam nas pessoas, pela fascinação pelo desconhecido, levando-as a criarem lendas e figuras míticas, poemas, cantos, sagas de uma raça que resume um ideal de vida ou morte. No entanto, a água também pode se transformar em obstáculo à difusão dos interesses coletivos, pois pode impedir o contato com grupos vizinhos. Se por um lado a água pode preservar tradições culturais por meio do isolamento, por outro, pode ferir a essência sociológica do homem, ao retardar a dinâmica da comunidade. No entanto, a validade de tal raciocínio só pode ser considerada com base em cada caso concreto.

Grande importância pode ser atribuída aos elementos hidrográficos do Pantanal por tratar-se de uma região com peculiaridades hídricas tão específicas. Assim como a fauna e a flora, o sistema hidrográfico do Pantanal é muito conhecido e serve de atração para turistas brasileiros e estrangeiros que buscam, nos belos atrativos da região, fonte de lazer e de entretenimento.

Verifica-se, também, a importância histórica do sistema hidrográfico pantaneiro, que permitiu a fundação e o desenvolvimento da região, principalmente, no final do século XIX e no início do século XX, até a implantação da ferrovia, que ligava a região a Bauru/SP (SANT'ANNA; VESENTINI, 1992, p.92). Até então o sistema hidrográfico era o único meio de comunicação social, política e econômica com outras regiões brasileiras ou mesmo entre os pantaneiros e os índios¹⁵. Além disso, as principais cidades pantaneiras e o Forte Coimbra estão localizados à beira de rios, como por exemplo, a cidade de Corumbá, à margem do Rio *Paraguai*;

¹⁵ Os Paiaguás eram conhecidos como ótimos canoieiros.

Coxim¹⁶, à margem do Rio *Taquari*; Miranda, à margem do Rio *Miranda*; a cidade de Aquidauana, à margem do Rio *Aquidauana*; o Forte Coimbra¹⁷ e a cidade de Porto Murtinho, à margem do Rio *Paraguai* (CAMPESTRINI; GUIMARÃES, 1991, p. 25; 89; 96; 105). Além disso, o acesso a várias regiões do interior do Pantanal é realizado por meio das correntes hídricas. Os rios também se tornaram importante ponto de referência para a localização de tribos indígenas e para a fundação de cidades. Barros (1998, p. 130) registra que nos primeiros tempos viajava-se até dez horas de navio ou de canoa, até o Porto da Manga, na Sub-região da Nhecolândia. Depois “outras tantas horas de batelão¹⁸ ou de carro de bois para atingir as proximidades da Fazenda Firme, onde, nos anos secos, tomávamos um veículo motorizado”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já explicitado, a pesquisa que deu origem a este trabalho estudou os topônimos referentes aos nomes dos acidentes físicos do Pantanal Sul-mato-grossense com o objetivo de catalogá-los e classificá-los, de acordo com os modelos teóricos selecionados, e de demonstrar que o topônimo pode representar a realidade física, social e cultural de uma área geográfica. Partiu-se da hipótese, de que, principalmente, a fauna, a flora e o sistema hidrográfico da região estariam representados na toponímia local.

¹⁶ Segundo Campestrini e Guimarães (1991, p. 104), no ano de 1729 foi fundado o arraial de Beliago, que oferecia apoio aos monçoeiros. Esse arraial posteriormente deu origem à cidade de Coxim.

¹⁷ O Forte Coimbra foi fundado no ano de 1775 e, anos mais tarde, atacado pelos Guaicurus. No ano de 1797 foi reconstruído por Ricardo Franco, que também rechaçou o ataque dos espanhóis em 1801. No final do ano de 1864, foi tomado pelas tropas paraguaias de Barrios, durante a Guerra do Paraguai (CAMPESTRINI; GUIMARÃES, 1991, p.27).

¹⁸ Houaiss (2001) define *batelão* como “uma barcaça de madeira ou ferro, geralmente rebocada, usada para transporte de carga pesada” e, no Estado do Mato Grosso, designa “uma pequena lagoa”.

No conjunto dos topônimos examinados, predominaram os de natureza física e, dentre esses, os zootopônimos, os fitotopônimos e os hidrotopônimos, o que confirma a hipótese inicial e é justificável em função da enorme riqueza ambiental da região, em termos de variedades de espécies da fauna e da flora, além da diversidade de elementos hidrográficos típicos da região pantaneira. Assim, o exame das designações toponímicas permitiu-nos verificar que a língua sofre influências do quadro ambiental em que vivem os falantes, ao mesmo tempo em que reforça a tese de que essa influência só acontece à medida que o grupo valoriza um elemento e o reporta à língua. Ressalta-se, desta maneira, também a influência do fator social do ambiente em que o grupo está inserido, na forma de nomeação dos elementos da realidade.

Nesse sentido, o signo toponímico reflete de maneira especial o ambiente físico e social dos falantes, o que foi confirmado na pesquisa sobre os topônimos dos acidentes físicos do Pantanal e que permitiu verificar, em grande parte, a tipicidade do ambiente físico e as características do povo pantaneiro, que valoriza a imensa riqueza ambiental regional em que vive por meio da toponímia local. Neste particular, a análise das categorias toponímicas forneceu uma amostra da diversidade da fauna e da flora regional, além das características físicas, que permitem o estabelecimento da correspondência entre o nome do lugar e a condição ambiental determinativa. Os dados demonstraram que um item lexical do vocabulário comum da língua passa a categoria de topônimo, como ilustram os topônimos Córrego *Baguari*, Córrego *Anhuma*, Vazante *da Garça* e Corixo *Sabiá* que incorporam denominações atribuídas a aves. Fenômeno similar ocorre com fitotopônimos, como Córrego *das Flores*, Córrego *Jatobá*, Vazante *Aguaçu*, Vazante *Caraguatá* que, à medida que retomam aspectos da flora pantaneira, descrevem a realidade ambiental regional por meio da recuperação do nome de árvores e de flores, ou seja, uma retomada do conjunto da vegetação existente no Pantanal do Mato Grosso do Sul.

Também os hidrotopônimos valorizam a presença abundante das águas, uma vez que das enchentes periódicas do Pantanal

advém a tipicidade dos elementos geográficos presentes na região: *corixos, córregos, vazantes, baías, brejos e rios*. Os nomes desses acidentes hidrográficos específicos da região são retomados para nomear o próprio elemento físico, como ocorre com *Vazante do Corixão, Vazante do Riozinho, Vazante do Brejão*, contextos em que as unidades lexicais *corixão, riozinho e brejão* passam à categoria de topônimos.

Como já foi ressaltado anteriormente, é a natureza que comanda a vida na região pantaneira. São as águas que determinam o ritmo que orienta a rotina do trabalho de sucesso ou de fracasso; a época de abundância ou de falta de peixe; o período de campo fértil para o gado ou de alagação, enfim, a natureza representa a bússola que orienta a vida do pantaneiro. Isso explica a grande incidência de topônimos de natureza física na toponímia do Pantanal.

Já entre os designativos de natureza antropocultural, predominaram os hagiotopônimos, o que denota a valorização, por parte do denominador, de crenças, de estados de ânimo e da valorização do ser humano que busca dentro de si as forças necessárias para vencer os obstáculos advindos do tipo de vida próprio do ambiente pantaneiro.

Nesse contexto, no processo de nomeação, o denominador retoma unidades lexicais de uso comum e as eterniza por meio da toponímia, à medida que opta por determinados tipos de nomes para representar a realidade que o circunda, ou seja, seleciona, dentre todas as possibilidades disponíveis no sistema linguístico, nomes de animais, de plantas, de elementos hidrográficos, de pessoas e de estados de espírito, de santas e santos, para identificar aspectos da realidade circundante. A escolha normalmente é feita a partir de palavras já existentes na língua que são retomadas e utilizadas pelo denominador em outros contextos, neste caso, para nomear um elemento do mundo físico.

As características ambientais se fazem presente no léxico e, conseqüentemente, na toponímia pelo valor que despertam. A

flora, a fauna, os elementos hidrográficos e os elementos constitutivos do solo eram muito valorizados pelo nativo da região, que satisfazia as suas necessidades de alimentação, vestuário e higiene com o que a natureza lhe disponibilizava. A toponímia da região pantaneira retrata valores, crenças herdadas dos vários grupos étnicos que viveram e vivem na região, cuja mescla de valores deram origem à cultura pantaneira como a valorização do ambiente físico que retrata uma fase da formação étnica do homem pantaneiro, representada pelos índios e pelos peões.

O estudo demonstrou, enfim, que as marcas extralinguísticas presentes na toponímia foram relevantes para a descoberta do motivo subjacente nas denominações dos acidentes físicos do Pantanal. Os ambientes físico e cultural se complementam, descrevendo e perpetuando a existência de animais, de plantas, de elementos hidrográficos.

Em relação à configuração linguística, o sistema toponímico pantaneiro registra principalmente os estratos indígena e português. Em se tratando da herança portuguesa na toponímia local, parece que os habitantes portugueses, representados pelo ex-minerador cuiabano, na conquista da região, a fim de deixarem suas marcas, impuseram seu domínio pela denominação dos elementos físicos que, por sua vez, representam a sua realidade que é filtrada por seus valores cristãos, antropológicos, sociais e culturais. Assim, verifica-se que aspectos da diversidade étnica do Pantanal estão representados na toponímia que, por sua vez, perpetua etapas históricas da região e a provável troca e assimilação de valores.

REFERÊNCIAS

- ALLEM C. Antônio; VALLS, José F. M. *Recursos Forrageiros Nativos do Pantanal Mato-grossense*. Brasília/DF: Departamento de Difusão de Tecnologia – EMBRAPA, 1987.
- BARROS, Abílio Leite de. *Gente Pantaneira (Crônicas da sua História)*. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1998.

CALHEIROS, Débora Fernandes; FONSECA JÚNIOR, Wilson Correa da (Orgs.). *Perspectivas de estudos ecológicos sobre o Pantanal*. Corumbá/MS: EMBRAPA- CPAP, 1996.

CAMPESTRINI, Hildebrando; GUIMARÃES, Acyr Vaz. *História de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande/MS. Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, 1991.

CUNHA, Antonio Geraldo da. *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

DAUZAT, Albert. *Noms de Lieux: origen et evolution*. Paris: Librairie Delagrave, 1928.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Edições Arquivo do Estado, 1990.

_____. Atlas toponímico: um estudo dialetológico. In: *Actas del XI Congreso Internacional de la Asociación de Lingüística y Filología de la América Latina*. Tomo III. Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, 1996, 2389-2396.

_____. *Toponímia e Antroponímia no Brasil*. Coletânea de estudos. São Paulo: Gráfica da FFLCH/USP, 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Mapa de Biomas do Brasil e o Mapa de Vegetação do Brasil*. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em 29/02/2012.

_____. *Vocabulário básico de recursos naturais e meio ambiente*. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/pre-sidencia/noticias/vocabulario.pdf>. Acesso em 19/01/2012.

ISQUERDO, Aparecida Negri. *O fato lingüístico como recorte da realidade sócio-cultural*. 1996. 409 f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Araraquara - SP, 1996.

FRANCISQUINI, Ignez de Abreu. *O nome e o lugar: uma proposta de estudos toponímicos da microrregião de Paranavaí*. 1998, 255 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Universidade Estadual de Londrina, 1998.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MACHADO, José Pedro. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Portugal/ Lisboa: Livros Horizontes Ltda.; 1987. Cinco volumes.

MAEDA, Raimunda Madalena. *A contribuição dos apelidos e alcunhas para formação do léxico de Mato Grosso do Sul: Microrregião Pantanaís*. 2000, 110 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis - SP, 2000.

OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires. *O Português do Brasil: brasileirismos e regionalismos*. 1999. 477 f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara - SP, 1999.

POR, Francis Dov; POR, Maria S. de A. *O que é zoologia?* São Paulo: Brasiliense, 1985.

POTT, Arnildo; POTT, Vali J. *Plantas do Pantanal*. Brasília: EMBRAPA/DIF, 1994.

SALAZAR-QUIJADA, Adolfo. *La Toponimia en Venezuela*. Caracas: Universidad Central de Venezuela - Publicaciones de la Facultad de Ciências Económicas y Sociales, 1985.

SANT'ANNA NETO, João Lima; VESENTINI, José William. *O Pantanal*. São Paulo: Ática, 1992.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1969.

SCHNEIDER, Marlene. *Um olhar sobre os caminhos do Pantanal Sul-mato-grossense: a toponímia dos elementos físicos*. 2002. 168 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2002.

SGARBOSSA, Mário. GIOVANNINI, Luigi. *Um santo para cada dia*. São Paulo: Paulus, 1983.

SILVA, João dos Santos Vila da; ABDON, Myrian de Moura. *Delimitação do Pantanal Brasileiro e suas sub-regiões. Pesquisa agropecuária brasileira*. v. 33, Número Especial. Brasília/DF: EMBRAPA, 1998, p. 1675-1813.

TIBIRIÇÁ, Luiz Caldas. *Dicionário de topônimos de origem tupi*. São Paulo: Traço, 1997.

ZYSMAN, Neiman. *Era verde?: ecossistemas brasileiros ameaçados*. São Paulo: Atual, 1989.



O DESVENDAR DA TOPONÍMIA DO BOLSÃO SUL-MATO-GROSSENSE

Ana Paula Tribesse Patrício Dargel

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, objetivou-se apresentar uma reflexão a respeito do léxico da língua a partir de análises realizadas de um recorte toponímico regional. O estudo do ato designativo, nas suas mais diversificadas nuances, favorece um resgate social, histórico, cultural e linguístico¹ do local pesquisado e do homem desse espaço.

Além disso, dar nomes aos lugares sempre foi um ato presente na humanidade como uma necessidade básica para o homem se situar no ambiente que o rodeia. O conhecimento a respeito da riqueza linguística que envolve o processo designativo motivou a realização de uma pesquisa toponímica a respeito do Bolsão Sul-mato-grossense² (BSM), apresentada como Dissertação de Mestrado (DARGEL, 2003)³.

¹ Com todo o saber que envolve o significado do termo *língua* enquanto patrimônio cultural de uma comunidade linguística.

² Doravante BSM. O topônimo Bolsão é uma designação regional.

³ *Entre buritis e veredas: o desvendar da toponímia do Bolsão Sul-mato-grossense*, dissertação defendida no Programa de Mestrado em Letras, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Campus de Três Lagoas, em 2003,

1. LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A área da região do BSM é composta por treze municípios: Água Clara, Aparecida do Taboado, Brasilândia, Cassilândia, Chapadão do Sul, Costa Rica, Inocência, Paranaíba, Santa Rita do Pardo, Selvíria, Três Lagoas, Paraíso das Águas e Figueirão⁴. São considerados municípios do BSM os que foram desmembrados do município de Paranaíba⁵. Essa região foi uma das rotas usadas pelos bandeirantes oriundos do litoral brasileiro em direção a Cuiabá em busca de ouro e parte do trecho percorrido pelas *monções*⁶ após o ciclo das bandeiras.

A povoação do local começou por volta de 1828, com a vinda de fazendeiros de Minas Gerais trazidos pelo fazendeiro José Garcia Leal. Os habitantes naturais desse espaço eram os *Caiapó* e, por isso, a localidade também foi denominada *Caiapolândia*, Houve os topônimos *Vácuo*, *Caiapolândia*, *Sertão dos Garcias*, este substituído por *Bolsão Sul-mato-grossense*. A respeito da origem do topônimo Bolsão, Gomes (1994, p. 14) esclarece que ele se atrela às campanhas políticas, “desde 1950, do então PSD – Partido Social Democrático, que tinha como seu legítimo representante o candidato à Câmara Federal, Dr. Filadelpho Garcia, descendente da família Garcia, pessoa de confiança do Dr. Filinto Müller”. Ainda segundo Gomes (1994, p. 15), o “termo Bolsão do PSD foi se vulgarizando, tornando ponto de referência à área geográfica compreendida pelos municípios de Três Lagoas, Aparecida do Taboado, Paranaíba e, posteriormente, houve a incorporação dos novos municípios”.

sob a orientação da Profa. Dra. Aparecida Negri Isquerdo. Disponível em: <http://atems.ufms.br/wp-content/uploads/2017/03/DISSERTA%C3%87%-C3%83O-ANA-PAULA-DARGEL.pdf>

⁴ Na época em que a pesquisa foi realizada, Paraíso das Águas e Figueirão ainda não eram municípios do estado de Mato Grosso do Sul.

⁵ Gomes (1994, p. 11) informa que “a área conhecida como Bolsão de Mato Grosso do Sul localiza-se a leste e ao norte do Estado, compreendendo as microrregiões de Paranaíba, Cassilândia e Três Lagoas”.

⁶ Sobre esse percurso, *vide* Isquerdo e Dargel (2014, p. 68), a Carta Caminho das Águas.

A Figura 1 (Anexo A - p. 70) contém o mapa de localização da área em estudo para que o leitor possa ter a noção espacial do Mato Grosso do Sul (MS) em relação ao Brasil e, além disso, do BSM⁷ dentro do MS.

2. VEREDAS TOPONÍMICAS DO BSM: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Tendo como meta o recorte proposto, foram estabelecidos estes objetivos: i) demonstrar resultados percentuais sobre a formação morfológica dos topônimos do BSM; ii) analisar as três categorias de topônimos mais produtivas, com vistas a recuperar condicionantes de natureza socioambiental que motivaram a origem do topônimo; iii) apontar a língua de origem dos designativos da região, a fim de refletir sobre o(s) estrato(s) linguístico(s) predominante(s) na toponímia do BSM; iv) apresentar modelos de cartas toponímicas do BSM.

Considerando esses objetivos, é apresentado neste trabalho um estudo de caso, uma vez que a Toponímia trabalha com o que está mais próximo, o topônimo, e tenta recuperar a visão etnolinguística do grupo que pensou o nome próprio. Segue-se, assim, um percurso indutivo>dedutivo porque se utiliza o método semiológico: do topônimo para os condicionantes sociais e ambientais que envolveram o ato designativo.

A constituição do *corpus* da pesquisa que originou este artigo obedeceu aos seguintes passos: i) envio de cartas aos prefeitos dos municípios que integram o BSM nas quais foram solicitados dados históricos, geográficos, toponímicos e mapas geográficos; ii) entrevistas com moradores antigos e/ou com pessoas que conhecessem bem a região pesquisada, para confirmar ou tirar dúvidas sobre dados da pesquisa; iii) contatos por telefone, para

⁷ Reitera-se que os atuais municípios Paraíso das Águas e Figueirão eram distritos do município de Costa Rica, na época da pesquisa, e, por esse motivo, não aparecem nas cartas base do BSM.

esclarecimentos de dúvidas a respeito de dados sobre os municípios pesquisados; iv) aquisição das cartas geográficas do IBGE e do Exército Brasileiro dos municípios que integram o BSM. Essas cartas foram tomadas como referências para a constituição do *corpus* (tanto na escala de 1:100.000 quanto na de 1:250.000)⁸:

Realizado o inventário dos topônimos, foi elaborado o quadro lexicográfico-toponímico do BSM, na ferramenta para gerenciamento *Microsoft Office ACCESS* para armazenamento e manipulação dos dados. Os topônimos foram classificados de acordo com o modelo de classificação toponímica selecionado para o trabalho (DICK, 1992) e a contribuição de Isquierdo (1996), com o acréscimo dos termos *eufórico* e *disfórico* aos *animotopônimos*. Os dados toponímicos foram distribuídos, conforme os parâmetros de análise de topônimos concebidos por Dick (1990), no quadro elaborado com a estruturação desses itens: município; acidente; topônimo; tipo de acidente, se físico ou humano; variante cartográfica-lexical; língua de origem; classificação taxionômica; estrutura morfológica do topônimo. Na sequência, apresenta-se, a título de ilustração, um recorte do quadro elaborado:

Quadro 1: Dados lexicográfico-toponímicos da região do Bolsão Sulmato-grossense.⁹

Município	Acidente	Topônimo	TA	VCL	L. de Origem	Classificação Taxionômica	E. M. do Topônimo
Água Clara	Distrito	Bela Alvorada	AH		LP	Animotopônimo Eufórico	Composto
Água Clara	Ribeirão	Boa Vista	AF		LP	Animotopônimo Eufórico	Composto

⁸ Na época em que foi realizada a pesquisa, não havia cartas em uma única escala de todos os municípios do BSM, nem do IBGE e nem do Exército Brasileiro, e, da mesma forma, não eram todos os municípios que tinham mapas rurais. Além disso, ainda não estava pronto o material cartográfico digitalizado do IBGE. Em razão disso, no inventário dos dados, foram utilizadas as fontes existentes na época. Após o inventário, esses dados foram confrontados, a fim de que se evitasse alguma repetição e/ou ausência de topônimo.

⁹ Abreviaturas: TA = tipo do acidente, AH = acidente humano, AF = acidente físico, VCL = variante cartográfica-lexical, L = língua, LP = língua portuguesa, LT = língua tupi, E.M. = estrutura morfológica.

Município	Acidente	Topônimo	TA	VCL	L. de Origem	Classificação Taxionômica	E. M. do Topônimo
Água Clara	Ribeirão	da Mutuca	AF	Mutuca Motuca	LT	Zootopônimo	Simple
Brasilândia	Córrego	do Inferno	AF		LP	Animotopônimo Disfórico	Simple
Brasilândia	Córrego	Buriti ¹⁰	AF		LT	Fitotopônimo	Simple
Três Lagoas	Rio	Sucuriú ¹¹	AF		LT	Zootopônimo	Simple

Fonte: Dargel (2003, p. 79).

A explicação linguística dos topônimos de origem indígena foi apresentada em forma de nota de rodapé (Cf. a notas de rodapé dez e onze deste trabalho), com a descrição da etimologia e de elementos que subsidiaram a compreensão do topônimo como um todo. Para recuperar esses dados, utilizou-se como fonte primária de referência a obra *O tupi na geografia nacional*, de Sampaio (1928).

Na parte relativa à estrutura morfológica do topônimo, seguiram-se as orientações de Dick (1992). Para o item variante cartográfico-lexical, foram consideradas as variações¹² do topônimo na ordem do registro, sejam elas de natureza ortográfica e/ou lexical. Para tanto, houve o confronto das transcrições em cartas geográficas, mapas, informações em livros de história e de geografia, históricos das prefeituras, descrição do item lexical nos dicionários e informações orais fornecidas pelas pessoas contatadas.

¹⁰ Buriti – variante de mbiriti, “árvore que emite líquido” (SAMPAIO, 1928, p. 171). É uma espécie de palmeira característica da região do cerrado, fica às margens das veredas. O cerrado constitui-se como o tipo de vegetação predominante no BSM.

¹¹ Sucuriú – segundo Sampaio (1928, p. 308), “çuucuriyú, forma contracta de çuucuriyuba, a sucuri amarela”. Conforme Dick, se forem consideradas as perdas fonéticas desta palavra, Sucuriú, provavelmente, origina-se de sucurigi/sucurihy e significa Rio da sucuri (informação oral fornecida pela toponimista). O próprio Sampaio (1928, p. 309) define sucurihy como Rio da sucuri. O morfema lexical y/i/u/hi/gi originado da língua tupi corresponde à água, rio na língua portuguesa.

¹² Por exemplo, o Rio *Aporé* (AF/Cassilândia) também é chamado de Rio *do Peixe*. Tanto nos documentos oficiais quanto na tradição oral da população local aparecem as duas formas e, assim, registraram-se no item VCL dos quadros *do Peixe e Aporé*.

3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS TOPONÍMICOS DA REGIÃO DO BOLSÃO SUL-MATO-GROSSENSE

Enfatizam-se na análise os topônimos de acidentes geográficos físicos, os primeiros lugares nomeados no início da conquista e da povoação de todo espaço terrestre. Em princípio, a nomeação do espaço em tela deve ter seguido a recorrência aos *nomes descritivos*, nos quais, conforme Stewart (1954, p. 02), “uma qualidade permanente ou semipermanente do lugar em si” fornece a motivação do nome para o acidente. Esse tem sido ainda até hoje um dos mecanismos mais produtivos no processo de batismo de um lugar. Assim, por meio de um adjetivo ou de um substantivo, o designador dá um nome cuja motivação possa ser facilmente percebida por alguém ao relacionar o espaço ao topônimo. Por exemplo, o Córrego *Buriti* (AF/Cassilândia) evoca, por intermédio de seu topônimo, uma possível existência da palmeira buriti no local onde se localiza o córrego, o que torna a motivação desse nome transparente.

Dick (1995, p. 60), ao discorrer sobre o processo de nomeação dos acidentes geográficos, atesta que “os primeiros topônimos funcionavam [...] como verdadeiros *sign-posts*, ou marcas semióticas de identificação dos lugares, usadas com a finalidade de distinguir características de espaços semelhantes [...]”. Para Dick, esse fato explica a “quase-monotonia” na “primeira camada da nomenclatura geográfica” e demonstra que, com a adoção de nomes descritivos, houve, em princípio, uma tendência do designador recorrer aos “arquétipos toponímicos” ou a “universais denominativos”. Desse modo, o substantivo é utilizado como forma de retratar o acidente de maneira concreta e o adjetivo para demonstrar a subjetividade do enunciador (DICK, 1995, p. 60-61).

Nessa perspectiva, o processo de nomeação segue tendências universais, dependentes das necessidades do grupo em um momento específico. A manifestação dessa direção na toponímia do BSM se revela, por exemplo, nos topônimos dos principais rios da região: Rio *Paraná/Aparecida do Taboado*, Rio *Sucuriú/Costa*

Rica, Rio *Pardo*/Santa Rita do Pardo, Rio *Paranaíba*/Paranaíba, dentre outros. Esse processo designativo influencia também na formação morfológica do signo toponímico, próximo item a ser discutido neste texto.

3.1 Estrutura morfológica dos topônimos do BSM

No batismo de acidentes geográficos físicos, o enunciador utiliza, muitas vezes, um elemento descritivo e, por isso, a estrutura morfológica predominante em uma área toponímica tende a ser a do topônimo simples. Nessa linha de raciocínio, constatou-se na toponímia do BSM a predominância de topônimos simples. Dentre os 1.341 topônimos analisados, 1.074 topônimos são simples, o que demonstra um percentual de 80%; 251 topônimos apresentam a estrutura morfológica composta, o que representa 19% do total e, finalmente, registram-se 16 topônimos com a estrutura morfológica híbrida, ou seja, 1% do total de topônimos estudados. Seguem alguns exemplos de topônimos inseridos em uma classificação de estrutura morfológica, seguidos do município de localização do topônimo:

simples: *Córrego Alho*/Três Lagoas, *Córrego Amor*/Selvíria, *Córrego Mimoso*/Selvíria, *Córrego do Pulador*/Aparecida do Taboado, *Ribeirão Galheiro*/Paranaíba;

composta: *Ribeirão da Volta Grande*/Paranaíba, *Ribeirão das Três Barras*, *Córrego da Ponte Nova*, *Ribeirão Santa Rosa*/Inocência, *Córrego Água Bonita*/Costa Rica;

híbrida: *Alto Sucuriú*/Água Clara, *Salto Saltão do Aporé*/Cassilândia; *Salto Indaiá do Sul*/Cassilândia; *Rio Indaiá Grande*/Cassilândia; *Rio Indaiá Grande*/Chapadão do Sul, *Córrego dos Três Buritis*/Inocência (DARGEL, 2003, p. 145-146).

3.1.1 A presença de diminutivos

Além das estruturas morfológicas simples, composta e híbrida, outras particularidades ressaltaram-se na toponímia do

BSM como a significativa incidência de topônimos formados pelo processo de derivação¹³ com sufixo diminutivo. Primeiramente, pensou-se que um curso de água menor, com topônimo no diminutivo, desaguasse em um maior cujo designativo estivesse em grau normal. Em Chapadão do Sul, por exemplo, há os Córregos *do Queixada* e *da Queixadinha*. Contudo, não há relação entre os dois elementos geográficos, pois, ao se verificar a carta topográfica, constatou-se que um fica bem distante do outro e o tamanho é praticamente o mesmo.

Esse fato foi observado nas demais ocorrências de topônimos com diminutivo, ou seja, não foi possível explicar o diminutivo dos topônimos de acidentes geográficos a partir da relação com outro acidente com topônimo homônimo – apenas sem o diminutivo. Foram catalogados 106 topônimos com forma no diminutivo: 18 em Paranaíba; 14 em Três Lagoas; 23 em Costa Rica; 11 em Chapadão do Sul; três em Aparecida do Taboado; duas em Água Clara; um em Santa Rita do Pardo; um em Brasilândia; cinco em Selvíria; dez no município de Cassilândia e 18 no de Inocência.

O resgate histórico da região esclarece que todos os municípios do BSM pertenceram ao município de Paranaíba e que os últimos a serem desmembrados desse município foram Cassilândia, Chapadão do Sul e Inocência. Chapadão do Sul não foi desmembrado diretamente de Paranaíba, uma vez que antes pertenceu ao município de Cassilândia, que se limita com os estados de Goiás e de Minas Gerais, sem esquecer de que o município de Costa Rica se limita com os Estados de Mato Grosso e de Goiás. Observando-se a localização em que se situam a maior quantidade de topônimos com derivação diminutiva, verifica-se que essa incidência se dá na região da fronteira do Mato Grosso do Sul com a de Minas Gerais, de Goiás e de Mato Grosso que se limitam com o BSM.

¹³ Neste artigo não se pretende entrar na discussão teórica da morfologia sobre o diminutivo ser um caso de flexão ou de derivação.

Dick (1998, p. 86) ressalta que “a derivação diminutiva é notada nas regiões norte, nordeste e centro-oeste”. Considerando-se que o BSM está situado na região Centro-Oeste, confirma-se, neste estudo, aspectos da toponímia brasileira já ressaltados por Dick. Contudo, há a impressão de que, em uma parte da região Sudeste, particularmente na parte em que Minas Gerais se limita com Mato Grosso do Sul, há tendência para o uso da derivação diminutiva na toponímia. Não é demais lembrar que o BSM foi colonizado, principalmente, por mineiros e paulistas. Inclusive, fato também ocorrido no município de Três Lagoas (limite de Mato Grosso do Sul com São Paulo), no qual se registra a ocorrência de 14 topônimos formados com nomes no diminutivo.

3.1.2 O uso de sintagmas preposicionados

Outro fato que se destacou do *corpus* foi o uso de preposições nos topônimos, como em *Córrego do Veado/Chapadão do Sul*, *Córrego da Pindaíba/Chapadão do Sul*, *Córrego do Cateto/Aparecida do Taboado*, *Córrego do Campo Alto/Cassilândia*, *Ribeirão do Dois Córregos /Cassilândia*, *Córrego da Serrinha /Três Lagoas*, *Córrego das Perdizes/Inocência*, *Córrego da Estrada/Costa Rica*, *Córrego da Bananeira/Paranaíba*, entre tantos outros exemplos que aqui poderiam ser citados. No total, foram identificados 400 topônimos constituídos de preposição indicadora de posse.

Novamente, retoma-se a questão que parece indicar a presença de uma área toponímica dentro de uma determinada área do próprio BSM. Retoma-se isso por constatar que o espaço no qual houve predominância da derivação diminutiva é o mesmo em que há uma recorrência maior de formação de topônimos preposicionados - há 44 no município de Paranaíba, 21 em Três Lagoas, 24 em Costa Rica, 58 no município de Chapadão do Sul, 33 em Aparecida do Taboado, 11 no município de Água Clara, 15 encontram-se em Santa Rita do Pardo, 15 em Brasilândia, 11 em Selvíria, 53 em Cassilândia e 115 no município de Inocência.

Ressalta-se que não foram computados os sintagmas toponímicos preposicionados que indicam localização espacial, ou seja, não se consideraram nesse total os cardinotopônimos (Córrego do Meio/Três Lagoas, Córrego da Divisa/Aparecida do Taboado).

Esses topônimos poderiam ser classificados como *Possessive Names* ou *Incident Names*, se for seguido o raciocínio de Stewart (1954, p. 03-04), para quem os *Possessive Names* podem referir-se a *personal names* (Córrego da Mariana/Inocência), a *ethnic names* (Serra do Caiapó/Costa Rica) e a *mythological names* (Cabeceira da Cobra/Brasilândia) e, assim, podem ser explicados alguns casos dos sintagmas toponímicos preposicionados. No que concerne aos *Incident Names*, Stewart (1954, p. 04) considera que eles relatam uma característica ou associação temporária do lugar.

3.2 Língua de origem dos topônimos

Neste item, aborda-se a questão da língua de origem dos topônimos do BSM. Conforme conhecimento geral, os grupos étnicos predominantes na população brasileira no início da povoação do Brasil foram os portugueses – os colonizadores –, os indígenas – autóctones de todo o espaço brasileiro – e, posteriormente, os grupos africanos trazidos para o Brasil durante o período correspondente ao tráfico negroiro.

Desse modo, os estratos linguísticos presentes na toponímia brasileira refletem a formação étnica do brasileiro. O colonizador lusitano impôs suas regras de nomeação e, por isso, pouco sobrou da realidade linguística e cultural de quem aqui já vivia. Apesar de se encontrar na toponímia brasileira uma quantidade superior de topônimos originados da língua portuguesa, ainda há significativa herança indígena. Todavia, há apenas uma pequena parte de topônimos originados de línguas africanas. De acordo com Dick (1986, p. 102), em relação à herança indígena na toponímia brasileira, há inventariados

[...] cerca de 10.000 nomes atribuídos a acidentes geográficos de diversas ordens. Os topônimos africanos, ao contrário, ocorrem em proporção bem menor, se levamos em conta que a influência linguística dessa origem está em torno de 350 termos.

Certamente, essas constatações auxiliam na interpretação dos valores numéricos e percentuais expressos em cada um dos estratos linguísticos formadores da toponímia do BSM assim demonstrados:

Quadro 2: Dados numéricos e percentuais sobre a língua de origem dos topônimos do BSM

Língua	Produtividade de topônimos
Língua portuguesa	1.096 topônimos – 82,16% do total de topônimos estudados.
Língua tupi	194 topônimos – 14,54% do total geral de topônimos analisados.
Língua guarani	01 topônimo – 0,07% (Córrego <i>do Tererê</i> – AF/Inocência).
Línguas africanas	13 topônimos – 0,97% das línguas de origem dos topônimos do BSM (Córrego <i>Monjolo</i> – AF/Paranaíba; Córrego <i>Mucunja</i> – AF/Paranaíba; Córrego <i>Monjolo</i> – AF/Três Lagoas; Córrego <i>Marimondo</i> – AF/Paranaíba; Ribeirão <i>Cangalha</i> – AF/Água Clara; Córrego <i>da Cangalha</i> – AF/Água Clara; Córrego <i>do Quilombo</i> – AF/Inocência; Córrego <i>do Monjolinho</i> – AF/ Inocência; Córrego <i>do Inhame</i> – AF/Inocência; Córrego <i>do Buzungueiro</i> – AF/Inocência; Salto <i>da Marimba</i> ³ - AF/Cassilândia; Córrego <i>do Quilombo</i> – AF/Aparecida do Taboado e Córrego <i>do Cachimbo</i> – AF/Aparecida do Taboado).
Língua espanhola	01 topônimo – 0,07% (Córrego <i>do Piçarrão</i> – AF/I).
Língua caiapó	01 topônimo – 0,07% (Serra <i>do Caiapó</i> – AF/Costa Rica).

Língua	Produtividade de topônimos
Língua portuguesa + língua tupi	07 topônimos – 0,52% dos topônimos analisados (distrito <i>Alto Tamandaré</i> – AH/Paranaíba; Ribeirão <i>Barreiro do Ariranha</i> – AF/Paranaíba; Foz do Rio Paranaíba – AF/Aparecida do Taboado; distrito <i>Alto Sucuriú</i> – AF/Água Clara; Salto <i>Saltão do Aporé</i> – AF/Cassilândia; cachoeira <i>do Rio Indaiá</i> – AF/Inocência; e <i>Córrego dos Três Buritis</i> – AF/Inocência).
Língua portuguesa + língua portuguesa + língua tupi	03 topônimos – 0,21% (distrito <i>São João do Aporé</i> – AH/Paranaíba, lagoa <i>Praia do Rio Paraná</i> – AF/Selvíria e povoado <i>São José do Sucuriú</i> – AH/Inocência).
<i>Língua tupi</i> + <i>língua portuguesa</i>	07 topônimos – 0,52% dos signos toponímicos estudados (<i>Rio Indaiá Grande</i> – AF/Chapadão do Sul; lagoa <i>Indaiá Grande</i> – AF/Chapadão do Sul; Salto <i>Indaiá do Sul</i> – AF/Cassilândia; <i>Rio Indaiá Grande</i> – AF/Cassilândia; Ribeirão <i>Indaiá Grande</i> – AF/Inocência; <i>Córrego do Capão Alto</i> – AF/Inocência e <i>Córrego do Capão Limpo</i> – AF/Inocência).
Língua não identificada	11 topônimos – 0,82% dos signos toponímicos pesquisados (<i>Córrego Labo</i> – AF/Três Lagoas; <i>Córrego Aparade</i> AF/Três Lagoas; <i>Córrego Jameda</i> – AF/Três Lagoas; <i>Córrego Aboá</i> – AF/Três Lagoas; <i>Córrego Aiacos</i> – AF/Três Lagoas; <i>Córrego Estipa</i> – AF/Aparecida do Taboado; <i>Córrego Liberino</i> – AF/Brasilândia; <i>Córrego Imboraca</i> – AF/Selvíria; <i>Córrego Rainão</i> – AF/Selvíria; <i>Córrego Eovas</i> – AF/ Inocência e <i>Córrego Orozinho</i> – AF/Costa Rica) – topônimos cujo estrato linguístico de que se originam não foi encontrado.

Fonte: Dargel (2003, p. 147).

Alguns aspectos chamaram a atenção quanto à distribuição percentual do conjunto de topônimos do BSM analisados, tais como o fato de o município de Inocência ser o único no BSM a abrigar um topônimo do estrato Guarani; a registrar quantidade maior de topônimos originados de línguas africanas (quatro topônimos); a

demonstrar o mesmo número de ocorrências no estrato língua portuguesa + língua tupi que o município de Três Lagoas, ou seja, há dois topônimos originados desse estrato linguístico em cada um dos dois municípios, e a evidenciar o número maior de topônimos do estrato linguístico língua tupi + língua portuguesa, dentre os municípios estudados (três dos sete encontrados no BSM).

Entre os topônimos de língua de origem não identificada, cinco se encontram em Três Lagoas e dois em Selvíria. Ao se analisar o mapa (Anexo A, p. 70), é possível perceber que Selvíria se limita geograficamente com Três Lagoas. Esse fato leva a questionar se é possível identificar zonas toponímicas no BSM que, independente do município, apresentam características específicas quanto ao processo designativo? Ainda, se o BSM for dividido em áreas menores, será possível destacar zonas de “variáveis toponímicas”? Os dados investigados, segundo os parâmetros estabelecidos para este trabalho, não nos fornecem informações suficientes para esclarecer essas indagações. Contudo, os dados analisados indicam a possibilidade de áreas isoléxicas também na toponímia.

Outro ponto a destacar, a respeito dos estratos linguísticos menos recorrentes neste trabalho, é a constatação de que o BSM era habitado, em sua maioria, pelo grupo étnico Caiapó. Contudo, apenas um topônimo (Serra do Caiapó – AF/Costa Rica) revela a presença dessa etnia na região.

Em relação aos estratos linguísticos mais recorrentes na toponímia do BSM, evidenciou-se que os topônimos de origem portuguesa predominaram em comparação aos demais. Verificou-se que o princípio nomeador do português se fez presente, principalmente, no uso de nomes comemorativos, em homenagem ou por devoção, e de nomes descritivos. O colonizador, falante da língua portuguesa, impôs ao autóctone, não só uma condição estigmatizada dentro da sociedade que se formava, mas também todo um complexo linguístico e cultural, haja vista que 82,16% dos topônimos analisados são de origem portuguesa. Dick (1976, p. 317) observa que “a Toponímia de origem portuguesa (ou brasileira propriamente dita), pela multiplicidade de traços ambientais”,

oferece ao pesquisador da área um significativo espaço para estudos, pois há de se considerarem “as condições mesológicas”.

No que concerne às línguas indígenas, merecem destaque os topônimos originados do estrato tupi na toponímia do BSM, a língua ameríndia que deixou mais rastros na toponímia local. Apesar de o tupi contemplar um percentual de apenas 14,54% de designativos, considera-se significativa essa incidência por se ter conhecimento pela história local de que no BSM não houve a presença de grupos étnicos do tronco tupi e, conseqüentemente, a língua tupi não foi língua berço de povos do BSM. Todavia, não se pode esquecer de que: i) a língua geral tinha base tupi; ii) o povo tupi era nômade e passava por todo o território brasileiro; iii) havia pessoas da etnia tupi nas bandeiras e Monções, e iv) o povo brasileiro já era formado pela mistura étnica europeu/ autóctone, ou seja:

[...] ao europeu, porém, ou aos seus descendentes cruzados, que realizaram as conquistas dos sertões, é que se deve a maior expansão do *tupi*, como *língua geral*, dentro das raízes actuaes do Brasil. As levas, que partiam do litoral, a fazerem descobrimentos, falavam, no geral, o tupi; pelo tupi designavam os novos descobertos, os rios, as montanhas, os próprios povoados que fundavam e que eram outras tantas colônias, espalhadas nos sertões, falando também o tupi e encarregando-se naturalmente de difundi-lo (SAMPAIO, 1928, p. 02).

Verifica-se que o léxico tupi permanece nos topônimos do espaço estudado e evidencia a formação étnica e linguística do Brasil. Não se pode deixar de destacar a presença africana na toponímia do Brasil e, particularmente, na do BSM. Os registros toponímicos de origem africana no País são bem menores que os de língua tupi. Entretanto, isso não significa que as diferentes etnias africanas para cá trazidas não tenham sido fontes de influências culturais. Ao contrário, atualmente é muito fácil perceber como a cultura africana permanece viva no Brasil e como é notória a presença dessa etnia na formação do povo bra-

sileiro. Contudo, isso não transparece na toponímia na mesma proporção. Atribui-se a pouca recorrência de línguas africanas no sistema toponomástico, de forma geral, ao fato de o africano ter chegado ao Brasil na condição de escravo, ou seja, em uma posição estigmatizada.

Nessa perspectiva, observou-se que a toponímia do BSM reforça uma tendência nacional e, nesse particular, Nascentes (1953, p. 10) destaca que, a partir da metade do século XVI, “colonos portugueses, índios, africanos, seus descendentes puros ou mestiçados, começaram, cada qual a seu jeito, a modificar a língua portuguesa e mais tarde as modificações por eles introduzidas vieram a constituir o falar brasileiro”. Constata-se que fenômeno similar ocorreu com a toponímia brasileira, pois, em decorrência do contato entre culturas e línguas diferentes, a toponímia de aquém-mar não poderia, pois, revelar as mesmas peculiaridades da toponímia portuguesa.

3.3 Taxionomias toponímicas mais recorrentes no BSM

Neste item do artigo, enfocam-se as três taxionomias¹⁴ toponímicas mais produtivas na toponímia do BSM: fitotopônimos, zootopônimos e hidrotopônimos.

¹⁴ Por ordem decrescente de produtividade, são essas as taxionomias toponímicas identificadas no BMS na pesquisa que motivou este artigo: fitotopônimos (206–15,36%), zootopônimos (199–14,83%), hidrotopônimos (188–14,01%), antropotopônimos (118–8,80%), litotopônimos (105–7,83%), sociotopônimos (94–7%), animotopônimos (78–5,65%), geomorfotopônimos (57–4,25%), ergotopônimos (45–3,35%), hagiopônimos (39–2,90%), cardinotopônimos (35–3%), dimensiotopônimos (27–2,01%), hodotopônimos (27–2,01%), ecotopônimos (18–1,34%), NC (14–1,04%), numerotopônimos (14–1,04%), morfotopônimo (12–0,89%), cromotopônimos (11–0,82%), etnotopônimos (11–10,82%), corotopônimos (8–0,59%), dirrematotopônimos (7–0,52%), axiotopônimos (5–0,37%), poliotopônimos (4–0,29%), hierotopônimos (4–0,30%), historiopotopônimos (4–0,30%), somatotopônimos (3–0,22%), meteorotopônimos (2–0,15%), mitotopônimos (2–0,15%), cronotopônimos (2–0,15%), astrotopônimos (2–0,15%) (DARGEL, 2003, p. 156-157).

3.3.1 Os fitotopônimos

Dentre as taxionomias toponímicas, a mais recorrente no BSM foi a dos fitotopônimos com 206 ocorrências, ou seja, 15,36% dos topônimos analisados pertencem a essa classe. Esse fato demonstra, portanto, que o designador recorreu, em significativa proporção, à flora nativa do espaço geográfico no momento do batismo do espaço, uma vez que todos os topônimos de índole vegetal analisados remetem a plantas que integram a vegetação do local estudado.

Na toponímia da região, a recorrência aos fitotopônimos decorre da abundância e da diversidade da flora da localidade. Por ser a taxa mais produtiva, acredita-se que o enunciador tenha sido motivado pela própria existência das plantas encontradas ao redor do acidente geográfico no momento de atribuir um nome ao local.

Outro dado que se ressaltou na análise dos topônimos da área investigada foi a forte recorrência de unidades lexicais de origem tupi, transpostas para os nomes próprios. Tal fato aponta para a percepção de que as unidades lexicais de origem tupi, referentes à vegetação brasileira, já estavam cristalizadas na língua portuguesa quando foram transpostas para os nomes próprios. Citam-se, como exemplos, os topônimos *Córrego Buriti/Cassilândia*; *Córrego Jeribá/Paranaíba*; *Córrego Macaúba/Paranaíba*, *Córrego Babuaçu/Chapadão do Sul*; *Córrego Taboca/Costa Rica*; *Córrego do Rapé/Inocência*; *Córrego Pindaíba/elvéria*; *Córrego Jurema/Bataguassu*; *Rio Taquarussu/Santa Rita do Pardo*; *Córrego Capões/Aparecida do Taboado*, dentre outros.

3.3.2 Zootopônimos

Os zootopônimos tiveram alta produtividade no BSM - 199 topônimos, que representam um percentual de 14,83% do total geral analisado. Da mesma forma como notado nos topônimos motivados pela vegetação do BSM, a fauna local também se refletiu

nos nomes dos acidentes geográficos. Desse modo, destaca-se, mais uma vez, a influência do ambiente físico na geração dos topônimos. Exemplos desse processo são os topônimos *Córrego dos Porcos/Cassilândia*; *Córrego Queixada/Cassilândia*; *Córrego Queixadinha/Cassilândia*, dentre outros. Esses três acidentes físicos receberam nomes da mesma espécie de animais e induz à ideia de que há fartura desse grupo na fauna da localidade. Desse modo, pressupõe-se que os nomes desses animais estão vinculados à vida de quem batizou os acidentes geográficos.

Os zootopônimos, de acordo com Stewart (1954, p. 13), podem ser classificados como *incident name*, isto é, a recorrência aos topônimos da fauna não indica a abundância do animal que serviu de motivação para o topônimo na localidade. Conforme Stewart (1954, p. 13), um encontro casual como um animal de determinada espécie pode influenciar o enunciador no ato da nomeação do lugar. Todavia, na toponímia estudada, todos os animais cujos nomes motivaram os zootopônimos fazem parte da fauna do BSM (sucuris, araras, formigas, bois, perdizes, pombos, mutucas, onças, queixadas). Desse modo, alguns dos zootopônimos do BSM podem ter sido motivados por um encontro casual entre o animal e o nomeador sim, mas, mesmo assim, é possível afirmar que essa referência se deu, principalmente, porque esses animais fizeram/fazem parte da fauna e da vida do homem dessa região.

Nessa perspectiva, esses animais exerceram papel preponderante como fonte de nomeação toponímica do BSM com as indicações de i) zonas perigosas: *Córrego da Onça/Paranaíba*, *Córrego Sucuri/Três Lagoas*, *Cabeceira da Cobra/Brasilândia*; ii) pragas: *Córrego da Formiga/Brasilândia*, *Córrego da Mutuca/Inocência*, *Córrego do Polvarim/Paranaíba*; iii) caça: *Córrego das Perdizes/Aparecida do Taboado*, *Rio do Pombo/Três Lagoas*, *Córrego Queixada/Selvíria*, *Córrego do Cateto/Aparecida do Taboado*, *Córrego da Carne/Selvíria*¹⁵; iv) pecuária: *Ribeirão dos Bois/Água Clara*.

¹⁵ Carne, nesse caso, pelo processo metonímico – parte pelo todo: carne do peixe, carne do porco.

Ainda relacionados à pecuária há topônimos de outras ta-
xes que se associam à área semântica da fauna, como *Córrego do Retiro/ Paranaíba*, *Córrego Invernada/Três Lagoas*, *Córrego Cangalha*¹⁶/*Água Clara*, topônimos esses que, segundo Castro (1941, *apud* DICK, 1990, p. 274), estabelecem a representação da “geografia do gado”.

3.3.3 Hidrotopônimos

Do total de topônimos analisados no BSM, os hidrotopônimos perfizeram o porcentual de 14,01%, com 188 topônimos. Além de ter significado vital para o homem, a água, por meio de suas correntes hídricas, sempre esteve presente na vida humana desde o homem primitivo, ou como fonte de alimentação pela pesca ou como um meio para a pessoa poder locomover-se e descobrir novas áreas geográficas.

Nesse sentido, Dick (1990, p. 196) destaca que o “aparecimento de topônimos, nos mais diferentes ambientes, revestindo uma natureza hidronímica propriamente dita, vincula-se à importância dos cursos de água para as condições de vida humana”. Desse modo, o homem, ao escolher uma localidade para viver, dá preferência a um espaço em que a água seja abundante, por isso, ao nomear um item desse espaço como um hidrotopônimo, o designador transporta toda a sua fascinação pela água para o designativo, singulariza o acidente geográfico e o diferencia dos demais. Além disso, ao nomear, o indivíduo fornece elementos que auxiliam o homem a se orientar a partir dos cursos de água e de seus derivados e a buscar fontes de sobrevivência ou de lazer.

Variados condicionantes ambientais são considerados no ato de batismo do um acidente físico com nomes que fazem alusão à água. Dentre esses, podemos considerar: i) descrição específica do acidente: pode tratar-se do próprio AF ou até de

¹⁶ Retiro → sociotopônimo; Invernada → sociotopônimo; Cangalha → ergotopônimo.

outro como Córrego *Nascente/Água Clara*; ii) aspecto da água: se a água é translúcida, limpa, clara ou se há a indicação de água potável, propícia ao uso humano, como em Córrego *Água Limpa/Cassilândia*, Córrego *Água Clara/Água Clara*; iii) locais propícios ao lazer: normalmente, os acidentes geográficos designados com termos como cachoeira, salto indicam local para a prática de esportes, diversão e lazer como Córrego *Cachoeira/Água Clara*; iv) indicação de perigo: Salto *Saltão do Aporé/Cassilândia* – além de ser possível relacionar esses topônimos a locais apropriados ao lazer ou até ao perigo como sugere o salto *Saltão do Aporé* que, pela derivação aumentativa, remete a um salto muito grande e, conseqüentemente, muito perigoso. Stewart (1954, p. 13) classifica topônimos dessa natureza como *descriptive name*.

Pelo exposto, nota-se que a alta incidência de topônimos referentes aos elementos de índole hidrográfica do BSM demonstra o significado dos cursos de água e de seus derivados na vida do designador dos acidentes geográficos dessa faixa do território. Por fazer parte do bioma cerrado, a toponímia do BSM contempla significativa presença das características hídricas específicas desse bioma na nomeação dos acidentes físicos cujos nomes são estudados neste trabalho. Inclusive destaca-se a forte incidência de toponimização¹⁷ nos designativos da localidade e, desse modo, há vários córregos denominados de *Cachoeira*, *Cabeceira*, *Salto*.

4. PROPOSTA DE CARTOGRAFIA DOS TOPÔNIMOS DO BSM

Como já assinalado na introdução deste texto, um dos objetivos do trabalho seria a apresentação de modelos de cartas topográficas da região do BSM com base na literatura existente sobre o assunto e nos dados evidenciados por intermédio da pesquisa que originou este estudo. Considerando-se que, na época em que

¹⁷ Quando um nome do elemento genérico do topônimo passa de genérico a nome específico simples.

se realizou a pesquisa, ainda não havia atlas toponímico¹⁸ finalizado no Brasil que pudesse oferecer parâmetros para a elaboração de um atlas regional, decidiu-se esboçar alguns modelos de cartas toponímicas para subsidiar uma possível e futura elaboração do ATBSM (Atlas Toponímico da Região do Bolsão Sulmato-grossense). A diretriz teórica que subsidiou a elaboração das cartas foi a proposta por Dick (1996, p. 29-30).

Embora se soubesse da existência dos projetos ATB, ATESP (USP) e ATEPAR (UEL)¹⁹, os modelos - imagens - das cartas apresentados não foram baseados em modelos existentes porque não houve o contato da pesquisadora com imagens similares às elaboradas neste trabalho. Conquanto, no *Workshop* de Toponímia realizado no dia 26 de setembro de 2002²⁰, esta pesquisadora teve conhecimento de que já havia um modelo de cartas toponímicas proposto por Oliveira (2000), como parte da Monografia do Curso de Especialização em Letras, oferecido pela Universidade Estadual de Londrina²¹. Tanto a proposta elaborada para representação cartográfica dos dados do BSM quanto a apresentada por Oliveira (2000) para a toponímia do Paraná se fundamentaram nos parâmetros fornecidos por Dick (1996), em que a toponimista sugere que os atlas toponímicos precisam contemplar *cartas gerais* (a carta total de topônimos é um exemplo de uma carta geral) e *cartas parciais* (a carta representativa da taxa dos fitotopônimos é um exemplo desse modelo de carta), com apresentação corocromáticas qualitativas ou temáticas.

A semelhança entre o modelo de Oliveira (2000) e o de Dargel (2003) recai na apresentação de uma carta toponímica para cada uma das taxas do modelo Dick (1996) e na separa-

¹⁸ Atualmente, no Brasil, há o ATEMS finalizado e em vias de publicação.

¹⁹ ATB = Atlas Toponímico do Brasil, ATESP = Atlas Toponímico do Estado de São Paulo, USP = Universidade de São Paulo, ATEPAR = Atlas Toponímico do Estado do Paraná, UEL = Universidade de Londrina.

²⁰ Promovido pelo Mestrado em Letras da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *campus* de Campo Grande.

²¹ Esta pesquisadora não teve acesso ao trabalho de Oliveira na íntegra.

ção dos municípios por cores. Os dois modelos se diferenciam quanto à base cartográfica. As cartas de Dargel representam a identificação dos acidentes por meio de coordenadas geográficas que podem ser colhidas por GPS ou por intermédio de carta oficial do IBGE ou do Exército Brasileiro. Oliveira (2000) apresenta os valores em forma de variáveis porcentuais (0 a 20%), enquanto Dargel (2003) aponta os dados em valores absolutos. Os municípios do BSM são sempre identificados pela mesma cor.

O modelo de Dargel (2003) reuniu um total de 54 modelos de cartas toponímicas, algumas apresentadas por meio do modelo corocromático; outras orientadas pelo o que a autora considerou na época como o ideal de representação toponímica (Carta IX): os dados toponímicos são registrados na própria carta geográfica no espaço em que se situa o acidente físico. Para a elaboração das cartas, a pesquisadora se baseou nos princípios estabelecidos por Dick (1996, p. 33-41) e também em recomendações a respeito de normas cartográficas fornecidas pela Geografia. Para Dick (1996, p. 41),

[...] o interesse e a necessidade da pesquisa, porém, superaram todos os empecilhos perturbadores do processo de análise, principalmente se se considerar que uma Toponímia científica, sólida e eficaz só se consolida pelo conhecimento seguro das fontes documentais que a amparam.

Nessa perspectiva de Dick, um atlas toponímico precisaria apresentar a análise de cada uma das cartas toponímicas, uma vez que estas não se configuram meramente como ilustrações. Cada carta toponímica é um documento elaborado que, a partir de dados confiáveis, fornece informações sobre língua, cultura, acidentes geográficos e estratos linguísticos predominantes em uma região. Na sequência, relaciona-se a totalidade das cartas elaboradas por Dargel (2003) com o título de cada uma delas:

Quadro 3: Cartas toponímicas propostas por Dargel (2003)

CARTA	TÍTULO
Carta Toponímica I	Localização do BSM no Brasil e no MS.
Carta Toponímica II	Caminhos dos sertanistas pelas águas – o roteiro que os bandeirantes/sertanistas percorriam, no Bolsão, através dos rios.
Carta Toponímica III	Primeiros povoados do estado de Mato Grosso do Sul, dentre eles o povoado de Santana do Paranaíba, de onde se originou a região do Bolsão Sul-mato-grossense.
Carta Toponímica IV	Povos indígenas fixados no estado de Mato Grosso do Sul até o final do século XVIII.
Carta Toponímica V	Estrada do Piquiri – estrada, construída no século XIX, que ligava o Porto Taboado a Cuiabá e tornava o BSM passagem obrigatória para quem vinha de São Paulo em direção a Minas Gerais, a Goiás e a Cuiabá.
Carta Toponímica VI	Vegetação do estado de Mato Grosso do Sul – aspectos fisiográficos.
Carta Toponímica VII	Categorias toponímicas de Água Clara – o sintagma toponímico foi representado cartograficamente no local exato do acidente geográfico e, ao lado, foi indicada a taxa toponímica na qual se enquadra o topônimo.
Carta Toponímica VIII	Estrutura morfológica dos topônimos de Água Clara – carta organizada, segundo o mesmo critério da anterior.
Carta Toponímica IX	Os estratos linguísticos na toponímia de Água Clara – o critério é o mesmo das cartas VII e VIII.
Carta Toponímica X	Total de topônimos identificados em cada um dos municípios integrantes do BSM.

CARTA	TÍTULO
Cartas Toponímicas de XI a XLII	Taxionomias toponímicas do BSM – cartas que representam a produtividade das categorias toponímicas nos municípios que integram o BSM. Para tanto, foram utilizados números e percentuais exatos em relação à ocorrência das taxas toponímicas; quando um município não apresentou ocorrências de alguma taxionomia, apresentamo-lo no mapa sem indicação de cor para que o leitor perceba a ausência daquela categoria toponímica naquele município.
Cartas Toponímicas de XLIII a LI	Língua de origem dos topônimos do BSM. Cartas apresentadas segundo os mesmos critérios das anteriores, apenas substituíram-se as taxas toponímicas pelos estratos linguísticos que originaram os topônimos do BSM.
Cartas Toponímicas de LII a LIV	Estrutura morfológica dos topônimos do BSM. Cartas elaboradas com a mesma estrutura das duas sessões anteriores e que apresentam a estrutura morfológica do topônimo em simples, composto ou híbrido.

Fonte: Dargel (2003, p. 170-173).

Apresentadas as considerações acerca das cartas toponímicas elaboradas, que representaram uma primeira tentativa de cartografia dos topônimos de Mato Grosso do Sul, reproduzem-se, na sequência, três cartas toponímicas como forma de ilustração da proposta defendida em 2003: Figura 2 (Anexo B, p. 71); Figura 3 (Anexo C, p. 72); Figura 4 (Anexo D, p. 73).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresentou e discutiu um recorte da toponímia da região do Bolsão Sul-mato-grossense. Nessas considerações, apontam-se algumas tendências da toponímia local que se ressaltaram frente aos objetivos propostos.

Conforme o método adotado para a formação morfológica, os designativos de estrutura simples tiveram recorrência superior em relação aos de estrutura composta e híbrida. Além disso, também foram arrolados os números relativos aos topônimos formados por sufixo diminutivo, um total de 106 topônimos, e os sintagmas preposicionados com indicação de posse no total de 400 ocorrências. O estudo da formação morfológica desses topônimos permitiu apontar para áreas isoléxicas que induzem a se pensar em uma área de *continuum* toponímico.

Em relação à língua de origem dos topônimos, houve maior ocorrência de designativos originados da língua portuguesa: 1.103 topônimos. Essa maior produtividade referenda a tendência já assinalada por Dick (1990) para a toponímia brasileira. Além disso, não se pode esquecer que o Brasil é um país cuja língua oficial é o português desde o século XVIII. Todavia, mesmo assim, não se considera pequeno o número de topônimos originados da língua tupi: 194 designativos.

Dentre as categorias de natureza física, as três taxionomias mais produtivas, por ordem decrescente de produtividade, foram os fitotopônimos (206 – 16%), os zootopônimos (199 – 15%) e os hidrotopônimos (188 – 14%). Essa relação semântica, tão forte entre o designativo e o ambiente, revelada pelo estudo dos topônimos do BSM, demonstra como língua, cultura, sociedade são partes indissociáveis na configuração da toponímia regional.

REFERÊNCIAS

DARGEL, Ana Paula Tribesse Patrício. *Entre buritis e veredas: o desvendar da toponímia do Bolsão Sul-mato-grossense*. 2003. 264 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas – MS, 2003.

DICK, Maria Vicentina do Amaral. A litotoponímia no Brasil. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiro*. São Paulo: Ed. da USP n. 26, 1986, p. 65-72.

_____. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Edições Arquivo do Estado, 1990.

_____. Atlas toponímico: um estudo de caso. *Acta Semiotica et Linguística*. Paraíba, v. 6, n.1, p. 27-44, 1996.

_____. Léxico toponímico: marcadores e recorrências linguísticas (um estudo de caso: a toponímia do Maranhão). *Revista Brasileira de Linguística*. v. 1. São Paulo: Plêiade, 1995, p. 59-67.

_____. O sistema onomástico: bases lexicais e terminológicas, produção e frequência. In: OLIVEIRA, Ana Maria P. P.; ISQUERDO, Aparecida Negri. (Org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: Ed. UFMS, 1998. p. 77-88.

_____. O sistema toponímico brasileiro. *Separata da Revista Língua e Literatura*. São Paulo: ed. da USP, n. 5, 1976, p. 311-320.

_____. *Toponímia e antroponímia no Brasil*. Coletânea de estudos. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas/FFLCH/USP, 1992.

GOMES, Conceição Aparecida de Queiroz. *Economia leiteira do Bolsão Sul-mato-grossense*. 1994. 129 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Presidente Prudente: UNESP, 1994.

ISQUERDO, Aparecida Negri; DARGEL, Ana Paula Tribesse Patrício. Hidronímia e Toponímia: interinfluências entre ambiente e história. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; DAL CORNO, Giselle Olivia Mantovani (Orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. v. VII. Campo Grande: Ed. UFMS, 2014. p. 63-80.

_____. *O Fato Lingüístico como recorte da realidade sócio-cultural*. 1996. 409 f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Araraquara-SP, 1996.

NASCENTES, Antenor. *O linguajar carioca*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953.

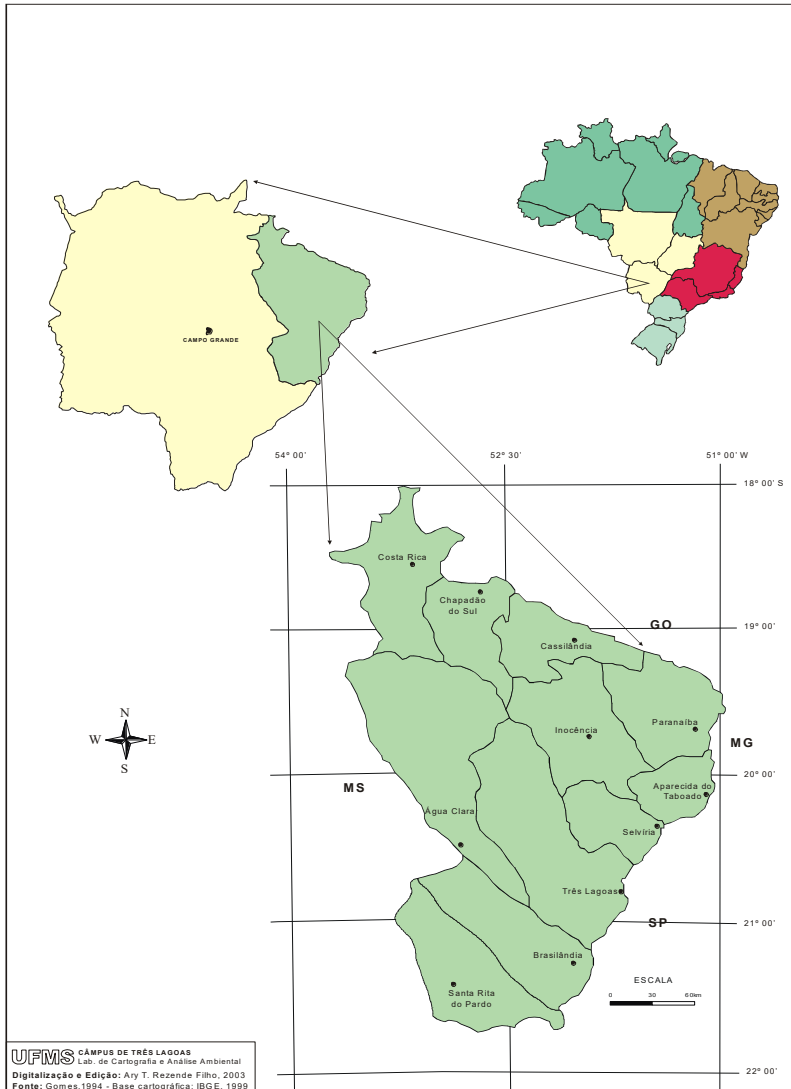
OLIVEIRA, Leodmar Romam de. *Esboço de um atlas toponímico*. 2000. Monografia (Especialização em Língua Portuguesa). Universidade de Londrina, Londrina, 2000.

SAMPAIO, Theodoro. *O Tupi na geografia nacional*. Bahia: Secção Graphica da Escola de Aprendizes Artificies, 1928.

STEWART, George Rippey. A classification of place names. *Names*. Beckerley. v. II. n. 1. Março, 1954, p. 01-13. (Tradução: Prof. Erasmo d'Almeida Magalhães).

ANEXO A

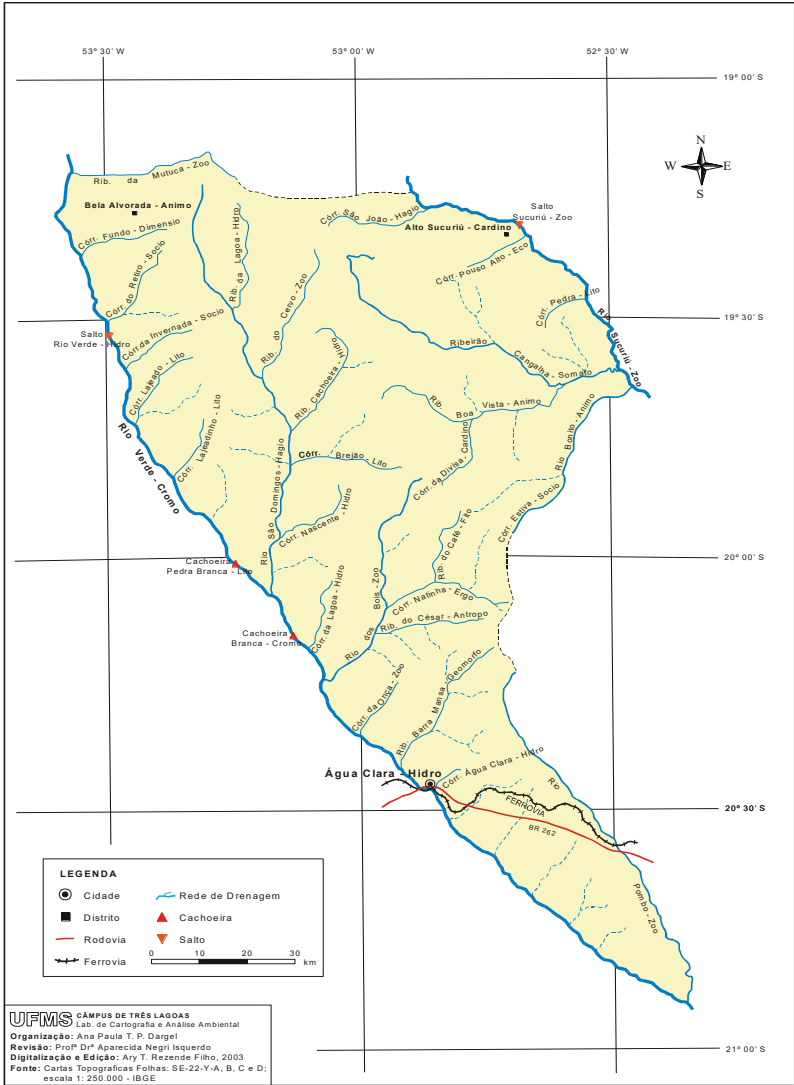
Figura 1: Carta Toponímica I - localização da área de estudo



Fonte: Dargel (2003, p. 38).

ANEXO B

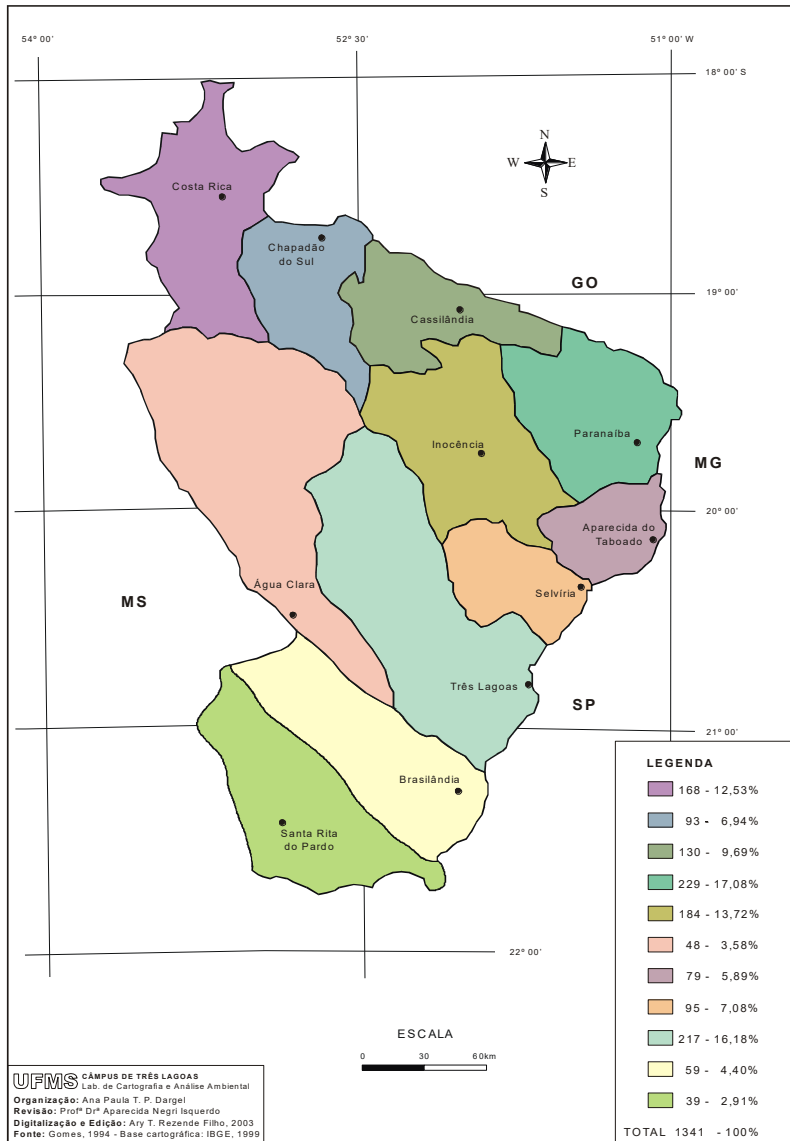
Figura 2: Carta Toponímica VII – categorias toponímicas de Água Clara – MS



Fonte: Dargel (2003, p. 186)

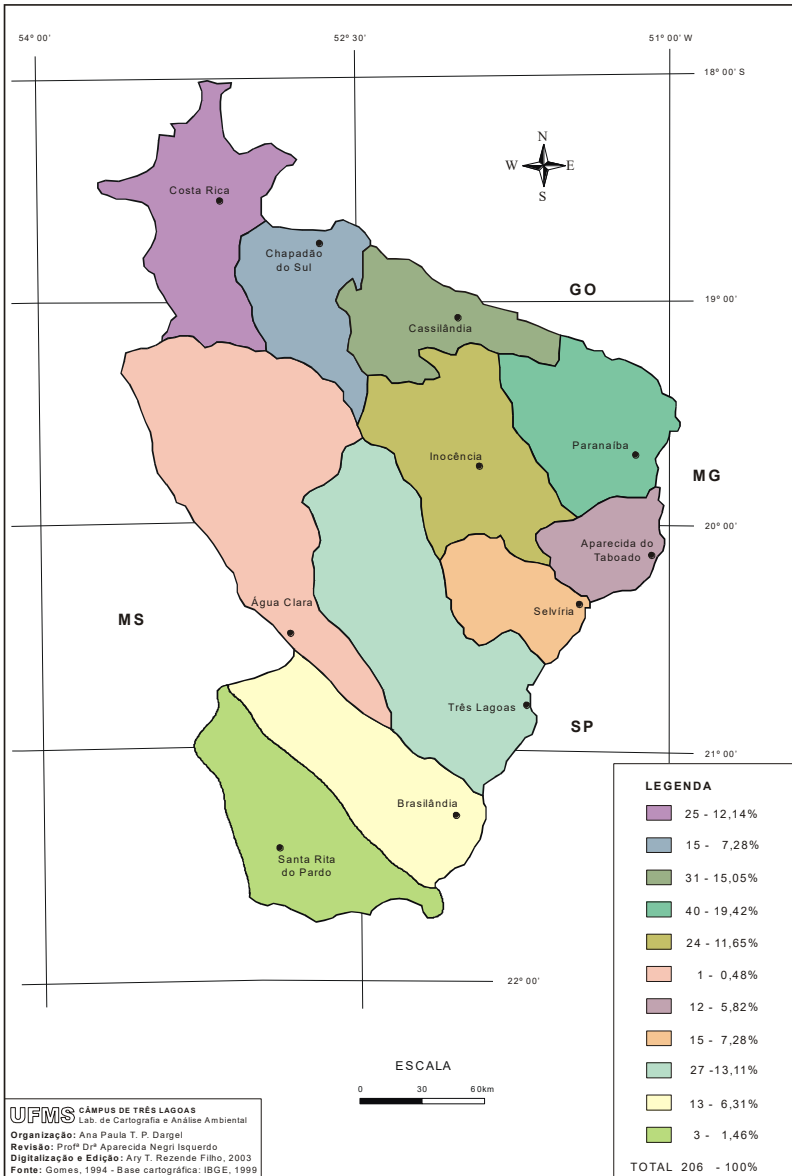
ANEXO C

Figura 3: Carta Toponímica X - Total de topônimos em cada um dos municípios integrantes do BSM



ANEXO D

Figura 4: Carta Toponímica XXVI - Fitotopônimos



Fonte: Dargel (2003, p. 204).



TENDÊNCIAS TOPONÍMICAS NA REGIÃO SUL DE MATO GROSSO DO SUL

Marilze Tavares

INTRODUÇÃO

Apresentamos, neste trabalho, parte dos resultados de uma pesquisa mais ampla intitulada *Toponímia sul-mato-grossense: um caminhar pelas microrregiões de Dourados, de Iguatemi e de Nova Andradina*¹. Ressaltamos que a pesquisa enquadra-se no campo da Linguística, uma vez que o enfoque principal é dado ao processo de nomeação de acidentes físicos e humanos. Ou seja, ainda que os trabalhos toponímicos possam apresentar diversas informações, sobretudo a respeito da história que envolve o acidente geográfico físico ou humano, o foco será sempre o nome.

Em outras palavras, o trabalho consiste no estudo do signo linguístico em função toponímica, ainda que tenha também caráter etnológico, por considerar que a cultura, o modo de vida, a história, os aspectos geográficos interferem decisivamente no

¹ A pesquisa investigou a toponímia das microrregiões de Dourados (MR10), de Iguatemi (MR11) e de Nova Andradina (MR08), localizadas no Cone Sul do Estado de Mato Grosso do Sul. Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Campus de Três Lagoas, em 2004, sob a orientação da Profa. Dra. Aparecida Negri Isquerdo. Disponível em: <http://atems.ufms.br/wp-content/uploads/2016/09/DISSERTA%C3%87%C3%83O-MARILZE.pdf>

uso que os falantes fazem da língua (e nomear é fazer uso da língua).

1. TOPONÍMIA: CONCEITOS E MODELO DE CLASSIFICAÇÃO UTILIZADO

A ciência que estuda os nomes próprios é denominada Onomástica e pode ainda ser dividida em dois ramos: a Antroponímia, que se ocupa da investigação dos nomes de pessoas, e a Toponímia, que estuda a origem, a transformação e a significação dos nomes de lugares, ou seja, dos designativos geográficos.

Salazar-Quijada (1985, p. 08) assim explica o surgimento da toponímia:

Para indicar que vemos a quien está conosotros, basta señalarlo con el dedo. Pero si deseamos referimos a algo que está lejos o que vimos en otra ocasión, lo hemos de denominar. Pueda que hasta con el término generico: el rio, la montaña... Pero si los ríos e las montañas que conocemos son diversas, precisa distinguirlos; o sea, darles un nombre propio.

Conforme destaca o pesquisador venezuelano, os nomes dos acidentes físicos e humanos são uma fonte de muito valor para o acervo científico e patrimonial de um país. Por meio dos topônimos, é possível conhecer as características culturais das pessoas que habitam ou habitaram a região, uma vez que na toponímia podem estar pistas sobre a permanência histórica de grupos humanos em uma área geográfica (SALAZAR-QUIJADA, 1985, p. 29).

De acordo com a toponimista brasileira, Maria Vicentina Dick (1990, p. 20-23), durante muito tempo a Toponímia foi definida e conhecida de maneira simplista, ou seja, os pesquisadores que se interessavam por essa área procuravam apenas fazer uma lista dos topônimos de uma determinada região, seguida de

provável etimologia dos nomes de origem indígena, no caso do Brasil. Assim, ao estudar os nomes dos lugares, o pesquisador centrava-se apenas na sua significação linguística e a origem e os motivos da nomeação ficavam em segundo plano. Considerando uma concepção mais atual, a Toponímia deve se ocupar

[...] da história das transformações dos nomes de lugares; a sua evolução fonética; as alterações de diversas ordens; o seu desaparecimento; a sua relação com as migrações, a colonização, os estabelecimentos humanos e o aproveitamento do solo; os nomes inspirados por crenças mitológicas visando algumas vezes assegurar a proteção dos santos ou de Deus (DICK, 1990, p. 21).

Podemos afirmar, ainda conforme as palavras da pesquisadora, que os topônimos, mais até que as outras unidades do léxico, configuram-se

[...] como verdadeiros “testemunhos históricos” de fatos e ocorrências registrados nos mais diversos momentos da vida de uma população, encerram, em si, um valor que transcendem ao próprio ato da nomeação: se a toponímia situa-se como a crônica de um povo, gravando o presente para o conhecimento das gerações futuras, o topônimo é o instrumento dessa projeção temporal (DICK, 1990, p. 21-22).

A Toponímia é compreendida como “um imenso complexo línguo-cultural, em que os dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e, não, exclusivamente” (DICK, 1990, p. 35). Isso porque para se estudar o topônimo é necessária a sustentação de outras áreas de conhecimento, além da Linguística, como a História e a Geografia.

É preciso acrescentar que os primeiros enfoques observados na pesquisa toponímica foram muito importantes para o desenvolvimento desse ramo de estudo, mas faltava ainda encontrar um meio pelo qual fosse possível recuperar, na análise dos topônimos, fatores de ordem externa que pudessem ter influenciado o denominador no momento da criação do topônimo. Por essa

razão, vários estudiosos² se ocuparam da elaboração de modelos taxionômicos e de princípios teóricos que pudessem melhor orientar as pesquisas.

Por uma questão de limites deste trabalho, faremos apenas considerações a respeito do modelo proposto por Dick, que, inicialmente, era composto de 19 categorias. Conforme a própria pesquisadora, ainda não havia sido possível contemplar “todas as possibilidades contidas na nomenclatura geográfica brasileira” (DICK, 1992, p. 27). Em razão disso, com o objetivo de ampliar o modelo, propondo um quadro mais abrangente, a autora reformula alguns conceitos e subdivide algumas categorias, deixando o modelo que antes era de 19 taxes com 27 (11 de natureza física e 16 de natureza antropocultural).

De acordo com esse modelo, nomes relacionados à vegetação, como *Peroba* (córrego) ou *Taquari* (rio), são incluídos na categoria dos *fitotopônimos*; nomes relativos à hidrografia, como *Água Clara* (município) ou *Água Boa* (córrego), são *hidrotopônimos*; topônimos relativos a nomes sagrados de diferentes crenças, como *Santa Luzia* (distrito) e *Fátima do Sul* (município), são, conforme o modelo, respectivamente, *hagiotopônimos* e *hierotopônimos*.

Neste trabalho bem como na dissertação que deu origem a ele, a análise e os números apresentados se pautam principalmente na motivação dos nomes coletados, que é explicitada a partir do modelo de Dick (1992).

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As áreas consideradas para a investigação toponímica realizada por Tavares (2004) compreendem as microrregiões de Dourados,

² As propostas de Dauzat (1928), de Leite de Vasconcelos (1931), de Stewart (1954), de Dick (1990), de Salazar-Quijada (1985) são as mais conhecidas pelos que se interessam por esse ramo da Linguística, mas temos ainda a contribuição de Isquerdo (1996), Lima (1997, *apud* SCHNEIDER, 2002), acerca da classificação de algumas categorias toponímicas.

de Iguatemi e de Nova Andradina, das quais foram coletados, a partir das folhas cartográficas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (1987), da escala 1:250.000³, 920 nomes referentes a acidentes físicos (rios, córregos, lagoas, morros, serras...) e a acidentes humanos (cidades, distritos, povoados, vilas rurais...). Essas três microrregiões compreendem, juntas, 36 municípios.

Para fins de sistematização, os topônimos catalogados foram organizados em dois quadros principais (conforme Quadro 1 que segue) nos quais foi possível registrar o nome do município ao qual o acidente nomeado pertence, o topônimo, o acidente ao qual se refere, a taxionomia e a língua de origem.

Quadro 1: Modelo de quadro utilizado

AMAMBAI			
Topônimo	Acidente	Taxionomia toponímica	Origem linguística
Acuti	córrego	zootopônimo	tupi
Engano	córrego	animotopônimo	português
Guaçu	córrego	dimensiotopônimo	tupi
Palmeira	córrego	fitotopônimo	português
Piquiri	córrego	fitotopônimo	tupi

Fonte: Tavares (2004)

Reiteramos que, para a classificação taxionômica, utilizamos o modelo de Dick (1990; 1992) e, para determinar a origem linguística dos topônimos, consultamos várias obras lexicográficas, entre as quais as seguintes: *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa* (HOUAISS, 2001); *Diccionario castellano-guarani; guarani-castellano* (GUASCH; ORTIZ, 1998); *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi* (CUNHA, 1998); *Dicionário etimológico da língua portuguesa* (CUNHA, 1986); *O tupi*

³ Em alguns casos, para completar a coleta, utilizamos também mapas fornecidos pelas prefeituras dos municípios investigados.

na *geografia nacional* (SAMPAIO, 1987); *Vocabulário guarani português* (MARIO SAMPAIO, 1986); *Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes* (GUÉRIOS, 1981).

Esses procedimentos metodológicos foram adotados para a pesquisa mais ampla já mencionada e estão aqui apresentados porque esclarecem, por exemplo, como os dados que aparecem neste recorte foram coletados e como a pré-análise foi realizada – entendemos que as pesquisas para o preenchimento das colunas “taxionomia” e “origem linguística” dos quadros são também uma análise preliminar dos dados.

Neste trabalho, temos como objetivo apresentar considerações sobre as três categorias toponímicas mais produtivas e sobre a influência indígena nos designativos geográficos do sul de Mato Grosso do Sul. De modo geral, partimos do pressuposto de que as particularidades socioculturais, históricas e geográficas das regiões investigadas estão refletidas no processo de nomeação dos acidentes físicos e humanos, ou seja, na toponímia. Por isso, não apenas a presença indígena na região, mas outras particularidades também podem ser notadas no conjunto das designações geográficas.

3. MATO GROSSO DO SUL: DADOS SOBRE A POPULAÇÃO E ASPECTOS SOBRE A PRESENÇA INDÍGENA

3.1 Dados sobre a população em geral

Mato Grosso do Sul, à época da realização da pesquisa, era dividido em 78 (atualmente são 79) municípios que, segundo o IBGE, estavam distribuídos em 11 microrregiões: Baixo Pantanal (MR-01), Aquidauana (MR-02), Alta Taquari (MR-03), Campo Grande (MR-04), Cassilândia (MR-05), Paranaíba (MR-06), Três Lagoas (MR-07), Nova Andradina (MR-08), Bodoquena (MR-09), Dourados (MR-10) e Iguatemi (MR-11). Os dados aos quais nos referimos neste trabalho foram coletados das microrregiões 08, 10 e 11, conforme quadro a seguir.

Quadro 2: Microrregiões e municípios pesquisados

Microrregião	Municípios
Nova Andradina	Anaurilândia, Batayporã, Bataguassu, Nova Andradina e Taquarussu
Dourados	Amambai, Antônio João, Aral Moreira, Caarapó, Douradina, Dourados, Fátima do Sul, Itaporã, Juti, Laguna Caarapã, Maracaju, Nova Alvorada do Sul, Rio Brillhante, Ponta Porã e Vicentina
Iguatemi	Angélica, Coronel Sapucaia, Deodópolis, Eldorado, Glória de Dourados, Iguatemi, Itaquiraí, Ivinhema, Japorã, Jateí, Mundo Novo, Naviraí, Novo Horizonte do Sul, Paranhos, Sete Quedas e Tacuru.

Fonte: Elaboração da autora com base em dados do IBGE (2000).

No período da coleta dos dados (2003-2004), de acordo com o Censo (IBGE, 2000), a população do Estado de Mato Grosso do Sul era de 2.078.001 habitantes. A maioria, 1.747.106, concentrava-se na zona urbana e os 330.895 restantes permaneciam na zona rural.

Na Microrregião de Dourados, a população era de 407.512 habitantes; na Microrregião de Iguatemi, 202.448 e na Microrregião de Nova Andradina, 73.65. As três microrregiões em estudo totalizavam de 683.611 habitantes.

No que se refere à concentração desses habitantes, o Censo também registrava que, enquanto a densidade demográfica no Estado ficava entre 0,6 e 2,0 habitantes por quilômetros quadrados, em outras, como era o caso das microrregiões em estudo, chegava a variar entre 25 a 73,9 habitantes por quilômetro quadrado.

Essa maior densidade geográfica pode ser associada ao sistema de povoamento, às atividades econômicas, ou ainda à posição estratégica da região. Esses fatores contribuíram para que diversos aglomerados humanos fossem se formando, ou seja, associados aos 36 municípios selecionados para a pesquisa de Tavares (2004), há, na região, dezenas de vilas, de povoados e de distritos.

3.2 A população indígena em Mato Grosso do Sul

De acordo com o Censo de 2010 (IBGE, 2010), Mato Grosso do Sul possui a segunda maior população indígena do Brasil. Conforme a última contagem populacional realizada, os indígenas do Estado somariam 73.295⁴, sendo que desse total, mais da metade – 43.401 – pertenceria à etnia Guarani Kaiowá, que estaria entre as 15 com maior número de indígenas no Brasil.

Martins (2002, p. 39) registra que, no início do século XVI, por ocasião do descobrimento do Brasil, o território do atual Estado de Mato Grosso do Sul era densamente povoado por sociedades indígenas, algumas, inclusive, ainda não identificadas pela arqueologia e pela etno-história. Segundo o mesmo autor, os grupos indígenas que restaram no Estado são os Guarani, os Kadiwéu, os Terena, os Guató e os Ofayé. O autor lembra que os Kaiapó Meridional e os Payaguá – que às vezes são citados como grupos indígenas do Mato Grosso do Sul – já estariam extintos da região desde meados do século XIX.

Cada um desses povos traz bagagens diferenciadas, seja pelo repertório de sua cultura, por suas línguas ou variedades de língua, seja por suas histórias; são diferentes no que se refere ao grau de integração à sociedade, quanto às respostas construídas para fazer frente às agressões do colonizador europeu e, depois, do Estado. Contudo, o que é comum a todos os grupos é a situação de contato em que vivem.

A Microrregião de Dourados, uma das mais importantes do Estado, não apenas pela sua extensão e densidade demográfica, mas também pelo fato de movimentar a economia da região Sul e de todo o Estado, teve como primeiros habitantes os índios Terena e os Kaiwá, no início do século XVIII, época em que eles

⁴ De acordo com o Censo 2010, as cinco maiores populações indígenas, além das de Mato Grosso do Sul, estão nos seguintes estados: Amazonas, 168.680; Bahia, 56.38; Pernambuco, 53.284; Roraima, 49.637; Mato Grosso, 42.538. A menor população está no Rio Grande do Norte, 2.597.

dominaram todo o território compreendido entre o atual município de Rio Brillhante e o Rio Amambai e desde os campos de Maracaju até o Rio Ivinhema e o Rio Paraná. Ainda no século XVIII, os sertanistas passaram pelos Campos de Vacaria e pela Serra de Maracaju na busca de índios e de ouro no Norte de Mato Grosso (CABRAL, 2002, p. 50).

Atualmente os grupos indígenas que habitam a região compreendida pelas três microrregiões em estudo são, em grande maioria, os Guarani e os Kaiowá, que ocupam um grande território, com áreas que se estendem por dezesseis municípios, desde Japorã, no extremo Sul, até Rio Brillhante no Centro-Sul e Bela Vista, no extremo Sudoeste, passando por Sete Quedas, Tacuru, Paranhos, Coronel Sapucaia, Amambai, Iguatemi, Eldorado, Juti, Caarapó, Dourados, Douradina, Maracaju, Laguna Caarapã, Aral Moreira, Ponta Porã e Antonio João.

Conforme informa Cabral (2002, p. 51), os índios dessa etnia estão distribuídos pelas aldeias *Amambaí* e *Limão Verde* (no município de Amambai), *Campestre* e *Cerro Mangaratu* (no município de Antônio João), *Tey Kue* (no município de Caarapó), *Taguaperi* (no município de Coronel Sapucaia), *Cerrito* (no município de Eldorado), *Jaguapiru*, *Bororó* e *Panambizinho* (no município de Dourados), *Pirakuá* (no município de Bela Vista), *Panambi* (no município de Douradina), *Porto Lindo* (no município de Japorã), *Pirajuí*, *Paraguassu* e *Potrero Guassu* (no município de Paranhos), *Aroeira* (no município de Rio Brillhante), *Lima Campo* (no município de Ponta Porã), *Sucuri'y* (no município de Maracaju).

Até a Guerra do Paraguai (1864-1870), esse território guarani pertencia à chamada Zona Neutra, que não tinha sido efetivamente ocupada pelo europeu. Nem espanhóis nem portugueses haviam se estabelecido nessa área “inóspita e de difícil acesso”, entre o chaco e o Salto Guairá que, além disso, não dispunha de qualquer atrativo econômico. Do mesmo modo, depois do processo de independência das colônias americanas, nem Paraguai, nem Brasil deram atenção àquele território e, desta forma, os Guarani/Kaiowá puderam viver sem dificuldades maiores, realizando seu projeto

apoiados na riqueza da Mata Atlântica e dos campos naturais, presentes naquelas terras, fator imprescindível para a manutenção de sua cultura de povo caçador, pescador e coletor. Todavia, com advento da Guerra e a posterior anexação da Zona Neutra ao território brasileiro, houve necessidade de se efetivar a presença do Estado naquela área. Para tanto, o governo imperial, em 1882, opta por conceder a exploração dos ervais nativos a Thomaz Laranjeira, de modo a garantir a presença nacional na região fronteiriça, que era exatamente o território guarani. Dez anos depois, sob o domínio da Companhia Mate Laranjeira, os Guarani passam a sofrer toda a sorte de infortúnios, sendo expulsos das áreas onde se encontravam imemorialmente e constituindo-se em mão de obra servil para as pesadas lidas da erva-mate. Durante todo o “Ciclo da Erva-mate”, que vai até os anos de 1930, assiste-se à criação de um autêntico “Estado dentro do Estado”. A Companhia Mate Laranjeira dispunha de força paramilitar própria, incumbida de garantir a segurança patrimonial e a ordem. Vale dizer que os interesses da Companhia eram lei e, nessa medida, os do povo Guarani, absolutamente desprezados (CABRAL, 2002, p. 51-52).

O mesmo autor menciona ainda que o fato de os índios Guarani/Kaiowá terem trabalhado intensivamente na atividade extrativista durante o “Ciclo da Erva-mate” fez com que seu idioma fosse impresso nos nomes das ferramentas, das instalações e dos procedimentos necessários à extração e ao processamento da erva-mate. É o caso, por exemplo, de *barbaquá* (jirau de forma côncava erguido sobre um buraco), *caá* (erva), *carajá* (erva que não subiu ao barbaquá no dia do corte), *juruacá* (segundo corte de folhas do dia), *tape-hacienda* (caminho principal do erval), entre outras⁵ (CABRAL, 2002, 52).

Da mesma forma, na toponímia da região, podemos constatar a presença de forte influência da cultura indígena, conforme está demonstrado na análise dos dados.

⁵ Para maiores informações sobre o vocabulário da erva-mate, ver Justiniano (2006).

4. ANÁLISE DOS DADOS

4.1 Os nomes dos municípios das microrregiões em estudo

Geralmente, inclusive pela constância de uso, são os topônimos relativos aos municípios os que despertam maior interesse em relação ao seu significado, a sua motivação. A seguir, apresentamos, no Quadro 3, os nomes dos 36 municípios das três microrregiões investigadas, sua classificação de acordo com o modelo de Dick (1992) e o nome anterior, quando foi possível recuperá-lo.

Quadro 3: Os nomes dos municípios pesquisados: taxionomia e designações anteriores

Topônimos	Taxionomias	Designações anteriores
Amambai	fitotopônimo	Distrito da Paz Nhú Verá, Vila União
Anaurilândia	antropotopônimo	Água Amarela
Angélica	antropotopônimo	-
Antônio João ⁶	historiotopônimo	-
Aral Moreira	historiotopônimo	Vila Fronteira Rica

⁶ Os topônimos *Antônio João* e *Aral Moreira* foram, à época da produção da dissertação, classificados como antropotopônimos (TAVARES, 2004). Isso porque Dick (1990, p. 291) explica que as “influências históricas” podem dar origem a antropotopônimos, a autora cita *Floriano Peixoto* e *Benjamin Constant* como exemplo de topônimo dessa categoria (acidentes humanos da Amazônia). Antônio João foi comandante da Colônia Militar de Dourados e é considerado um dos mais importantes heróis da Guerra do Paraguai (1862-1865); não foram localizadas muitas informações sobre Aral Moreira – Campestrini e Guimarães (2002, p. 220) registram que se trata de personalidade que teria se destacado pela participação na Revolução Constitucionalista de 1932. Dick (1992, p.33), no entanto, ao apresentar seu modelo de classificação mais detalhado, esclarece que “topônimos relativos a movimentos de cunho histórico-social e aos seus membros [...] são classificados como historiotopônimos”. Entendendo que os dois nomes em questão “são membros de movimentos de cunho histórico-social”, a equipe do ATEMS, após reflexões, ajustou a classificação desses nomes para essa última categoria.

Topônimos	Taxionomias	Designações anteriores
Bataguassu ⁷	fitotopônimo	-
Batayporã	fitotopônimo	-
Caarapó	fitotopônimo	-
Coronel Sapucaia	axiotopônimo	Nhú Verá, Distrito da Paz de Antônio João
Deodápolis	antropotopônimo	-
Douradina	corotopônimo	-
Dourados	zootopônimo	São João de Dourados
Eldorado	animotopônimo	-
Fátima do Sul	hierotopônimo	Barranca, Porto Ubatuba, Porto Vitória, Vila Brasil
Glória de Dourados ⁸	hierotopônimo	-
Iguatemi	hidrotopônimo	-

⁷ Na história de Bataguassu e Batayporã há muitas referências a Jean Antonin Bata e a importância de sua família para o desenvolvimento da região em que se situam os dois municípios. Algumas fontes, como a Biblioteca do IBGE (online), registram que o topônimo Bataguassu “[...] teve origem em dois idiomas e pode ser assim decomposto: Bata, do tcheco-alemão – sobrenome do fundador da cidade; guaçu, do tupi-guarani – água grande, sendo este último ainda, denominação de um ribeirão próximo à cidade”. O sobrenome também estaria na composição do topônimo Batayporã e Batatuba (localidade de Piracaia, SP). A obra *Contribuição Indígena ao Brasil*, de Irmão José Gregório (1980, p. 1270), no entanto, registra “Bataguaçu (batá+guaçu) = espécie de palmeira grande; nome da cidade de sul de Mato Grosso” e “Bataiporã (batá+y+porã, poranga) = rio bonito dessas palmeiras; nome de cidade do sul de Mato Grosso, próxima de Rio Brillhante”. Esse autor acrescenta ainda: “[...] não podemos aceitar a informação do vigário (Pe. Aldo Raimundo), segundo a qual o nome proviria do fundador Bata [...]; aliás Bataguaçu é forma paralela”. Por considerar as informações dessa fonte mais confiáveis, a equipe optou por ajustar a classificação desses topônimos para fitotopônimo.

⁸ O topônimo *Glória de Dourados* foi classificado, inicialmente, na dissertação (TAVARES, 2004), como animotopônimo. Conforme informações da Biblioteca do IBGE, “[...] o atual topônimo do município surgiu, por ocasião de uma visita do padre José Daniel, na época, administrador do núcleo colonial, que em um discurso proferido usou a seguinte frase: Esta cidade será a glória, a glória de Dourados”. O vocábulo “glória” foi interpretado, à época, como “motivo de orgulho”, “honra”, “exaltação”, por isso a classificação como animotopônimo. No entanto, como a padroeira do município

Topônimos	Taxionomias	Designações anteriores
Itaporã	litotopônimo	-
Itaquiraí	litotopônimo	-
Ivinhema	litotopônimo	-
Japorã	animotopônimo	-
Jateí	zootopônimo	-
Juti	fitotopônimo	Santa Luzia
Laguna Caarapã	hidrotopônimo	-
Maracaju	ergotopônimo	-
Mundo Novo	animotopônimo	Tapui-Porã
Naviraí	hidrotopônimo	Vera Cruz
Nova Alvorada do Sul	cronotopônimo	-
Nova Andradina	cronotopônimo	-
Novo Horizonte do Sul	cronotopônimo	-
Paranhos	antropotopônimo	-
Ponta Porã	geomorfotopônimo	-
Rio Brillhante	hidrotopônimo	Boa Vista, Entre Rios, Caiuás
Sete Quedas	numerotopônimo	-
Tacuru	litotopônimo	-
Taquarussu	fitotopônimo	-
Vicentina	hierotopônimo	-

Fonte: Elaboração da autora

Como podemos observar no quadro, a partir da análise que categoriza os nomes de acordo com a taxionomia de Dick, o mecanismo mais utilizado pelo denominador nas microrregiões em estudo – neste caso, os municípios – tem sido a homenagem a pessoas que fizeram ou fazem parte da história da região de maneira significativa. É o caso de *Angélica*, *Antônio João*, *Deodápolis*, entre

é Nossa Senhora da Glória, desde à época da exaltação à “glória”, a equipe considerou mais apropriado a classificação do nome como hierotopônimo.

outros. Dentre os 36 topônimos referentes aos nomes dos municípios, 22,2% foram incluídos na categoria dos antropotopônimos.

O emprego de nomes ou de sobrenomes de pessoas para designar acidentes geográficos, sobretudo os humanos, parece ser comum no Brasil, uma vez que entre os designativos do estado de São Paulo e do estado do Paraná, já está confirmada essa tendência. Em São Paulo, Dick (1990, p. 285) constatou que dentre os 572 nomes de municípios do Estado de São Paulo, 101 são antropotopônimos. No Paraná, as pesquisadoras Aguilera e Bergantini (2002, p. 150) registram essa realidade no estudo dos topônimos referentes aos municípios do Estado do Paraná, que evidenciou que 84 dos 400 designativos são dessa categoria.

4.2 Sobre os demais topônimos

Na sequência apresentamos uma breve análise das categorias mais produtivas, tendo em vista o total dos topônimos coletados (descontados os nomes dos municípios). No que se refere às categorias de natureza física, as que abarcam maior número de topônimos são os fitotopônimos, os zootopônimos e os hidrotopônimos; já entre as categorias de natureza antropocultural, a mais recorrente é a dos hierotopônimos.

Esclarecemos que à época de nossa pesquisa, havia apenas duas pesquisas já concluídas sobre a toponímia do Mato Grosso do Sul, a de Schneider (2002) e a de Dargel (2003). Por esse motivo, fazemos algumas comparações de nossos resultados com os resultados dessas duas pesquisas e, em alguns momentos, com os obtidos por Dick (1992), a respeito da toponímia do Brasil.

4.2.1 Fitotopônimos

A categoria dos fitotopônimos foi a mais produtiva: dentre os 920 designativos coletados, 164 nomes foram incluídos

nessa taxa; 95 na Microrregião de Dourados, onde figuram em primeiro lugar quanto à produtividade; 46 na Microrregião de Iguatemi, onde foi a segunda categoria mais produtiva; e 23 na Microrregião de Nova Andradina, onde esses nomes de índole vegetal também figuram em primeiro lugar.

Na investigação de Schneider (2002), realizada no Pantanal Sul-mato-grossense, essa categoria foi a segunda mais produtiva, sendo registrados pela pesquisadora topônimos como *Laranjal* (AF)⁹, *Laranjeira* (AF), *Jatobá* (AF), *Buriti Vermelho* (AF), *Taquari* também presentes no *corpus* da nossa pesquisa. Já na investigação de Dargel (2003) sobre a toponímia do Bolsão Sul-mato-grossense, essa taxa ficou em primeiro lugar, em termos de quantidade, e designativos como *Jatobá* (AF), *Taquarussu* (AF), *Buriti* (AF), presentes na toponímia do sul do Estado, aqui analisada, também foram coletados por Dargel (2003).

Desses designativos, *Buriti*, em sua forma simples, derivada ou composta, de acordo com Dick (1992, p. 155), nomeia muitos outros acidentes físicos e humanos em várias regiões do Brasil, como *Buriti Alegre* (AH GO), *Buritzal* (AH MT), *Buritis* (AF SP), entre vários outros. É possível compreender o interesse do homem pela árvore denominada *buriti*, uma vez que são inúmeras as suas utilidades: as folhas são coletadas para cobertura de casas rústicas, algumas espécies fornecem palmito saboroso, dos frutos se extrai óleo comestível que serve também para envernizar couro; e a madeira dessa árvore pode ser aproveitada. O termo primitivo do qual teria se originado o atual *buriti* é *mbyryty*, que no sul do país foi modificado para *miriti*, e ao norte para *buriti* (SAMPAIO, 1987, p. 56). Houaiss (2001) registra o vocábulo, informando que a árvore do *buriti* “fornece palmito saboroso, fécula e madeira; dos frutos extrai-se óleo comestível, tb. us. para amaciar e envernizar couro, e do estipe e das inflorescências imaturas faz-se refresco e, após fermentação, o vinho de *buriti*”. Essas informações

⁹ AF indica acidente físico (rios, córregos e morros etc.) e AH, acidente humano (município, distrito, povoado etc.).

denotam a importância dessa árvore e essa pode ser a razão para estar tão frequentemente presente na toponímia do estado¹⁰.

A grande incidência dos fitotopônimos na toponímia justifica-se pela indiscutível importância dos vegetais para o homem, para os animais, para a terra. A. J. de Sampaio (*apud* DICK, 1990, p. 146) registra que “... todo mundo conhece numerosas plantas úteis, campestres e florestais; geralmente se compreende o papel protetor das florestas para os mananciais; não há quem desconheça a utilidade de uma árvore frutífera, ornamental ou de sombra”.

Convém esclarecer que estamos enfocando aqui apenas algumas particularidades da flora que foram refletidas na região estudada, confirmando a tese de que o ambiente, neste caso, físico, interfere no ato de nomear. Muitos designativos coletados, como *Palmeira* (AF), *Jatobá* (AF), *Coqueiro* (AF) remetem a plantas que podem ser encontradas tanto em todo o território sul-mato-grossense como em várias outras regiões brasileiras.

Outros nomes, entretanto, parecem mais significativos para a região em estudo em virtude de algum aspecto, histórico, geográfico ou cultural. Esse é o caso de topônimos como *Hervalzinho*¹¹ (AF), *Caarapó* (AF; AH), *Sapé* (AF) e *Quebracho* (AF), por exemplo.

Convém destacar que, por volta de 1882, o empresário Thomaz Laranjeira teria descoberto os ervais do sul do então estado de Mato Grosso (hoje Mato Grosso do Sul) e logo após teria iniciado a exploração da erva-mate. Essa atividade econômica foi das mais significativas na história do Estado. Possivelmente a presença de um pequeno erval próximo ao acidente geográ-

¹⁰ Para mais informações sobre a presença do topônimo *buriti* na toponímia de Mato Grosso do Sul (e também na de Minas Gerais), ver Isquierdo e Seabra (2010).

¹¹ Convém registrar ainda que *Hervalzinho*, incluído aqui na categoria dos fitotopônimos, poderia também ser classificado como sociotopônimo, considerando a possibilidade de ser o *Hervalzinho* um local de trabalho, ou seja, um local de onde se extraía a erva-mate.

fico tenha motivado a nomeação *Hervalzinho*. Também o nome *Caarapó* pode estar associado à atividade de extração de erva-mate, já que uma das interpretações de seu significado é “raiz da erva”.

Já *Sapé*, de acordo com Sampaio (1987, p. 312), designa “... a gramínea conhecida de que se fazem fachos e tetos de habitação [...]”. Como sabemos, esse tipo de vegetação é usado, muito constantemente, pelos índios para cobertura de suas habitações e também já foi bastante utilizada por populações rurais para cobertura de taperas, casas rústicas comuns na zona rural. Conforme já assinalado, a presença indígena em toda a região pesquisada é muito significativa, o que pode explicar o uso do termo para nomear os acidentes geográficos.

Quanto ao designativo *Quebracho*, verificamos que se trata de nome de uma árvore mais comum na região pantaneira. É útil ao homem porque dela se extrai uma substância utilizada no curtume do couro. De acordo com Houaiss (2001), a unidade lexical *quebracho* é “designação comum a várias plantas de diferentes gên. e fam., nativas da América do Sul, árvores com madeira dura e casca rica em tanino [...] de *quebracha* e este de *quiebrahacha* ‘quebra machado’, pela natureza da madeira desta árvore [...]”. O dicionário registra ainda que a árvore é nativa também do Paraguai, país que faz fronteira com a região que foi objeto da pesquisa de Tavares (2004).

Destacamos ainda a significativa incidência de topônimos relacionados à fruta laranja: *Laranja Azeda*¹² (AF), *Laranja Doce* (AF), *Laranja Lima* (AF), *Laranjaí* (AF), *Laranjazinho* (AF), *Laranja* (AF), *Laranjeiras* (AF), além de *Limeira* (AF). De acordo com depoimentos de antigos moradores, na região sul do Estado havia, até por

¹² Costa (1998, p.25), ao discutir a questão da CAND – Colônia Agrícola de Dourados, e da Aldeia *Panambi*, faz referência aos laranjais nativos. Segundo a autora, um grupo de trabalhadores paraguaios e um grupo de colonos trabalhavam na extração de flores nativas de laranja azeda, que eram utilizadas para fazer perfume. Para maiores informações sobre esse assunto, consultar o texto completo da autora.

volta de 1980, muitas plantações de laranja, o que pode ter motivado o nome de acidentes geográficos¹³.

É importante ressaltar ainda que os designativos de índole vegetal que se sobressaem, considerando a totalidade dessa categoria, são aqueles que resultam de unidades lexicais que nomeiam referentes ligados à alimentação, como *Carambola* (AF), *Cereja* (AF), *Coqueiro* (AF), *Jabuticaba* (AF), *Jatobá* (AF), *Jenipapo* (AF), *Cafelândia* (AF). Também os nomes das árvores com outras utilidades identificam acidentes geográficos, como é o caso de *Cedro* (AF), *Peroba* (AF), *Perobão* (AF), *Taquara* (AF). Destacamos, por fim, as palavras de Sampaio, a respeito da motivação originária da vegetação nos nomes geográficos:

Numa região, como o Brasil, onde a vegetação exuberante, variada e intensa, em vastíssimas zonas, a denominação dos lugares de procedência indígena deve, de contínuo, traduzir a feição local do ponto de vista da sua vestimenta vegetal, ou pelas espécies características. A Geografia aqui reflete, nas denominações de lugares, a característica vegetal de cada uma. Não é, pois, de estranhar-se o freqüente emprego de nomes de plantas, árvores, para indicar um rio, um banhado, um vale, um povoado, uma serra, um acidente geográfico qualquer (SAMPAIO, 1987, p. 144).

4.2.2 Zootopônimos

Os zootopônimos também tiveram uma ocorrência significativa entre os designativos dos acidentes geográficos físicos coletados, ocupando o segundo lugar, em termos de quantidade.

¹³ Essas plantações teriam sido exterminadas porque as árvores frutíferas estavam sendo atacadas por pragas, por isso estariam “doentes”. Todavia, outras pessoas entendem que o extermínio dos laranjais teria sido uma “jogada econômica”, já que havia muita fruta na região e a que vinha de fora do Estado precisava ser vendida. Tendo em vista não ter sido encontrado registro acerca dessas informações nas fontes pesquisadas, as apresentamos apenas em nível de hipótese.

de, com 124 topônimos incluídos nessa taxa. Na Microrregião de Dourados foram encontrados 62 nomes de índole animal, sendo a segunda mais recorrente; na Microrregião de Iguatemi, a categoria toponímica ficou em primeiro lugar, com 55 topônimos; e na Microrregião de Nova Andradina foi a terceira mais recorrente, com sete topônimos.

Ao cruzarmos os dados desta pesquisa com os de Schneider (2002) e com os de Dargel (2003), verificamos que, entre os designativos coletados pela primeira, a taxa em questão figurou como a mais produtiva, o que é explicável pela natureza da região pesquisada, o Pantanal. Schneider registrou topônimos como *Porcos*, *Anhuma*, *Jibóia*, *Mutum*, *Papagaio*, também presentes no *corpus* deste trabalho. Já na investigação de Dargel (2003), a categoria foi a segunda mais recorrente, sendo que designativos como *Onça*, *Cervo*, *Formiga*, *Cascavel*, *Sucuri*, que integram o *corpus* desta pesquisa, também foram registrados no estudo sobre o Bolsão Sul-mato-grossense. Com base nessas informações, é possível constatar que os zootopônimos têm destaque especial na toponímia do estado de Mato Grosso do Sul.

Essa tendência parece não ser tão comum em outras regiões do país, se considerarmos o panorama mais geral da toponímia do Brasil, estudada por Dick. Segundo essa pesquisadora, a presença dos animais entre as fontes motivadoras da toponímia brasileira é menos frequente em relação a outras categorias de uso mais difundido, o que não significa que os zootopônimos sejam pouco importantes, conforme a própria autora (DICK, 1990, p. 255).

Da mesma forma que a flora brasileira, a fauna também é diversa e exuberante, ou seja, existem milhares de espécies animais no território brasileiro, o que teria impressionado os colonizadores ao chegarem à nova terra. Por isso, os primeiros relatos de informações sobre o descobrimento do Brasil, com frequência, faziam referência à vegetação e aos animais aqui encontrados.

Não só a presença da variedade de animais justifica a tendência do homem em atribuir aos acidentes geográficos nomes relativos a espécies da fauna, mas também a sua importância. Entre os nativos, por exemplo, os animais eram – e ainda são em algumas regiões do país – importantes para a alimentação.

Assim, um dos mais importantes alimentos para os povos primitivos e hoje também para as sociedades consideradas modernas é o peixe. De acordo com Dick (1990, p. 272), “o genérico *pira* (peixe) é o vocábulo que maior número de registro acusa, considerando os peixes na toponímia brasileira”. Essa tendência se confirma entre os zootopônimos aqui focalizados, registrando-se nomes como *Pirai* (AF), *Pirajuí* (AF), *Pirapora* (AH), *Piratinim* (AF), *Piravetê* (AF). Coletamos ainda outros topônimos relativos a peixe: *Dourado* (AF), *Douradilho* (AF), *Lambari* (AF), *Sardinha* (AF), o que pode ser justificado também pela riqueza hidrográfica do Estado que faz com que as atividades da pesca sejam importante fonte de renda em algumas regiões, e ainda uma das formas de lazer preferida pelos sul-mato-grossenses e por turistas que visitam o Estado.

Identificamos também nomes como *Antinha* (AF), *Tejuí* (AF), *Teju-Cuê* (AF), *Tatuí* (AF), *Cervo* (AF) entre outros, que são animais alvo de caça e que alimentavam com frequência a população, sobretudo a indígena. Já entre as aves domésticas ou silvestres, *Papagaio* (AF), *Patos* (AF), *Anhanduí* (AF), *Beija-Flor* (AF), *Araras* (AF), *Anhumas* (AF), *Pavão* (AF), *Tucano* (AF) emprestaram seus nomes aos acidentes geográficos da região.

Mas não apenas os animais importantes para o homem são fontes motivadoras no ato da nomeação. Animais que representam perigo ou incômodo também costumam inspirar a escolha do nome de acidentes geográficos. Esse é o caso de *Cascavel* (AF), *Sucuri* (AF), *Jibóia* (AF), *Boicará* (AF), *Mboi-Jaquá* (AF), *Onça* (AF), *Jaguetê* (AF), *Formiga* (AF), *Carrapato* (AF), entre outros.

Ainda a respeito da presença animal como fonte motivadora, salientamos a afirmação de Stewart (1954, *apud* DICK, 1990, p. 256).

[...] a presença do animal em uma área qualquer não pressupõe, necessariamente, que ela se constitua seu habitat natural. Basta a simples ocasionalidade do encontro pelo denominador, no ato da nomeação, quando o topônimo resultante configuraria, segundo a classificação que propôs, o chamado *incident names*.

Acreditamos que o apontado por Stewart (1954, *apud* DICK, 1990) seja possível de acontecer, com frequência, em muitos panoramas toponímicos. Todavia, entre os nomes aqui catalogados, todos os animais que emprestaram seus nomes aos topônimos fazem parte da fauna regional, estando sempre, de uma forma ou de outra, vinculados à realidade do denominador. Não encontramos, por exemplo, nenhum acidente geográfico com o nome de *elefante* ou *canguru*.

Ressaltamos, por fim, que vários signos toponímicos coletados na região como *Patos* (AF), *Cascavel* (AF), *Araras* (AF), *Onça* (AF), *Jaguarão* (AF), *Jaguaretê* (AF) são comuns em diferentes ambientes ecológicos e, portanto, não denotam especificidades da região, apenas confirmam as tendências de uso registradas por Dick (1990).

Antes de passarmos às considerações a respeito da próxima categoria toponímica, convém destacar que na dos zootopônimos a língua indígena é significativamente predominante, aspecto esse a ser tratado na sequência deste trabalho.

4.2.3 Hidrotopônimos

Também a categoria dos hidrotopônimos, nomes relativos à hidrografia, teve uma incidência significativa na região sul do Estado. Foram 101 os nomes geográficos incluídos nessa taxa – 60 na Microrregião de Dourados, 33 na Microrregião de Iguatemi e 08 na Microrregião de Nova Andradina. Somando os nomes cuja fonte motivadora é a hidrografia, constatamos que essa categoria ficou em terceiro lugar na área investigada.

Essa tendência de alta produtividade de hidrotopônimos no Estado se confirmou na pesquisa de Schneider (2002), que demonstrou que a categoria ficou em terceiro lugar no Pantanal Sul-mato-grossense. A autora registrou topônimos como *Água Branca* e *Água Fria*, também recorrentes neste estudo. Também na investigação de Dargel (2003), os hidrotopônimos foram a terceira categoria mais produtiva. Topônimos como *Lagoa*, *Cachoeira*, *Saltinho*, *Água Limpa* aparecem tanto na toponímia do Bolsão como na da região sul do Estado.

Consideramos desnecessário e até tautológico discutir o quanto a água é importante para a sobrevivência humana. Em todo caso, lembramos que, em razão da existência de um curso d'água em um local ou nas proximidades, surgiram e se desenvolveram de pequenos povoados a grandes civilizações. Em Mato Grosso do Sul, por exemplo, o segundo mais importante município surgiu próximo a um rio, conforme informam Campestrini e Guimarães (2002, p. 227): “os primeiros habitantes de Dourados aí se fixaram a partir de 1884, formando o povoado de *São João de Dourados*, (próximo ao rio desse nome) [...]”. O mesmo se aplica a Aquidauana, a Miranda, a Corumbá, dentre outros. Convém destacar que há outras versões sobre o nome anterior do município de Dourados. A Enciclopédia dos municípios brasileiros (IBGE, p. 184, 1958), por exemplo, registra *São João Batista de Dourados*: “O povoado que então se formava recebeu a denominação de *São João Batista de Dourados*, topônimo êsse consequente de sua proximidade com o Rio Dourados”.

A maioria dos hidrotopônimos coletados nomeia acidentes físicos hídricos, ou seja, rios, córregos, ribeirões, lagoas. Contudo, aglomerados humanos também recebem designativos associados à água, é o caso, por exemplo, de *Lagoa de Ouro* (AH), *Água Fria* (AF), *Lagunita* (AH), *Sanga-Puitã* (AH). Assim, confirmando a importância da água para o homem, Dick (1990, p. 196) registra que “o aparecimento de topônimos, nos mais diferentes ambientes, revestindo uma natureza hídrica propriamente dita, vincula-se à importância dos cursos d'água para as condições humanas de vida”.

Analisando o conjunto desses designativos, verificamos que, com frequência, nomes hídricos que funcionam, quase sempre como o termo ou elemento genérico, acabam ganhando estatuto de nome próprio e passam a ocupar a posição de nome específico. Como exemplo, destacamos os seguintes topônimos: *Lagoa* (AF), *Lagoa Grande* (AF), *Arroião* (AF), *Rego-D'Água* (AF), *Saltinho* (AF), *Cachoeira* (AF), *Correguinho* (AF), *Paraná* (AF), *Rio Branco* (AF), entre outros.

Também é significativa a presença do item lexical *água* na base dos hidrotopônimos coletados. Dick (1992, p. 66), ao discutir “os vocábulos toponímicos básicos de origem hidrográfica”, trata da incidência do vocábulo *água*, na sua acepção geográfica e conclui que os nomes formados pela estrutura “substantivo (genérico toponímico) + adjetivo (termo específico)” são mais comuns no panorama brasileiro. A autora registra os nomes mais comuns: *Água Fria* (27), *Água Branca* (26), *Água Limpa* (21).

Na análise dos designativos que constituem o *corpus* da pesquisa à qual este trabalho está vinculado também são recorrentes os topônimos formados pela estrutura a que Dick (1992) se refere: *Água Boa* (AF), *Água Branca* (AF), *Água Azul* (AF), *Água Bonita* (AF), *Água Clara* (AF), *Água Fria* (AF), *Água Suja* (AF). Em menor número, registramos ainda topônimos cuja motivação é bastante transparente uma vez que têm caráter descritivo, a medidade que, refletem as características que teriam chamado a atenção do denominador no ato do nomear: *Brilhante* (AF), *Cristalino* (AF), *Turvo* (AF), *Pardo* (AF), *Seco* (AF).

Destacamos ainda a influência da língua indígena nos hidrotopônimos, situações em que a referência à “água” ou ao “rio” já está embutida na estrutura morfológica da unidade lexical: *Ipuitã* (AF), *Icaraiá* (AF), *Iguaçu* (AF), *Iguatemi* (AF), *Ipoí* (AF) etc.

Tendo em vista a grande quantidade dos elementos geográficos, cuja fonte inspiradora dos nomes são os recursos hídricos, fica comprovada, mais uma vez, a influência do meio no processo de nomeação do espaço ocupado pelo homem.

4.2.4 Hierotopônimos

Registramos 89 designativos classificados como hiero/hagiotopônimos, o que situou a taxa entre as mais produtivas. Na Microrregião de Dourados foram 63 designativos dessa natureza; na de Iguatemi, 17 e na de Nova Andradina, nove.

Na taxa dos hierotopônimos são incluídos “nomes consagrados a diferentes crenças, de associações religiosas e de seus membros, locais de culto, além de datas relativas a tais circunstâncias” (DICK, 1990, p. 310-311). A autora ainda divide a categoria em hagiopônimos, quando fizerem referência a nomes de santos e santas do hagiológico católico e em mitotopônimos, quando se referirem a entidades mitológicas.

A grande incidência recai, neste estudo, sobre os nomes de santos e santas. Entre os mais produtivos hagiopônimos masculinos estão, pela ordem decrescente: *São João* (AF), *São Domingos* (AF), *Santo Antônio* (AF), *São José* (AF), *São Pedro* (AF e AH) e *São Vicente* (AF); já entre os femininos, estão também pela ordem decrescente: *Santa Maria* (AF e AH), *Santa Tereza* (AF), *Santa Rosa* (AF). Essa tendência, de menor produtividade dos hagiopônimos femininos em relação aos masculinos confirma os resultados da pesquisa de Dick (1990) sobre a toponímia de São Paulo e os dados de Aguilera e Bergantini (2002) sobre a toponímia do Paraná. Da mesma forma, Oliveira e Isquerdo¹⁴, além de verificarem a predominância de nomes masculinos entre os antropotopônimos de Mato Grosso do Sul, também constatam a menor recorrência de hagiopônimos femininos na toponímia sul-mato-grossense.

Podemos afirmar que a presença de nomes geográficos relacionados à fé católica se justifica especialmente pelo fato de que o “Brasil nasceu sob o signo Cruz e da Fé”. Portugal, que historicamente tem o mérito de ter sido o descobridor do Brasil, era um

¹⁴ Disponível em <http://www.propp.ufms.br/gestor/titan.php?target=open-File&fileId=612>, acesso em 25/10/2014.

país de cultura católica e havia à época uma tendência à exaltação dos valores espirituais e propagação da fé em Jesus Cristo, tanto que, como lembra Dick (1990, p.312), já as naus portuguesas que saíram em direção às Índias levavam nomes religiosos como *Espírito Santo*, *Santa Cruz*, *São Pedro*. Lembremos ainda que entre os primeiros nomes atribuídos ao Brasil, está *Santa Cruz*, designativo que nomeia, da mesma forma, um acidente físico da região por nós pesquisada.

Também uma versão indígena do vocábulo cruz aparece na toponímia da região – *Curussu-Ambá*¹⁵ (AF). Conforme Guasch e Ortiz (1998, p. 133), *kurusu* é o equivalente guarani de cruz (o segundo elemento desse topônimo composto não pode ser esclarecido, pois não foi localizado em nenhum dos dicionários a que tivemos acesso ou em outras fontes). A respeito do vocábulo cruz, em versão indígena, na toponímia brasileira, Dick (1990, p.330) lembra: “a toponímia ainda conservou da língua tupi o signo *Curuçá*, considerado deturpação fonética de cruz, desde que os grupos consonantais, comuns ao português, não apareciam no sistema linguístico indígena”.

Na pesquisa de Schneider (2002), os hagiotopônimos se destacam como uma das categorias mais recorrentes no Pantanal Sul-mato-grossense. Topônimos como *São Pedro* (AF e AH) e *São Bento* (AF), por exemplo, também designam acidentes físicos do Pantanal. Já em Dargel (2003), a presença dessa categoria não foi tão significativa, estando entre as menos recorrentes. Ainda assim, constatamos que hagiotopônimos como *São João* (AF e AH), *São Pedro* (AF e AH) e *São José* (AF e AH) nomeiam acidentes do Bolsão de Mato Grosso do Sul e também da Microrregião de Nova Andradina.

O emprego de nomes de santos e de santas para nomear acidentes físicos e humanos é comum em todo o país. Isso ocorre, certamente, porque o homem sempre reservou e sempre re-

¹⁵ Também nome de uma reserva indígena localizada entre Amambai e Coronel Sapucaia.

servará em seu espírito um espaço para a faceta mística. A esse respeito Dick (1990, p. 320) registra:

[...] os motivos religiosos sempre foram uma constante nos diversos períodos da história do país, desde o seu descobrimento até os dias de hoje, como legado de um patrimônio sócio-cultural português, que se procurou conservar respeitar como uma das tradições mais caras ao espírito da nação.

Pelo que observamos, a cultura religiosa que sobressai na toponímia da região estudada é a portuguesa, já que santos e santas da Igreja Católica motivaram topônimos de acidentes físicos e humanos. Já a influência da cultura religiosa indígena, apesar de existente, parece ser bem menos significativa na toponímia brasileira. Entre os hierotopônimos que coletamos, não registramos nenhuma marca da religiosidade dos nativos indígenas, já que *curussu* representaria também a fé católica do colonizador.

Esse quadro justifica-se pelo fato de, quando os europeus chegaram ao Brasil não terem aceitado a cultura religiosa indígena, acreditando que a fé dos nativos deveria ser substituída para que estes pudessem alcançar a salvação. É o que se percebe no trecho da Carta escrita por Caminha ao rei Dom Manuel: “[...] Mas o melhor fruto que nela se pode fazer me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar”¹⁶. Não convém discutir essa questão no momento, mas o certo é que os índios não estavam necessitando de nenhum tipo de salvação. O fato é que se os colonizadores pretendiam incutir nos nativos a fé católica e necessitavam também divulgá-la, conseqüentemente, não poderiam permitir ou incentivar a atribuição de nomes geográficos advindos dessa cultura.

¹⁶ Disponível em http://educaterra.terra.com.br/voltaire/500br/carta_caminha.htm. Acesso em 21 de outubro de 2014.

4.3 A influência indígena na toponímia das microrregiões pesquisadas

Atualmente, após a conclusão das pesquisas que investigaram a toponímia de todas as microrregiões de Mato Grosso do Sul, é possível afirmar com base em dados concretos que a herança indígena é uma marca significativa no panorama toponímico de todo o Estado. É, no entanto, nas microrregiões de Dourados, de Nova Andradina e de Iguatemi que os topônimos indígenas se sobressaem.

Dos 36 nomes dos municípios dessas microrregiões, verificamos que 17 são de origem indígena ou compostos com pelo menos um elemento de base ameríndia: *Amambai*, *Bataguassu*, *Batayporã*, *Caarapó*, *Iguatemi*, *Itaporã*, *Itaquiraí*, *Ivinhema*, *Japorã*, *Jateí*, *Juti*, *Laguna Caarapã*, *Maracaju*, *Naviraí*, *Ponta Porã*, *Tacuru*, *Taquarussu*.

Além disso, a influência indígena aparece nas designações anteriores de outros municípios (conforme Quadro 3).

E considerando apenas essas três microrregiões, é na de Iguatemi que há o maior número de municípios em que os topônimos indígenas são em número igual ou superior a 50%. No quadro seguinte é possível visualizar os números que mostram a incidência de nomes geográficos de origem indígena na toponímia sul-mato-grossense, segundo os municípios da área investigada. Uma das possíveis explicações para esse fenômeno é o fato de vários desses municípios abrigarem uma população significativa de indígenas. Nessa região há acidentes geográficos cujos nomes são de origem indígena, tanto já incorporados ao léxico da língua portuguesa (por exemplo, *Morumbi* (AF), *Pacová* (AF)), quanto topônimos não assimilados pelo léxico do português (por exemplo, *Tinguará* (AF), *Jari* (AF)).

Quadro 4: Municípios com maior recorrência de topônimos indígenas

Municípios	Microrregião	Total de topônimos	Topônimos indígenas	% topônimos indígenas
Tacuru	Iguatemi	19	15	78,94%
Iguatemi	Iguatemi	36	24	66,66%
Amambai	Dourados	52	34	65,33%
Coronel Sapucaia	Iguatemi	19	12	63,15%
Sete Quedas	Iguatemi	12	07	58,33%
Jateí	Iguatemi	19	11	57,89%
Naviraí	Iguatemi	39	22	56,41%
Paranhos	Iguatemi	32	17	53,12%
Japorã	Iguatemi	19	10	52,63%
Itaporã	Dourados	25	13	52%
Eldorado	Iguatemi	16	08	50%
Taquarussu	Nova Andradina	12	06	50%

Fonte: Tavares (2004).

A maioria dos nomes geográficos da região estudada é de origem tupi e é conhecida em todo o território brasileiro, estando, inclusive, já registrada nos dicionários de língua portuguesa, por exemplo, os topônimos formados com unidades lexicais como *arara*, *buriti*, *peroba*, *sucuri*, *taquara*, *jatobá*, *mutum* (em geral nomes relativos a itens da fauna e da flora locais). Em algumas áreas das microrregiões em estudo, no entanto, constata-se também que, mais especificamente, o idioma guarani, da família tupi-guarani que, por sua vez, está ligada à língua Proto-Tupi está impresso fortemente na toponímia local.

Na região pesquisada há uma concentração muito grande de grupos Guarani que se dividem nos sub-grupos Kaiowá e Nandeva. Há também a questão da fronteira com o Paraguai, onde a língua Guarani é oficial. Partimos dessas duas realidades, para examinar o fato de o Guarani ser tão marcante entre os topônimos de língua indígena aqui examinados.

Ressaltamos, entretanto, que, por falta de fontes seguras que atestassem se um vocábulo era característico da língua guarani, na dissertação, optamos por informar apenas a origem “tupi” da maioria dos topônimos, considerando o fato de serem todos ligados ao tronco tupi, e marcar com asterisco apenas aquelas unidades lexicais que só aparecem nos dicionários de guarani.

Mesmo com as dificuldades em diferenciar o que pertence a uma ou a outra língua, pudemos constatar a presença do Guarani impresso nos topônimos da região, como nos híbridos *Destino-Cuê* (AF), *Felix-Cuê* (AF), *Ladesina-Cuê* (AF), *Leiva-Cuê* (AF), *Pai-Cuê* (AF), *Alemão-Cuê* (AF), *Vito-i-Cuê* (AF), *Marcolina-Cuê* (AF), *Cole-Cuê* (AF). A forma “cuê”, conforme Sampaio (1987, p. 226), pode ser traduzido como “velho, antigo, o que já foi, o passado; velhaco, esperto, entendido”. Segundo Guasch e Ortiz (1998, p. 611), “-kue” é “sufijo de pasado o de cosa separada de su propio sitio”¹⁷. Também Mario Arnaud Sampaio (1986, p. 93) registra que “kué” tem o sentido de “o que foi”. O uso desse formante é uma marca guarani bastante evidente entre os designativos da região estudada.

Despertam atenção também topônimos como *Guirai* (AF), *Anhanduí* (AF), *Tatui* (AF), *Tejuí* (AF), *Guapeí* (AF), *Laranjaí* (AF), *Laranjaizinho* (AF), pela presença e valor do fonema /y/ em posição final. Dick (1990, p. 230-231), ao discutir a taxionomia dos hidrotopônimos, mostra que o uso desse fonema é bastante frequente nos vocábulos que nomeiam acidentes geográficos em todo o Brasil. De acordo com Barbosa Rodrigues (*apud* DICK, 1992, p.220), é

[...] uma letra indispensável no nheengatu quer como vogal, quer como servindo de consoante, porque tem sons especiais, que mediante acentos, como no *i*, facilmente poder-se-ia distingui-los: [...] nunca o *y* tem o som de junta (*i*) e aqui damos os seus sons, segundo o lugar que ocupar na palavra, ou que ele significar.

¹⁷ “sufixo de passado ou de coisa separada de seu próprio lugar” (TN)

Também Levy Cardoso (1961) esclarece que o “i” pode significar, além de água, às vezes, rio. Assim o Rio *Jacuí*, por exemplo, deriva de *jacu*, que é uma ave, e *i* que significa rio. Dick (1992, p. 231) da mesma forma interpreta: *Tatuí*, o rio dos tatus, e *Capivari*, o rio das capivaras.

Convém ressaltar que nos casos em que o fonema /y/ está em posição final do topônimo, mesmo significando “rio dos ...”, por exemplo, foram classificados conforme o conteúdo semântico do elemento a que se associa. Por essa razão, o topônimo *Laranjai* foi classificado como fitotopônimo, *Guirai*, como zootopônimo e assim por diante.

Registramos, ainda, outra dificuldade no trato dos topônimos indígenas do *corpus*: a controvérsia na tradução dos vocábulos. O próprio Sampaio discute essa problemática.

Os termos mais simples do idioma brasílico são suscetíveis de controvérsia e a língua mesma dá largas para isso. Veja, por exemplo, no nome **igarapé** com que no vale do Amazonas se denomina um pequeno curso d’água ou canal estreito, como um braço entre ilhas. Os elementos do vocábulo tupi aí estão íntegros e apenas justapostos – **Igara-pé** – e facilmente se traduzem, segundo a regra, *caminho de canoa*. Entretanto, a despeito da facilidade com que esse vocábulo e se decompõe traduz, não escapa, todavia, à controvérsia (SAMPAIO, 1987, p. 44).

Em face disso, em algumas situações, tivemos que optar por uma das interpretações no momento de incluir os topônimos nas categorias toponímicas.

Outra tendência observada no exame dos topônimos é a maior influência da língua indígena nos topônimos de natureza física, principalmente os motivados pela presença de plantas, como é o caso de *Guanandi* (AF), *Taquaribe* (AF), *Buriti* (AF); e de animais, como *Jaguetê* (AF), *Jacareí* (AH), *Panambi* (AH).

O fato de os animais serem uma das principais fontes motivadoras entre os indígenas foi constatado também por Drumond

(1965, p. 40), em seu estudo *Contribuição do Bororo à toponímica brasílica*. Esse estudioso afirma que porque o grupo em estudo, no caso os Bororo, constitui uma sociedade de caçadores, o mundo animal está fortemente presente na maioria dos topônimos.

Registramos ainda que a interferência da cultura indígena foi observada também em designativos como *Aldeia* (AF, AH), que remete, principalmente, a uma área habitada por índios; *Pama* (AF), *Uerê* (AF) e *Porto Caiuá* (AH) que fazem referência a grupos indígenas, e *Índios* (AF), cuja motivação dispensa comentários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme nos propusemos, este trabalho apresentou uma síntese de um estudo maior a respeito de nomes dos elementos físicos e humanos das microrregiões de Dourados, de Iguatemi e de Nova Andradina, do estado de Mato Grosso do Sul.

Foi possível verificar pela análise do recorte apresentado a respeito das taxas mais produtivas e da toponímia indígena que muitos aspectos da realidade física, cultural, social e histórica interferiram no ato da denominação dos acidentes geográficos físicos e humanos. Constatamos, a partir da análise, que os signos toponímicos se revestem de caráter diferente dos demais signos por serem “essencialmente motivados”.

Convém esclarecer que, em razão da quantidade de dados coletados, tornou-se inviável proceder à análise da motivação individual dos nomes. Entendemos, porém, que categorizar os topônimos a partir do modelo taxionômico de Dick já é realizar essa análise. Optamos por esse caminho, principalmente, porque seria muito demorada (e talvez pouco útil) a tarefa de se recuperar a motivação mais específica de todos os topônimos dado ao distanciamento temporal do ato denominativo. É por essa razão que Dick (1990, p. 350) ratifica a tese de que “nem sempre, na Toponímia, se pode explicar de modo objetivo, a existência de

um determinado nome. Consegue-se muitas vezes, vincular o fato onomasiológico a um motivo aparente”.

Ainda em relação às taxionomias, considerando a totalidade de dados, registramos que tivemos uma quantidade significativa de topônimos sem classificação, 4,6%, haja vista a impossibilidade de elucidação dos seus significados, por absoluta falta de fontes históricas e linguísticas. É o caso de *Sapálio* (AF), de *Plancet* (AH), de *Maitoré* (AF), de *Culcho* (AF), de *Iretan* (AF) entre outros, provavelmente resultados de alterações fonéticas e também alterações da escrita. Ortega Ojeda (1997, p. 756) lembra que, em algumas situações, os falantes acabam modificando um termo para dar conta de seu significado ou de sua motivação. Esse processo de modificação seria uma das razões da dificuldade em interpretar certos nomes.

No que se refere aos aspectos linguísticos propriamente ditos, a pesquisa constatou que a toponímia da região estudada, além de representar a cultura portuguesa, visto que a grande maioria dos vocábulos que ganharam estatuto de nomes próprios tem base lusitana, é marcada fortemente por estratos da língua indígena, principalmente da língua guarani, o principal idioma falado pelos índios que habitam a região e pelos vizinhos paraguaios. Vale ressaltar que 37% dos topônimos coletados têm origem indígena. Essa influência é mais evidente nos nomes de natureza física, principalmente nos que se referem a elementos da flora, da fauna, do solo e das águas, o que pode ser explicado, sobretudo, em virtude da valorização do meio ambiente pelos nativos. Já entre os topônimos de natureza antropocultural a influência da língua e da cultura indígena é bem menos significativa.

Ainda que neste trabalho, e no que deu origem a ele, tenham sido exploradas apenas algumas possibilidades no tratamento dos dados, acreditamos que os resultados da pesquisa representam uma contribuição para o conhecimento de pelos menos parte da realidade física e sociocultural do estado de Mato Grosso do Sul. Isso porque o estudo da toponímia pressupõe também o estudo da realidade extralinguística.

REFERÊNCIAS

- AGUILERA, Vanderci de Andrade; BERGANTINI, Vivian. Nome e lugar: o lugar da mulher na toponímia paranaense. *Boletim Centro de Letras e Ciências Humanas*. Londrina – PR, v.1, n.42, p.147 – 160, 2002.
- BATAGUASSU (MS). Disponível em <http://biblio-teca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/matogrossodosul/bataguassu.pdf>. Acesso em 17 de fevereiro de 2017.
- CABRAL, Paulo Eduardo. *Educação escolar indígena em Mato Grosso do Sul: algumas reflexões*. Campo Grande – MS: SED, 2002.
- CAMPESTRINI, Hildebrando; GUIMARÃES, Acyr Vaz. *História de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2002.
- CARDOSO, Armando Levy. *Toponímia Brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1961.
- COSTA, Damárci Olivi da. *Colônia, especulação fundiária e terra de índio: a Colônia Agrícola de Dourados e a Aldeia Panambi*. 1998. 45 f. Monografia (Especialização em História do Brasil) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados – MS, 1998.
- CUNHA, Antonio Geraldo da. *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, Brasília: Universidade de Brasília, 1998.
- _____. *Dicionário etimológico nova fronteira da língua portuguesa*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- DARGEL, Ana Paula Tribesse Patrício. *Entre buritis e veredas: o desvendar da toponímia do Bolsão Sul-mato-grossense*. 2003. 264 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas – MS, 2003.
- DAUZAT, Albert. *Nomes de lieux: origem et evolution*. Paris: Librairie Delagrave, 1928.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Edições Arquivo do Estado, 1990.
- _____. *Toponímia e antroponímia no Brasil*. Coletânea de estudos. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas/FFLCH/USP, 1992.
- DRUMOND, Carlos. *Contribuição do Bororo à toponímia brasileira*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 1965.

GLÓRIA DE DOURADOS (MS). Disponível em <http://bi-blioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/matogrossodosul/gloriadedou-rados.pdf>. Acesso em 17 de fevereiro de 2017.

GREGÓRIO, Irmão José. *Contribuição indígena ao Brasil*. Vol. 2. Belo Horizonte: União Brasileira de Educação e Ensino, 1980.

GUASCH, Antonio; ORTIZ, Diego *Diccionario castellano-guaraní; guaraní-castellano*. 13. ed. Paraguay: Centro de Estudios Paraguayos “Antonio Guasch”. Asunción, Paraguay, 1998.

GUÉRIOS, Rosário Farani Mansur. *Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes*. 3. ed. revista e ampliada. São Paulo: Editora Ave Maria Ltda., 1981.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IBGE - Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (1958). Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_35.pdf. Acesso em 23 de janeiro de 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Cidades*. Disponível em <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>. Acesso em 20/10/2014.

_____. *Censo 2010*. Disponível em censo2010.ibge.gov.br/ Acesso em 03/09/2014.

_____. *Censo 2000*. Disponível em www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/Acesso em 21/09/2003.

ISQUERDO; Aparecida Negri; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa da. A trilha dos “buritis” no vocabulário onomástico-toponímico: um estudo na toponímia de Minas Gerais e de Mato Grosso do Sul. In: BARROS, Lídia Almeida; ISQUERDO, Aparecida Negri (Orgs.). *O léxico em foco: múltiplos olhares*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010, p. 79-91.

ISQUERDO, Aparecida Negri. *O fato lingüístico como recorte da realidade sócio-cultural*. 1996. 409 f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara – SP, 1996.

JUSTINIANO, Aparecido Lázaro. *Vocabulário da erva-mate no cone sul de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: UNIDERP, 2006.

LEITE DE VASCONCELOS, José. *Opúsculo*. Onomatologia. vol. III. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931.

MARTINS. Gilson Rodolfo. *Breve painel etno-histórico de Mato Grosso do Sul*. 2.ed. ampl. e revis. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2002.

OLIVEIRA, Leticia Alves Corrêa de; ISQUERDO, Aparecida Negri. A figura da mulher na toponímia sul-mato-grossense: questões histórico-ideológicas. In: II Encontro Regional do Grupo de Estudos de Linguagem do Centro-oeste (GELCO), 2011, Três Lagoas/MS. *Anais do II Encontro Regional do GELCO*. Três Lagoas: CPTL/UFMS, 2011, p. 368-380.

ORTEGA OJEDA, Gonzalo. La etimología popular: un fenómeno de creación idiomática. In: *Cien años de investigación semántica: de Michél Bréal a la actualidad*. Actas del Congreso Internacional de Semántica. 1.ed. Madrid, 1997, p. 753-763.

SALAZAR-QUIJADA, Adolfo. *La Toponimia en Venezuela*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, Facultad de Ciencias Económicas y Sociales: División de Publicaciones, 1985.

SAMPAIO, Theodoro. *O tupi na geografia nacional*. 5.ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília, DF: INL, 1987.

SAMPAIO, Mario Arnaud Sampaio. *Vocabulário Guarani Português*. Porto Alegre: L&PM, 1986.

SCHNEIDER, Marlene. *Um olhar sobre os caminhos do Pantanal Sul-mato-grossense: a toponímia dos elementos físicos*. 2002. 168 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2002.

TAVARES, Marilze. *Toponímia sul-mato-grossense: um caminhar pelas microrregiões de Dourados, de Iguatemi e de Nova Andradina*. 2004. 214 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2004.



A TOPONÍMIA DA REGIÃO CENTRO-NORTE DE MATO GROSSO DO SUL

Marineide Cassuci Tavares

INTRODUÇÃO

Este trabalho foi elaborado a partir do recorte de uma pesquisa mais ampla, uma dissertação de mestrado, intitulada “Estudo toponímico da região Centro-Norte de Mato Grosso do Sul: o desvendar de uma história” (TAVARES, 2005)¹.

A referida dissertação teve como objetivo identificar e catalogar os topônimos de acidentes físicos e humanos coletados nos oito municípios pertencentes à Microrregião de Campo Grande (MR-04), nos sete que integram a Microrregião do Alto Taquari (MR-03) e no município de Ribas do Rio Pardo, da Microrregião de Três Lagoas (MR-07).

Tomou-se como hipótese para a realização da pesquisa mais ampla e também deste recorte o pressuposto de que as particularidades socioculturais, históricas, ideológicas e geográficas estariam refletidas no processo de nomeação dos acidentes físicos e

¹ Dissertação defendida no Programa de Mestrado em Letras, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Câmpus de Três Lagoas, em 2005, sob a orientação da Profa. Dra. Aparecida Negri Isquerdo. Disponível em: http://atems.ufms.br/wp-content/uploads/2016/09/Dissertac%CC%A7a%CC%83o_Marineide_FINAL.pdf

humanos das microrregiões estudadas e que, ao estudar o nome, perceber-se-ia nele o reflexo do ambiente físico e cultural no qual o ser humano está inserido.

Tal hipótese fundamenta-se no princípio de que “a nomeação da realidade pode ser considerada como a etapa primeira no percurso científico do espírito humano de conhecimento do universo” (BIDERMAN, 1998, p. 91). E, em se tratando de nomes geográficos, é possível acrescentar ainda que “o homem sempre nomeou os seus acidentes por uma necessidade elementar de orientação, em um raio geográfico preciso; é a primeira causa, a mais comum e facilmente perceptível” (DICK, 1986, p. 99).

1. ASPECTOS METODOLÓGICOS

O *corpus* da pesquisa, constituído pelo conjunto de 1.146 topônimos, foi coletado, basicamente, das folhas cartográficas do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de escala de 1:250.00, datadas de 1987.²

Após a coleta, os dados, isto é, os topônimos foram organizados em quadros com as seguintes colunas: topônimo (elemento específico), elemento geográfico (elemento genérico), taxionomia (conforme modelo de Dick, 1990; 1992), etimologia e estrutura morfológica. Para o registro da etimologia foram consultadas obras lexicográficas tais como *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*, de Houaiss (2001), *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi*, de Cunha (1998), *O tupi na geografia nacional*, de Sampaio (1987), *Toponímia brasileira*, de Cardoso (1961). Para a segmentação/discussão da estrutura morfológica, recorreu-se, ainda, a fundamentos teóricos fornecidos pela Morfologia.

Além disso, para a análise dos dados, buscou-se, também, fundamentação teórica na Lexicologia, na Etnolinguística e na Semântica, bem como foram consultadas obras, *sites* e documentos que registram a história do estado de Mato Grosso do Sul.

² Cf. Tavares (2005).

Neste trabalho o objetivo principal é apresentar considerações sobre as três categorias de topônimos mais produtivas – hidrotopônimos, fitotopônimos e zootopônimos –, e sobre a estrutura morfológica dos topônimos. Além disso, pretendeu-se ilustrar, por meio da apresentação de uma carta toponímica, a proposta de cartografia que foi um dos produtos da pesquisa mais ampla.

2. BREVES CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE A MOTIVAÇÃO DOS NOMES

No signo toponímico podem ser percebidas peculiaridades diferentes das encontradas no signo linguístico concebido por Saussure, e descrito no Curso de Linguística Geral (1972. [1916], p. 81), já que em sua concepção o signo seria arbitrário. O signo toponímico difere, em sua essência, do conceito de signo proposto por Saussure, uma vez que o nome dos lugares representa sua realidade, tornando-o, assim, motivado. O signo toponímico aparece com um novo conteúdo, pois

[...] o elemento linguístico comum, revestido, aqui, de função onomástica ou identificadora de lugares, integra um processo relacionante de motivação onde, muitas vezes se torna possível deduzir conexões hábeis entre o nome propriamente dito e a área por ele designada (DICK, 1990, p. 34).

Assim, à medida que o topônimo traduz uma realidade, apresenta-se como veículo de manifestações ideológicas, culturais, políticas, sociais e históricas, ele explica o fato de fatores extralinguísticos influenciarem na escolha das designações dos acidentes físicos e humanos de uma região. Isso porque “um signo motivado é um signo que admite a presença parcial da realidade, que incorpora esta parcela da realidade a seu significante, em vez de se contentar com sua denotação pura e simples” (FÓNAGY, 1977, p. 73).

Ao focalizar a motivação toponímica, Dick (1990, p. 49) considera dois pontos de vista: o do denominador, e das razões que o levaram a escolher, dentro de diversas possibilidades, a que correspondesse às suas necessidades no momento da opção, e o da natureza do produto da escolha, ou seja, da substância do topônimo, revelado por seus componentes linguísticos.

Ao se criar um novo topônimo, existe uma série de fatores, em especial o exercido pelo próprio ambiente, que atua sobre a linguagem e, conseqüentemente, sobre a forma de uma dada comunidade pensar e se manifestar. Nesse particular, Oliveira (2001, p. 109) argumenta que o “contato entre língua e realidade irá determinar a linguagem como reflexo da realidade e, sobretudo, como força geradora da imagem de mundo que o indivíduo possui”, imagem essa que é transmitida aos nomes que os lugares podem receber.

Esses nomes próprios são o objeto de estudo da Onomástica, uma disciplina de caráter abrangente, que se ocupa da investigação da etimologia, das transformações, da explicação e da catalogação dos nomes próprios de pessoas e lugares (ISQUERDO, 1997, p. 30). Divide-se em duas áreas de abrangência: Antroponímia – estudo dos nomes próprios de pessoas – e Toponímia – estudo da origem e do significado dos nomes próprios de lugares. Este último, a Toponímia, é o foco deste estudo.

Para o estudo dos topônimos, considerando-se a motivação semântica, podem ser adotadas diferentes formas de categorização, já que vários estudiosos apresentaram propostas de classificação dos nomes geográficos. Dentre os pesquisadores que discutiram modelos taxionômicos podemos citar Dauzat (1928), Leite de Vasconcellos (1931), Stewart (1954), Dick (1990/1992) e Salazar-Quijada (1985).

Para este trabalho, importam algumas considerações a respeito do modelo taxionômico proposto por Dick (1990/1992), que foi concebido com base nas camadas da toponímia brasileira. Na sua primeira versão, o modelo continha 19 taxes. No entanto, foi

reformulado, no ano de 1992, chegando a 27 categorias, divididas em 11 taxes de natureza física e 16 taxes de natureza antropocultural, sendo esse o modelo utilizado neste trabalho.

São exemplos de taxes de natureza física: fitotopônimos: topônimos de índole vegetal; geomorfotopônimos: topônimos relativos às formas topográficas; hidrotopônimos: topônimos relativos à hidrografia; zootopônimos: topônimos de índole animal. Entre as taxes de natureza antropocultural exemplificam-se: animotopônimos/nootopônimos: topônimos relativos à vida psíquica, à cultura espiritual; antropotopônimos: topônimos relacionados aos nomes de pessoas; historiotopônimos: topônimos que se reportam aos movimentos histórico-sociais, aos membros e às datas correspondentes (DICK, 1992). As três categorias mais recorrentes na região pesquisada, demonstradas na sequência, estão no primeiro grupo, isto é, são de natureza física.

3. AS CATEGORIAS TOPONÍMICAS MAIS PRODUTIVAS NA ÁREA DA PESQUISA

A soma total dos topônimos que integram as três categorias mais recorrentes é de 466, distribuídos da seguinte forma: hidrotopônimos, com 162 topônimos, representando 14,14% do *corpus*; fitotopônimos, que somam 158, representando 13,79%; e zootopônimos, com 146 nomes, o que equivale a 12,74%. Considerando que a soma total de nomes geográficos coletados é de 1.146 topônimos e que apenas essas três categorias já somam 466, o que representa 40,67% do *corpus*, já é possível verificar a importância da água, da flora e da fauna na toponímia da região investigada.

3.1 Hidrotopônimos

Os hidrotopônimos normalmente revelam características de natureza física do local nomeado, podendo representar,

também, o aspecto da corrente hídrica. A questão da qualidade ou aparência da água é incorporada ao processo de nomeação como em *Água Limpa*, nome de córregos em municípios como Bandeirantes, Camapuã e Campo Grande, entre outros. O elemento água também está presente nos topônimos *Água Ruim* e *Água Turva*, dois córregos em Campo Grande, que recuperam particularidades de suas correntes hídricas. São exemplos, ainda, de nomes com esse formante: Córrego *Água Vermelha*, em São Gabriel do Oeste, Camapuã, Jaraguari, Pedro Gomes; Ribeirão *Água Bonita*, em Sonora e Alcínópolis. São inúmeras as formações com o item lexical “água”, dentre eles, os córregos *Água Branca*, *Água Amarela*, *Água Limpa*, *Água Ruim*, *Água Turva*, *Água Boa*, *Água Enterrada*, *Água Quente*; o morro *Água Boa*; o Ribeirão *Água Limpa*, todos no Mato Grosso do Sul.

Para ser classificado como hidrotopônimo, o nome do acidente, além das aparências, pode estar relacionado ao gosto da água, como em *Salgado*, ribeirão em Camapuã e Ribas do Rio Pardo, e *Salobra*, que nomeia um córrego em Rio Verde de Mato Grosso e um ribeirão em Terenos, motivados pelas características de água salgada ou de gosto ruim, respectivamente.

Quanto ao formato, entre outros, observa-se a condição de queda-d’água, conhecida como *Cachoeira*, que nomeia, na região pesquisada, dois córregos, um em Campo Grande e outro em Camapuã, um ribeirão em Campo Grande, e um povoado em Bandeirantes. Registrou-se, também, *cachoeira* nas formas diminutiva, aumentativa e composta. Em maior ocorrência apareceu o diminutivo *Cachoeirinha*, um lugarejo em Campo Grande, ribeirões em Camapuã e Terenos, e córregos em Campo Grande, Coxim, Corguinho, Camapuã, Jaraguari, São Gabriel do Oeste, Sidrolândia, e, ainda, um povoado em Coxim. Já a forma aumentativa *Cachoeirão* nomeou três acidentes: um rio e um povoado em Terenos, e um córrego em Bandeirantes. Na forma composta foram registrados os nomes de córregos *Cachoeira Branca* e *Cachoeira da Pedra*, em Bandeirantes, e *Cachoeira Preta*, em Ribas do Rio Pardo.

Ainda em se tratando do formato, os nomes valorizam também a forma arredondada, “parecendo” uma lagoa, evidenciando-se nos designativos formados com a unidade lexical “lagoa”, nos seguintes contextos: córrego *Lagoa*, córregos em Bandeirantes, Camapuã e Jaraguari; ribeirão *Lagoa*, em Ribas do Rio Pardo; ribeirão *Lagoa Rica*, em Ribas do Rio Pardo; a forma plural *Lagoas*, em um córrego de Campo Grande; a forma diminutiva *Lagoinha*, em córregos de Campo Grande e Sidrolândia e, ainda, com a forma aumentativa em córrego *Lagoão*, em Camapuã.

O nome salto, por sua vez, na acepção de queda-d’água, também é produtivo no recorte toponímico de Mato Grosso do Sul aqui estudado: córrego do *Salto*, em Alcinópolis, Coxim, Rio Verde de Mato Grosso e Jaraguari; córrego *Salto* e córrego *Saltinho*, em Campo Grande e, ainda, o povoado *Salto*, em Terenos.

Outros topônimos que chamam atenção são os formados por *caldeirão*, vocábulo utilizado para nomear diversos acidentes físicos e humanos no Brasil, e dicionarizado com diferentes sentidos. Dentre outras acepções, o termo é marcado dialetalmente como regionalismo do Brasil, no sentido de

[...] depressão, abertura ou concavidade feita de forma natural no leito de um rio (p. ex., na base de uma queda-d’água), ou em rocha ou lajedo que ali se encontra, esp. aquela onde a água fica retida quando o rio seca, podendo-se encontrar, nesses locais, peixes e pedras preciosas ou minério de ouro” (HOUAISS, 2001).

O topônimo *Caldeirão* foi classificado como um hidrotópônimo levando em consideração também a explicação de Dick (1990, p. 247), que o compara com a corredeira: “dentro do sentido geral de “corredeira” pode ser incluído o caldeirão”.

Também são produtivos os formantes com *cabeceira*, que nomeiam nove acidentes na área delimitada para esta pesquisa, todos integrando formas compostas e, geralmente, fazendo referência à aparência física do referente nomeado. São eles: Córrego *Cabeceira Grande* e Córrego *Cabeceira Seca*, em Alcinópolis, córre-

go *Cabeceira da Onça*, em Camapuã, *Córrego Cabeceira Comprida*, em Camapuã, São Gabriel do Oeste e Terenos, *Córrego Cabeceira Alta*, em Sonora e Bandeirantes, e *Córrego Cabeceira da Lagoa*, também em Bandeirantes.

Os hidrotopônimos são a categoria na qual mais se verificou a presença de toponimização dos acidentes geográficos, ou seja, houve a transformação de vocábulos comuns ou termos definidores de um acidente geográfico em nome próprio ou termo específico desse objeto (DICK, 1999, p. 135). Nesta pesquisa são exemplos de toponimização: *Córrego Açude* (Camapuã, São Gabriel do Oeste e Pedro Gomes), *Cabeceira do Açude* (Coxim), *Córrego Cachoeira* (Campo Grande e Coxim), *Córrego Cachoeirinha* (Campo Grande, Coxim, Corguinho, Jaraguari, São Gabriel do Oeste, Sidrolândia e Camapuã), *córrego Lagoa* (Bandeirantes, Camapuã e Jaragari), *Riacho* (lugarejo em Rio Verde de Mato Grosso), dentre outros.

Os topônimos citados apenas ilustram a importância dos recursos hídricos, já que, para os homens, não importando o local onde vivam, a água é um elemento vital. Assim, “o aparecimento do topônimo, revestindo uma natureza hidronímica propriamente dita, vincula-se à importância dos cursos d’água para as condições humanas de vida” (DICK, 1990, p. 196), isso porque a água torna possível o cultivo de plantas que servem de alimento e é imprescindível à criação de gado e à navegação. Confirma-se, mais uma vez, que os cursos d’água sempre trouxeram benefícios para o homem: “todos os grandes países do mundo fixaram o seu desenvolvimento econômico à base do aproveitamento de suas redes fluviais” (ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, 1958, p. 11).

A categoria dos hidrotopônimos tem uma grande força expressiva, daí a razão de que “por si só, a nomenclatura hidronímica brasileira justificaria uma pesquisa isolada, visando ressaltar, em profundidade, os principais fatores que a estruturam, seja do ponto de vista da filiação linguística ou da motivação originária” (DICK, 1990, p. 154). Essa tese se aplica de uma for-

ma especial ao Mato Grosso do Sul, riquíssimo em matéria de córregos, rios, ribeirões.

3.2 Fitotopônimos

O destaque para a categoria dos fitotopônimos na nomenclatura geográfica parece justificável no âmbito de Mato Grosso do Sul, já que a natureza ainda é muito rica e preservada no Estado, o que acaba se refletindo na toponímia. Isso ocorre porque, muitas vezes, o homem procura retratar o que tem de valioso no lugar que acaba de conquistar e, neste particular, a vegetação local.

É dessa vegetação que o homem consegue seu alimento, a madeira forte, usada na construção, ou folhas que podem ser úteis nas coberturas de casas. Essas plantas foram homenageadas, respectivamente, com topônimos como Córrego *Abóbora*, em Rio Verde de Mato Grosso, Córrego *Angico*, em Campo Grande e Rochedo, e Córrego *Buriti*, em Rio Negro. Vale lembrar que uma planta pode ser, ao mesmo tempo, comestível, medicinal, ornamental ou de madeira e folhas resistentes.

O Quadro 1 traz exemplos de topônimos formados com nomes criados a partir de plantas que servem de alimento.

Quadro 1: Amostra de topônimos formados a partir de nomes de plantas usadas na alimentação.

TOPÔNIMO	ELEMENTO (MUNICÍPIO)
<i>Jatobá</i>	Cabeceira (Jaraguari) Ribeirão (Rochedo e Jaraguari) Córrego (Ribas do Rio Pardo)
<i>Guariroba</i>	Córrego (Rio Verde de Mato Grosso, Camapuã, Campo Grande e Sidrolândia) Cabeceira (Bandeirantes)
<i>Abóbora</i>	Córrego (Rio Verde de Mato Grosso)
<i>Arrozal</i>	Vazante (Coxim)
<i>Bananal</i>	Ribeirão (Alcinópolis)
<i>Café</i>	Córrego (Camapuã)
<i>Jenipapinho</i>	Córrego (Sidrolândia)
<i>Laranja</i>	Córrego (Pedro Gomes)

TOPÔNIMO	ELEMENTO (MUNICÍPIO)
Limão	Córrego (Jaraguari)
Mandioca	Ribeirão (Camapuã)
Maxixe	Córrego (Alcinópolis)

Fonte: Tavares (2005).

Desse grupo, *Jatobá* e *Guariroba* são os nomes mais recorrentes entre os fitotopônimos, por isso, considerou-se relevante tecer considerações sobre eles.

O nome da planta *jatobá* é apresentado por Dick (1990, p. 174) como uma espécie vegetal comum na toponímia que deu origem a diversos nomes, tanto em sintagmas simples como em compostos. Segundo Houaiss (2001), o termo *jatobá* nomeia uma árvore de até 40m, nativa do México ao Brasil e comum na Amazônia. Segundo esse dicionário, essa árvore fornece frutos “quase negros, cilíndricos, duros, com polpa farinácea, amarelo-clara, doce, nutritiva e laxante, consumida por animais silvestres e pelo homem”. A árvore *jatobá* aparece em relatos de moradores locais e de autores que descrevem a região.

Conforme explicação oral fornecida por uma moradora de São Gabriel do Oeste, a região do Capão Redondo, por exemplo, seria plana “cheia de frutas típicas: cajuzinhos, guaviras, mangabas, *jatobás*, piqui, croadas...” (grifo nosso). Edwards (1998, p. 52) descreve as paisagens nas proximidades de Camapuã, ora como de cerrado ralo, composto por árvores “raquíticas e de cascas enegrecidas e encrespadas”, ora “infestados de indaiá com suas palmas bonitas, mas cortantes”, ou, ainda, o cerrado fechado, “onde predominavam as árvores frutíferas, como o *jatobá*, o murici, o amarelo, o pequi e o ariticum. E por quase todo lugar que se andasse, havia a guavira (guariroba)” (grifo nosso) (EDWARDS, 1998, p. 52).

Esta última, *guariroba*, é definida por Houaiss (2001) como palmeira de até 20m, disposta em espiral, nativa do Paraguai e do Brasil (BA ao PR, MS, GO). Seus frutos são verde-amarelados, comestíveis e possui um palmito amargo, com propriedades medicinais. É muito usada em culinária. Cunha (1998) também defi-

ne *guariroba* como uma variedade de palmeira, também chamada de coqueiro-amargoso; Sampaio (1987, p. 239), por sua vez, apresenta o vocábulo como “corr. Guará-iroba, o indivíduo amargo; o pau-amargoso; é uma espécie de palmito (*Cocos oleracea*, Mr.)”. Em algumas regiões de Mato Grosso do Sul essa espécie de palmito é muito utilizada na culinária.

Já as várias plantas que apresentam características de utilidade prática, úteis ao homem, e que foram inspiração para a toponímia, estão exemplificadas com os topônimos arrolados no Quadro 2.

Quadro 2: Amostra de topônimos formados a partir de nomes de plantas com utilidade prática.

TOPÔNIMO	ACIDENTE (MUNICÍPIO)
<i>Angico</i>	Córrego (Campo Grande e Rochedo)
<i>Buriti</i>	Córrego do (Rio Negro)
<i>Cedro</i>	Córrego de (Alcinópolis)
<i>Coqueiro</i>	Córrego (Campo Grande, Jaraguari, Sidrolândia)
<i>Lixa</i>	Córrego (Alcinópolis)
<i>Macaúba</i>	Córrego (Camapuã e Corguinho)
<i>Palmeira</i>	Córrego (Alcinópolis)
<i>Pequi</i>	Córrego (Corguinho)
<i>Mangabeira</i>	Córrego (Camapuã)
<i>Peroba</i>	Córrego (Sidrolândia)
<i>Sapé</i>	Cabeceira (Jaraguari)
<i>Taboca</i>	Córrego (Corguinho e Rio Negro)
<i>Taquari</i>	Rio (Alcinópolis, Corguinho e Pedro Gomes)
<i>Pindaíba</i>	Córrego (Ribas do Rio Pardo)

Fonte: Tavares (2005).

No Quadro 2 podem ser percebidos diversos topônimos formados a partir de nomes de plantas que fornecem madeira de lei, ou seja, árvores úteis por fornecerem madeira forte, que podem ter sido utilizadas nas construções dos primeiros ranchos junto aos povoados. Isso ilustra o uso de *angico* que é, segundo Houaiss (2001), um designativo comum a várias árvores da família das leguminosas, frequentemente exploradas ou cultivadas

pela boa madeira, e do *cedro*, que se configura como designativo comum às árvores do gênero *cedrus*, cultivadas como ornamentais e pelas madeiras de qualidade.

Outros nomes de plantas úteis ao homem aparecem cristalizados em topônimos como *Pindaíba*, *Buriti*, *Buritizinho* e *Lixa*.

Sampaio (1987, p. 300), citando Batista Caetano, registra *pindahyba* como “corr. Pindá-yba, a vara do anzol, a cana do anzol. Pode provir ainda de pindá-ayba e significar o anzol ruim”. Segundo o estudioso, a “dicção popular – *estar na pindaíba* – é alusão à má fortuna de quem se vê reduzido à vara do anzol para viver”. *Pindaíba* designa ainda um “arbusto [...] nativo do Brasil, de ramos flexíveis, cuja casca é us. como bucha para espingarda e fornece fio branco us. em cordoaria...” (HOUAISS, 2001). Pelas definições fornecidas, fica clara sua utilidade, que é ainda reforçada por Edwards (1998, p. 59) que confirma a presença do arbusto na localidade ao esclarecer que, para matular, ou seja, para efetivar a parada do grupo para alimentação, tinham que achar um “corguinho, daqueles que viviam amoitados dentro da pindaíba fechada, e a água rodava a vida inteira sem nunca ver a cara do sol, e por isso mesmo era friinha, até em dia de calor de quarenta graus. As pindaibas eram moringas da natureza”.

Já *buriti* é designação comum a plantas cujas folhas são utilizadas para coberturas de casas rústicas e, especialmente, para extração de fibras, usadas em inúmeras obras trançadas (HOUAISS, 2001). A planta *buriti* é descrita por Edwards (1998, p. 53) como “um espetáculo com sua folhagem em grandes leques”. A autora continua explicando que, na fase produtiva do *buriti*, seus enormes cachos de cocos amarronzados e brilhosos viravam campo de pouso para as araras que comiam as castanhas quebrando-as no bico.

A árvore *lixa*, por sua vez, empresta seu nome ao Córrego da *Lixa*, nos municípios de Alcinópolis e de Coxim. Acredita-se tratar-se da recuperação do nome da planta *lixreira*, conhecida também como *lixa*. Lorenzi (1992) esclarece que *lixreira* recebe os

nomes populares de *lixa*, *cajueiro-bravo*, *cambarba* (MT), *marajoara* (PA), entre outros. É encontrada nas áreas de cerrado e fornece madeira pesada, compacta, durável, própria para obras internas. Suas folhas são “altamente silicosas e ásperas, o que permitiu, no passado, seu uso para lixar madeira” e ainda são adotadas por alguns grupos humanos, como pelos moradores do Pantanal da Nhecolândia, por exemplo, que as utilizam para lavar painéis de alumínio, em substituição à esponja de aço”. Houaiss (2001) confirma que *lixeira* é um regionalismo de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, e é o mesmo que *cajueiro-bravo* (*Curatella americana*), sendo *lixeira* uma variante de *lixa*, “árvore (*Pourouma aspera*) da fam. das cecropiáceas, nativa das Guianas e do Brasil, de folhas ovais que, por sua aspereza, são us. para lixar, e flores em panículas cimosas; embaubarana, imbaubarana”.

Além desses grupos de topônimos, grande número de nomes recuperados pela toponímia aqui estudada não caracterizam, propriamente, as árvores, mas sim outros referentes que, por se relacionarem à vegetação, enquadram-se na classificação dos fitotopônimos. É o que acontece, por exemplo, com *Capão*, definido por Sampaio (1987, p. 215) como “Caá-pãu, a ilha de mato; o mato crescido e isolado no campo”. Registrou-se, entre os nomes de elementos físicos, o Córrego *Capão Redondo*, em São Gabriel do Oeste. Entre os acidentes humanos foram identificados *Capão Alto*, em Rio Verde de Mato Grosso, *Capão Redondo*, em São Gabriel do Oeste, *Capão Seco*, em Sidrolândia e *Capão Verde*, em Sidrolândia.

Também se referem à vegetação os nomes formados com as unidades lexicais *mato* e *mata* que, no *corpus* da dissertação, nomeiam o Córrego *do Mato*, em Jaraguari e Camapuã e o Córrego *da Mata*, em Ribas do Rio Pardo.

Com base nessa análise dos fitotopônimos, verifica-se que, ao nomear os acidentes físicos com nomes de plantas, o denominador procurou valorizar a importância de algumas espécies nativas, segundo sua utilidade e qualidades. A grande produtividade dos fitotopônimos ressalta a dependência do homem frente às plantas, pois elas são parte integrante de suas vidas, imprescindíveis, pois,

à própria qualidade de vida do ser humano. Essa é uma das possíveis causas da valorização dos nomes de plantas no processo de nomeação, já que “é impossível estudar uma paisagem sem levar em consideração a vegetação” (TROPMAIR, *apud* DICK, 1990, p.195).

3.3. Zootopônimos

Nos dados aqui examinados, nota-se que os designativos zoonímicos, ora homenageiam o animal que serve de alimento, a caça ou a pesca, ora aqueles que são úteis na vida diária ou, ainda, em grande quantidade, os nomes de animais que habitavam o espaço no momento de batismo dos lugares.

Entre os nomes de animais presentes no processo nominativo que servem de alimento ao denominador, destacam-se os motivados por nomes de peixes: Córrego *Douradinho* (Ribas do Rio Pardo), Córrego *Dourados* (Ribas do Rio Pardo), Córrego *Lambari* (Corguinho e Sidrolândia), Ribeirão *Piracanjuba* (Ribas do Rio Pardo), Ribeirão *Piraputanga* (Camapuã), Córrego *Piraputanga* (Campo Grande, Terenos e Camapuã), Córrego *Traíra* (Coxim) e Rio do *Peixe* (Rio Negro e Pedro Gomes).

Para ilustrar a utilidade desses animais, foram tomados alguns nomes, como os que ocorrem com *piraputanga*, bem produtivo no *corpus*. Segundo Houaiss (2001), o termo designa o peixe “*pirapi* ‘tanga’ peixe da família dos caracídeos’ <*pi*’ra ‘peixe’ + *pi*’tanga ‘avermelhado”’. O nome do córrego pode ter sido motivado pela existência desse tipo de peixe no momento da nomeação, já que é muito comum nos rios do Estado. Ainda relacionados a peixes foram encontrados *Piracanjuba* e *Lambary* registrados por Sampaio (1987) como “Pirá-acan-yuba, o peixe de cabeça amarela ou dourada” (p. 301) e “*Corr. Aramberi*, o peixinho de água doce semelhante à sardinha”.

A toponímia das microrregiões em estudo reúne ocorrências significativas de topônimos ligados aos nomes dos peixes existentes nos locais pesquisados, isto porque há uma grande quantidade

de rios, córregos, ribeirões em Mato Grosso do Sul. Esse fato justifica também a grande preocupação com o turismo da pesca em vários municípios do Estado.

Também utilizados na alimentação existe uma série de animais que eram caçados pelos colonizadores. Esses animais eram úteis ainda pelo aproveitamento de seu couro, que possibilitava retorno financeiro. Essa qualidade de animal de caça é evidenciada em topônimos como os do Quadro 3.

Quadro 3: Amostra de topônimos formados a partir de nomes de animais de caça.

TOPÔNIMO	ELEMENTO (MUNICÍPIO)
<i>Veado</i>	Córrego do (Coxim, Rio Negro)
<i>Queixada</i>	Córrego (Coxim, Alcinópolis, Camapuã, Campo Grande)
<i>Mutum</i>	Ribeirão do (Alcinópolis) Córrego (Camapuã, Pedro Gomes)
<i>Perdiz</i>	Córrego (Jaraguari)
<i>Perdizes</i>	Córrego (Bandeirantes)
<i>Perdigão</i>	Localidade (Rio Verde de Mato Grosso)
<i>Pato</i>	Vazante (Rio Verde de Mato Grosso)
<i>Cervinho</i>	Córrego do (Bandeirantes) Córrego (Jaraguari)
<i>Cervo</i>	Córrego do (Coxim, Bandeirantes, Rio Verde de Mato Grosso) Ribeirão do (Bandeirantes, Jaraguari) Povoado (Sidrolândia)
<i>Cervo Novo</i>	Cabeceira do (Rio Verde de Mato Grosso) Córrego (Rio Verde de Mato Grosso)
<i>Anhuma</i>	Córrego (Pedro Gomes, Rio Verde de Mato Grosso)

Fonte: Tavares (2005).

Ferreira Neto (2004, p. 68) menciona alguns animais que serviam como alimentação aos monçoeiros, no início da colonização das terras sul-mato-grossenses, destacando os preferidos e os não preferidos entre os colonizadores. Entre os preferidos estavam a anta, a paca, o veado, o queixada, o caititu, o mutum, a perdiz, a jacutinga, o jaó, o pato e o marreco, e “a tropa não apreciava a carne do cervo, da capivara, do jacaré e da anhuma”.

Entre esses animais, destaca-se em utilidade o *veado* que, além de servir de alimento, era revertido em renda para os caçadores. A caça, quando realizada profissionalmente, era mais rentável que outras atividades como a indústria canavieira, a fabricação de sal ou a criação de gado. As peles dos veados eram matéria-prima utilizada pelos artesãos na fabricação de selas, de arreios e de outros acessórios de montaria. Os caçadores, além de aproveitarem a carne como alimento, vendiam as peles, o que lhes rendia um bom dinheiro (ALMEIDA, 1951, *apud* QUEIROZ, 2004, p. 08-09).

Alguns desses animais mencionados são também retomados por Corrêa Filho ([1939], p. 122), ao se referir à fauna mato-grossense. O autor lembra, em seus relatos, de dois animais homenageados na toponímia sul-mato-grossense: a *anta* e a *queixada*. A anta, segundo ele, possuía pele espessa, marchava pesadamente, e vivia em busca dos banhados onde se chafurdasse. As queixadas andavam em varas, “prontas a avançar, compactas, batendo os queixais, em que sobressaem enormes presas, contra qualquer inimigo”.

De grande utilidade também é a *anhuma*, responsável pela nomeação de dois córregos, um em Pedro Gomes e o outro em Rio Verde de Mato Grosso. Ferreira Neto (2004, p. 61) apresenta a ave como frequente no Tietê e a descreve como uma ave do tamanho, qualidade e semelhança do peru, só que um pouco mais magra e de carne esponjosa. Segundo o autor, quando se dispunha a gritar, era tão estridente, que seu grito podia ecoar a grande distância, indicando a presença de pessoas pela vizinhança. Esclarece, ainda, que, à noite, “contavam com extraordinária precisão cronométrica de duas em duas horas, a partir de meia-noite e com tal regularidade, que a falta de relógio, seu canto orientava o revezamento das sentinelas dos acampamentos”.

Além da utilidade dos animais, como nos exemplos citados, a presença dessas espécies no local, no momento do batismo dos acidentes físicos e humanos, também deve ser considerada. Nesse particular, Dick (1990, p. 256), retomando a posição de Theodoro Sampaio, explica que “dificilmente um nome dessa

categoria estaria desvinculado da existência real da espécie, na localidade. O processo denominativo, segundo se depreende dos conceitos do autor, estaria, assim, em estreita aproximação ao meio geográfico”.

Na situação específica deste estudo, a existência do animal no local foi fonte motivadora de vários topônimos, como os demonstrados no quadro 4.

Quadro 4: Amostra de topônimos formados a partir de nomes de animais comuns no habitat local

TOPÔNIMO	ELEMENTO (MUNICÍPIO)
<i>Borrachudo</i>	Córrego (Camapuã),
<i>Formiga</i>	Córrego (Corguinho)
<i>Cabeçuda</i>	Córrego (Pedro Gomes)
<i>Lobo</i>	Córrego (Pedro Gomes)
<i>Lobinho</i>	Córrego (Pedro Gomes)
<i>Mosquito</i>	Córrego (Jaraguari)
<i>Carrapato</i>	Córrego (Corguinho e Sidrolândia)
<i>Mutuca</i>	Ribeirão da (Camapuã),
<i>Onça</i>	Morro (Camapuã) Córrego (Ribas do Rio Pardo, Sonora, Coxim, Rio Verde de Mato Grosso, São Gabriel do Oeste, Sidrolândia)
<i>Arara/Araras</i>	Serra das (Camapuã) Córrego das (Rio Verde de Mato Grosso) Córrego (Campo Grande e Jaraguari) Ribeirão (Ribas do Rio Pardo)

Fonte: Tavares (2005).

O topônimo formado com *cabeçuda*, que aparece no quadro, parece recuperar uma espécie de formiga, já que, durante as expedições realizadas pelos monçoeiros, de Porto Feliz a Camapuã, na região do Rio Pardo, os desbravadores deparavam-se com “uma espécie de formiga que cortava tudo que encontrava pela frente. Chamavam-na de formiga cabeçuda ou carregadeira” (FERREIRA NETO, 2004, p. 70). O mesmo autor, na página 77,

esclarece ainda que, na margem do ribeirão Camapuã, existiam árvores chamadas “paus de formiga”, cujo inseto nelas vivia e delas se sustentava “em cada galho havia uma imensidade delas, que ao menor toque caíam sobre os transeuntes fazendo-lhes uma perseguição implacável. Sua picada causava dor tão veemente quanto à das vespas”.

Ferreira Neto (2004) comprova, ainda, a presença do *carrapato* durante a viagem monçoeira, no mesmo trajeto, de Porto Feliz a Camapuã, ao explicar a eficácia da cera do favo de mel que, além de servir para vedar buracos nas embarcações, também era utilizada como armadilha para prender carrapato:

[...] com a ausência das queimadas em nossas matas, os carrapatinhos proliferavam com rapidez, marcando presença no trajeto monçoeiro, principalmente da foz do Tietê. Os carrapatinhos, assemelhando-se ao piolho da galinha, formavam bolas do tamanho de nozes e ficavam pendentes nas folhas das árvores; ao cair sobre uma pessoa, a cobria de tal sorte que, para livrar-se deles, a vítima era obrigada a despir-se e outra pessoa correr-lhe todo o corpo, com uma bola de cera de mel, caldo de tabaco ou sarro de pito (FERREIRA NETO, 2004, p. 67).

Ainda merecem atenção os nomes dos córregos *Borrachudo* e *Mutuquinha* e do ribeirão da *Mutuca*, todos em Camapuã, que foram motivados, certamente, pela presença dos insetos no local, pois “havia a mutuca e o borrachudo, uma qualidade de mosquito que importunava bastante e que, além de venenosos, provocavam alto grau de comichão inchando a parte da pele picada” (FERREIRA NETO, 2004, p. 79).

Outro animal que se destaca em nomes da toponímia sul-mato-grossense é a *arara*, uma ave muito significativa na fauna local, já que foi fonte inspiradora para o denominador na escolha dos nomes de vários acidentes. Dick (1990, p. 259) utiliza-se das palavras de Léry (1972) para exaltar a beleza da *arara*, cuja plumagem não acredita “que se encontre no mundo coisa mais deslumbrante [...] quando essa ave se expõe ao

sol, como sempre acontece, não se fartam os olhos humanos de contemplá-la”.

O zootopônimo é a categoria de Dick na qual mais pode ser percebida a influência da cultura indígena, no *corpus* estudado por Tavares (2005), já que, dos 146 nomes, 49 são de origem tupi, o que equivale a 33,56% dos zootopônimos. Exemplificam isso termos como *mutum*, *sucuri*, *urutau*, *mutuca*, *arara*, *quati*, *anhuma*, *seriema*, *piracanjuba*, *tamanduá*, *piraputanga*, *anhanduí* e *anhanduizinho*, todos registrados por Houaiss (2001), como originárias do tupi. Essa grande importância dispensada aos animais na nomeação dos acidentes físicos e humanos pode ser explicada pelo fato de que o animal

[...] não participa apenas utilitariamente de uma comunidade primitiva, na medida em que lhe serve de fonte alimentícia. Sua função, quase sempre, vai mais longe, figurando em um eixo relacionante integrado por ele mesmo e pelo próprio homem que o personifica (DICK, 1990, p. 261).

4. BREVES CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE A ESTRUTURA MORFOLÓGICA DOS TOPÔNIMOS

Antes da apresentação dos resultados, considerou-se importante retomar, ainda que brevemente, alguns princípios teóricos relativos ao assunto.

Para compreender a formação dos topônimos é necessário ressaltar que nome e elemento geográfico aparecem intimamente ligados e, para que haja distinção entre seus termos formadores, há que se fazer uma divisão entre eles. Essa divisão, no que concerne à estrutura do topônimo, é proposta por Dick (1992, p. 10), ao apresentar duas partes formadoras do nome/acidente: termo ou elemento genérico, “relativo à entidade geográfica que irá receber a denominação”, por exemplo, córrego, rio, morro, e termo ou elemento específico, que é o “topônimo propriamente dito, que particularizará a noção espacial,

identificando-a e singularizando-a dentre outras semelhantes”. Assim, no sintagma toponímico Córrego *Café* (Camapuã), *Café* é o *elemento específico*.

Diante do exposto, percebe-se que a formação de um sintagma nominativo de um elemento geográfico se caracteriza da seguinte maneira: elemento genérico + elemento específico, este último é o objeto de investigação do toponimista e é ele também o considerado para análise da estrutura morfológica.

Esse elemento específico, como as outras palavras, em geral, pode ser simples ou composto. Assim, o topônimo é classificado como simples quando se define por um só elemento, independentemente de apresentar sufixos ou não. Como exemplos de topônimos simples citam-se os seguintes: *Brasilândia* (lugarajo em Campo Grande), *Canivete* (córrego em Ribas do Rio Pardo) e *Pontinha* (córrego em Rio Negro). Já quando o topônimo é formado por mais de um elemento, diz-se que ele é composto. Como exemplo de topônimos compostos citam-se os seguintes: *Lagoa Rica* (Ribeirão em Ribas do Rio Pardo) e *Lagoa Feia* (córrego em Campo Grande).

Tanto o topônimo simples como o composto pode ser formado a partir do processo de hibridismo, que, segundo Kehdi (1992, p. 50), “é a designação dada aos vocábulos compostos ou derivados, cujos elementos provêm de línguas diferentes”.

Dick (1992 p. 14) esclarece que o topônimo híbrido, ou elemento específico híbrido, é “aquele designativo que recebe em sua configuração elementos linguísticos de diferentes procedências; a formação que se generalizou no país é a portuguesa + indígena ou a indígena + portuguesa”. Essa composição pode ser observada em topônimos simples híbridos (*Buritinho* – córrego em Camapuã) e em topônimos compostos híbridos (*Santo Antônio Caeté* – lugarajo em Rio Verde de Mato Grosso). Essas seriam as categorias básicas, no que se refere à estrutura dos topônimos.

Alguns topônimos admitiram em sua formação o que Sandmann (1991, p. 31) chama de idiomatização de aumenta-

tivos e de diminutivos, fenômeno “que permite que um sufixo derivacional de grau não seja o último da série de afixos, admitindo inclusive outro sufixo de grau e até de semântica oposta”. Em nosso *corpus* ilustram esse processo: *Ribeirãozinho* (acidente geográfico em Camapuã, Coxim, Ribas do Rio Pardo), *Varjãozinho* (córrego em Campo Grande) e *Sertãozinho* (ribeirão em Camapuã).

5. AS ESTRUTURAS MORFOLÓGICAS OBSERVADAS NO *CORPUS*

Dos 1.146 nomes que compõem o *corpus* da pesquisa de Tavares (2005), 265 são resultados do processo de composição, e 340 do de derivação. Isso significa que 52,80% do *corpus*, mais da metade, são formados por palavras compostas ou derivadas.

Serão focalizados, primeiramente, os topônimos oriundos do processo de formação de palavras por meio da derivação e, em seguida, abordaremos questões relacionadas aos topônimos cuja formação decorreu do processo de composição.

5.1 Topônimos formados pelo processo de derivação

Observou-se, entre os nomes coletados para a pesquisa que deu origem a este trabalho, uma grande incidência de formação de palavras por sufixação, representando a maioria das palavras derivadas encontradas no *corpus*, em especial as constituídas por sufixos aumentativos, diminutivos e pelas terminações em -ado(a) e -eiro(a). Não foram detectados topônimos derivados formados por prefixos.

O quadro 5 demonstra a incidência dos topônimos derivados presentes no *corpus* formados pelos sufixos mais recorrentes, considerando-se o total de topônimos analisados.

Quadro 5: Topônimos formados pelo processo de derivação

TIPO DE NOMES	SUFIXOS	EXEMPLOS
Diminutivos	<i>-inho(a)</i>	Bonitinho, Inferninho, Manuteninha, Panchinho, Rondinha, Negrinho, Trelinha, Jenipapinho, Mandioquinha, Mateirinha, Matinha, Taboquinha, Cerrinho, Chapadinha, Furninha, Morrinho, Pocinho, Valinho, Cachoeirinha, Lagoinha, Saltinho, Pontinha, Barreirinho, Barrentinha, Lajeadozinho, Rochedinho, Barrinha, Torrinhas, Garimpinho, Postinho, Potreirinho, Prainha, Retirinho, Bracinho, Cervinho, Douradinho, Galheirinho, Lobinho, Lontrinha, Mutuquinha, Varginha
	<i>-zinho(a)</i>	Jauruzinho, Bananzinho, Buritizinho, Jatobazinho, Taquarizinho, Ribeirãozinho, Riozinho, Varjãozinho, Sertãozinho e Anhanduizinho.
Aumentativos	<i>-ão</i>	Manecão, Taperão, Canastrão, Pindaibão, Baixadão, Buracão, Corixão, Grotão, Poção, Lagoão, Areão, Brejão, Lajeado, Varjão, Perdigão
	<i>-eirão</i>	Figueirão, Boqueirão, Cachoeirão, Caldeirão, Ribeirão, Barreirão
Outros tipos de formações	<i>-eiro(a)</i>	Mineiro, Campeiro, Mateiro, Garimpeiro, Potreiro, Coqueiro, Figueira, Gameleira, Limoeiro, Mangabeira, Palmeira, Pimenteira, Limeira, Pedreira, Cachoeira, Cruzeiro, Corredeira, Barreiro, Chiqueiro
	<i>-ado(a)</i>	Cortado, Picada, Salgado, Invernada, Arrepiado, Alcantilado, Areado, Lajeado, Estivado, Capado, Queixada, Prateado, Decoada
	<i>-al</i>	Pombal, Acorizal, Bananal, Pirizal, Arrozal
	<i>-(d)or</i>	Virador, Pulador, Roncador, Atolador, Relador.

Fonte: Tavares (2005).

Pode-se observar que, dentre os sufixos diminutivos, destaca-se a presença do *-inho(a)* e do *-zinho(a)*. Não há uma regra

bem definida quanto ao uso desses sufixos na formação de palavras diminutivas. Cunha e Cintra (1985, p. 91), por exemplo, esclarecem que, “excetuando-se o caso das palavras terminadas em -s e -z, que naturalmente exigem a forma -inho (pires-inho, rapaz-inho), não é fácil indicar as razões que comandam a escolha entre -inho e -zinho”. No entanto, os autores explicam que é possível verificar, na norma culta, uma preferência pelas formações com -zinho, com intuito de manter íntegra a pronúncia da palavra da qual a nova unidade lexical derivou. Já a linguagem popular, notadamente simplificadora, tende para formações com -inho. No *corpus* desta pesquisa foram detectadas 41 formações com -inho(a), como exemplifica o quadro 5.

Registraram-se, ainda, as formas diminutivas com -icho (rabiço), -ito (mosquito), -acho (riacho), -ote (serrote), -ino(a) (campina; correntino).

Já entre os aumentativos destacaram-se as formações com o sufixo -ão, formador de vinte e dois nomes. Esse sufixo é, por excelência, o responsável pela formação dos aumentativos no português, podendo juntar-se a radicais de substantivos (papel-ão), de adjetivos (solteir-ão) e de verbos (chor-ão), quer de forma direta, como nos exemplos citados, quer por intermédio de consoantes de ligação (chape-l-ão) ou de outros sufixos (-alho, -arro, -eiro, -il) (CUNHA; CINTRA, 1985, p. 88). Com o sufixo -ão foram formados topônimo como: *Taperão* (córregos em Alcínópolis e Camapuã), *Pindaibão* (córrego em Rio Verde de Mato Grosso), *Baixadão* (córregos em Camapuã e São Gabriel do Oeste), *Buracão* (córregos em Bandeirantes e Corguinho), *Brejão* (ribeirão em Camapuã, córregos em Campo Grande, Rio Verde de Mato Grosso e Sidrolândia). Já com o sufixo composto -eirão foram formados *Figueirão* (rio em Camapuã), *Boqueirão* (córrego em Rio Negro), *Barreirão* (córregos em Camapuã, Ribas do Rio Pardo e Rio Verde de Mato Grosso).

O uso dos sufixos aumentativos e diminutivos na formação dos topônimos nem sempre está associado ao tamanho do acidente. Topônimos como *Mutuquinha* (córrego em Camapuã),

Jauruzinho (ribeirão em Camapuã) parecem denotar mais um sentimento afetivo que a qualidade de acidente pequeno. Também *Inferninho* (córregos em Alcinópolis e em São Gabriel do Oeste) não parece simbolizar simplesmente um inferno pequeno, ou um acidente de tamanho reduzido, visto que, segundo a crença religiosa, não existem infernos pequenos e grandes, mas apenas inferno. O uso do topônimo no diminutivo pode simbolizar uma maneira de amenizar a carga negativa que o tabu invoca.

Outro sufixo que merece destaque na formação dos topônimos aqui examinados é o -eiro(a). Esse sufixo pode indicar uma ocupação, um ofício, como *Mineiro* (povoado em São Gabriel do Oeste), *Campeiro* (povoado e córrego em Sidrolândia), *Mateiro* (córrego em Camapuã), *Garimpeiro* (ribeirão em Alcinópolis), *Potreiro* (córrego em Sidrolândia). Esse tipo de formação também ocorre em nomes de árvores ou arbustos, como *Coqueiro* (córregos em Campo Grande, Jaraguari e Sidrolândia), *Gameleira* (córrego em Campo Grande), *Limoeiro* (córrego em Sidrolândia); em noção de coletividade, exemplificada por *Pedreira* (córrego em Bandeirantes); em ideia de intensidade, aumento, verificado em *Cruzeiro* (córrego em Sidrolândia), *Corredeira* (córrego em Terenos), *Barreiro* (córregos em Pedro Gomes, Terenos, Rochedo e Coxim, entre vários outros), ou, ainda, em lugar onde se guarda algo, ou um animal, como *Chiqueiro* (córrego em Alcinópolis). Todos esses exemplos são de topônimos substantivos formados a partir de substantivos, merecendo destaque o primeiro grupo de topônimos que recuperam um ofício e estão ligados diretamente às atividades do garimpo, do campo em geral e da pecuária, muito difundidas na região na época da colonização.

Expressiva também foi a presença de palavras formadas pelo sufixo -ado(a). Na formação de substantivos a partir de outros substantivos, o sufixo pode indicar: marca feita por instrumento (*Cortado* - córregos em Campo Grande e Sidrolândia, *Picada* - córregos em Camapuã e em Pedro Gomes); produto alimentar (*Salgado* - ribeirões em Camapuã e Ribas do Rio Pardo); duração prolongada (*Invernada* - córrego em Jaraguari). Na formação de

adjetivos a partir de substantivos o sufixo -ado(a) pode exprimir algo cheio, ou provido de, quem tem caráter de: *Arrepiado* (córrego em Rio Verde de Mato Grosso), *Alcantilado* (córrego em Rio Negro), *Areado* (povoado em Camapuã, córrego em São Gabriel do Oeste, distrito e vilarejo em São Gabriel do Oeste), *Lajeado* (córregos em Corguinho e Camapuã, entre vários outros), *Estivado* (córrego em Rio Verde de Mato Grosso), *Capado* (córregos em Alcinópolis e Bandeirantes, povoado em Bandeirantes), *Queixada* (córregos em Coxim, Camapuã, Alcinópolis e Campo Grande), *Prateado* (povoado em Jaraguari), *Decoada* (córrego em Alcinópolis).

Pouco expressiva, mas significativa, foi a presença dos sufixos -al e -(d)or no *corpus* estudado. O primeiro deles, -al, indica noção coletiva ou de quantidade, como em *Pombal* (córrego em Jaraguari), *Acorizal* (córrego em Coxim), *Bananal* (rio em Alcinópolis), *Pirizal* (ribeirão em Camapuã), ou, ainda, de cultura de vegetais, como em *Arrozal* (vazante em Coxim e córrego em Sidrolândia). O sufixo -(d)or, por seu turno, forma substantivos a partir de verbos e pode significar agente, instrumento de ação, como ocorre em *Virador* (córrego em Rio Verde de Mato Grosso), *Pulador* (córregos em Alcinópolis, Bandeirantes, Camapuã, Campo Grande, Rio Verde de Mato Grosso e em Jaraguari), *Roncador* (córregos em Camapuã e Pedro Gomes), *Atolador* (córrego em Sidrolândia), *Relador* (córrego em Camapuã).

Nos processos de formação de palavras já apresentados, o novo termo derivado surge do acréscimo de afixos a um radical. No entanto, existe um mecanismo de criação vocabular que revela um processo inverso, a chamada derivação regressiva, que possui importância maior na criação dos substantivos deverbais ou pós-verbais, formados pela junção de uma das vogais -o, -a, ou -e ao radical do verbo (CUNHA; CINTRA, 1985, p. 102). É o que ocorre com os topônimos *Desprezo* (córrego em Campo Grande), *Engano* (ribeirões em Alcinópolis e Camapuã e córrego em Campo Grande), *Esparramo* (córregos em Coxim e São Gabriel do Oeste), *Esparrame* (cabeceira em Camapuã), *Garimpo* (córrego em Rio Negro, Ribas do Rio Pardo, Rio Verde de Mato

Grosso), *Recreio* (lugarajo de Coxim, córrego em Ribas do Rio Pardo), *Retiro* (ribeirão em Alcinópolis, córregos em São Gabriel do Oeste, Alcinópolis, Camapuã, Campo Grande, Ribas do Rio Pardo e São Gabriel do Oeste) e *Rodeio* (córrego em Coxim e em São Gabriel do Oeste), formas regressivas dos verbos desprezar, enganar, esparramar, garimpar, recrear, retirar e rodear, respectivamente. Os nomes que foram elencados apenas ilustram o processo regressivo. Todavia, esse tipo de formação de palavras é mais complexo do que aparenta, visto que “uma perspectiva exclusivamente sincrônica nem sempre é suficiente. O estudo da regressão requer, com frequência, a pesquisa diacrônica, com consulta a dicionários etimológicos” (KEHDI, 1992, p. 25).

Já que, ao estudar um topônimo, não pode ser desconsiderado o papel do denominador, vale a pena citar a criatividade lexical, que é o que ocorre na formação de *Inferninho* (córregos em Alcinópolis e São Gabriel do Oeste) e de Colônia *Risolândia* (lugarajo em Campo Grande). No primeiro caso, o denominador utiliza uma espécie de mito, que recupera um lugar muito assustador, que provoca sofrimento, ou, ainda, um lugar muito quente para nomear um espaço. Tratando-se de um córrego, seria muito difícil que esse nome tivesse sido criado pensando no calor provocado pelas águas, já que, para ser comparada ao inferno, deveriam ser, não apenas águas mornas, mas sim ferventes. No segundo exemplo, chama atenção a segunda parte do nome, *Risolândia*. Por tratar-se de um lugarajo, e por ser formado com a palavra riso, o topônimo recupera um ambiente alegre e descontraído, o que é reforçado por -lândia, que pode lembrar lugares divertidos, como o conhecido parque de diversões Disneylândia. O elemento pospositivo -lândia significa “terra” “país” e, segundo Houaiss (2001), “tem servido para a form. *ad hoc* de muitos top. brasileiros, bem como para palavras *ad hoc* de valor afetivo e pitoresco, como *pagolândia*, *gurilândia*, *brotolândia*, *bostolândia* etc., pelo menos no Brasil”.

Alguns topônimos foram registrados com mais de uma forma, o que também deixa claro a criatividade do homem ao

nomear os acidentes geográficos. Valendo-se de uma palavra já existente para criar outras, por meio do acréscimo de sufixos, ou pela junção de novas palavras, o denominador cria novos nomes. É o que pode ser observado nos grupos de topônimos: *Areia* (nove)³, *Areão* (um), *Areado* (quatro); *Barreirão* (três), *Barreirinho* (seis), *Barreiro* (23), *Barrentina* (um), *Barro Branco* (um); *Cachoeira* (seis), *Cachoeirão* (dois), *Cachoeirinha* (11), *Cachoeiras* (um), *Cachoeira Branca* (um), *Cachoeira da Pedra* (um), *Cachoeira Preta* (um); *Campo* (dois), *Campeiro* (dois), *Campeira* (um), *Campina* (um), *Campinas* (um), *Campo Alegre* (seis), *Campo Formoso* (um), *Campo Limpo* (um), *Campo Verde* (um); *Furna* (seis), *Furninha* (um), *Furnas* (dois), *Furnas do Monjolo* (um), *Furnas do Mutum* (um), *Furnas do Dionísio* (um); *Lagoa* (cinco), *Lagoão* (um), *Lagoinha* (dois), *Lagoas* (um), *Lagoa Rica* (um); entre vários outros exemplos.

Na sequência, seguem considerações acerca dos topônimos compostos.

5.2 Topônimos formados pelo processo de composição

Como já assinalado, o processo de formação de palavras por composição consiste em formar uma nova palavra pela união de dois ou mais radicais – parte da palavra detentora do significado básico – com uma ideia única, e que, em alguns casos, ganha um novo conteúdo semântico.

Quanto à classe gramatical dos seus elementos, uma palavra composta pode ser constituída de: S+S (substantivo+substantivo), S+A (substantivo+adjetivo), A+S (adjetivo+substantivo), N+S (numeral+substantivo), V+S (verbo+substantivo), e assim por diante. Essas são as quatro formações mais recorrentes no *corpus* desta pesquisa, conforme ilustra o quadro a seguir.

³ O número que aparece na frente de cada topônimo, entre parênteses, indica a quantidade de vezes que o topônimo apareceu no *corpus*.

Quadro 6: Topônimos formados pelo processo de composição

TIPO DE FORMAÇÃO	QUANTIDADE	EXEMPLOS
substantivo+substantivo	98	José França, Rodolfo Gonçalves, Querino França, São Francisco, Santa Terezinha, Santa Olinda, Colônia Jamic, Colônia Risolândia, Vila Recreio, Porto Badeco.
substantivo+adjetivos	80	Campo Alegre, Água Boa, Água Limpa, Volta Grande, Pouso Alto, Pouso Alegre, Retiro Seco, Retiro Velho, Cervo Novo, Pedra Branca.
adjetivo+substantivo	19	Bom Sucesso, Bom Jardim, Boa Fortuna, Boa Sentença, Boa Sorte, Belo Horizonte, Boa Vista.
numeral+substantivo	13	Dois Capões, Sete Placas, Três Barras, Dois irmãos, Três Marias.

Fonte: Tavares (2005).

Apesar de Carone (1998, p. 38) explicar que o processo de derivação, no português, “é o procedimento gramatical mais produtivo para o enriquecimento do léxico”, não foi o que se observou na pesquisa em relação aos designativos geográficos, já que a maioria dos topônimos é de formação composta.

É comum nas gramáticas da língua portuguesa encontramos palavras compostas separadas por hífen (justapostas), assim, entre os topônimos são considerados compostos os formados por dois termos, independente da presença de hífen. Assim, o que não seria considerado composto nas descrições gramaticais do léxico comum, como *bom jardim*, assume condição como nome próprio ao nomear o povoado *Bom Jardim*, no município de Bandeirantes. Podemos citar ainda como exemplos de topônimos compostos: *Água Quente* (córrego em Camapuã) e *Cervo Novo* (córrego em Rio Verde de Mato Grosso).

No *corpus* coletado, observou-se que, quando compostos, os topônimos são formados por justaposição, ou seja, reúnem mais de uma palavra, de modo que nenhuma delas sofra perda silábica: *Belo Horizonte* (povoado em Bandeirantes), *Boa Sentença* (córrego em Rio Verde de Mato Grosso), *Cabeceira Seca* (córrego em Alcinópolis), *Campo Formoso* (povoado em Rio Negro). Há aglutinação quando dois vocábulos juntam-se em um só para formar uma nova palavra, de modo que uma delas perde parte que a compõe, em geral uma letra. Saussure (1972, p. 205) define esse processo da seguinte forma: “na aglutinação, duas ou mais unidades se confundem numa só por síntese” e esclarece que utiliza o termo processo porque “a ausência de vontade é justamente um caráter essencial da aglutinação”. A formação de nomes por aglutinação não foi muito produtiva no *corpus* estudado. Foram encontrados poucos casos, dentre eles, *Alcinópolis* (município) e *Alcilândia* (lugarejo em Terenos). Supõe-se que tenham sido originados de nomes próprios de pessoas, mas, apesar de terem sido classificados como antropotopônimos, não podemos afirmar com certeza qual teria sido a origem desses nomes, o que dificulta a explicação do mecanismo de formação desses designativos. Caso semelhante acontece com as palavras indígenas cuja estrutura, em sua maioria, reúne mais de um formante e nem sempre se esclarece a origem real do termo.

Percebe-se que o processo de composição de palavras, em especial o por aglutinação, é complexo. O próprio Saussure, ao abordar o assunto, explica que “a aglutinação consiste em que dois ou mais termos originariamente (sic.) distintos, mas que se encontram frequentemente em sintagma no seio da frase, se soldem numa unidade absoluta *difícilmente analisável*” (SAUSSURE, 1972 [1916], p. 205).

A formação mais significativa ocorreu entre S+S, computando 98 nomes. Mereceram destaque, em quantidade, os topônimos formados por nomes próprios de pessoas, de santos e santas que emprestaram seus nomes para os acidentes nomeados: *José França* e *Rodolfo Gonçalves* (povoados em São Gabriel do Oeste), *Querino*

França (povoado em Camapuã), *São Francisco* (córrego em Rio Verde de Mato Grosso), *Santa Terezinha* (córrego em Corguinho), *Santa Olinda* (córrego em Sidrolândia), dentre outros.

Em segundo lugar em ocorrência ficaram os nomes formados pela composição S+A, com 80 nomes. Sobressaíram-se nessa formação os topônimos compostos por *campo* e *água* e os diversos adjetivos que os acompanham. Para exemplificar, são citados os mais recorrentes: *Campo Alegre* (povoados em Sidrolândia e em Coxim; córregos em Corguinho, Jaraguari e Ribas do Rio Pardo, e um rio em Ribas do Rio Pardo); *Água Boa* (córregos em Corguinho, Alcinópolis, Jaraguari e Rochedo; um morro em Corguinho; um distrito em Rochedo); *Água Limpa* (córregos em Bandeirantes, Camapuã, Campo Grande, Corguinho, Pedro Gomes, Ribas do Rio Pardo, São Gabriel do Oeste e Sidrolândia; um rio em Camapuã).

Os 19 nomes formados pela terceira combinação, A+S, vieram, basicamente, dos vocábulos boa/bom, como nos exemplos: *Bom Sucesso* (serra em Alcinópolis e povoado em Rio Negro); *Bom Jardim* (povoado em Bandeirantes); *Boa Fortuna* (córrego em Bandeirantes); *Boa Sentença* (córrego em Rio Verde de Mato Grosso); *Boa Sorte* (povoado em Coxim e córrego em Campo Grande).

A quarta combinação ocorreu com a presença dos numerais N+S, e somaram um total de 13 (treze) nomes, dentre eles *Dois Capões* (vazante em Coxim), *Sete Placas* (lugarajo em Rio Negro), *Três Barras* (córregos em Camapuã e Campo Grande).

Outras combinações apareceram em número bem reduzido, como as formadas por V+S – *Quebra Galho* (lugarajo em Rio Verde de Mato Grosso), *Fala Verdade* (povoado em Coxim); S+S+A – *Colônia Várzea Alegre* (colônia em Terenos); S+S+P+S – *Santa Tereza do Sul* (povoado em São Gabriel do Oeste), *Retiro Estrela do Sul* (povoado em Coxim); S+S+S – *Posto São Pedro* (lugarajo em Bandeirantes), *Fazenda São Paulo* (povoado em São Gabriel do Oeste).

Em alguns casos, composição e derivação podem ser identificados simultaneamente. É o caso de designativos como *Santa Terezinha* e *São José do Rio Negrinho*, comprovando, assim, que um processo não exclui o outro, pelo contrário, “convivem tranquilamente numa só palavra, e seu número não é restrito: podemos articular quantos nos forem necessários para a expressão de nossas ideias, como em *superdesmobilização*” (CARONE, 1998, p. 39).

Objetivou-se, neste tópico, dar uma demonstração sobre a preferência do denominador perante a escolha dos nomes dos acidentes, no que se refere aos processos de formação dos topônimos.

No último tópico apresentam-se algumas considerações a respeito da cartografia dos dados, uma metodologia que apresenta uma forma de organização, apresentação e análise dos topônimos.

6. CARTOGRAFIA TOPONÍMICA: UMA PROPOSTA

Dentre outras contribuições, a pesquisa que resultou na dissertação “Estudo toponímico da região Centro-Norte de Mato Grosso do Sul: o desvendar de uma história” (TAVARES, 2005) apresentou uma proposta de cartografia dos dados, com vistas a colaborar com a organização do ATEMS (Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso do Sul).

Para fundamentar essa etapa do trabalho, consideraram-se algumas posições teóricas a respeito da questão da cartografia toponímica. Salazar-Quijada (1985, p. 30) ressalta o valor da cartografia, ao afirmar que um mapa, assim como o homem, possui um corpo e um espírito. O corpo corresponderia à representação gráfica, enquanto o espírito do mapa seria simbolizado pela nomenclatura geográfica ou toponímica. Dick (1996, p. 29), por sua vez, argumenta que estudar “a codificação onomástica, cartograficamente, é penetrar nos meandros do sistema da linguagem, de que é extensão particularizadora ou referencial”. A autora esclai-

rece que, ao contrário do que acontece com um Atlas Linguístico, o suporte teórico para a formalização de um Atlas Toponímico ainda é muito reduzido. A autora, considerando esse quadro, procurou conceber uma metodologia para cartografia toponímica no Atlas Toponímico do Brasil (ATB) (DICK, 1996, p. 30).

Além de colaborar com a produção do ATEMS, a proposta colabora também com o Atlas Toponímico do Brasil, o ATB, na condição de estudo regional. Para tanto, tomou-se como parâmetro as orientações teóricas de Dick (1996) e ratificou-se, em alguns aspectos, a proposta de Dargel (2003), que apresentou na sua dissertação um esboço de 54 cartas toponímicas sobre a região do Bórsão Sul-mato-grossense. As cartas assemelham-se em dois aspectos: foi deixado em branco, nas cartas, o município cujos topônimos ainda não foram classificados em termos taxionômicos e codificada a identificação de cada município com uma cor; apresentou-se a quantificação dos topônimos tanto em valores numéricos como em percentuais, com a diferença de organizarmos em ordem decrescente os dados da legenda. Diferenciam-se pelo fato de não termos detalhado as coordenadas geográficas das cartas. A escala utilizada nas cartas foi de 1:5.100.000, e a fonte base foi o mapa fornecido pela SEPLAN-MS, de 1993.

Para a cartografia dos dados contou-se com suporte técnico de um geógrafo que auxiliou na elaboração gráfica das treze cartas toponímicas, que foram intituladas da seguinte forma: Carta toponímica I – Classificação taxionômica dos nomes dos municípios; Carta Toponímica II – Quantificação geral dos topônimos dos acidentes físicos e humanos por município; Carta Toponímica III – Quantificação geral dos topônimos dos acidentes humanos por município; Carta Toponímica IV – Quantificação geral dos topônimos dos acidentes físicos por município; Carta Toponímica V – Quantificação geral dos estratos linguísticos de base indígena formadores de topônimos por município; Carta Toponímica VI – Quantificação geral dos hidrotopônimos por município; Carta Toponímica VII – Quantificação geral dos fitotopônimos por município; Carta Toponímica VIII – Quantificação geral dos zootopôni-

mos por município; Carta Toponímica IX – Quantificação geral dos litotopônimos por município; Carta Toponímica X – Quantificação geral dos sociotopônimos por município; Carta Toponímica XI – Quantificação geral dos animotopônimos por município; Carta Toponímica XII – Quantificação geral dos geomorfotopônimos por município; Carta Toponímica XIII – Quantificação geral dos antropotopônimos por município.

O Anexo A, apresentado no final deste texto (p. 148), contém, a título de ilustração, uma das cartas toponímicas produzidas para a dissertação que deu origem a este texto.⁴

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi verificado, no recorte dos dados selecionado para discussão neste texto, que a preferência do denominador ao atribuir nomes é fundada na motivação relativa à natureza física, considerando aspectos naturais e a aparência do acidente. Do total de 1.146 topônimos coletados, aproximadamente 85% nomeiam elementos físicos, enquanto 15% dão nome a acidentes humanos. Principalmente entre os topônimos que nomeiam acidentes físicos, são mais recorrentes os pertencentes às categorias dos hidrotopônimos, dos fitotopônimos e dos zootopônimos, podendo-se notar que, ao escolher um nome, o homem procura retratar o que tem de mais valioso no local que acaba de conquistar, como os cursos hídricos, a vegetação, e os animais. Daí a grande incidência de hidrotopônimos (14,14%), de fitotopônimos (13,79%) e de zootopônimos (12,74%), o que pode ser justificado pela própria importância muitas vezes exercida por esses elementos na vida daqueles que foram responsáveis pela escolha dos nomes dos lugares.

Com relação à estrutura morfológica, prevaleceu entre os topônimos estudados a formação por composição. Todavia, o fenômeno mais significativo foi a presença de nomes forma-

⁴ Cf. a proposta de cartografia em Tavares (2005, p. 189-204).

dos por sufixos diminutivos (57 ocorrências). Esse tema, por sua amplitude e complexidade, mereceria uma discussão à parte.

Apesar do conjunto de informações registradas e dos resultados obtidos por meio da pesquisa, é preciso reconhecer que ainda faltaram subsídios para sustentar resultados mais concretos, já que nem sempre foi possível resgatar a causa denominativa que subjaz à escolha de cada nome. Isso porque a motivação de muitos topônimos já se tornou opaca, o que significa dizer que é quase impossível descobrir a origem da nomeação, o que ocorre, principalmente, pelo distanciamento entre o topônimo e aquele que nomeou o lugar, já que “o valor de um topônimo transcende, certamente, ao próprio momento do batismo, na medida em que se presta a um fim utilitário – a identificação dos lugares” (DICK, 1992, p. 207). Isso significa que eventualmente pode haver alterações no resultado ora apresentado, seja por apreciação de especialistas no assunto, seja pela retomada do trabalho, em outro momento, sob outra perspectiva.

Mesmo com eventuais lacunas, o trabalho procurou trilhar “o caminho correto, ainda que muito lentamente” (DICK, 1986, p. 101), e, com a pesquisa, procurou-se, assim como essa estudiosa, contribuir para “dar à Toponímia, no Brasil, o mesmo tratamento que lhe é dispensado em países europeus e norte-americanos, por exemplo”, o que reforça ainda mais a necessidade de se desenvolverem trabalhos na área da toponímia, dada a importância do estudo dos nomes e, conseqüentemente, dos demais fatos de linguagem.

O estudo da toponímia em Mato Grosso do Sul, nos últimos anos, vem ganhando força, e merece que novos estudos sejam realizados. Isso porque os trabalhos na área colaboram para o conhecimento da realidade dos grupos humanos em vários aspectos, sobretudo a linguística.

REFERÊNCIAS

- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Dimensões da palavra. *Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, n. 2, 1998, p. 81-118.
- CARDOSO, Armando Levy. *Toponímia Brasília*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1961.
- CARONE, Flávia de Barros. *Morfossintaxe*. 7. ed. São Paulo: Ática, 1998.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. *Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Coeditora Brasília (cooperativa), [1939].
- CUNHA, Antônio Geraldo. *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi*. São Paulo: Companhia Melhoramentos; Brasília: Universidade de Brasília, 1998.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luis Filipe Lindley. *Nova gramática de português contemporânea*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- DARGEL, Ana Paula Tribesse Patrício. *Entre buritis e veredas: o desvendar da toponímia do Bolsão Sul-mato-grossense*. 2003. 261 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas – MS, 2003.
- DAUZAT, Albert. *Nomes de lieux: origem et evolution*. Paris: Librairie Delagrave, 1928.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Edições Arquivo do Estado, 1990.
- _____. Atlas toponímico: um estudo de caso. In: *Acta Semiótica et Linguística*. SBPL: Sociedade Brasileira de Professores de Linguística, Editora Plêiad, 1996, p. 27-45.
- _____. Métodos e questões terminológicas na Onomástica. Estudo de caso: a toponímia do Estado de São Paulo. *Investigações*. Linguística e Teoria Literária. Pernambuco: UFPE. v. 9, p. 119-148, 1999.
- _____. *Toponímia e antroponímia no Brasil: coletânea de estudos*. 3. ed. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas/FFLCH/USP, 1992.
- _____. Tradição e modernidade na Toponímia. In: *ARQUIVO: B. hist. e inf.*, São Paulo, 7(4), out./dez. 1986. p. 99-102.
- EDWARDS, Nair Rodvalho. *Casos de Rodovalhos e de Sertão*. Campo Grande: Associação de novos escritores de Mato Grosso do Sul, 1998.

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. IBGE. Volume XXXV "Mato Grosso". Planejada e orientada por Jurandyr Pires Ferreira (presidente do IBGE). Rio de Janeiro, 1958.

FERREIRA NETO, João. *Raízes de Coxim*. Campo Grande-MS: Ed. UFMS, 2004.

FÓNAGY, Ivan. Motivação e remotivação. In: TODOROV, Tzvetan. et al. *Linguagem e motivação*. Uma perspectiva semiológica. Porto Alegre: Ed. Globo, 1977.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

ISQUERDO, Aparecida Negri. A Toponímia como signo de representação de uma realidade. *Fronteiras – Revista de História UFMS*, Campo Grande-MS, ano 1, v.2, p. 27 – 46, jul. / dez., 1997.

KEHDI, Valter. *Formação de palavras em português*. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1992.

LEITE DE VASCONCELOS, José. *Opúsculo*. Onomatologia. Vol.III. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931.

LORENZI, Harry. *Árvores brasileiras: Manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil*. Nova Odessa - São Paulo: Editora Plantarum, 1992.

OLIVEIRA, Ana Maria Pinto. Regionalismos Brasileiros: a questão da distribuição geográfica. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto; ISQUERDO, Aparecida Negri. (orgs.) *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. 2.ed. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2001, p. 109-115.

QUEIROZ, Paulo R. Cimó . Vias de transporte e comunicação no sul do Mato Grosso colonial: projetos e realidades. In: JORNADAS DE HISTORIA ECONÓMICA, 20., 2006, Mar del Plata. *Anais [...]*. Mar del Plata: Asociación Argentina de Historia Económica, 2006. 1 CD-rom.

SALAZAR-QUIJADA, Adolfo. *La Toponimia en Venezuela*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, Facultad de Ciencias Economicas y Sociales, División de Publicaciones, 1985.

SAMPAIO, Teodoro. *O tupi na geografia nacional*. 5. ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília, DF: INL, 1987.

SANDMANN, Antônio José. *Competência Lexical*. Curitiba: Editora da UFPR, 1991.

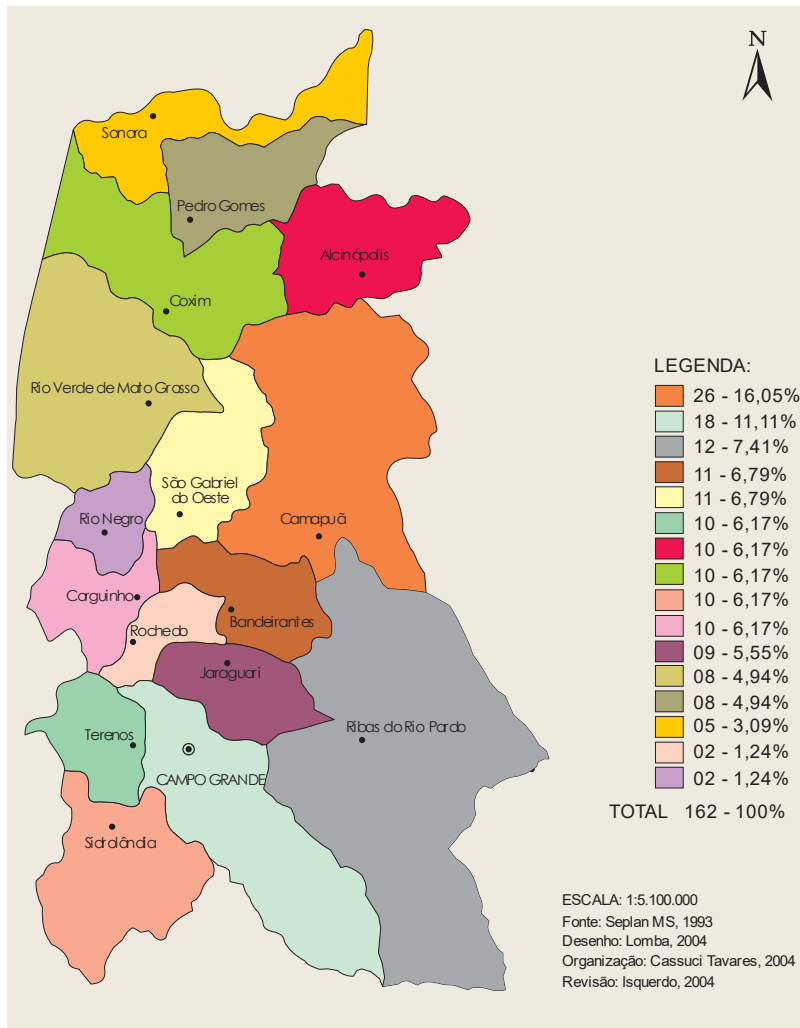
SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de linguística geral*. (Organizado por Charles Bally e Albert Sechehaye). 4. ed. São Paulo: Cultrix, 1972 [1916].

STEWART, George R. A classification of place names. *Names*. Berkeley. v. II. n. 1. Março, 1954, p. 01-13 (Tradução: Prof. Erasmo d'Ameida Magalhães).

TAVARES, Marineide Cassuci. *Estudo toponímico da região Centro-Norte de Mato Grosso do Sul: o desvendar de uma história*. 2005. 238 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/ Campus de Três Lagoas, 2005.

ANEXO A

Figura 1: Carta Toponímica VI: Quantificação geral dos hidrotopônimos por município



Fonte: Tavares (2005, p. 197).



TOPONÍMIA E HISTÓRIA: POSSÍVEIS ENTRELAÇAMENTOS

Carla Regina de Souza Figueiredo

Una de las actividades iniciales de todo descubridor es bautizar (traducir a su experiencia de lengua) los referentes por él hallados. Los descubridores de Indias imponen nombres a las realidades con que se van topando (personas y cosas): nombres, en su origen, descriptivos (motivados, transparentes, parlantes). La Historia facilita el seguimiento de los procesos, pero no todo se puede verificar históricamente. La Toponimia contribuye al mejor conocimiento de hechos y datos que se mantienen enmascarados en los nombres: son testigos mudos, muy elocuentes cuando se logra identificarlos y descifrarlos. Toponimia e Historia se complementan y enriquecen necesariamente (TOMÁS LABRADOR GUTIÉRREZ, 1996).

INTRODUÇÃO

A Toponímia é um ramo da Linguística que estabelece relações com outras áreas de conhecimento a fim de alcançar êxito na tarefa que nos possibilita realizar: estudar os nomes de lugares. Embora a análise linguística de um topônimo pareça uma atividade autônoma, em que a busca pela motivação do nome seja um dos objetivos, perpassa-se pelas contribuições de disciplinas como a História que, em algumas situações, legitima as hipóteses levantadas pelo pesquisador para justificar a escolha e

o emprego de uma denominação, em um determinado lugar, em um contexto regional específico.

Ao considerar a interdisciplinaridade inerente à pesquisa toponímica, este artigo trata da metodologia aplicada na Dissertação de Mestrado intitulada *Toponímia e entrelaçamentos históricos na rota da Retirada da Laguna* (SOUZA, 2006)¹. Nesse trabalho, iniciamos um viés metodológico distinto dos demais estudos toponímicos sul-mato-grossenses até então produzidos. Um acontecimento marcante na história, sobretudo de Mato Grosso do Sul, foi o fio condutor de toda a investigação toponímica. No decorrer da Guerra do Paraguai houve o episódio da Retirada da Laguna e a partir da narrativa de Visconde de Taunay, os parâmetros para o desenvolvimento da pesquisa foram traçados.

Sabendo que o processo de ocupação e os aspectos geográficos e socioeconômicos de uma região, uma vez confrontados com os de outras, podem delimitar áreas toponímicas correlatas, demarcadas pela concentração de topônimos de uma mesma tipologia classificatória, constatamos, no âmbito da pesquisa, que os nomes de personalidades históricas como Coronel Camisão, Guia Lopes e Visconde de Taunay – recuperados nas designações de elementos físicos e humanos das localidades investigadas (Nioaque, Guia Lopes da Laguna, Jardim e Bela Vista) – trouxeram à tona lembranças do evento histórico da Guerra do Paraguai, materializadas na toponímia local. Embora essas denominações estejam presentes em outras áreas, adquirem uma valoração única em cada um dos lugares em que são empregadas, ou seja, imprimem uma característica própria ao local que identificam (DICK, 1992, p. 56).

O fenômeno motivador dos topônimos, portanto, pode configurar perspectivas sincrônicas e diacrônicas. Neste sentido, por

¹ Dissertação defendida no Programa de Mestrado em Letras, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *Campus* de Três Lagoas, em 2006, sob a orientação da Profa. Dra. Aparecida Negri Isquendo. Disponível em: http://atems.ufms.br/wp-content/uploads/2016/09/Dissertac%CC%A7a%CC%83o_Carla-regina-de-Souza.pdf

meio de uma espécie de caleidoscópio histórico de cidades sul-mato-grossenses ligadas à Guerra do Paraguai, na Dissertação centramo-nos no estudo das motivações dos topos situados nos municípios de Nioaque, de Guia Lopes da Laguna, de Jardim e de Bela Vista que, no século XIX, foram cenário desse episódio bélico. Ao refazer o caminho trilhado pelos combatentes brasileiros e civis durante a Retirada da Laguna, consideramos tanto as designações que na época nomearam os lugares por onde a tropa brasileira passou até a chegada ao seu destino, quanto aquelas que designam atualmente os elementos físicos e humanos situados nessa mesma rota, com vistas a verificar se os rastros desse acontecimento resistiram ao tempo e ficaram registrados na toponímia desses municípios. Ao traçar esse paradigma, foi necessária a realização de uma pesquisa sistematizada em fontes de cunho histórico, como registros cartorários de fazendas adquiridas por volta de 1800, para verificar quais dessas nomenclaturas refletiam a visão de mundo dos denominadores dos séculos passados e quais transmitiam peculiaridades mais recentes, além de analisar os motivos que poderiam justificar a permanência de alguns topônimos, dentre outros questionamentos.

Diante do exposto, observamos que a metodologia aplicada na Dissertação resultou no estudo toponímico de uma mesma área em sincronias diferentes. “Como isso foi feito?” é a ênfase dada neste capítulo: dos aspectos que fundamentaram a escolha e a delimitação do tema de pesquisa aos fundamentos teórico-metodológicos adotados na coleta e na organização dos dados, decisões que repercutiram nas análises dos topônimos.

1. POR QUE A PESQUISA FOI NORTEADA PELO EPISÓDIO DA RETIRADA DA LAGUNA?

A história do estado de Mato Grosso do Sul está diretamente ligada à Guerra do Paraguai, que se estendeu por mais de cinco anos (1864-1870). No decorrer desse sangrento conflito, o episódio da *Retirada da Laguna* marcou a história de alguns municípios sul-mato-grossenses. O relato desse acontecimento de-

monstra o quão desgastante foi tanto para brasileiros como para paraguaios este enfrentamento.

Squinelo, no artigo *A Guerra do Paraguai em novos campos de batalha* (2000), afirma que após a divisão de Mato Grosso, em 1979, os memorialistas sul-mato-grossenses, na tentativa de colaborar com a construção da identidade do novo Estado, passam a delinear a história dessa região baseados, sobretudo, em “homens e episódios”.

[...] Nesse contexto a Guerra do Paraguai foi um dos temas escolhidos para fundamentar a construção da história que se gestava, bem como o episódio nacionalmente imortalizado como a Retirada da Laguna. Heróis destemidos e episódios monumentais deram vida a essa escrita, como também a atribuição a ruas, avenidas, praças e prédios públicos, de nomes ligados ao conflito platino complementaram o anseio de se criar uma memória desejável ao estado recém-nascido e, ao mesmo tempo, favorável às elites dominantes (SQUINELO, 2000, p.77).

Juntando-se ao rol dos interessados por estudos de temas que, de alguma maneira, estão vinculados à história sul-mato-grossense, a pesquisa toponímica de quatro municípios localizados na área correspondente ao trajeto feito por combatentes e civis, durante a Retirada da Laguna, objetivou estabelecer a relação entre os dados históricos e os topônimos das áreas rural e urbana de Bela Vista, de Jardim, de Guia Lopes da Laguna e de Nioaque numa perspectiva linguística-sócio-histórico-cultural. Para tanto, em um primeiro momento, fizemos um levantamento de materiais que abordavam a Guerra do Paraguai, bem como de mapas que reproduziam o percurso feito pelos retirantes. Tal procedimento foi imprescindível para a seleção das fontes de pesquisa responsáveis pelos caminhos metodológicos seguidos, sobretudo, na coleta e no tratamento/análise dos dados. A citar: a obra *Retirada da Laguna*², de Visconde de Taunay; o material organiza-

² A primeira publicação da obra *Retirada da Laguna* se dá na França em 1872.

do pelo Exército brasileiro titulado *Trilha da Retirada da Laguna*; e os CDs do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) (2002) com escala 1:100.000. A seguir, algumas considerações acerca de cada uma dessas fontes.

1.1 A Retirada da Laguna sob a óptica de Taunay: realidade ou ficção?

As operações militares que visavam a aniquilar os exércitos de Solano Lopez e o próprio Paraguai foram organizadas em duas frentes: uma que invadiria o Mato Grosso, e a outra, as regiões fronteiriças do Rio Grande do Sul. Taunay, integrante do corpo expedicionário designado para invadir o Paraguai, convocado em 1865, foi incumbido de redigir o Relatório Geral da Comissão de Engenheiros, que era enviado semanalmente à Corte, tornando-se o ponto de partida para *La Retirada de Laguna* (TAUNAY, 1978, p. 14).

Ao participar da guerra e ter a tarefa de registrar os fatos vivenciados, Taunay, obedecendo a uma sequência cronológica, narra a saga das tropas brasileiras e dos civis que estiveram envolvidos no episódio da *Retirada da Laguna*, desde a partida da colônia de Miranda (1º de janeiro de 1867) até a ordem do dia 12 de junho, anunciando o final da retirada. Ele usa a palavra *sertão* para se referir à região quase despovoada, caracterizando-a ora “esplendorosa” ora “inóspita”.

Descrições como essas revelavam não só o cotidiano da expedição em solo mato-grossense e os aspectos de caráter regionalista como também as impressões daquele que relatava. Além da obra de Taunay, há outras obras com a mesma temática como a de Domingos Pellegrini, *Questão de honra* (1996) e a de Deonísio da Silva, *Avante soldados: para trás* (1992).

A publicação de Wimmer (2003, p.123-134) colaborou muito neste processo de escolha da narrativa que serviu de parâmetro

Para este trabalho, foi utilizada a 13ª edição, publicada em 1978.

para a recolha de topônimos. A autora traçou um paradigma entre as informações registradas por Taunay e pelos autores de *Avante Soldados: para trás* (1992) e *Questão de honra* (1996). Nas duas últimas obras, percebeu-se a tendência de afastar os limites entre o histórico e o fictício, o real e o imaginário, convidando o leitor a uma atitude revisionista, característica da pós-modernidade.

Na obra *Avante Soldados: para trás* (1992), Silva, por meio da alternância de narrativas e vozes que vão da expedição ao Mato Grosso à Retirada da Laguna, primeiramente retoma o avanço das tropas e revê alguns episódios da Guerra, enfatizando o combate de Nhandipá³. Na segunda parte do romance, *Para trás*, o autor refaz o caminho de volta percorrido pelos retirantes entre 08 de maio e 03 de junho de 1867, além de trazer a tona o problema da cólera. Nessa obra, segundo Wimmer (2003, p. 131-132), há um “processo de desconstrução ao qual o autor submete a história, equiparando-a a ficção”.

Já *Questão de honra* (1996) é resultado da narrativa do Tenente José Rufino, transcrita por seu filho. Nela, nota-se a retomada de trechos idênticos aos de Taunay inseridos num novo *corpus*, provocando quebra de expectativa e conseqüentemente de opiniões distintas (WIMMER, 2003, p.132).

Embora haja algumas polêmicas quanto à confiabilidade da narrativa de Taunay, da maneira como os fatos foram relatados, optamos por tal obra por julgar interessante observar a percepção de uma testemunha ocular do episódio, já que nenhum discurso é produzido de maneira despropositada, ao passo que carrega em suas entrelinhas os valores morais, sociais e culturais não só daquele que escreve como também da época em que foi vivenciado.

³ Informações sobre a batalha de *Nhandipá* serão dadas no item 3 deste trabalho, que reproduz a metodologia aplicada na Dissertação em que ele se baseia (SOUZA, 2006).

1.2 Revisitando a trilha da Retirada da Laguna

Em agosto de 2003, o Exército Brasileiro, sob a coordenação do Comando Militar do Oeste, organizou uma expedição a fim de refazer as trilhas percorridas pelos participantes da memorável *Retirada da Laguna*. A caminhada cívica contou com a presença de autoridades do governo do estado de Mato Grosso do Sul, de professores, de estudantes e de membros das comunidades da área de influência do trajeto, e foi um dos atos previstos no Projeto Memorial Guia Lopes.

Em dezembro do mesmo ano, Ricardo Maria Figueiró⁴, com a finalidade de angariar recursos suficientes para a divulgação, a publicação e a distribuição do compêndio historiográfico, apresenta o Projeto *Memorial Guia Lopes* a um grupo de autoridades sul-mato-grossenses. Na mesma oportunidade, demonstra alguns resultados do documentário *Marcha Cívica – trilha da Retirada da Laguna* – trabalho de sua autoria em parceria com o historiador e capitão da Reserva do Exército Brasileiro Krugerson Mattos. Rubenio Marcelo⁵ comenta a importância do material apresentado:

[...] recheada de fotos, cartogramas, sinopses temáticas, e plena de informações abalizadas, a obra vem enriquecer sobremaneira o universo historiográfico do nosso país e, certamente, será bem utilizada pelos segmentos de comunicação social, estabelecimentos de ensino, administração pública e iniciativa privada (FIGUEIRÓ; MATTOS, 2003, p. 03).

Veja também o esclarecimento dado por Figueiró quanto aos textos e autores consultados, que o teriam motivado para o

⁴ Ricardo Maria Figueiró é trineto de Pedro José Rufino (Coronel do Exército Brasileiro, comandante do antigo 7º regimento da Cavalaria Ligeira, e importante personagem da Guerra do Paraguai).

⁵ Rubenio Marcelo é escritor e membro da Academia Sul-mato-grossense de Letras. Em 2003, exercia a função de Secretário Geral da referida Academia e fez o prefácio do material organizado por Figueiró & Mattos (2003).

desenvolvimento de um material capaz de revisitar um acontecimento da história regional:

Motivou-me colocar foco e publicar esta edição o fato de ser herdeiro e construtor dessa história. Percorri cultural e fisicamente, juntamente com o capitão Mattos, os caminhos da aventura, da luta, da memória que agora apresentamos como possibilidade concreta de conhecimento e desenvolvimento para o nosso Estado: a Trilha da Retirada da Laguna. Os textos são extraídos de publicações de autores que dignificam o Mato Grosso do Sul: Visconde de Taunay, Acyr Vaz Guimarães, Hildebrando Campestrini e Terezinha Lima Tolentino. As informações sobre Pedro José Rufino são da autoria de seu trineto e meu irmão padre Tiago Figueiró (FIGUEIRÓ; MATTOS, 2003, p. 03).

Assim, como fontes de pesquisa para a Dissertação *Toponímia e entrelaçamentos históricos na rota da Retirada da Laguna*, partimos, *a priori*, do mapa utilizado pela Expedição em 1867, reproduzido na obra de Taunay (1978), e por um copidesque do mesmo trajeto, organizado por Figueiró e Mattos (2003, p.22), que referenciava os principais topônimos encontrados nesse trajeto, por ocasião da marcha cívica realizada em 2003. As Figuras 1 e 2, disponibilizadas por meio dos Anexos A e B, respectivamente, nas páginas 171 e 172 deste texto, situam o espaço geográfico relacionado como área de pesquisa.

Note, no copidesque, a preocupação dos organizadores em reproduzir o percurso “atualizado” da rota mencionando nomes de lugares como fazendas e córregos existentes entre os topônimos citados por Taunay. A partir de então, inventariamos tanto os elementos físicos e humanos trazidos nos relatos do Visconde quanto aqueles registrados por Figueiró e Mattos (2003, p.22) e “projetamos” o mapa da *Retirada da Laguna* nas folhas cartográficas do IBGE (2002), de escala 1:100.000, a fim de reconstruir cronologicamente, por meio da análise toponímica, esse trajeto. As Figuras 3 e 4, apresentadas respectivamente, nos Anexos C (p. 173) e D (p. 174) deste texto reproduzem os dois mapas redimensionados.

Demonstrados os procedimentos iniciais para a organização do *corpus* da pesquisa, passemos aos fundamentos teóricos e metodológicos utilizados na organização e na análise dos dados.

2. DO LEVANTAMENTO À ANÁLISE DOS TOPÔNIMOS: FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Durante alguns anos, as pesquisas toponímicas eram paucadas basicamente na busca contínua das motivações sob dois aspectos: o etimológico e o histórico.

Nessa fase dos estudos toponímicos, não era dada muita importância aos fatores extralinguísticos como a cultura de um grupo, as suas crenças e os seus valores éticos e morais, que funcionavam como meros coadjuvantes no processo nomeador. Acreditava-se que em quase nada contribuíam ou interferiam na escolha de um designativo, e por isso eram relegados a um plano secundário. Assim, a própria definição de topônimo ficava restrita ao nome de uma determinada área geográfica que, na maioria das vezes, escondia em sua etimologia a razão de seu existir. E o que dizer dos designativos que encontravam na espontaneidade e na cultura popular a sua base motivacional? Nesse sentido, Dick (1990) alerta para as várias ciladas em que um toponimista “pode cair”, se desconsiderar, por exemplo, a história das transformações dos nomes, a sua relação com as migrações, com a colonização, com o universo místico e social em que está imerso:

Interpretar, pois, disciplina, sem levar em conta os processos de verdadeira elaboração intelectual, nada mais significa que a escolha de uma posição unilateral, desligada de um conjunto maior, em que o conhecimento preliminar dos designativos de lugares representa apenas a primeira etapa de uma estruturação mais ampla e completa. Nem poderia ser de outra forma, desde que, na realidade, são os locativos que irão fornecer os elementos de análise imprescindíveis aos dados conclusivos que se pretenda estabelecer (DICK, 1990, p. 21).

Dado o caráter pluridimensional a que a análise de um topônimo pode alcançar é que se encontra sustentabilidade para se afirmar que ciências como a Geografia e a História podem oferecer seus préstimos à Toponímia. Há que se ressaltar, no entanto, que essas contribuições devem estar interseccionadas necessariamente aos princípios teórico-metodológicos que orientam os estudos toponímicos, cabendo ao pesquisador a responsabilidade de intermediar os conhecimentos.

Assim como em uma peça teatral, os topônimos são como atores que emprestam seu talento, suas características e peculiaridades ao papel que desejam representar, como também, passam a delinear, a construir uma identidade própria do elemento que estão nomeando, encontrando, sobretudo na Linguística, o respaldo que lhe garanta o papel principal. À História, à Antropologia, à Geografia, entre outras, cabe a construção do cenário, ou seja, funcionam como um pano de fundo revelador, por exemplo, do cotidiano de um grupo e/ou das particularidades naturais do espaço geográfico a que o topônimo se refere. Corroborando o que já fora dito por Dick (1992, p.18-19), o valor denominativo de um topônimo ultrapassa a função identificadora uma vez que assume uma significação própria capaz de sedimentar o contexto histórico e os aspectos de natureza física e antropocultural de uma região.

Orientada, principalmente, pelos princípios que norteiam as ciências do léxico, particularmente os relativos aos estudos toponímicos, a pesquisa, que resultou na Dissertação *Toponímia e entrelaçamentos históricos na rota da Retirada da Laguna*, visou a averiguar em que proporção os topônimos poderiam revelar aspectos socioculturais específicos das comunidades linguísticas em foco e resquícios de fatos históricos como a Guerra do Paraguai no processo de nomeação dos espaços físico e humano.

A princípio, o Projeto da Dissertação fora intitulado – *A história das cidades sul-mato-grossenses ligadas à Guerra do Paraguai vista pela óptica de seus logradouros* – e contemplava, outros lugares que não Bela Vista e Jardim. Faziam parte do plano de pesquisa: Corumbá, Coxim, Miranda, Nioaque e Guia Lopes da Laguna.

Essa proposta visava a investigar se as designações da área urbana refletiam ou não a memória coletiva de um povo marcado pelas atrocidades da guerra. A escolha desses cinco municípios foi orientada pelo fato de terem sido fundados, os quatro primeiros, ainda no século XIX, além de terem sido estrategicamente invadidos, por água e por terra, pelas tropas paraguaias na época do conflito entre a Tríplice Aliança e o Paraguai. Incluiu-se, naquela oportunidade, o município de Guia Lopes da Laguna, dada a sua representativa ligação com o confronto bélico, enquanto distrito de Nioaque, mesmo não sendo uma cidade centenária, em termos de emancipação política, que se deu em 1953.

Um prévio levantamento de dados demonstrou que, para a toponímia urbana, numericamente, esse acontecimento não fora tão relevante quanto parecia, ainda que moradores dessas localidades, monumentos em praças, hinos e bandeiras municipais, principais ruas e avenidas façam menção à Guerra. Desta forma, temendo não haver um *corpus* representativo para o desenvolvimento de uma Dissertação, após encontros e discussões com a orientadora Profa. Dra. Aparecida Negri Isquerdo e consultas à Profa. Dra. Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, alguns aspectos da proposta de trabalho foram repensados.

Assim, mantivemos o viés da Guerra como fio condutor para a seleção da área a ser investigada e adotamos o critério da *relevância histórica dos municípios apontados na Guerra do Paraguai*, para definir a seleção das localidades. Para tanto, tomamos como parâmetro o episódio da *Retirada da Laguna*, acontecimento que marcou de forma significativa a história regional do sul da então Província de Mato Grosso. Definida essa nova diretriz para a pesquisa, investigamos o percurso feito pelos retirantes de 08 de maio a 04 de junho de 1867 e identificamos os municípios atuais situados na rota por onde passou a Coluna brasileira no episódio bélico em pauta, para fins de levantamento, catalogação e análise dos topônimos urbanos e rurais, que nomeavam e hoje designam essas trilhas. Essa nova configuração da área de pesquisa reuniu então quatro municípios da microrregião

de Bodoquena – Bela Vista, Jardim, Guia Lopes da Laguna e Nioaque – que fizeram parte dessa rota.

Não descartando um dos objetivos propostos para o trabalho, que era o de contribuir para o prosseguimento das pesquisas do ATEMS (Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso do Sul), decidimos então considerar todos os nomes de lugares, tanto da área urbana quanto da rural, dos municípios selecionados, para fins de constituição do *corpus* da pesquisa. Esses dados, além de subsidiar o estudo proposto para a Dissertação, contribuíram para a ampliação do Sistema de Dados do Projeto ATEMS, já que até então o projeto se pautava, para a seleção do *corpus*, prioritariamente nas folhas cartográficas do IBGE e do Ministério do Exército de escala 1:250.000.

Vale ressaltar que todos os nomes registrados em mapas dos municípios no momento da investigação (IBGE, 2002), devidamente classificados segundo o modelo de Dick (1992), foram disponibilizados em forma de quadros, seguidos de um tratamento quantitativo dos dados por meio de gráficos e de tabelas, além de considerações pontuais acerca das características gerais dos topônimos analisados.

A partir dos itens sugeridos na ficha lexicográfico-toponímica do Projeto ATESP – *Atlas Toponímico do Estado de São Paulo* (DICK, 2004, p. 130) e da consulta ao trabalho de Gonsalves (2004), o *corpus* levantado foi organizado em quadros com a seguinte estrutura: o nome do município investigado, o topônimo recolhido, o tipo de elemento a que se refere, se físico (EF) ou humano (EH), a língua de origem do nome e a taxionomia. Foram fornecidos esclarecimentos quanto à definição da unidade léxica que deu origem ao topônimo em notas de rodapé, quando se tratava de palavra de uso não muito comum na língua. A etimologia, a estrutura morfológica e as informações de cunho histórico dos topônimos encontrados no decorrer do percurso da *Retirada da Laguna* foram discutidas na análise qualitativa dos dados. Foram montados dois quadros por município, um contendo a toponímia rural e um com os dados relativos à toponímia urbana, como se pode notar no exemplo a seguir.

Quadro 1: Topônimos da área rural do município de Bela Vista

Município	Topônimo	Tipo de elemento	Língua de Origem	Classificação
Bela Vista	<i>Apa-Mi</i> ⁶	EF/Córrego	LT/ LG ⁷	Dimensiotopônimo
Bela Vista	<i>Sombrero</i>	EF/Córrego	LE ⁸	Ergotopônimo
Bela Vista	<i>Machorra</i>	EH/ Fazenda	LT	Animotopônimo

Fonte: Souza (2006, p.80-81).

Quadro 2: Topônimos da área urbana do município de Bela Vista

Município	Topônimo	Tipo de elemento	Língua de Origem	Classificação
Bela Vista	<i>Coronel Camisão</i>	EH/ Rua	LP ⁹	Axiotopônimo
Bela Vista	<i>Guia Lopes</i>	EH/ Rua	LP	Historiotopônimo
Bela Vista	<i>Senhorinha Lopes</i> ¹⁰	EH/ Rua	LP	Historiotopônimo

Fonte: Souza (2006, p. 97-98).

A pesquisa da língua de origem das designações tomou como parâmetro as seguintes obras:

1. *Dicionário Houaiss da Língua portuguesa*, de Antônio Houaiss, Mauro de Salles Villar e Francisco Manoel de Melo e Franco (HOUAISS, 2001);

⁶ Apa advém do tupi e caracteriza aquilo que é desmoronante, desabado (SAMPAIO, 1987, p. 153) e mi, que é de origem guarani, designa aquilo que é pequeno, miúdo, pouco e prolixo (SAMPAIO 1986, p. 104).

⁷ LT – língua tupi; LG – língua guarani.

⁸ LE – língua espanhola.

⁹ LP – língua portuguesa.

¹⁰ Dona Senhorinha foi a esposa de Gabriel Francisco Lopes e com ele se instalou em terras hoje pertencentes à Bela Vista, sendo um dos primeiros proprietários rurais da região. Viúva, casou-se novamente com o seu cunhado José Francisco Lopes, mais conhecido como Guia Lopes (GUIMARÃES, 1998, p. 75).

2. *O tupi na Geografia Nacional*, de Teodoro Sampaio (SAMPAIO, 1987);
3. *Vocabulário Guarani Português*, de Mário Arnaud Sampaio (SAMPAIO, 1986);
4. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*, de Antônio Geraldo da Cunha (CUNHA, 1986);
5. *Diccionario Castellano-Guarani, Guarani-castellano*, de Antônio Guasch e Diego Ortiz (GUASCH; ORTIZ, 1998).

Desta forma, fizemos uma investigação da etimologia e do significado do elemento específico do topônimo, para subsidiar a sua classificação de acordo com as taxas propostas por Dick (1992).

Para a análise dos topônimos registrados nos documentos de natureza histórica: a) a obra *Retirada da Laguna*, de Taunay (1978) e b) o documento elaborado Figueiró e Mattos (2003) e nas folhas cartográficas do IBGE (2002), consideramos a ordem cronológica do período percorrido pelos retirantes tomando como fio condutor para a sistematização dos topônimos os relatos de Taunay (1978). Reproduziu-se dia-a-dia a saga dos combatentes e civis. Na sequência, o texto da análise reporta aos topônimos apontados nos mapas anteriormente apresentados. O fragmento foi retirado de Souza (2006, p.158-159).

3. TEMORES E ESPERANÇA: A SAGA DOS RETIRANTES SOB A ÓPTICA DA TOPONÍMIA¹¹

3.1. 11 de maio de 1867

Travessa do Rio Apa que durou cerca de 04 horas. Ao meio dia as tropas foram surpreendidas pela artilharia paraguaia. Estava instituída naquela ocasião a ba-

¹¹ Título dado ao Capítulo IV da Dissertação, em que os topônimos encontrados tanto nos documentos históricos quanto nas folhas cartográficas do IBGE foram analisados.

talha mais feroz e sangrenta do percurso da Retirada da Laguna. O combate de Nhandipá resultou em mais de 230 homens mortos (brasileiros e paraguaios). A fim de prestar uma homenagem àqueles que lutaram firmemente pela sua pátria, o Major Martim Urbietta fincou uma grande cruz naquele local, sem saber que na verdade estava estabelecendo o marco inicial da cidade de Bela Vista, no Brasil. No fim da tarde, os brasileiros acamparam perto do córrego José Carlos, na fazenda Machorra (TAUNAY, 1978, p. 92-95).

O enfrentamento entre os patriotas brasileiros e os paraguaios, que resultou na própria fundação da cidade de Bela Vista no Brasil, se deu por meio da batalha Nhandipá. Por isso torna-se interessante a análise da designação atribuída a esse conflito. *Nhandi* (nhã-di) significa a seiva, o líquido que escorre, o látex, o grude (SAMPAIO, 1987, p.274) e *pa* refere-se, dente outros, àquilo que está concluído, acabado (SAMPAIO, 1986, p.122). O primeiro formante da designação é de origem tupi, enquanto o outro advém do guarani. A junção das duas partículas resultou numa palavra híbrida que exterioriza o sentimento daqueles que estiveram presente na localidade naquela data. Vejamos um trecho de Taunay (1978, p. 92 e 95) sobre esse dia:

A esta cena de entusiasmo e alegria (fim da batalha), outra se seguiu de desolação. Estava o terreno coalhado de moribundos e feridos inimigos. Vários de nossos soldados, ébrios da pólvora e do fogo, queriam acabá-los. Horrorizados, debalde esforçavam-se os nossos oficiais em lhes arrancar as vítimas às mãos [...] Perderam os paraguaios 184 homens, número inscrito numa grande cruz que, por ordem do Major Urbietta, ali se fincou [...] Tal foi o combate de 11 de maio, o mais importante da Retirada.

Mais de 230 homens foram mortos nesse combate, um episódio tão trágico que marcou eternamente o solo bela-vistense. Pode-se classificar Nhandipá como um sociotopônimo, já que a sua motivação encontra respaldo, sobretudo, na atuação de soldados e capitães que naquele dia exerciam as suas respectivas funções em

prol da preservação dos interesses da Pátria, passando o episódio a configurar-se como um marco histórico para ambos os países.

Ao findar-se a batalha, os combatentes continuaram a caminhada, seguindo as orientações do Guia. Passaram pelas proximidades do Córrego Sombrero até alcançarem o Córrego José Carlos (FIGUEIRÓ; MATTOS, 2003, p.24).

Sombrero, unidade lexical da língua espanhola, significa chapéu (GUASCH; ORTIZ, 1998 p.452) e, como tal pertence à categoria dos ergotopônimos, ou seja, trata-se de um elemento físico inspirado em um objeto pertencente ao mundo cultural dos seres humanos (DICK, 1992, p. 33). A motivação para a escolha dessa designação, pela própria natureza taxionômica, pode estar relacionada ao utensílio que faz parte do cotidiano da grande maioria de grupos humanos. Se pesarmos a importância que os espanhóis, os tropeiros, os bandeirantes, dentre outros, tiveram, ainda que em períodos diferentes, na colonização e na própria descoberta e reconhecimento das terras da porção sudoeste do atual estado do Mato Grosso do Sul, verificaremos que o chapéu fazia parte das vestimentas dos desbravadores, utilizado como forma de proteção do sol, do sereno e até mesmo da chuva, podendo, então, dada a sua relevância, ter servido de inspiração para o denominador no ato do batismo deste elemento.

Nesse sentido, Imbelloni (*apud* DICK, 1990, p. 353) acredita que a civilização constitui-se pelo desenvolvimento das faculdades psíquicas do homem, que lhe permitem, mediante o enriquecimento das invenções materiais, do acúmulo de riquezas, da divisão de trabalho, dos conhecimentos e experiências, da estratificação das classes, dentre outros aspectos, que seus valores morais, sociais, religiosos, por exemplo, possam estar refletidos nas mais diversificadas atuações humanas. O chapéu com certeza representa um dos grandes feitos do homem em termos de avanços técnicos e dada a sua proeminência pode ter sido tomado como parâmetro para a nomeação desse córrego.

Próximo ao Córrego Sombrero, encontramos a Fazenda Dois Corações. Por ser este um designativo marcado por um

adjetivo numeral que não mantém nenhuma vinculação com as circunstâncias nacionais ou religiosas que pudessem justificar a sua classificação como um historiotopônimo, por exemplo, e em decorrência da sua própria natureza semântica, podemos afirmar que se trata de um numerotopônimo.

Quanto à designação Fazenda Machorra, é interessante fazermos algumas ressalvas de natureza histórica, antes de analisar o topônimo morfo e etimologicamente, a fim de vislumbrarmos a importância do referente designado por machorra na Retirada da Laguna. Como essa fazenda é situada em território brasileiro, a 10 Km de Bela Vista, a tropa optou por passar nessa localidade como uma estratégia política de defesa, já que no dia 11 de maio de 1867 o Coronel Camisão teria recebido notícias por meio de um de seus oficiais, o Tenente Vitor Batista, que da Colônia de Miranda veio ao seu encontro, de que nenhuma remessa de munições teria partido de Nioaque, mas um bom número de carretas carregadas de mercadorias poderia ser encontrado na Machorra (TAUNAY, 1978, p. 85-86). O líder das tropas brasileiras assim arquitetou, segundo a narração de Taunay (1978, p. 86), a estratégia de guerra:

E podíamos supor que os inimigos, preocupados conosco e com o que poderíamos fazer, ainda não se haviam dirigido para ali. Interromper a nossa marcha, para atrasar a deles, ficar além do Apa e fazer, entretanto, com que os mercadores tomassem o mais depressa possível a estrada de Nioac, tais foram, pelo que pudemos julgar, as idéias do Coronel (Camisão).

Consideramos Machorra uma composição morfológica composta, formada a partir da junção de dois itens lexicais oriundos do tupi (*ma+chorá*), que deu origem a um animotopônimo já que, segundo Theodoro Sampaio (1987 p.188), *chorá* significa correntoso, impetuoso, ruidoso e *ma* seria uma forma contraída de *mbaé* que, agregada a outros vocábulos, caracteriza-os como um objeto, uma coisa (1987 p. 255). Ainda que tenha sofrido algumas adaptações fonéticas, diz-se Machorra para a fazenda que tinha em suas dependências um córrego que, pela força de suas águas,

provocava a sensação de um pequeno, mas perigoso rio, o que para os moribundos soldados e civis, que lutavam diariamente contra o cansaço e a fome, tornava-se um desafio constante. Apesar de Houaiss (2001) registrar Machorra como fêmea estéril, incapaz de procriar, optou-se por considerar a primeira classificação, haja vista que os elementos históricos de que dispomos tendem a corroborar tal decisão.

Sobre a chegada dos combatentes ao Córrego José Carlos, atual Córrego Machorra, Taunay (1978) descreve

Fomos esta tarde acampar perto de uma das cabeceiras do José Carlos. Contávamos poder, à vontade, nos dessedentar após um dia dos mais penosos, numa atmosfera escaldante. Mas ali, só encontramos água turva e descartável e como, por cima de tudo, tarde chegáramos a este triste pouso, com o sol a posto, nada tivemos para dar, nem água nem pasto aos nossos bois estafados e cujo olhar invocava a nossa compaixão (TAUNAY, 1978, p. 102)

Parece-nos que as peculiaridades do elemento físico tenham motivado o denominador a batizar essa propriedade rural com tal designação. Já o Córrego José Carlos recebe esse nome em homenagem a José Carlos Botelho que, segundo registros históricos, por volta de 1847, ocupava terras junto ao Apa [...] vizinhando com a Dona Senhorinha (GUIMARÃES, 1998, p. 77). Na declaração para registro de posse, a então viúva de Gabriel Francisco Lopes sentenciava:

Declaro que, desde o ano de 1846, principiei a cultivar uma posse de terras de lavoura e criação de gado no lugar denominado Apa, confinando ao norte com Ignácio Cândido, tendo limite a ponta de serra de Maracaju, ao poente com a posse de José Carlos Botelho; ao sul, pelo Rio Apa, pelo nascente com a serra de Maracajú, cujo terreno tem três léguas em quadra (DONA SENHORINHA *apud* GUIMARÃES, 1998, p. 77).

Desse modo, podemos classificar o Córrego José Carlos como um antropotopônimo. Por registrar o nome de uma pessoa até en-

tão anônima, por meio de seu prenome, o topônimo o “imortaliza” apenas naquele lugar não sendo projetado em outras localidades pelo fato de não possuir nem a representatividade, nem a importância dos nomes históricos que tenham repercutido, por exemplo, nacionalmente (DICK, 1990, p. 295-296).

Outra fazenda que se encontra nas mediações limítrofes entre o Paraguai e o Brasil é a Nova Querência. Por meio da forma adjetival nova (do latim novus) imprime-se ao espaço nomeado não apenas a ideia de jovialidade, mas, sobretudo, da esperança trazida na alma daqueles sulistas que decidiram desbravar as terras mato-grossenses, principalmente no período pós-guerra. A existência de campos propícios à criação de gado, semelhantes aos pampas gaúchos, chamou a atenção de soldados brasileiros que trataram de divulgar a boa nova aos corajosos, que desejassem se tornar pecuarista e grandes proprietários rurais. Assim, por volta de 1890, já estavam instalados na região de fronteira os primeiros gaúchos, que serviram de referência aos migrantes posteriores. Registra-se que o fluxo migratório aumentou após a Revolução Federativa, ocorrida no Rio Grande do Sul entre 1893 e 1895, já que, com a vitória do Partido Republicano, os oponentes federalistas viram-se obrigados a abandonar sua terra natal, pois se tornaram alvo de perseguições. Segundo Rodrigues (*apud* CORRÊA, 1999, p.47), “historiadores rio-grandenses calculam em dez mil o número de gaúchos vindos no final do século XIX e início do século XX para a região então assinalada como “Nova Querência”. Por essas razões, o topônimo Fazenda Nova Querência foi classificado como cronotopônimo, por traduzir o espírito de garra, de coragem, de esperança e de ousadia típicas dos pioneiros e desbravadores quanto à expectativa frente ao novo. Nesse caso, a taxionomia adotada manteve um elo coerente entre o referente e as impressões que se tinha dele. No entanto, aproveitamos este espaço para registrar alguns dos embates enfrentados pelos pesquisadores quando têm que tomar algumas decisões, no que tange à classificação do topo analisado. Questionamos se, em casos como o das Fazendas Nova Encanto, Nova Esperança e Novo Bom Sucesso, topônimos encon-

trados no município de Bela Vista que, a princípio, foram classificados como cronotopônimos, na verdade, não estariam muito mais motivados pelo animo do denominador do que pela indicação cronológica desses elementos em relação a outros. Nas lexias esperança, encantado e bom sucesso, por exemplo, percebe-se que naturalmente trazem uma carga positiva capaz de expressar o sentimento de quem vê como possível a realização daquilo que se deseja. Não poderiam aqui ser classificados como animotopônimos? Ou melhor, animotopônimos eufóricos, conforme a proposta de Isquerdo (1996, p.118) que, ao pesquisar os designativos que se relacionam à vida psíquica e à cultura dos seringueiros do estado do Acre, subdividiu os animotopônimos em eufóricos e disfóricos. Os primeiros revelam o sentimento do denominador de admiração, de contentamento e de confiança frente à realidade, enquanto os outros cristalizam uma visão mais pessimista e negativa em relação ao referente nomeado. Essa classificação torna-se pertinente justamente por traduzir com nitidez as impressões daquele que designa um elemento no instante em que o processo de nomeação se configura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, acreditamos que uma proposta metodológica de investigação toponímica interseccionada por fatos históricos é possível e o registro, ainda que em sincronias diferentes, da “biografia” de um determinado local, como fora experimentado na pesquisa de mestrado relatada, é viável. Selecionamos os nomes registrados primeiramente em duas fontes de natureza histórica: a obra *Retirada da Laguna*, de Taunay (1978) e o documento elaborado por Figueiró e Mattos (2003), que organizaram um mapa com inferências tanto aos nomes “originais” dos acidentes quanto àqueles que fazem parte da toponímia atual dessas localidades, para então projetar esse material nas cartas do IBGE (2002). Ernesto Renan (*apud* FIGUEIRÓ; MATTOS, 2003, p. 04), nesse sentido, afirma: “A história de uma nação compõe-se dos mortos que a traçaram e dos vivos que a mantêm”, e a toponímia talvez seja um caminho. Na Dissertação *Toponímia e entrelaçamentos históricos na rota da Retirada*

da *Laguna* apresentamos e analisamos um recorte dos topos que não só nomearam elementos geográficos como direcionaram as tropas brasileiras a retornarem de Laguna (PY) a Nioaque (BR), no decorrer da Guerra do Paraguai, quando lutavam em prol da defesa dos interesses da Pátria. Sob essa perspectiva, ao refazermos o percurso da Retirada da Laguna na atualidade, conseguimos recuperar, ainda que parcialmente, a visão de mundo que tanto os denominadores dos séculos XVIII e XIX quanto os do século XX projetaram sobre os elementos físicos e humanos que esse caminho contemplou.

REFERÊNCIAS

- CORRÊA, Valmir Batista. *Fronteira Oeste*. Campo Grande: Editora UFMS, 1999.
- CUNHA, Antônio Geraldo. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Edições Arquivo do Estado, 1990.
- _____. Rede de conhecimento e campo lexical: hidrônimos e hidrotônimos na onomástica brasileira. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; KRIEGER, Maria Graça. (Orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. V. II. Campo Grande: UFMS, 2004, p.121-130.
- _____. *Toponímia e Antroponímia no Brasil*. Coletânea de Estudos. São Paulo: USP, 1992.
- FIGUEIRÓ, Ricardo Maria; MATTOS, Capitão (Orgs.). *Trilha da Retirada da Laguna*. Campo Grande: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, 2003.
- GONSALVES, Doraci da Luz. *Um estudo da toponímia da porção Sudoeste de Mato Grosso do Sul: acidentes físicos e humanos*. 2004. 186 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas-MS, 2004.
- GUASCH, Antonio e ORTIZ, Diego. *Diccionario castellano-guarani; guarani-castellano*. Paraguay: Centro de Estudios Paraguayos “Antonio Guasch”, 1998.
- GUIMARÃES, Acyr Vaz. *Mato Grosso do Sul: história dos municípios*. Vol. 1. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 1998.

GUTIÉRREZ, Tomás Labrador. Los Topónimos en la Historia verdadera...: motivación y transparencia. *Actas del XI Congreso Internacional de la Asociación de Ling. y Filología de la América Latina*. Tombo III, 1996. Las Palmas: Universidad de las Palmas de Gran Canaria, 1996, p. 1945-1953.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Versão 1.0. Coordenação e edição geral de Mauro Salles Villar e Francisco Manoel de Mello Franco. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia; Editora Objetiva Ltda., 2001. CD-ROM.

IBGE. Censo demográfico 2000. Mapa Municipal Estatístico: Descrição dos setores censitários. Rio de Janeiro, 2002. CD-ROM

ISQUERDO, Aparecida Negri. *O fato lingüístico como recorte da realidade sócio-cultural*. 1996. 409 f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Araraquara-SP, 1996.

MARCELO, Rubenio. Prefácio. In: FIGUEIRÓ, Ricardo Maria; MATTOS, Capitão (Orgs.). *Trilha da Retirada da Laguna*. Campo Grande: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, 2003, p. 03-04.

PELLEGRINI, Domingos. *Questão de honra*. São Paulo: Moderna, 1996.

SAMPAIO, Mário Arnaud. *Vocabulário guarani português*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1986.

SAMPAIO, Theodoro. *O tupi na geografia nacional*. São Paulo: Editora Nacional; Brasília, DF: INL, 1987.

SILVA, Deonísio da. *Avante soldados: para trás*. São Paulo: Siciliano, 1992.

SQUINELO, Ana Paula. A Guerra do Paraguai em novos campos de batalha. *Fronteiras: revista de História*, Campo Grande, v. 4/5, n. 7/9, p.77-96, 2000/2001.

SOUZA, Carla Regina de. *Toponímia e entrelaçamentos históricos na rota da Retirada da Laguna*. 2006, 220 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2006.

TAUNAY, Alfredo Maria Adriano d'Escragnolle. *A Retirada da Laguna: episódio da Guerra do Paraguai*. São Paulo: edições de ouro, 1978.

WIMMER, Norma. Revisitando a história do Centro-Oeste: duas leituras de La Retraite de Laguna. In: RUSSEFF, Ivan; MARINHO, Marcelo; SANTOS, Paulo Sérgio Nolasco dos (Orgs.). *Ensaios Farpados: arte e cultura no pantanal e no cerrado*. Campo Grande: Editora UCDB, 2003, p. 123-134.

ANEXO A

Figura 1: Mapa da Retirada da Laguna



Fonte: Taunay (1978).

ANEXO B

Figura 2: Copidesque da trilha da Retirada da Laguna



Fonte: Figueiró e Mattos (2003, p. 22).

ANEXO C

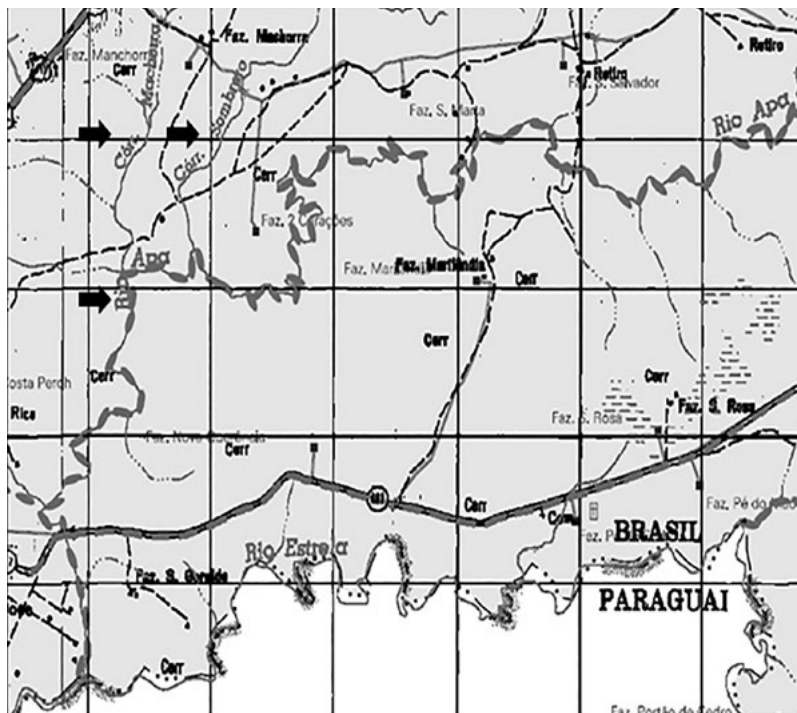
Figura 3: Copidesque da trilha da Retirada da Laguna - fragmento



Fonte: Figueiró e Mattos (2003, p. 22).

ANEXO D

Figura 4: Mapa da área rural do município de Bela Vista (MS 0210021)



Fonte: IBGE (2002).



DICIONARIZAÇÃO DE TOPÔNIMOS: A CONSTITUIÇÃO DO VERBETE

Ana Claudia Castiglioni

INTRODUÇÃO

Os primeiros estudos toponímicos ocupavam-se especialmente da descrição etimológica dos topônimos e da investigação de línguas extintas perpetuadas por meio dos nomes de lugares. Já as pesquisas atuais, segundo Dick (2007, p. 463), concebem a Toponímia como “[...] um ramo do conhecimento onomástico voltado para análises léxico-semânticas”. De acordo com a autora,

[...] os estudos toponímicos passam a estudar conjuntamente, o espaço e o nome do espaço, trata-se de um estudo de natureza geográfica pelo vocabulário que utiliza, ou histórico pelas fontes documentais de que se serve, procurando definir melhor o campo de atuação, como de natureza linguística, em função da palavra-sígnica tornada nome (DICK, 2006, p. 96).

A dicionarização dos topônimos ampara-se na Toponímia, ciência que estuda os nomes próprios de lugares, e nas chamadas ciências do léxico que se dedicam à sistematização de repertórios linguísticos, tanto a Lexicografia quanto a Terminologia. Temos

como objetivo neste texto¹ apresentar e discutir um modelo de microestrutura de verbete para um dicionário de topônimos, respaldando-nos na Lexicografia cujos princípios teórico-metodológicos orientam a redação de dicionários, glossários, vocabulários.

A Lexicografia contempla uma teoria geral, a ciência lexicográfica, que cuida da investigação crítica acerca dos dicionários, e uma dimensão prática, que orienta a confecção dos produtos lexicográficos.

A produção lexicográfica mais comum é o dicionário geral da língua. Ele é o instrumento para sistematização do léxico, registrando-o na sua maior totalidade possível. Um dicionário geral deve registrar a língua em seu uso padrão e coloquial, porque dessa forma torna-se um objeto de registro do léxico empregado pelos membros de uma sociedade. Trata-se de uma atividade linguística bastante antiga. Antes dos estudos e reflexões sobre a linguagem, veio a escrita e, junto com ela, as listas de palavras que não tinham, obviamente, a mesma estrutura dos dicionários atuais. Muitas transformações ocorreram nas práticas lexicográficas até se chegar aos modelos de dicionário aceitos na atualidade, modelos esses que representam uma vasta tipologia.

O tópico seguinte é dedicado à categoria dos dicionários onomásticos por tratar-se da categoria para a qual propomos o modelo de microestrutura de verbete.

1. DICIONÁRIOS ONOMÁSTICOS

Os dicionários onomásticos são geralmente classificados dentro da categoria de dicionários especiais. Welker (2004, p. 35 a 54) focaliza algumas tipologias de obras lexicográficas, dentre elas a

¹ Este artigo foi elaborado a partir de um recorte de nossa dissertação de Mestrado intitulada *Glossário de Topônimos do Bolsão Sul-mato-grossense*, defendida no Mestrado em Estudos de Linguagens, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, CCHS, em 2008, sob a orientação da Profa. Dra. Aparecida Negri Isquerdo. Disponível em: http://atems.ufms.br/wp-content/uploads/2016/09/Dissertac%CC%A7a%CC%83o_Ana-Claudia-Castiglioni.pdf

proposta de Scerba (1940 *apud* WELKER, 2004), que defende a tese de que os nomes próprios deveriam aparecer tanto em dicionários como em enciclopédias, apesar destes trazerem informações diferentes em uma e em outra obra. Uma classificação que não fornece tipos nitidamente separados é a de Malkiel (1962 *apud* WELKER, 2004), que aponta para os dicionários de nomes próprios o critério da abrangência, que também abriga dados enciclopédicos e comentários, além das definições propriamente ditas. Já Haensch (1982) estabelece duas grandes divisões para definir a tipologia das obras lexicográficas: a primeira é pautada no ponto de vista da Linguística teórica e abriga os glossários e vocabulários de obras literárias, Atlas lexicais, dicionários de regionalismos, de pronúncia, de construção, de colocações, de dúvidas, de fraseologismos, de neologismos, dicionários inversos, bilíngues, enciclopédicos e onomasiológicos. A segunda, por sua vez, se sustenta em critérios práticos da obra, como o formato e a extensão, o caráter linguístico ou enciclopédico, o número de línguas e as finalidades específicas da obra. Os dicionários onomásticos situam-se dentre esses últimos tipos de obras lexicográficas. Já Martinez de Souza (1995 *apud* WELKER, 2004) os inclui no critério terminológico, que abrange também os dicionários de abreviaturas e os gramaticais.

A informação contida na microestrutura que melhor caracteriza os dicionários gerais é a definição, elemento que desempenha um papel fundamental no texto do verbete, informando o significado da palavra-entrada. Vale ressaltar que os dicionários onomásticos em geral não incluem na microestrutura a definição, por serem compostos de nomes próprios. Especificamente no caso dos dicionários de topônimos, um tipo de dicionário onomástico, as entradas configuram-se como signos linguísticos que normalmente já receberam uma definição num dicionário geral de língua, antes de ser elevado à categoria de topônimo. Nesse particular, não é demais lembrar que um signo, na qualidade de topônimo, é enriquecido pela funcionalidade de seu emprego, adquirindo uma dimensão maior e sendo marcado duplamente: o que era arbitrário em termos de língua transforma-se, no ato do

batismo de um lugar, em essencialmente motivado (DICK, 1992, p. 12), e é o registro da possível motivação de um topônimo uma das informações que mais caracteriza e diferencia a microestrutura de um verbete de um dicionário toponímico da de um dicionário geral da língua.

Logo, o público-alvo de um dicionário toponímico deixa de ser o consulente apenas interessado em descobrir o significado das palavras, mas sim o profissional das áreas de Linguística, de Etnologia, de Antropologia, de História, de Geografia, dentre outros ramos do saber, dada a interdisciplinaridade que caracteriza a disciplina Toponímia. Conforme a ficha lexicográfico-toponímia (Quadro 1), no verbete de um dicionário de uma obra lexicográfica toponímico-onomástica são registradas possíveis causas motivadoras de um nome próprio de lugar, além de reunir informações mais genéricas como a nomenclatura geográfica oficial do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) com seus respectivos nomes próprios, a localização do acidente nomeado, a etimologia dos termos investidos de função toponímica, em especial dos de origem indígena, a taxionomia do designativo, a estrutura morfológica dos topônimos, como também informações históricas, enciclopédicas e registros escritos que mencionem o topônimo em análise.

Tivemos acesso a sete obras lexicográficas que, direta ou indiretamente, focalizam a toponímia: Leite de Vasconcelos (1931), Cardoso (1961), Tibiriçá (1985), Gomariz (2002), Parreira (1990), Machado (2003) e Amazonas (1984). Dessas obras, duas tratam de topônimos de origem indígena (Cardoso e Tibiriçá); uma dos topônimos de acidentes humanos da Espanha (Gomariz); três trazem topônimos de língua portuguesa (Machado, Leite de Vasconcelos e Parreira), uma aborda os topônimos de Angola (Parreira) e a outra é constituída por topônimos da região amazônica (Amazonas).

Na sequência, apresentamos uma análise sucinta dessas obras, começando pelos dicionários toponímicos, ou seja, o di-

cionário de topônimos espanhóis de Gomariz (2002) e o de topônimos de origem tupi de Tibiriçá (1985). Em seguida, focalizamos os glossários que integram as obras de Cardoso (1961) e de Leite de Vasconcelos (1931), o dicionário onomástico de Machado (2003) e, por último, analisamos o Dicionário glossográfico e toponímico de Parreira (1990). A análise dessas obras considerou a macroestrutura e a microestrutura.

1.1 Análise das obras lexicográfico-toponímicas

O *Diccionario de topónimos españoles y sus gentilicios*, editado em Madrid (Espanha), em 2002, é de autoria de Pancrácio Celdrán Gomariz e reúne 15.000 topônimos de acidentes humanos da Espanha. Trata-se de uma obra de 1.060 páginas que apresenta todas as características de um dicionário geral de língua, no que se refere à macroestrutura: explicação, introdução, verbetes formados por topônimos e gentílicos organizados em ordem alfabética, um quadro com 1.405 topônimos, com a respectiva localização, além dos gentílicos da Espanha que não foram mencionados como verbetes, bibliografia e também uma lista dos mesmos gentílicos já presentes na microestrutura, o que acabou dando ao item um caráter redundante.

Já em termos de microestrutura, ao contrário de um dicionário de língua, é uma obra que trata de uma especificidade da língua, a toponímia. Em cada verbete aparece, obrigatoriamente, o gentílico referente ao lugar, a localização geográfica e a etimologia do topônimo. Já entre os itens não obrigatórios, o dicionário em destaque registra o contexto onde o topônimo aparece. Vejamos os verbetes a seguir que bem ilustram a microestrutura da obra em questão:

Abades (*abdero*) Villa segoviana en el partido judicial de la capital. Del latim *abbates*, plural de *abbas*, *abatís* = ‘abad’, a su vez del hebreo *aba* = ‘padre’. Dice el refranero: “quien vio Abades, vio todos los lugares”. (GOMARIZ, 2002, p. 1).

Zaragoza (*cesaraugustano, zaragozano, saracuístí*) Ciudad aragonesa, capital de la provincia de su nombre a orillas del Ebro. Se sabe que de antiguo hubo en el lugar que ahora ocupa la actual una ciudad prerromana llamada Saldaba o Salduie, erigida luego por Augusto en colonia militar con el nombre de Cesaraugusta; le fue otorgado derecho de inmunidad, y fue rígida más tarde en cabeza de convento jurídico. No tardó Cesaraugusta en cobrar importancia, acuñar moneda y alcanzar el status, según Pomponio Mela, de ciudad más esclarecida de esa parte de Hispania Tarraconenses. Los árabes adaptaron el nombre latino a su fonética y llamárola Sarakusta; posteriormente los cristianos la llamaron Zaragoza. La conversión / z > s / es evolución lingüística habitual, como también la reducción del grupo / st > z/. En relación con esta ciudad, existe la frase hecha “a Zaragoza o al charco”, antonomástica de la tozudez. José María Iribarren recoge en su obra (véase bibliografía) la explicación que da Romualdo Nogués a mediados del siglo XIX. Dice este militar: “Para probar la tenacidad de los baturros se inventó la siguiente historia. San Pedro, que viajaba con Jesucristo, preguntó a un aragonés: “Adónde te diriges?”; como el aragonés contestara secamente: “A Zaragoza”, san Pedro le contestado diciendo: “querrás decir ‘si Dios quiere’”. A lo que replicó el aragonés que quisiera Dios o no quisiera él se dirigía a Zaragoza. Molesto con la respuesta, san Pedro lo convirtió en rana. Pasados casi dos milenios sintió pena san Pedro del pobre aragonés y lo llamó. Salió el baturro de la chacra y le volvió a preguntar el Apóstol: “adónde vas?”; el aragonés, no mejorado de carácter, contestó, sabiendo a lo que se exponía: “pues voy a Zaragoza o al charco”. De la persona que se ocupa de asuntos ajenos, tomándolos más a pecho que los suyos propios, se dijo que era “como la judía de Zaragoza, que cegó llorando duelos ajenos”. Dice la copla:

En Zaragoza la noble
Han hecho una cárcel nueva
Para los enamorados
En la plaza del Pilar
había un aragonés
que estaba clamando un clavo
con la cabeza al revés.
Una vez que disputaban

El Ebro le dijo al mar:
 Yo he pasado por Zaragoza
 Y tú nunca pasarás (GOMARIZ, 2002, p. 898-899).

O item contexto varia de verbete para verbete. Em alguns deles o dicionário registra informações breves, como no topônimo *Abades*, em que o contexto assim se resume: *Dice el refranero: quien vio Abades, vio todos los lugares*. Já em outros verbetes, como em *Zaragoza*, o contexto registrado contém ditos populares a respeito da cidade, incluindo uma canção que a ela faz referência. O conteúdo desses dois verbetes confirma a hipótese de Nunes (2002, p. 18) de que o dicionário, como todo discurso, constrói sentidos. Mesmo que essa observação se referira a dicionários gerais da língua, pode ser aplicada ao dicionário de topônimos, já que o lexicógrafo descreve brevemente um topônimo relativo a uma localidade com um pequeno número de habitantes e se estende na descrição de outro topônimo referente a uma cidade de grande porte, construindo, no consulente da obra, por meio das informações presentes no verbete, a ideia de que a cidade de Zaragoza tem maior importância do que a cidade de Abades, mesmo que o autor não tenha tecido comentários sobre a importância das duas cidades espanholas.

A variação ortográfica dos topônimos gera novas entradas, como acontece com os *Xátiva* que é apenas a variação da pronúncia de *Játiva*. Há uma entrada diferente para cada um dos nomes, opção que aumenta o número de verbetes da obra. No próprio verbete de *Játiva*, poderia ter sido registrada remissão à variante mais popular, *Xátiva*.

Xátiva véase **Játiva** (GOMARIZ, 2002, p. 889).

Outro trabalho pioneiro no âmbito da lexicografia toponímica brasileira é o *Dicionário de topônimos brasileiros de origem Tupi - Significado dos nomes brasileiros de origem tupi* (1985), de autoria de Luis Caldas Tibiriçá. O autor, na apresentação da obra, ressalta a dificuldade de elaboração de um dicionário de topônimos de origem indígena, salientando que não menos im-

portante que conhecer o linguajar familiar, os hábitos e crenças dos indígenas, é necessário saber declinar verbos do tupi antigo e do nheengatu. Graças a esses conhecimentos e à especialidade em indilogia, Tibiriçá conseguiu elaborar essa obra de tamanha complexidade.

No prefácio, o autor esclarece que, embora o objetivo da obra seja dar informações que sanem as dificuldades de interpretação dos consulentes, seria impossível descrever cada localidade com todas as suas características em apenas um verbete. Além disso, o dicionário contém uma lista de abreviaturas e a partir daí a obra é dividida em três partes: o dicionário de topônimos de origem tupi, um dicionário de topônimos de outras procedências indígenas e um glossário de palavras, nomes e termos de origem indígena, não apenas pertencentes ao tupi.

A estrutura dos verbetes desse dicionário é formada com o tipo do acidente, localização e a etimologia do topônimo. Esses três itens integram os verbetes das duas partes toponímicas da obra, obrigatoriamente, como nos exemplos:

GITITUBA – rio que banha a cid. de São Luiz do Quitunde; de *jetty (ca) tyba*, batatal, plantação de batatas (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 49).

A tradução dos topônimos da língua indígena para a língua portuguesa poderia ser considerada um item obrigatório em todos os verbetes, não fosse pelo verbete do topônimo *Aquidauana*, que traz apenas o tipo do acidente, a localização e a origem.

AQUIDAUANA – rio e cid. de Mato Grosso do Sul; nome de origem terena (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 21).

Alguns topônimos são acompanhados também pelo histórico do nome, como ocorre com *Abarebebé*:

ABAREBEBÉ – ant. loc. Jesuítica do litoral do sul do E. de São Paulo, hoje em ruínas; de *abaré-bebé*, padre que voa; apelido que os índios de São Vicente e Peruíbe deram ao

padre Leonardo Nunes, por ser ele muito ligeiro e ativo (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 15).

Grande parte dos verbetes registra o item alteração, não necessariamente seguido de uma explicação gramatical. Isso acontece apenas em alguns casos, como em *Aririaia*:

ARIRIAIA – monte nas proximidades de Iguape, SP; de *aryri*, var. de palmeira da zona litorânea, e *ai*, acréscimo de intensidade (Seg. Tenório de Albuquerque, in Apontamentos para a gramática Avá Nhee); portanto: *ayriri-ai*, lugar onde há profusão de ariris. (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 25).

Topônimos com variações ortográficas como *Arumã* e *Arimã*, dentre outros, designam o mesmo lugar e aparecem em entradas diferentes sem remissivas.

ARIMÃ – povoação amazonense à margem esquerda do Rio Purus; do nheengatu *arumã*, var. de planta têxtil do Amazonas; *arumã* é o nome do veado Galheiro no dial. Macuxi (fam. Caribe) (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 25).

ARUMÃ – povoação situada à margem esquerda do Rio Purus, AM; de *arumã*, certa planta que fornece fibra para tecidos; *arumã* é também o nome do veado galheiro, no dial. Macuxi (fam. Caribe) (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 26).

Já *Ouriçanga* e *Ourissanga* são apresentados na mesma entrada:

OURIÇANGA ou OURISSANGA – ribeirão do E. de São Paulo; de *y-royssanga*, água frígida (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 90).

Sabarabuçu e *Sabarabussu*, por sua vez, apesar de aparecerem em verbetes distintos, o segundo contém a remissiva para o primeiro, ao contrário de *Arimã/Arumã*. Isso demonstra que o autor não padronizou a organização dos verbetes, no que se refere à indicação de variantes, o que, se acontecesse, daria mais autonomia aos verbetes, evitando a repetição de informações.

SABARABUÇU – nome dado pelos primeiros desbravadores à região a leste do Alto São Francisco; a etim. deste nome é controvertida, porém optamos para *ita-berab-us-su*, pedra brilhante grande, diamante grande (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 102).

SABARABUSSU – serra de Minas Gerais; v. SABARABUÇU (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 102).

No caso de topônimos que não são do tupi, o autor insere a informação sobre a origem no verbete, como ocorre com o topônimo *Uopiane*. Essa opção gera dúvidas quanto ao fato de esse topônimo fazer parte do dicionário, já que não é de base tupi: poderia ter sido registrado apenas no dicionário de topônimos de outra procedência.

Em várias traduções dos topônimos de língua indígena para a língua portuguesa, Tibiriçá cita as pesquisas de outros autores. Alguns verbetes registram somente a opinião dos autores citados, como a de Theodoro Sampaio, em topônimos como *Cabonha*:

CABONHA – loc. da Bahia; de *cab-onha*, ninho de vespa, seg. Theodoro Sampaio (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 33).

Outros verbetes contêm a interpretação do lexicógrafo, acompanhada da interpretação de outro autor. Além de Theodoro Sampaio, também são citados, com bastante frequência, Levy Cardoso e Octaviano Mello.

O glossário, última parte da obra, além de ser formado por palavras tupi, contém algumas traduzidas do guarani e outras que resultaram da alteração de outras palavras portuguesas e de outras procedências indígenas introduzidas na língua tupi, como o termo *cana* da língua portuguesa que deu origem a uma série de nomes híbridos: *canarana* (capim-angola); *can-dyba* (canavial); *cana-tycu* (caldo de cana). A microestrutura dos verbetes desse glossário é formada pela tradução das palavras entradas para a língua portuguesa e por informações que vão, desde exemplos de palavras formadas a partir do termo, até informações enciclopédicas. Ilustra isso o verbe *caraná*, *carandá*:

CARANÁ, CARANDÁ – do tupi caraná-yba, que alterou-se para carnaúba; planta da fam. das palmáceas (*Arrudaria cerifera*); abundava outrora no Nordeste e hoje está quase extinta; da carnaubeira extrai-se uma cera de múltiplos empregos na indústria; no pantanal de Mato Grosso do Sul serve de cobertura para as casas dos peões e vaqueiros (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 39).

Armando Levy Cardoso também contribuiu para a lexicografia toponímica no Brasil com a organização dos três glossários de topônimos que integram o seu livro *Toponímia Brasileira* (1961): o glossário de topônimos de étimos caribes; o glossário de topônimos de étimos aruacos e o glossário de topônimos de étimos bororos. Nessa obra, o autor não tem como intenção principal organizar um dicionário, como ele mesmo esclarece na introdução do livro, mas pretende esclarecer o significado de étimos menos conhecidos na toponímia do Brasil, segundo ele, aqueles nomes “salvos do dilúvio do tupi e do português” (CARDOSO, 1961, p. 18).

Os verbetes que integram esses glossários informam o tipo de acidente, a localização, o étimo do topônimo e a bibliografia consultada. O fato de o autor manter antes da etimologia do topônimo a palavra que vai identificar a informação ‘étimo’ e antes da indicação das fontes a palavra ‘bibliografia’ demonstra a sua despreocupação quanto à elaboração de uma obra, segundo os parâmetros da Lexicografia. Esses três itens aparecem de maneira uniforme em todos os topônimos, como no exemplo a seguir:

PAQUIRÁ Pequena ilha nono Uaupés, da bacia do negro, no estado do Amazonas.

Étimo: do tauperã paquirá, caitetú.

Bibliografia: Rondon, Glossário geral, I, 243; Levy Cardoso, Glossários, 40. (CARDOSO, 1961, p. 367).

Em alguns verbetes são acrescentadas informações enciclopédicas, após a localização do topônimo, como em *Ailã*:

AILÃ Rio, no divisor de águas Amazonas-Mazarume, afl. m.d do Maú, no estado do Amazonas. As nascentes desse

rio nascem, apenas, a 32 metros do marco que assinala na serra do Caburai, a Caburai-tepê dos silvícolas, o ponto setentrional do Brasil.

Étimo: do macuxí *ailã*, entidade mitológica caribe.

Bibliografia: Braz de Aguiar, *Fronteiras*, 223; Levy Cardoso, *Glossários*, 40; Souza Martins, *Geografia da Amazônia*, 729. (CARDOSO, 1961, p. 339).

Os glossários que integram a obra de Levy Cardoso (1961) demonstram maior rigurosidade quanto à estrutura do verbete, ao mesmo tempo em que registram derivações mais simplificadas que as elaboradas por Tibiriçá (1985), autor esse que insere nos verbetes explicações bastante complexas e extensas, ao descrever a etimologia de alguns topônimos. Exemplo disso ocorre em *Gramame*:

GRAMAME – cid. da Paraíba; topônimo de difícil interpretação; Silveira Bueno traduz por bando de pássaros, o que então seria *guyrá-tyba* ou *guirá-etá*; se o termo for tupi, só pode uma expressão interrogativa: *guyrá-umame*, onde estão os pássaros? Ou se apelarmos ao tupi do séc. XVIII teremos *guyrá mame*, onde há os pássaros, lugar onde há pássaros, o que é razoável (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 49).

Esse cuidado de Tibiriçá quanto à inserção do étimo dos topônimos ilustra com maior clareza a complexidade da língua indígena, principalmente levando-se em conta que os consulentes do dicionário não serão necessariamente apenas os estudiosos dessa língua.

Já José Leite de Vasconcelos aborda, na obra de 1931, *Opúsculos – Volume III – Onomatologia, a toponímia portuguesa*, conforme dois critérios: 1) nomes de lugar classificados por línguas e 2) categorias de nomes, segundo as causas que lhe deram origem (flora, fauna, natureza do solo, história, religião etc.). O primeiro reúne nomes de origem pré-romana, romanos, germânicos, arábicos, de várias procedências e portugueses propriamente ditos. O autor registra exemplos de alguns topônimos

originários dessas línguas e descreve a respectiva evolução na formação do nome. Ex.: “Braga, de Brágara (séc. XI), Brágala (séc. XI), Brága (séc. VII-XV), Bracara, palavra que originalmente é adjetiva, nominativo singular feminino de Bracari, nome étnico” (LEITE DE VASCONCELOS, 1931, p. 139). Já ao tratar da categoria de nomes, segundo as causas que lhes deram origem, cita exemplos, partindo da categoria para o nome: “nomes provenientes da agricultura: *Roças, Baceto, Baltrigal*; da meteorologia: *Brumaes, Carujeiro, Bons Ares*; da caça: *Armadilhas, Caçadura*” (LEITE DE VASCONCELOS, 1931, p. 149) (grifo nosso).

O *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*, de José Pedro Machado (2003), por sua vez, em termos de macroestrutura, apresenta uma nota prévia na qual o autor esclarece sobre as categorias de nomes que integram o dicionário: os nomes próprios, sobrenomes, apelidos, alcunhas, epítetos, cognomes, topônimos, mitônimos, astrônimos, usados nos países de língua portuguesa. Em se tratando dos topônimos, foram incluídos na obra os de base portuguesa, os galegos relacionados com os portugueses, os brasileiros e os de outros países de língua portuguesa. Na sequência da nota prévia aparece uma vasta lista de abreviaturas e de siglas que ocupam oito páginas. Depois dessa lista tem início o dicionário, cuja nomenclatura vem organizada em ordem alfabética. Como último item da macroestrutura do dicionário, são apresentadas as referências bibliográficas.

Com relação especificamente à microestrutura dos verbetes, logo após a palavra-entrada é identificada a categoria do nome próprio. Ex.: “Abaetetuba, topônimo (*top*)”. Depois da indicação da categoria, (*top*), a que pertence a palavra-entrada, aparece a localização do topônimo, seguido das possíveis variações do nome, da indicação das diferentes obras e documentos escritos, nos quais o topônimo foi citado, da etimologia, que é acompanhada por observações do autor a respeito da evolução do nome, bem como da citação de escritos de obras em que o topônimo ocorra. No caso de topônimos de origem indígena, é informada a respectiva tradução para o português. Apenas alguns verbetes

contêm a remissiva. Constatamos que os verbetes contemplam como itens obrigatórios apenas a localização e a etimologia. A seguir transcrevemos o verbete do topônimo *Abássia*, que bem ilustra a microestrutura da obra em questão:

Abássia, top. Abissínia, Etiópia, em dec. III, IV, cap. I: lus., X, 50; Camões, soneto 88, em *Obras*, I, p. 233; canção IX, v. 12, iid., II, p. 289. ocorre no mapamundi do it. fra Mauro (m. em 1459?) e tal forma está certamente relacionada com o ar. habxi. <abissímo> (ver Abassis). Trata-se de forma culta. O Épico usa sempre a acentuação Abássia, por imposição métrica, ou por ser essa a da palavra. Parece-me por isso, não ser de invocar qualquer influência de Abexia, na verdade muito corrente no século XVI, tirando de Abexim: 'E embarcando no Toro foy ate a cidade de Zeila na costa da Abexia', *Cast.*, I, p. 4; '& pois a deixauão fossem à costa da Abexia ao porto da ilha de Macua', i., V, p. 164. O adj. Abássico em Aquilino Ribeiro, *Portugueses das Sete Partidas*, p. 21, ed. De 1969. Creio trata-se de Abássia a forma Abastia usada na tradução port., de Marco Paulo feita por Valentim Fernandes (III, caps. 43, 44 e 45; ver também Aveiro, 167). (MACHADO, 2003, p. 46).

A obra *Dicionário glossográfico e toponímico da documentação sobre Angola séculos XV – XVII*, por seu turno, editada em Lisboa, segue os parâmetros da Lexicografia geral em termos de macroestrutura, pois apresenta prefácio, introdução e lista de abreviaturas, verbetes organizados em ordem alfabética e referências bibliográficas. É dividido em duas partes: *glossográfica* e *toponímica*.

A parte glossográfica trata dos vocábulos que deixaram de ser utilizados na Língua Portuguesa, quer escrita quer falada, como também os que tinham então um significado distinto do que têm na atualidade, presentes na documentação sobre Angola nos séculos XV – XVII. De acordo com Parreira (1990, p. 15), são vocábulos emprestados das línguas africanas locais como o Kimbundo e o Kikongo.

A parte toponímica do dicionário, a que mais interessa a este estudo, se refere aos dados de natureza geográfica sobre Angola,

referidos na documentação dos séculos XV a XVII e apresenta os verbetes ordenados em ordem alfabética. Topônimos que têm alguma variação ortográfica ganham uma entrada nova, com a remissiva, como em *Ando*: ver *Oando*.

A microestrutura dos verbetes dos topônimos é organizada de modo bastante complexo, não evidenciando uma sistematização. O tipo do acidente e a localização são itens obrigatórios. Após esses itens, o autor organiza o que ele chama de “diversos significados do topônimo”, antecidos por números, mas, em alguns verbetes, a informação que vem depois desse número não pode ser definida como “significado”, porque apresenta o histórico dos topônimos, informações enciclopédicas e outros nomes que designam o mesmo local. Por exemplo:

Anzinkana – 1. designativo da região de Tyo ou Teke.

Na Anzinkana desenvolveu-se uma importantíssima indústria têxtil a partir das fibras das palmeiras; os panos de ráfia.

2. A Anzinkana foi uma região cuja localização geográfica é bem menos facilmente determinada do que a sua importância histórica. Segundo Pigafetta, citando Duarte Lopes, a norte era limitada pelo Cabo Catarina, estendendo-se para Levante mais de 600 milhas, até à confluência do Rio Vuma com o Rio Zaire. Diz também que a Anzinkana era um conjunto de jurisdições, situada “para lá do reino do Loango *”.

3. Luciano Cordeiro diz que, “como comprovam vários documentos antigos”, a região era a mesma que se chamava Mitkoko* ou Makoko.

4. Esta região foi a primeira a rebelar-se contra o ntotela* Nzinga-a-Nkuvu em 1491, logo após o seu batismo, de sua mulher e de seu filho Mbemba-a-Nzinga.

5. Região do Kongo* de grande importância econômica, também designada por: Nteka; Tyo; Teke; Grande Angeka; Mikoko; Mundakete (PARREIRA, 1990, p. 121).

O asterisco tem a função de remissiva, assinalando que a palavra indicada tem uma entrada própria.

O *Dicionário Topográfico, Histórico, Descritivo da Comarca do Alto Amazonas*, de autoria de Lourenço Silva Araújo e Amazonas foi publicado pela primeira vez em 1852, no Recife. Já a segunda edição, aqui analisada, é de 1984. Trata-se de um dicionário formado em sua maioria por topônimos, tanto de acidentes humanos como físicos da região amazônica, e por alguns vocábulos como, índio, mameluco, diretório. A macroestrutura dessa obra é composta por uma apresentação (inserida apenas na segunda edição, é o único item acrescentado à primeira). Na segunda edição, após a apresentação, encontra-se a capa da primeira edição, seguida da advertência, que é uma rápida apresentação de dois parágrafos, de uma lista de abreviaturas que toma uma página, do dicionário propriamente dito organizado em ordem alfabética, da errata e de uma tabela com estatísticas da Comarca do Alto-Amazonas, dividido por regiões representadas pelos rios *Negro*, *Solimões* e *Amazonas*. Essa tabela indica o tipo de acidente humano (vila, aldeia, cidade, freguesia), sua respectiva localização com relação ao Rio *Jamundá* e informa a população (número de habitantes divididos por etnias, brancos, mamelucos, indígenas, mestiços e escravos). Ao contrário das outras obras analisadas, esta não contém o item bibliografia.

A microestrutura dos verbetes apresenta a palavra entrada, o topônimo, em negrito, seguido de dois pontos para iniciar o texto do verbete. São itens obrigatórios no texto do verbete: o tipo do acidente, sua localização e informações geográficas, esta podendo ser mais detalhada ou mais resumida. Os exemplos a seguir evidenciam essas características.

Abaná: Nação Indígena da Guiana, no Rio Japurá. (AMAZONAS, 1984, p. 07).

Aibú: A quinta das seis bocas pelas quais os lagos de Saracá deságuam no Amazonas, entre a freguesia de Itacoatiara e o Rio Urubu. Distante 51 léguas da foz do Jamundá, e jaz sob o paralelo 3 graus 03' sul cortado pelo meridiano 23 graus 59' oeste de Olinda (AMAZONAS, 1984, p. 07).

Como itens não obrigatórios na microestrutura dos verbetes, aparecem informações históricas, que podem ser mais extensas, como as incluídas no verbete *Amazonas*, que ocupam dez páginas do dicionário ou bem resumidas como em *Abacaxi*:

Abacaxi: Rio da Mundurucania, na margem direita do Furo de Tupinambarana, entre os rios Canomá e Apinquiribó. Teve nele sua terceira situação a atual freguesia da Itacoatiara, onde se reuniam os Torás, submetidos pelo Capitão-Mor João de Barros Guerra em 1716 (AMAZONAS, 1984, p. 07).

O autor não insere todos os acidentes que recebem o mesmo designativo em um mesmo verbete. O topônimo *Amazonas*, por exemplo, foi contemplado com quatro entradas, uma que traz apenas a remissiva a outro topônimo, “**Amazonas:** v. Icamiabá”, outra que se refere ao Rio Amazonas, apresentando um verbete bem extenso, com quatro páginas; outra somente com informações obrigatórias, “**Amazonas:** A parte do grande rio, compreendida entre sua foz e a confluência do Rio Negro” (AMAZONAS, 1984, p. 37); e, ainda, outra entrada com texto do verbete mais extenso que o anterior, que explica detalhadamente a localização geográfica de uma das três divisões naturais da Comarca do Alto-Amazonas.

Com relação às remissivas, o autor não relaciona dois topônimos, sendo assim apenas um remete ao outro como em *Airão*:

Airão: v. Jahú. (AMAZONAS, 1984, p. 07).

Ao consultar *Jahú* não se encontra nenhuma referência a *Airão*, deixando, dessa forma, sem esclarecimentos se os dois topônimos designam um mesmo acidente.

Jahú: Ribeirão da Guiana, na margem direita do Rio Negro, em frente o Rio Uacriáu, entre o Rio Jamuhi e o ribeirão Xiborena. (AMAZONAS, 1984, p. 102).

Já no verbete *Ajuána* o autor indica ser esse topônimo uma variante de *Uaiuana*, enquanto no verbete *Uaiuana* há apenas a remissiva a *Ajuána*:

Ajuána: (variante de Uaiuána) Rio da Guiana, na margem direita do Rio Negro, abaixo de Maracahi, no distrito de Santa Isabel, entre os ribeiros Urubaxi e Innixi (AMAZONAS, 1984, p. 07).

Uaiuána: v. Ajuána (AMAZONAS, 1984, p. 200).

O verbete *Alto-Amazonas*, por seu turno, ocupa treze páginas, incorporando informações sobre a população, a religião, a agricultura, o comércio, o clima da região, o relevo, a hidrografia, os minerais, a vegetação, item no qual o autor especifica a função de alguns tipos de árvores: propriedades medicinais, tinturaria, construção civil, marcenaria, aromáticas, frutíferas etc. O autor também lista animais comuns na região dividindo-os em quadrúpedes, répteis, crustáceos, insetos, aves, peixes.

A partir dessas características descritas, observa-se que o *Dicionário Topográfico, Histórico, Descritivo da Comarca do Alto Amazonas* não seguiu uma ordem de critérios para organização da sua nomenclatura, fato ilustrado com maior clareza nos verbetes mais extensos ocupados pelas informações históricas.

As considerações apresentadas acerca dos dicionários onomásticos analisados, em especial os exclusivamente toponímicos, permitem perceber que essas obras seguem os parâmetros da Lexicografia, no que se refere à organização da macroestrutura, mas mantêm características próprias para melhor satisfazer a expectativa do público a que se dirigem.

Considerando a análise da macroestrutura e da microestrutura dessas obras lexicográficas e com base nas leituras realizadas sobre a tipologia e a organização de dicionários, elaboramos uma proposta de microestrutura para dicionário onomástico, pautando-nos também nos dados da ficha lexicográfico-toponímica (DICK, 2004), para constituir os verbetes da nomenclatura do *Glossário de Topônimos do Bolsão Sul-mato-grossense*.

2. PROPOSTA DE MICROESTRUTURA PARA DICIONARIZAÇÃO DE TOPÔNIMOS SUL-MATO-GROSSENSES

Com base nos dicionários toponímicos consultados e a partir da ficha lexicográfico-toponímica proposta por Dick (2004, p. 130), acrescida dos campos “microrregião”, “variante lexical” e “tipo do acidente”, é que foi constituído o modelo de verbete para um dicionário de topônimos.

Quadro 1: Ficha lexicográfico-toponímica

1-Localização - Município:
2-Microrregião:
3-Topônimo:
4-Variante lexical:
5-Acidente Geográfico:
6-Tipo do acidente:
7-Taxionomia:
8-Origem:
9-Etimologia:
10-Entrada Lexical:
11-Estrutura Morfológica:
12-Histórico:
13-Informações Enciclopédicas:
14-Contexto:
15-Fonte:
16-Pesquisador:
17-Data de Coleta:
18-Revisor:

Fonte: Ficha lexicográfico-toponímica de Dick (2004), adaptada por Castiglioni (2008).

O modelo de verbete proposto foi utilizado na microestrutura do *Glossário de topônimos do Bolsão Sul-mato-grossense*, que contém uma nomenclatura formada por 763 verbetes². A opção pela

² Os verbetes foram selecionados do *corpus* de Dargel (2003), devidamente revisado e realizados os devidos ajustes, quando necessários. Foram

tipologia “glossário” pautou-se na extensão da nomenclatura e na natureza do acervo lexical que recebeu tratamento lexicográfico. Em se tratando do primeiro critério, consideramos o número de entradas que não permite qualificar o produto como dicionário. Quanto ao segundo critério, concordamos com Haensch (1982, p. 106) de que um glossário é um “repertório de palavras, em muitos casos de termos técnicos ou de uma especialidade da língua, que não pretende ser exaustivo”. Concebendo-se, dessa forma, os topônimos como *termos específicos* a partir do processo criador de um nome, pelo qual vocábulos comuns ou termos definidores de um objeto geográfico passam a constituir o nome próprio, o termo específico desse objeto cachoeira/Cachoeira; rio grande/Rio Grande, os topônimos podem ser considerados termos técnicos de uma área, no caso, da Toponímia (DICK, 1999, p. 137). Isso porque, segundo Dick (1999, p. 126),

[...] topônimos podem ser interpretados como termos ou unidades terminológicas [...] termo é definido por Cabré como unidades de referência a uma realidade e, por isso, dotados de um significado que pode ser descrito como um conjunto de traços distintivos.

É relevante ressaltar também que, para Dick (1999, p. 127), “como termos, e tendo uma função específica de marcadores ou referenciais, topônimos podem integrar o conjunto de uma obra lexicográfico-terminológica particular”. Portanto, pautando-nos em Haensch (1982), que concebe o glossário como um repertório de termos técnicos, e de acordo com as considerações de Dick, de que topônimos podem ser considerados termos técnicos, entendemos que a tipologia “glossário” é a que melhor se aplica à proposta aqui apresentada.

Na estruturação dos verbetes foram atribuídos dados obrigatórios e optativos. São dados obrigatórios: topônimo, nome

consultados novamente os mapas fontes da pesquisa, o que nos permitiu identificar a localização do topônimo no espaço contemplado pela pesquisa. Essa informação integra o texto do verbete no item *nota*.

do acidente geográfico, tipo do acidente, localização, microrregião, taxionomia, origem, estrutura morfológica e nota. E dados optativos: os gentílicos, os nomes anteriores, a variante lexical, a etimologia, o histórico, as informações enciclopédicas, o contexto e a remissiva³. Assim, os verbetes apresentam a seguinte estrutura:

1. Entrada – topônimo (em negrito) + 2. Gentílico (dos municípios) + 3. Nome do acidente geográfico + 4. Número de ocorrências do topônimo no município + 5. Tipo de acidente geográfico (AF/AH) + 6. Localização (município e microrregião) + 7. Taxionomia + 8. Origem + 9. Estrutura morfológica 10. Etimologia (somente para topônimos de origem indígena) + 11. Variante lexical (quando houver) + 12. Nomes anteriores (se houver) + 13. Remissiva (se for o caso) + 14. Nota (dados de natureza geográfica, histórico, informações enciclopédicas e contexto) (CASTIGLIONI, 2008, p. 70).

A *entrada* do verbete é constituída pelo topônimo, ou seja, o objeto das informações que virão a seguir e foi marcada com negrito e só com a primeira letra do nome em maiúscula. No caso de topônimos precedidos das preposições do/da/das (*Córrego do Barreiro*), na nomenclatura do Glossário, a entrada foi constituída pelo elemento específico do topônimo, seguido da preposição separada por vírgula, (*Barreiro, do*). O *gentílico* (no caso dos nomes dos municípios) aparece entre parênteses, logo após a entrada do topônimo. Trata-se de um item optativo no verbete, pois contemplou apenas os topônimos que designam municípios.

A microestrutura dos verbetes é organizada de maneira textual começando pelo *número de ocorrências do acidente*, levando-se em conta que um mesmo topônimo pode nomear mais de um acidente no âmbito da área investigada. Nesses casos todas as ocorrências foram computadas na mesma entrada. Na sequência é indicado o *tipo do acidente* – acidente físico (AF) ou acidente

³ Cf. o trabalho de Castiglioni e Isquerdo (2010) que discute uma proposta de Dicionário Onomástico-toponímico com base em Castiglioni (2008).

humano (AH)⁴. O nome do município a que pertence o acidente e a sua *localização* na região estudada são informados depois da indicação do tipo do acidente. Vejamos um exemplo:

Baús

Designativo de um ribeirão (AF), de um distrito (AH) no município de Costa Rica – MS, microrregião de Cassilândia, classificado como um *geomorfotopônimo*. Nome de base portuguesa, de estrutura simples, formado pelo substantivo masculino plural *baús*. Cf. Baú, Bauzinho.

Nota: O ribeirão Baús nasce no município de Costa Rica, próximo à serra Caiapó, é afluente da margem direita do Rio Sucuriú e tem como um dos seus principais afluentes o córrego Cachoeirinha. Já o distrito Baús é vinculado ao município de Costa Rica e situa-se próximo à divisa entre Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás. “Havia alguns elevados, uns morrinhos, uma reunião de serras no formato de baús. Os escravos trazidos para a região denominavam de ‘baú’, as serras. Baú era montanha, não se falava serra. Logo, aqueles elevados, parecendo baús destes tão usados naquela época para guardar roupas, segredos, moedas e até tesouros. Definitivo: a região dos Baús, lá no baú; córrego Baú, fazenda Baús. O primeiro registro escrito que denominou Baús para aquela região, tem data dos tempos da guerra entre o Paraguai e o Brasil” (CUNHA, 1992, p. 23). (CASTIGLIONI, 2008, p. 99)

A história referente à motivação do topônimo foi incluída na microestrutura do verbete em casos de designativo de cidades, de alguns distritos e de poucos acidentes físicos. O verbe *Inocência* ilustra um caso em que a *motivação* do topônimo foi informada, além das informações geográficas, enciclopédicas e contexto escrito onde o designativo aparece.

Inocência (inocenciense)

Designativo de um município (AH) na microrregião de Paranaíba e de um córrego (AF) no município de Três

⁴ Acidente físico (rios, córregos, lagoas, morros); acidentes humanos (cidades, vilas, fazendas, povoados).

Lagoas – MS, microrregião de Três Lagoas, classificado como um *antropotopônimo*. Nome de base portuguesa, de estrutura simples, formado pelo substantivo próprio feminino *Inocência*. Cf. Paranaíba.

Nota: O município de Inocência tem uma população de 7.342 habitantes, e sua área territorial é de 5.776 km², não faz limite somente com três municípios do Borsão: Brasilândia, Costa Rica e Santa Rita do Pardo, fazendo fronteira com todos os outros municípios: Água Clara, Aparecida do Taboado, Chapadão do Sul, Cassilândia, Paranaíba, Selvíria e Três Lagoas. O município recebeu esse nome em homenagem a Inocência, personagem principal do romance de Taunay (1872). O córrego Inocência nasce no município de Três Lagoas e é afluente da margem direita do córrego das Paineiras. “Taunay, que atravessou a região de Paranaíba em 1867, registrando suas observações sobre os habitantes, seus hábitos e sobre a natureza, ficou tão impressionado, que a partir delas escreveu o romance *Inocência*, cujo drama se passa naquele universo.” (CAMPESTRINI, 1994, p. 234). “Minha filha Inocência fez 18 anos pelo Natal, e é rapariga que pela feição parece moça da cidade, muito arisczinha de modos, mas bonita e boa de veras.” (TAUNAY *apud* CAMPESTRINI, 1994, p. 234). “Inocência, coitadinha... exatamente nesse dia fazia dois anos que o seu gentil corpo fora entregue a terra, no imenso sertão de Santana do Paranaíba, para aí dormir o sono da eternidade” (CAMPESTRINI, 1994, p. 234) (CASTIGLIONI, 2008, p. 155).

Considerando que o público-alvo do Glossário são, fundamentalmente, os pesquisadores interessados em informações acerca dos topônimos em si, particularmente de natureza toponímica, geográficas, históricas, antropológicas, o texto dos verbetes não apresenta a definição do termo investido de função toponímica no léxico da língua, nem a etimologia dos designativos de base portuguesa, tendo sido registrada tão somente a etimologia dos nomes de base indígena. A definição da palavra que deu origem ao topônimo foi apresentada apenas nos casos de unidades lexicais pouco conhecidas e/ou de cunho regional, com vistas a

esclarecer a opção de *taxionomia*⁵ adotada, item este de caráter obrigatório na microestrutura dos verbetes. O verbete a seguir ilustra o exposto:

Bocaina, da

Designativo de um córrego (AF) no município de Inocência – MS, microrregião de Paranaíba, classificado como um *geomorfotopônimo*. Nome de base portuguesa, de estrutura simples, formado pela preposição *da* e pelo substantivo masculino *bocaina*.

Nota: O córrego da Bocaina nasce no município de Inocência e tem dois afluentes, o córrego do Portal e o córrego da Sanfona, e configura-se como um afluente da margem esquerda do Rio São José. Bocaina também é como algumas pessoas se referem à cidade de Inocência, algo que, segundo informações orais fornecidas por habitantes da localidade, desagrada à população dessa cidade. De acordo com Houaiss (2007), “*bocaina*” significa “depressão que serve de passagem numa serra; vale profundo entre dois contrafortes próximos; passagem estreita entre dois morros” (CASTIGLIONI, 2008, p. 102).

Como mostra o exemplo, o texto do verbete indica ainda se o topônimo é de base indígena ou portuguesa⁶ e o item *etimologia* foi contemplado somente em casos de topônimos de origem indígena. A *estrutura morfológica* pode ser simples, composta, simples híbrida ou composta híbrida. As informações gramaticais relativas à estrutura mórfica aparecem com a indicação da classe gramatical do(s) elemento(s) formativo(s) do termo específico (topônimo) do sintagma toponímico. A *variante lexical*, ou seja, a variação ortográfica e/ou morfossintática do topônimo, quando identificada, foi registrada logo em seguida dos dados relativos à estrutura morfológica do topônimo, precedida da abreviatura

⁵ No item *taxionomia*, foi informada a classificação do topônimo segundo o modelo de Dick (1992, p. 31-34).

⁶ Consideramos de base portuguesa aquelas palavras que, mesmo sendo de outras procedências linguísticas, já estejam integradas ao acervo do léxico do português.

var. (variante). O nome anterior do topônimo, quando localizado, é registrado depois da variante lexical.

As *remissivas*, que têm a função de indicar informações que se complementam e são registradas em outro verbete, são informadas em ordem alfabética, antecedidas da sigla *Cf.* e remetem a topônimos que integram a nomenclatura do Glossário. Não há um número estipulado de remissivas para cada verbete, pois são indicadas, segundo as possibilidades oferecidas pelo Glossário. Nos casos de topônimos precedidos de preposição (da/das/do), esta aparece entre parênteses, depois do topônimo (*Cf. Campo (do)*).

Já o item *nota* abriga informações de natureza extralinguística registradas na ficha lexicográfico-toponímica citada anteriormente, nos tópicos *histórico*, *contexto* e *informações enciclopédicas*. Nesse item são registradas obrigatoriamente informações de natureza geográfica, relativas ao acidente, extraídas dos mapas oficiais, como indicação da nascente, limites estabelecidos, afluentes, no caso de correntes hídricas. A respeito da consulta ao mapa Dick (1999) ressalta que

[...] interpretados, tradicionalmente, como uma representação simbólica dos contornos de uma paisagem física ou urbana, os mapas se caracterizam por permitirem também dois planos de interpretação: o verbal, expresso nos nomes dos acidentes e em outras informações linguísticas, e o não-verbal, caracterizado, de preferência, por símbolos convencionais distintos, segundo a natureza do acidente (cursos, de água, serras, estradas, ferrovias) (DICK, 1999, p. 129).

Para obtenção das informações relativas às características do acidente geográfico nomeado (localização, nascente, limites, afluentes etc) foram consultados sistematicamente as seguintes cartas topográficas do IBGE, escala 1:100.000: *Baús*, *Inocência*, *Costa Rica*, *Paranaíba*, *Três Lagoas* e *Brasilândia*; a carta topográfica do IBGE, escala 1:250.000: *Paraíso*; mapas dos municípios do

Bolsão, escala 1:250.000: *Três Lagoas, Selvíria, Cassilândia, Chapadão do Sul, Costa Rica*; mapa político e rodoviário de Mato Grosso do Sul; *São Paulo*: Geomapas, escala: 1:400.000, 2001. Além dos mapas oficiais dos municípios, foram utilizados como fonte de dados para as *notas* o site do IBGE, os *sites* oficiais dos municípios do Bolsão e obras regionais. Podem-se observar as informações contempladas no item *nota* no verbete que segue:

Sucuriú

Designativo de um córrego (AF), de um salto (AF) e de um rio (AF) no município de Água Clara – MS e de um rio (AF) do município de Três Lagoas – MS, microrregião de Três Lagoas, de um rio (AF) no município de Chapadão do Sul – MS e de Costa Rica – MS, microrregião de Cassilândia; de um rio (AF) no município de Inocência – MS, microrregião de Paranaíba; de um rio e de um córrego (AF) no município de Selvíria – MS, microrregião de Paranaíba, classificado como um *zootopônimo*. Nome de base tupi, de estrutura simples, formado pelo substantivo masculino *sucuriú*. Etim.: *çuucuri-yú*, de *çuucuru-yuba*, a sucuri amarela (SAMPAIO, 1928); de *sucuri-y*, rio da sucuri; sucuriú pode ser ainda alteração de *sucuriju*, cuja pronúncia no norte do Brasil é *sucuri-iú* (TIBIRIÇÁ, 1985). Cf. Sucurizinho, Sucuri (do), Sucuri.

Nota: O Rio Sucuriú é de grande importância para a região do Bolsão. Ele nasce no município de Costa Rica, próximo à divisa entre os estados de Mato Grosso do Sul e Goiás. Estabelece limite entre os municípios de Água Clara e de Chapadão do Sul, de Inocência e de Três Lagoas. Deságua no Rio Paraná, próximo à cidade de Três Lagoas e do Rio Tietê no estado de São Paulo. O salto Sucuriú situa-se no Rio Sucuriú, próximo do distrito Alto Sucuriú. O córrego Sucuriú em Selvíria é afluente da margem direita do ribeirão Pântano. “O Sucuriú é soberbo, descendo da serra do Caiapó em cachoeiras” (REVISTA DO IBGE, 1998, p. 58). “O Rio Sucuriú que tem lugar de passagem 9,90 metros de largura, 1,32 metros de profundidade e 0,88 de velocidade. Este ribeirão estreita-se muito em alguns lugares reduzindo sua superfície pela metade, desemboca no Rio Paraná” (CUNHA, 1992, p. 156) (CASTIGLIONI, 2008, p. 225).

Ao item *nota* foi acrescentado o máximo de informações encontradas nos mapas, como no caso do designativo de um córrego, que tem a indicação obrigatória no verbete, qual o município de sua nascente e, possivelmente, se próximo de algum outro acidente (rodovias, estradas, cidades ou outros córregos). Também como item obrigatório para os cursos de água, nas informações geográficas do item *nota*, foi registrada a informação sobre o ponto onde a corrente hídrica desemboca. Já como itens optativos que só foram acrescentados se encontrados nos mapas oficiais, foram incluídas as características do percurso do curso de água, como intermitência, cruzamento por rodovias ou ferrovias, proximidade com as sedes dos municípios, como confirma o verbete apresentado a seguir.

Beltrão

Designativo de um ribeirão (AF) no município de Selvíria – MS, microrregião de Paranaíba, classificado como um *antropotônimo*. Nome de base portuguesa, de estrutura simples, formado pelo substantivo próprio masculino *Beltrão*.

Nota: O ribeirão Beltrão nasce no município de Selvíria próximo ao ribeirão Santa Rita, divide uma parte dos municípios de Selvíria e Aparecida do Taboado e deságua no Rio Pântano. Muda de nome no decorrer do seu curso e passando a ser designado de ribeirão Pântano (CASTIGLIONI, 2008, p. 100).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os itens da ficha lexicográfico-toponímica e os campos a ela acrescentados, bem como a obrigatoriedade da informação geográfica na microestrutura permitiram a elaboração de um modelo de verbete que poderá satisfazer o público-alvo a que se destina um dicionário de topônimos que contempla, além de estudiosos de Linguística e Toponímia, pesquisadores interessados na região onde foram catalogados os topônimos formadores da nomenclatura da obra. A indicação da fonte de onde foram retiradas as informações relacionadas ao topônimo, no que tange

ao histórico e contexto, permite que o consulente de uma obra constituída por verbetes do modelo apresentado possa voltar às obras regionais para completar sua pesquisa.

O modelo de verbete pretende também oferecer uma nova abordagem dos estudos toponímicos, ou seja, a dicionarização dos topônimos catalogados, já que na redação dos verbetes que compõem o *Glossário de Topônimos do Bolsão Sul-mato-grossense* foram consideradas características linguísticas, geográficas, históricas e enciclopédicas de uma região. Acreditamos, pois, que a construção do Glossário somou às pesquisas em toponímia no Estado de Mato Grosso do Sul, com a apresentação de uma proposta de tratamento lexicográfico dos topônimos. Todavia, temos consciência da incompletude do trabalho, já que outros caminhos poderiam ter sido trilhados, se fossem outros os propósitos da pesquisa. Esperamos, pois, que as escolhas realizadas contribuam para outras pesquisas na área.

Agora, em caráter de síntese, fazemos nossos os argumentos de Dick (2006, p. 96) sobre o estudo dos topônimos: “trata-se de um estudo de natureza geográfica pelo vocabulário que utiliza, ou histórico pelas fontes documentais de que se serve”, por acreditarmos que esse ponto de vista foi confirmado na abordagem lexicográfica dos topônimos, realizada na dissertação que deu origem a este texto.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS, Lourenço Silva Araújo e. *Dicionário topográfico, histórico, descritivo da comarca do Alto Amazonas*. Manaus: Grafima, 1984.

CAMPESTRINI, Hildebrando. *Santana do Paranaíba: dos Caiapós à atualidade*. Paranaíba: Prefeitura Municipal de Paranaíba, 1994.

CARDOSO, Armando Levy. *Toponímia Brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1961.

CASTIGLIONI, Ana Claudia. *Glossário de topônimos do Bolsão Sul-mato-grossense*. 2008. 279 p. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2008.

_____. ISQUERDO, Aparecida Negri. Em busca de um modelo de dicionário onomástico-toponímico. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; FINATTO, Maria José Bocorny. *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Vol. IV. Campo Grande: Ed. UFMS; Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2010. p. 291-310.

CUNHA, Marlei. *Costa Rica: História e Genealogia*. Campo Grande: Fênix, 1992.

DARGEL, Ana Paula Tribesse Patrício. *Entre Buritis e Veredas: o desvendar da toponímia Bolsão Sul-mato-grossense*. 2003. 264 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2003.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. A Terminologia nas ciências onomásticas. Estudo de caso: o Projeto ATESP (Atlas Toponímico do Estado de São Paulo). In: ISQUERDO, Aparecida Negri; ALVES, Ieda Maria, (orgs.) *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. v. III. Campo Grande (MS): UFMS; São Paulo: Humanitas, 2007, p. 459-471.

_____. Fundamentos teóricos da Toponímia. Estudo de Caso: o Projeto ATEMIG – Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais (variante regional do Atlas Toponímico do Brasil). In: SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de (Org). *O léxico em estudo*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006, p. 91-117.

_____. Métodos e questões terminológicas na Onomástica: estudo de casos. *Investigações*. Linguísticas e Teoria Literária. Pernambuco: UFPE, v. 9, p. 119-148, março de 1999.

_____. Rede de conhecimento e campo lexical: hidrônimos e hidrotopônimos na onomástica brasileira. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; KRIEGER, Maria da Graça (Orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Vol. II. Campo Grande: Editora da UFMS, 2004, p. 121-130.

_____. *Toponímia e Antroponímia no Brasil*. Coletânea de estudos. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas/FFLCH/USP, 1992.

GOMARIS, Pancrácio Celdrán. *Diccionario de topónimos españoles y sus gentilicios*. Madrid: Editora Espasa Calpe, S.A., 2002.

HAENSCH, Günter, et al. *La Lexicografía: de la lingüística teórica a la lexicografía práctica*. (Org.). Madrid: Editorial Gredos, 1982.

HOUAISS, Antônio. *Diccionario eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

MACHADO, José Pedro. *Dicionário Onomástico etimológico da Língua Portuguesa*. Vol. 1, 2, 3. ed. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

LEITE DE VASCONCELOS, José. *Opúsculos*. Onomatologia. v. III. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931.

NUNES, José Horta. Dicionarização no Brasil. In: _____. *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanistas/FFLCH/USP: Pontes, 2002.

PARREIRA, Adriano. *Dicionário Glossográfico e Toponímico da documentação sobre Angola: séculos XV-XVII*. Lisboa: Editorial Estampa, 1990.

SAMPAIO, Theodoro. *O Tupi na geografia nacional*. Salvador: Secção Graphica da Escola de Aprendizes Artífices, 1928.

TIBIRIÇÁ, Luiz Caldas. *Dicionário de Topônimos Brasileiros de Origem Tupi*: Significado dos nomes geográficos de origem tupi. São Paulo: Traço Editora, 1985.

WELKER, Herbert Andréas. *Dicionários: uma pequena introdução à lexicografia*. 2. ed. Brasília: Thesaurus, 2004.



CONTINUUM TOPONÍMICO NA FRONTEIRA ENTRE MATO GROSSO DO SUL, GOIÁS E MINAS GERAIS: UM ESTUDO

Renato Rodrigues Pereira

INTRODUÇÃO

Os caminhos trilhados em um estudo toponímico precisam ser cuidadosamente delineados em função dos objetivos estabelecidos e das hipóteses formuladas. Quando determinadas orientações teórico-metodológicas de uma ciência são utilizadas para suprir as necessidades epistemológicas de outra, o pesquisador precisa focar sua análise nas possibilidades de adaptação. Em nossa pesquisa de Mestrado (PEREIRA, 2009), vinculada ao Projeto ATEMS¹, não foi diferente. Na metodologia que tem sido adotada pelo grupo desse projeto de pesquisa houve a necessidade de estabelecer interfaces entre fundamentos teórico-metodológicos da Toponímia, da Dialectologia e da Geolinguística para atender os objetivos estabelecidos.

A pesquisa toponímica da microrregião de Quirinópolis (GO) (PEREIRA, 2009)², para além de inventariar os topônimos a

¹ Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso do Sul.

² *A Toponímia de Goiás: em busca da descrição de nomes de lugares de municípios do Sul Goiano*, dissertação defendida no Mestrado em Estudos

partir de mapas oficiais do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística); classificá-los de acordo com as taxionomias propostas por Dick (1992); analisar as taxas mais produtivas na sua relação com condicionantes de natureza sócio-ambiental; resgatar o(s) estrato(s) linguístico(s) predominante(s) na toponímia da microrregião em estudo e descrever os topônimos do ponto de vista linguístico, enquanto signo de língua (estrutura formal, motivação semântica, etimologia...), teve como objetivo *verificar em que proporção a toponímia ultrapassa as fronteiras geográficas, marcando áreas toponímicas distintas ou semelhantes*. Para tanto, considerou as seguintes hipóteses: i) “a toponímia da microrregião de Quirinópolis incorpora características sócio-linguístico-culturais, históricas e geográficas da região a que pertence” e ii) “existência de possível isoglossa toponímica³ na região de fronteira de Goiás com Mato Grosso do Sul (Bolsão) e com Minas Gerais (Triângulo Mineiro)”. Para a busca de respostas para essas hipóteses foi realizado um estudo comparativo entre dados toponímicos analisados por Pereira (2009) e pelos projetos ATEMS⁴ e ATEMIG⁵ (2009).

A versão final da dissertação de Pereira (2009) foi organizada em duas partes. A primeira reúne a análise da toponímia rural da microrregião de Quirinópolis/Sul Goiano, em que foram analisados 932 nomes de acidentes físicos (rios, córregos, serras etc.) da microrregião selecionada, enquanto a segunda apresenta o resultado do estudo contrastivo realizado entre a toponímia da região de fronteira entre Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas Gerais.

de Linguagens, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Campo Grande/CCHS, em 2009, sob a orientação da Profa. Dra. Aparecida Negri Isquardo. Disponível em: <http://atems.ufms.br/wp-content/uploads/2016/09/Dissertac%CC%A7a%CC%83o-Renato-Rodrigues-Pereira.pdf>

³ Para a definição de *isoglossa toponímica*, buscamos subsídios teóricos na Dialetoleologia.

⁴ O estudo de Dargel (2003) foi pioneiro em termos de pesquisa toponímica na região do Bolsão Sul-mato-grossense, como pesquisa de Dissertação de Mestrado.

⁵ Atlas Toponímico do estado de Minas Gerais.

Neste artigo, apresentamos os resultados alcançados para as respostas referentes à segunda hipótese mencionada alhures, bem como o percurso metodológico adotado.

1. RELAÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA ENTRE A MICRORREGIÃO DE QUIRINÓPOLIS/GO, O BOLSÃO SUL-MATO-GROSSENSE/MS E O TRIÂNGULO MINEIRO/MG

A proximidade geográfica entre essas três regiões solidifica relações sociais, históricas, políticas, econômicas e linguísticas. No Anexo A deste trabalho (p. 231) a Figura 1 traz o mapa do universo pesquisado - microrregião de Quirinópolis e as regiões do Bolsão Sul-mato-grossense (MS) e do Triângulo Mineiro (MG).

A microrregião de Quirinópolis é composta por nove municípios – Lagoa Santa, Itajá, Itarumã, Caçu, Cachoeira Alta, Paranaiguara, São Simão, Quirinópolis e Gouvelândia. Essa região, além de manter as características gerais do Estado, no que se refere a aspectos sócio-linguístico-culturais, contribui sobremaneira para o crescimento econômico de Goiás. Situada ao sudoeste do estado de Goiás faz divisa com Minas Gerais, ao sudeste, e Mato Grosso do Sul, ao sudoeste. Os municípios da microrregião de Quirinópolis foram colonizados por paulistas e por mineiros, especialmente.

O Bolsão Sul-mato-grossense, a seu turno, é o nome regional⁶ de uma faixa de território localizada ao nordeste de Mato Grosso do Sul, fronteira com os estados de Goiás, de Minas Gerais, de Mato Grosso e de São Paulo, que compreende 11 municípios: Cassilândia, Chapadão do Sul, Costa Rica, Paranaíba, Inocência, Três Lagoas, Brasilândia, Aparecida do Taboado, Santa Rita do Pardo, Água Clara e Selvíria. O povoamento da região do Bolsão iniciou-se por volta de 1828, com a chegada de

⁶ A região do Bolsão abriga três microrregiões administrativas do IBGE: Paranaíba, Cassilândia e Três Lagoas.

fazendeiros de Minas Gerais (DARGEL, 2003, p. 30). Nessa época, a região do Bolsão era habitada pelos índios Kayapó, assim como a microrregião de Quirinópolis e boa parte do Triângulo Mineiro. O processo de ocupação da região, segundo Isquerdo e Seabra (2008, p.01), é creditada à pecuária extensiva – “motivo econômico da ocupação da região do Bolsão no final do século XVIII (1751) e início do século XIX (1830)”. As autoras assinalam que essas datas registram a chegada de exploradores mineiros que posteriormente atraíram novos migrantes mineiros e paulistas para o espaço geográfico que, posteriormente, deu origem ao município de Paranaíba.

Dargel (2003, p. 32), por sua vez, esclarece que a região do Bolsão era muito isolada e, por isso, de difícil acesso, o que dificultava a comunicação com os municípios do próprio Estado. Era mais fácil viajar, por exemplo, de Cassilândia (MS) para Goiás e para São Paulo do que para Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul.

Na região do Triângulo Mineiro foram considerados os dez municípios localizados na região de fronteira, além de ter sido observado o equilíbrio entre o número de municípios tomados como universo de estudo: Carneirinho, Limeira, União de Minas, Iturama, São Francisco de Sales, Campina Verde, Gurinhatã, Santa Vitória, Ipiaçu e Ituiutaba⁷.

A região do Triângulo Mineiro era conhecida como *Sertões da Farinha Podre*. Há duas versões para esse antigo nome, conforme Coutinho (2009): a do historiador Antônio Borges Sampaio, segundo o qual esse nome teria se originado do hábito de viajantes de deixar sacolas de farinha, dependuradas em árvores ou escondidas em locais diversos, nas proximidades da estrada por onde passavam, e a do também historiador Gabriel Toti que atribui esse

⁷ Os dados do Triângulo Mineiro integram o Banco de Dados do Projeto ATEMIG que foram disponibilizados pela coordenadora do projeto, Profa. Dra. Maria Cândida Trindade Costa de Seabra, para o estudo de Pereira (2009).

nome ao fato de viajantes que se instalaram nessa região serem de famílias oriundas de uma região de Portugal, denominada Farinha Podre.

O primeiro núcleo populacional, na região do Triângulo Mineiro, se formou em um local chamado Tabuleiro, às margens do Rio das Velhas, onde se fixavam “aventureiros que iam para Goiás ou de lá regressavam” (DIEGUES JÚNIOR, 1960, p. 287). Segundo Isquerdo e Seabra (2008, p. 01), o povoamento da região do Triângulo Mineiro iniciou-se no segundo quartel do século XVIII, “quando, com o escasseamento das minas do Campo das Vertentes, de Ouro Preto e Sabará, o interesse dos bandeirantes recaiu sobre as terras do Triângulo”. Porém, o desenvolvimento dessa região mineira aconteceu por volta do século XIX, em decorrência da ocupação dessa faixa de território com a consequente instalação das primeiras fazendas, pelo sistema de sesmarias que exigia do então proprietário a fertilização da terra para fins de produção.

Diegues Júnior (1960, p. 286), por sua vez, assinala que, do ponto de vista cultural, essa região mineira “liga-se a esta região Centro-Oeste, ou de particular ao desenvolvimento da área de mineração goiana, a atividade de criatório desenvolvida na zona hoje chamada Triângulo Mineiro”. Na sua proposta de divisão do Brasil em regiões culturais, o autor insere essa área de Minas Gerais à região cultural Centro-Oeste, espaço geográfico onde se situam os estados de Mato Grosso do Sul e de Minas Gerais. Nesse sentido, Seabra (2008, p. 1951) assinala que, embora sendo uma região pertencente ao estado de Minas Gerais, há características que particularizam o Triângulo, destacando-a das demais regiões do estado. As bandeiras paulistas que desbravaram a região do Triângulo, por exemplo, passavam pelas minas de Goiás antes de adentrarem o território das “Gerais”. Segundo Diegues Junior (1960, p. 286), o território do Triângulo Mineiro “era trânsito forçado para os sertões goianos, e nele passava a Estrada de Anhanguera, conhecida depois como Estrada de Goiás”.

Esses dados de natureza histórico-geográfica demonstram que muitos condicionantes ambientais, sociais e históricos justi-

ficam a proximidade entre a microrregião de Quirinópolis, a região do Bolsão Sul-mato-grossense e parte do Triângulo Mineiro.

Assim como Seabra (2008, p. 1951) assinala que o Triângulo particulariza-se dentre as demais regiões do Estado de Minas Gerais, e Dargel (2003, p. 32) esclarece que “a região do *Bolsão* era realmente uma área isolada e possui características diversas das outras regiões de Mato Grosso do Sul”, pontuamos que a microrregião de Quirinópolis também possui particularidades que a diferenciam das demais regiões de Goiás, sobretudo no que diz respeito à proximidade linguístico-cultural com os estados vizinhos.

Para a realização do estudo contrastivo entre os dados das regiões mencionadas, além dos parâmetros teórico-metodológicos da Toponímia, foi necessário buscar respaldo na Dialetoлогия. A interface entre essas duas áreas de conhecimento é abordada na sequência deste texto.

2. A IMPORTÂNCIA DA TOPONÍMIA E DA DIALETOLÓGIA PARA OS ESTUDOS DO LÉXICO EM REGIÕES DE FRONTEIRA

O estudo da toponímia de uma região se reveste de importância também por evidenciar no topônimo marcas da história, dos grupos étnicos formadores do espaço geográfico, enredando, assim, aspectos da memória do processo de dominação cultural e social de um povo. A esse respeito, Dick (2008, p. 217) argumenta que a toponímia preserva fatos culturais em uma determinada área geográfica, funcionando, assim, “como formas conservadoras da memória do núcleo que se faz presente nos estágios denominativos, de diversas origens e causas”. Nesse contexto, a mesma autora destaca a influência do léxico tupi na toponímia:

Como reflexo de uma economia mista, deixou uma gama variada de contribuições linguísticas ao português, que preservou, nos vocábulos fossilizados, as características de uma realidade ambiental diversificada ou de múltiplos domínios de experiência (DICK, 1992, p. 1).

De acordo com essa pesquisadora, o topônimo, muitas vezes, atua como um verdadeiro *fóssil linguístico*⁸ que, por sua vez, preserva a identidade de um povo, bem como suas características sócio-linguístico-culturais. Por meio do estudo do topônimo, é possível verificar traços linguísticos de um determinado território manifestados pelo léxico regional, à medida que considera “não só as tendências normalizadoras da língua padrão como a presença de minorias étnicas ainda participativas ou, mesmo, como dado documental extintas” (DICK, 2008, p. 215).

Historicamente a disciplina Toponímia no Brasil era vinculada à cadeira de Etnografia e Língua Tupi dos cursos de História e Geografia da Universidade de São Paulo, que tinha como principal veículo de disseminação o Boletim do Instituto Histórico e Geográfico. Os estudos dialetológicos, por seu turno, tiveram como berço os Departamentos de Letras ou de Linguística de várias Instituições de Ensino Superior, tendo como defensores dialetólogos, linguistas e filólogos de diversas regiões do País (AGUILERA, 2006, p. 132-133). Na atualidade, esses dois ramos da Linguística alçaram a autonomia merecida dada a sua importância para os estudos linguísticos, particularmente os relacionados ao léxico. O alargamento da perspectiva de trabalho da Toponímia tem contribuído para melhor delimitar o seu campo de abrangência em termos de pesquisa linguística, definindo, inclusive, linhas territoriais de disseminação de determinado fenômeno toponímico, a exemplo das isoléxicas que podem ocorrer com relação ao léxico comum. Nesse contexto, Dick (2007, p. 464) esclarece que a Toponímia, ao utilizar o método da Geografia Linguística, tem como propósito:

[...] conhecer as áreas de extensão ou os pontos principais de dispersão dos fatos linguísticos relativos às línguas faladas no território, ou aos seus resíduos lexicais, presentes nos nomes, principalmente aqueles resultantes de

⁸ *Fóssil linguístico* foi uma expressão tomada por Dick ao geógrafo francês Jean Brunet, que o considerava como um “fóssil da geografia humana” (DICK, 1992, p. 20).

modelos extintos como ocorre com os grupos indígenas brasileiros já desaparecidos.

O exame dos princípios teórico-metodológicos da Toponímia e da Dialetoлогия permite a confirmação de que essas duas áreas da Linguística em muito se completam. A diferença básica entre as duas recai, sobretudo, na natureza do *corpus*, pois a construção de um atlas linguístico pauta-se em fontes oriundas da língua oral coloquial/popular, mais especificamente, a língua falada em um determinado território, que é coletada da maneira o mais informal possível. Já um atlas toponímico centra-se nos nomes de lugares – córregos, rios, ilhas, ruas, praças, vielas, entre outros – de determinada localidade, registrados em folhas ou mapas topográficos oficiais da região em estudo. Nesse contexto, Dick (1996, p. 2389) esclarece que

Os atlas Toponímicos nascem à luz dos princípios que comandam a organização dos atlas linguísticos ou linguístico-etnográficos, voltados para as ocorrências fonéticas, morfológicas, sintáticas, semânticas e etnográficas da língua falada em um determinado território. Dentro desse contexto de estudo e de configurações, a Toponímia não se identifica como um organismo estranho ou isolado; ao contrário, é uma resultante dos meios de expressão comuns e assimila deles, dos seus vocábulos, ou o próprio uso vocabular, a sua substância de conteúdo. Estudar, portanto, a codificação onomástica, cartograficamente, é penetrar nos meandros do sistema da linguagem, de que é extensão particularizadora ou referencial.

Uma característica que aproxima as duas disciplinas é o traço interdisciplinar, uma vez que, dada a natureza dos dados analisados, ambas buscam suporte teórico-metodológico também em disciplinas como a História, a Geografia, a Cartografia, a Estatística, a Etnolinguística, as Línguas Indígenas, dentre outras. Uma pesquisa em Toponímia ou em Dialetoлогия que não se sustenta nesses ramos da ciência linguística resulta em um trabalho fragmentado e incompleto (AGUILERA, 2006, p. 142).

Essa inter-relação entre a Geolinguística e a Toponímia já fora defendida por Dauzat (1928) que preconizava o estabelecimento das camadas dialetais, com reflexos na língua falada na região estudada. O pesquisador francês propunha o remapeamento da divisão municipal de acordo com as camadas dialetais presentes na língua padrão.

Reportando-nos a contribuições da Dialectologia para a descrição do português do Brasil, importa lembrar a contribuição de Nascentes (1953) em termos de divisão dialetal para o português do brasileiro. O autor propôs seis subfalares com base na sua experiência como dialetólogo: “hoje que já realizei o meu ardente desejo de percorrer todo o Brasil, do Oiapoc ao Xuí, de Recife a Cuiabá, fiz nova divisão que não considero nem posso considerar definitiva, mas sim um tanto próxima da verdade” (NASCENTES, 1953, p. 24). A proposta é de base estritamente linguística, como bem assinala Mota (2006, p. 326-351): “fatos linguísticos identificadores da divisão em falares do Norte e falares do Sul”:

Os subfalares do Norte são dois: o amazônico, que abranje o Acre, o Amazonas, o Pará e a parte de Goiás que vai da foz do Aiqui à serra do Estrondo, e o nordestino, que compreende os Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e a parte de Goiás que vai da serra do Estrondo à nascente do Parnaíba. Os subfalares do Sul são quatro: o baiano, intermediário entre os dois grupos, abrangendo Sergipe, Bahia, Minas (Norte, Nordeste e Noroeste), Goiás (parte que vem da *Nascente do Paranaíba*⁹, seguindo pelas serras dos Javaés, dos *Xavantes*, do Faba e do Pilar até a cidade de Pilar, Rio das Almas, Pirenópolis, Santa Luzia e Arrepíditos); o fluminense, abrangendo o Espírito Santo, o Estado do Rio, o Distrito Federal, Minas (Mata e parte do Leste); o mineiro (*Centro Oeste e parte do Leste de Minas Gerais*); o sulista, compreendendo São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas (Sul e

⁹ Essa parte abrange os limites entre os estados de Minas Gerais, de Goiás e de Mato Grosso do Sul.

Triângulo), *Goiás (Sul) e Mato Grosso* (NASCENTES, 1953, p. 20-25 (Grifos nossos)

Como é sabido, as fronteiras políticas são distintas das linguísticas. As características fonéticas e lexicais, por exemplo, ultrapassam as divisões políticas que foram estabelecidas ao longo da história, levando em consideração questões políticas, econômicas, dentre outras. À demarcação de características linguísticas de uma área geográfica, dá-se o nome de isoglossa termo que, segundo Ferreira e Cardoso (1994, p. 12-13), corresponde a uma linha virtual que marca o limite, também virtual, de formas e expressões linguísticas. Esclarecem ainda que, quanto à natureza dos fatos linguísticos analisados, uma isoglossa poder ser *isoléxica* → lexical; *isófono* → fônica e *isomorfa* → morfológica e sintática.

Partindo desse conceito de *isoglossa*, Dargel (2003), na conclusão da sua pesquisa, levantou a hipótese da presença de uma possível isoglossa toponímica na região de fronteira dos estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, em virtude de ter percebido nos dados da região do Bolsão uma significativa incidência de topônimos formados pelo processo de derivação com sufixos diminutivos. Dargel inicialmente aventou a hipótese de os acidentes nomeados com essas formas diminutivas estarem relacionados a outros de porte maior nas imediações do lugar nomeado. Porém, comprovou, por meio de análise dos mapas oficiais do IBGE, que não havia relação entre a dimensão dos dois acidentes, uma vez que se tratava de acidentes geográficos distantes entre si. Na oportunidade, a pesquisadora recorreu ao resgate histórico da região para esclarecer que:

[...] todos os municípios do BSM¹⁰ pertenceram ao de Paranaíba e que os últimos a serem desmembrados deste município foram Cassilândia, Chapadão do Sul e Inocência. Chapadão não foi desmembrado diretamente de Paranaíba, pois pertencia ao município de Cassilândia,

¹⁰ Bolsão Sul-mato-grossense (BSM).

que se limita com os estados de Goiás e de Minas Gerais, sem esquecermos o município de Costa Rica que se limita com os estados de Mato Grosso e de Goiás. Observando-se a localização da grande quantidade de topônimos com derivação diminutiva, percebe-se a maior incidência desse tipo de ocorrência nessa área, o que nos leva a crer que estudos mais amplos poderiam apontar a presença de uma possível “isoglossa toponímica”, abrangendo a região pesquisada e as partes de Minas Gerais, de Goiás e de Mato Grosso que se limitam com esses municípios (DARGEL, 2003, p. 231-232).

Assim, as constatações de Dargel (2003) parecem apontar para um *continuum* na toponímia das três regiões mencionadas.

Nessa direção, Seabra (2008, p.1951), com base em dados do Projeto ATEMIG (Atlas Toponímico de Minas Gerais), relativos aos 853 municípios do Estado de Minas Gerais, ao referir-se aos dados do Triângulo Mineiro, informa que essa área geográfica “tem sua singularidade, destacando-se de todas as demais regiões do estado, uma vez que nela predominam taxas de motivação física”. Assim, levantou a seguinte questão: “Será que a língua portuguesa falada nessa região (Triângulo Mineiro) não teria, também, características mais próximas com o falar do Centro-Oeste brasileiro?”.

Isquerdo e Seabra (2008), por sua vez, em estudo sobre a toponímia na fronteira de Minas Gerais com Mato Grosso do Sul, também discutiram a noção de isoglossas (demarcações virtuais da manifestação de determinado fenômeno linguístico) e sua possível aplicação aos nomes próprios de lugares. Para tanto, verificaram se a produtividade de determinados topônimos e/ou de processos de formação toponímica ultrapassam as fronteiras geográficas marcando áreas toponímicas distintas com base em dados de dois atlas toponímicos em desenvolvimento – ATEMS e ATEMIG – quanto à classificação taxionômica, língua de origem e estrutura morfológica dos topônimos. Comparando os dados das duas regiões examinadas, as pesquisadoras confirmaram a presença de algumas similaridades toponímicas, haja vista que

identificaram um grande contingente de topônimos que são produtivos ao longo dessa faixa de fronteira.

Pereira (2009) dá continuidade ao estudo da toponímia nessa área de fronteira, analisando dados também de Goiás (microrregião de Quirinópolis), buscando resposta para a hipótese da “existência de possível isoglossa toponímica na região de fronteira de Goiás com Mato Grosso do Sul (Bolsão) e com Minas Gerais (Triângulo Mineiro)”, já mencionada neste trabalho. Para tanto, teve como objetivo *verificar em que proporção a toponímia ultrapassa as fronteiras geográficas, marcando áreas toponímicas distintas*. O tópico subsequente discute essa questão.

3. INTERFACES ENTRE A TOPONÍMIA DA MICRORREGIÃO DE QUIRINÓPOLIS, DO BOLSÃO SUL-MATO-GROSSENSE E DO TRIÂNGULO MINEIRO

O estudo contrastivo entre a toponímia dos acidentes físicos dos municípios dessas três regiões considerou três perspectivas de análise: i) exame das cinco taxionomias mais produtivas em cada região, com vistas a detectar a motivação toponímica predominantemente no universo examinado; ii) verificação da questão da língua de origem da toponímia das três regiões, buscando identificar os estratos linguísticos predominantes na nomenclatura dos municípios fronteiriços em estudo e iii) análise dos topônimos formados com o sufixo diminutivo em cada região, por tratar-se de um tipo de formação toponímica produtiva em Quirinópolis e no Bolsão Sul-mato-grossense, área colonizada, sobretudo, por mineiros.

3.1 Taxionomias toponímicas mais produtivas nas fronteiras de Goiás, de Mato Grosso do Sul e de Minas Gerais

A análise dos dados quanto à motivação (taxe toponímica) evidenciou uma “proximidade toponímica” entre as três regiões,

uma vez que houve a predominância das taxes de natureza física nos três espaços geográficos examinados e, mais ainda, praticamente as mesmas taxes foram produtivas no universo estudado. A Tabela 1 reúne as cinco taxes mais produtivas nas três regiões de fronteira interestadual examinadas:

Tabela 1: Distribuição quantitativa das cinco taxionomias mais produtivas nas regiões investigadas

Quirinópolis		Bolsão		Triângulo Mineiro	
Taxionomia	Total	Taxionomia	Total	Taxionomia	Total
Fitotopônimos	160	Fitotopônimos	205	Fitotopônimos	170
Hidrotopônimos	155	Zootopônimos	197	Zootopônimos	121
Zootopônimos	115	Hidrotopônimos	186	Hidrotopônimos	84
Antropotopônimos	86	Antropotopônimos	111	Geomorfotopônimos	83
Litotopônimos	62	Litotopônimos	104	Ergotopônimos	69

Fonte: Pereira (2009, p. 161).

Observa-se que, assim como na microrregião de Quirinópolis, as taxionomias de maior produtividade nos municípios do Bolsão Sul-mato-grossense foram os fitotopônimos, os zootopônimos, os hidrotopônimos, os antropotopônimos e os litotopônimos. No Triângulo Mineiro também os fitotopônimos, os zootopônimos e os hidrotopônimos alçaram as três primeiras colocações e se diferenciaram de Goiás e de Mato Grosso do Sul, no que se refere às taxes que atingiram a quarta e a quinta colocações, prevalecendo, nesse caso, os geomorfotopônimos e os ergotopônimos.

Nota-se, também, que apenas uma taxionomia de natureza antropocultural situa-se entre as mais produtivas em cada região focalizada: em Quirinópolis e no Bolsão: antropotopônimos; no Triângulo: ergotopônimos. Assim, a cultura material (expressa por meio de ergotopônimos) foi a mais valorizada na região do

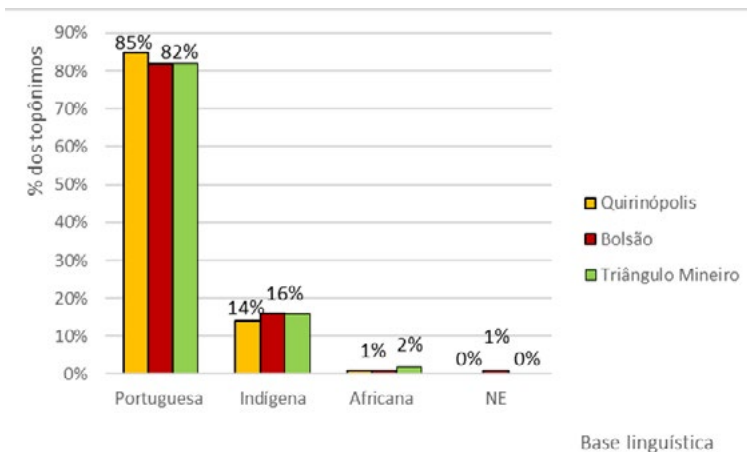
Triângulo, entre as categorias de natureza antropocultural, com denominações como *Córrego do Tamboril*, *Córrego do Bebedouro*, *Córrego Pá Quebrada*, *Córrego do Jaleco*, *Ribeirão Parafuso*. Ao contrário, na região de Quirinópolis e do Bolsão a homenagem a pessoas da localidade transparece entre os antropotopônimos. Na primeira foram registrados topônimos como *Córrego Augustinho*, *Córrego do Bernardo*, *Córrego do João Maria*, *Córrego do Lucas*, *Córrego Manuel José*, enquanto na segunda foram identificados antropotopônimos como *Córrego do Gonzaga*, *Córrego José Inácio*, *Córrego Barbosa*, *Córrego da Generosa*, *Córrego do Braz*. No que se refere às taxionomias de natureza física, destaca-se a ocorrência de geomorfotopônimos na região do Triângulo, fato justificado pelas próprias características físico-geográficas do estado de Minas Gerais que possui uma área repleta de morros e montanhas. Arbex Jr. e Olic (1996, p. 19) assinalam que a região montanhosa é característica da porção leste de Minas Gerais e todo Leste e grande parte do Centro-Oeste de São Paulo, o que justifica a motivação para a considerável recorrência geomorfotoponímica na toponímia mineira, tais como: *Córrego Baixada da Goiaba*, *Córrego das Furnas*, *Córrego da Grotta*, *Córrego do Pontal*, que, entre outros, exemplificam o exposto. Esse fato confirma a tendência dos diferentes povos de designar os lugares com nomes dos elementos físicos da natureza circundante, o que ratifica o fato de o meio ambiente exercer grande influência no processo de nomeação de lugares.

3.2 Estratos linguísticos na toponímia da fronteira entre Goiás, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais

A verificação da presença de estratos linguísticos distintos formadores de topônimos representa uma etapa fundamental em um estudo toponímico, em especial em estudo comparativo. É sabido que a origem linguística do topônimo pode revelar muito da história da comunidade e, por extensão, influência dos povos de diferentes culturas que habitam ou habitaram a

região. O Gráfico 1 informa em termos percentuais os estratos linguísticos presentes na toponímia das três regiões em estudo.

Gráfico 1: Distribuição percentual dos topônimos, segundo a base linguística, no universo pesquisado.



Fonte: Pereira (2009, p.163) . Editado por Luciene Gomes Freitas Marins.

Os dados apresentados nesse gráfico evidenciam a seguinte sequência, em termos de língua de origem dos topônimos: *Língua portuguesa* - Quirinópolis: 789 (85%); Bolsão: 1076 (82%); Triângulo: 771 (82%). *Língua indígena* - Quirinópolis: 131 (14%); Bolsão: 200 (16%); Triângulo: 148 (16%). *Língua africana* - Quirinópolis: 10 (1%); Bolsão: 13 (1%); Triângulo: 15 (2%). *NE* - Quirinópolis: 02; Bolsão: 11; Triângulo: 04.

Os dados do Gráfico 1 demonstram que a toponímia dos três universos investigados segue a tendência observada na toponímia brasileira, em geral, já demonstrada por outros estudos, a exemplo dos realizados no âmbito dos Projetos ATEMS, ATEMIG e ATESP¹¹, por exemplo, ou seja, o predomínio de topônimos de origem portuguesa, seguidos dos de origem indígena

¹¹ Projeto Atlas Toponímico do Estado de São Paulo, de autoria de Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick.

e africana. Essa tendência é recorrente e reflete a formação étnica do povo brasileiro: portugueses, indígenas e africanos.

Nesse particular, Dick (1992, p. 81) pondera que os grupos de procedência estrangeira só chegaram após a colonização brasileira. O convívio entre essas várias etnias deixou reflexos tanto na língua quanto na cultura do povo brasileiro. Desse modo, pelo fato de o topônimo se constituir como uma unidade da língua, um signo linguístico, não poderia, então, a toponímia brasileira de origem indígena permanecer indiferente à presença de outra língua, como a portuguesa, por exemplo. Nesse contexto, importa destacar que, quando os europeus chegaram ao Brasil, encontraram uma toponímia básica de origem indígena em parte incorporada à nova nomenclatura geográfica que passaria a se formar. Entretanto, nas zonas costeiras, por onde o colonizador viajou e, posteriormente, pelas zonas interioranas, esse quadro foi alterado, uma vez que, por desconhecimento da nomenclatura primitiva, o português passou a renomear os acidentes segundo os padrões culturais lusitanos da época. Exemplo disso é a presença de nomes de origem cristã, registrados nas cartas geográficas europeias que contêm o roteiro das expedições que viajaram pelo litoral brasileiro entre os anos de 1502 a 1509 (DICK, 1992, p. 313).

Frente ao exposto, não é de estranhar a superioridade numérica de nomes da língua portuguesa na nomenclatura geográfica brasileira e também nas três regiões aqui estudadas. Contudo, isso não exclui a significativa herança de nomes indígenas, principalmente do tupi, na toponímia brasileira em geral e nas regiões em foco neste trabalho.

Isso se estende também aos nomes de base africana, embora em menor proporção por razões históricas. Dos 10 topônimos de origem africana identificados na microrregião de Quirinópolis; dos 13 da região oriundos do Bolsão Sul-mato-grossense e dos 15 presentes nos municípios do Triângulo Mineiro, somente *Monjolo*, *Monjolinho* e *Marimbondo* nomeiam acidentes físico-geográficos das três regiões. Embora os outros topônimos ora de-

signem acidentes em duas regiões, ora topos de só uma delas, não denotam ausência nos três espaços geográficos analisados. Por exemplo: a unidade lexical *Angolinha*, variante de *angola*, que se configura como topônimo somente do Triângulo Mineiro, faz referência a uma ave que, segundo Ferreira (2004), é de origem africana e já aclimada em regiões de clima quente ou temperado, assim como nas microrregiões em estudo, pois é comum a criação dessas aves em fazendas das três regiões, quando não em quintais de casas de cidades interioranas.

Já a ocorrência do topônimo *Monjolo* nas três regiões pode decorrer da própria utilidade do objeto nomeado por essa unidade léxica, tradicional em fazendas que cultivam grãos que precisam ser socados no processo de fabricação de farinha. Na atualidade ainda há essa “máquina de socar grãos” em fazendas da região.

A presença do topônimo *Marimbondo*¹² no universo em estudo, por sua vez, decorre possivelmente da presença desse inseto nas três regiões, o que justifica a nomeação dos seguintes acidentes físicos com esse topônimo: *Córrego Marimbondo/GO*, *Córrego Marimbondo/MS*, *Córrego Marimbondo/MG*, *Serra dos Marimbondos/MG*.

Como pudemos observar, a presença de topônimos de origem africana foi a menos recorrente na toponímia das três regiões. Dick (1985, p. 24), posicionando-se sobre essa tendência na toponímia brasileira, argumenta que,

[...] se os topônimos indígenas são mais significativos em extensão, na proporção direta do próprio vocábulo transmitido, os africanos configuram-se menores, extensivamente. Porque o próprio contingente vocabular legado ao português é pequeno, cerca de trezentos termos mais ou menos, numa desproporção clara com o total de negros imigrados.

¹² *Marimbondo* – O termo é uma designação comum aos “insetos himenópteros, vespídeos” (FERREIRA, 2004).

Isso decorre da própria condição do escravo africano na sociedade colonial. Mesmo assim, não podemos desmerecer a contribuição dessa etnia na formação cultural brasileira, sobretudo em determinadas áreas como danças, comidas, vestimentas, religião. No plano linguístico, o léxico da língua portuguesa foi particularmente enriquecido e, por consequência, a toponímia também se beneficiou dos empréstimos lexicais oriundos de línguas africanas, por exemplo.

Os topônimos de base indígena, em termos de produtividade, foram superiores às designações de base africana. Dos topônimos de origem indígena catalogados nas três regiões em estudo, *Buriti* foi o mais produtivo. *Buriti* é palmeira típica do cerrado e motivou a nomeação de vários acidentes geográficos, confirmando-se como o topônimo de maior ocorrência em Goiás, em Mato Grosso do Sul e em Minas Gerais, conforme o demonstrado na Figura 2: Carta Toponímica III - Fitotopônimos com 1º lugar de ocorrência na fronteira do Sudoeste de Goiás (GO), com Mato Grosso do Sul (MS) e Minas Gerais (MG) (PEREIRA, 2009, p. 182) Cf. Anexo B deste trabalho (p. 232). Essa palmeira faz parte do cerrado, vegetação predominante do ecossistema das três regiões estudadas (ARBEX JR; OLIC, 1996, p. 14).

Dentre os topônimos de base indígena evidenciados na nomenclatura dos acidentes geográficos do universo analisado, destacaram-se ainda: Córrego *Indaiá*, Córrego *Guariroba*, Serra da *Guariroba*, Córrego *Jatobá*, Córrego *Pindaíba*, Serra da *Sucuri*, Córrego da *Sucuri*, Córrego da *Arara*, formados com nomes de plantas e de animais que também nomeiam acidentes físicos. O estudo contrastivo entre os topônimos de Quirinópolis, do Bolsão e do Triângulo demonstrou aspectos da tendência geral da toponímia nessas regiões, ou seja, percebe-se, claramente, a relevante superioridade de fitotopônimos e de zootopônimos nas três microrregiões, o que confirma as semelhanças toponímicas observadas nessa faixa de território.

O caráter descritivo de nomes de origem indígena já reconhecido por Sampaio (1987, p. 179) pode justificar a semelhan-

ça constatada. Também a posição de Sapir (1969, p.46), no que se refere à influência do ambiente no léxico, aplica-se ao caso: “não são especificamente a fauna ou os elementos topográficos da região que uma língua reflete, mas o interesse da nação nesses traços ambientais”. Dick (1992, p. 18), por seu turno, também já ratificou essa importância ao argumentar que o topônimo, como um signo linguístico, pertence ao léxico que, ao ser recuperado, passa a refletir de certa forma a própria mentalidade coletiva.

Assim, a significativa presença de topônimos de base tupi na toponímia da microrregião de Quirinópolis, do Bolsão e do Triângulo revela não só características toponímicas do espaço geográfico em estudo, como também a valorização desse espaço pelos pioneiros que ali fixaram residência.

3.3 Topônimos formados com sufixo diminutivo na toponímia da fronteira entre Goiás, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais

O estudo dos topônimos sob essa perspectiva demonstrou uma produtividade proporcional de nomes de lugares formados com palavras com sufixo diminutivo nas três regiões. Dos 932 topônimos da microrregião de Quirinópolis, 81 têm essa característica. No Bolsão Sul-mato-grossense, dos 1.341 topônimos, 107 contêm sufixo diminutivo. Já no Triângulo Mineiro, do total de 938 designativos, 83 são topônimos formados com esse tipo de sufixo.

Esses dados demonstram certo equilíbrio em termos de produtividade de topônimos com sufixo diminutivo nas três regiões, demonstrando que o designador pode ter utilizado esse recurso da língua com o objetivo de indicar o fator dimensão do acidente nomeado, ou até mesmo expressar seus sentimentos de afeto, desprezo ou ironia frente ao acidente nomeado.

Ao tratar da considerável produtividade de topônimos diminutivos na toponímia brasileira, Dick (1998, p. 86) assinala que esse processo de derivação é bastante recorrente “nas regiões

norte, nordeste e centro-oeste". No caso do Triângulo Mineiro, como já registrado, apresenta características similares ao Centro-Oeste brasileiro, não só em termos de vegetação, mas também do ponto de vista cultural, conforme demonstrado por Diégues Júnior (1960, p. 286). A toponímia aqui estudada ratifica a proximidade física, sociocultural e linguística entre esses espaços fronteiriços.

O topônimo, como revelador de aspectos sócio-linguístico-culturais de um povo, reflete os costumes, as crenças, as características físico-geográficas do espaço circundante, estados de ânimo eufórico e disfórico de um designador no ato do batismo de um lugar. Turunen (2009, p. 3008), por exemplo, esclarece que a formação de diminutivos por sufixação é um processo muito produtivo na língua portuguesa e que, geralmente, o sufixo diminutivo *-inho* evidencia uma grande variedade de valores semânticos e discursivos, além do valor puramente dimensional, a depender do contexto. De acordo com Mallheiros-Poulet (1986, *apud* TURUNEN, 2009, p. 3008), "o valor de origem, de diminutivo, vem sempre acompanhado por diferentes conotações, que só podem ser percebida através do contexto". Topônimos como córrego do *Ranchinho* (MS), *Córrego Matinha* (GO), *Córrego Pastinho* (MG) podem expressar, por exemplo, i) a subjetividade do designador ao externar seja a afetividade por um lugar, seja uma qualidade do referente; ii) a avaliação positiva ou negativa do objeto da nomeação e, iii) expressividade do responsável pela nomeação em diversos graus: mitigação, desprezo, crítica, ironia, etc, em relação ao ato de nomear.

Dargel (2003), ao discutir a questão da produtividade de topônimos diminutivos na região do Bolsão, aventou, primeiramente, a hipótese da relação desses designativos com outro espaço geográfico de menor tamanho, exemplo: um curso de água de extensão maior que deságua em outro acidente de extensão menor e que, por ventura, leva o mesmo nome, com o sufixo diminutivo. Entretanto, a autora refutou essa hipótese ao constatar a não relação entre os dois acidentes, pois, ao analisar as cartas

topográficas, percebeu que um acidente era bem distante do outro, além de possuírem tamanho similar.

No caso dos dados relativos à microrregião de Quirinópolis, foi realizado o mesmo trabalho de verificação, nas cartas topográficas, com o objetivo de verificar a questão da dimensão dos acidentes nomeados e foi constatado que o fator dimensão não justificava a considerável produtividade de ocorrências de topônimos formados com o sufixo diminutivo *-inho* na região em questão.

Já com relação aos dados do Triângulo Mineiro, como não tivemos acesso às cartas topográficas e sim aos dados já catalogados por integrantes do projeto ATEMIG, sob a coordenação da Professora Dra Maria Cândida Trindade Costa de Seabra, não pudemos apurar se, nessa região, o critério “dimensão” influenciou ou não o designador no ato de batismo de acidentes mineiros, embora acreditemos que a situação observada em Mato Grosso do Sul e em Goiás se confirmem nesse recorte toponímico, haja vista ser uma característica do falar mineiro o uso abundante de palavras no grau diminutivo.

Os dados aqui analisados demonstram, pois, que o fator dimensional, considerado tradicionalmente o significado básico dos diminutivos, não se configura como causa denominativa. A partir dos dados das três regiões examinadas, pudemos constatar que o sufixo diminutivo *-inho* de fato assume valores semânticos muito variados e que a sua interpretação está intimamente ligada ao contexto de enunciação, mais especificamente, ao momento que foi atribuído o nome ao lugar. Como este estudo não contemplou a pesquisa de campo, para o inventário dos topônimos, não foi possível apurar informações que permitissem novo tratamento aos dados. Sem falar que, mesmo que esse procedimento metodológico tivesse sido adotado, não seria possível esclarecer por completo essa questão, uma vez que muitos dos acidentes físicos foram nomeados há décadas. Além disso, a análise dos dados toponímicos, seguindo esses parâmetros, poderia

resultar em uma conclusão pouco objetiva acerca das causas nominativas.

Nesse contexto, é pertinente a posição de Martins (1986, *apud* EMÍLIO, 2003), no que se refere à distinção entre significado e sentido da palavra. A autora argumenta que o significado existente na palavra pertence ao léxico da língua, logo, o significado-base é uma parte necessária e importante da palavra, mas não é a única. O sentido depende de diversos aspectos, um deles intimamente ligado à intenção do falante e pode variar em diferentes momentos. Transferindo essa distinção para a toponímia, podemos admitir que, dependendo da intenção do denominador, o topônimo, no ato de batismo do lugar, pode receber significados variados, a depender da situação, do contexto enunciativo. Isso porque

[...] a palavra é um signo sonoro, que contém um núcleo significativo, que se atualiza e se completa pelo seu aparecimento em um conjunto de linguagem concreta. As palavras exprimem a realidade, justamente porque podem moldar o significado conforme a situação (MARTINS, 1986, *apud* EMÍLIO, 2003, p. 25).

O topônimo Córrego *Cachoeirinha*, identificado nas três regiões aqui estudadas, por exemplo, tanto poderia fazer referência à dimensão do acidente físico, quanto indicar a atitude do denominador, frente ao acidente, materializando no topônimo sentimentos como afetividade, admiração, que só seriam percebidos a partir de um contexto enunciativo.

Nas três áreas investigadas, foi identificada, inclusive, a presença de topônimos idênticos como *Barreirinho*, *Lageadinho*, *Retirinho*, *Fazendinha*, *Saltinho*, *Barrinha*, *Mateirinha*, *Cachoeirinha*, entre outros, na nomenclatura dos acidentes físicos dos municípios de Quirinópolis, do Bolsão Sul-mato-grossense e do Triângulo Mineiro. Provavelmente esses topônimos formados com o sufixo -inho tenham sido motivados pelo desejo do homem de expressar suas emoções e as suas intenções de modo espon-

tâneo, impulsivo, e não apenas como indicação de diminuição de tamanho – significado primário do sufixo -inho. Emílio (2003, p. 11), por exemplo, esclarece que, ao analisar o tratamento dispensado ao grau diminutivo nas gramáticas de Cunha (1983), de Bechara (1983) e de Lima (1992), percebeu a ausência de consenso quanto a considerar o grau diminutivo com um caso de flexão ou de derivação, embora todos sejam unânimes em admitir o fato de o diminutivo possuir características que ultrapassam o conceito de dimensão.

Frente ao exposto, podemos argumentar a favor da presença de uma *isoglossa toponímica* no universo estudado, no que se refere à estrutura formal dos topônimos formados com o sufixo diminutivo -inho. Aplicando a definição de *isoglossa* formulada por Ferreira e Cardoso (1994) aos dados toponímicos estudados, identificamos um feixe de *isoglossas toponímicas* que evidenciam semelhanças entre topônimos das três regiões apontando para um *continuum* que ultrapassa as fronteiras geográficas, seja em termos de motivação, seja no que diz respeito à estrutura do topônimo, no caso, a formação com o sufixo -inho identificar a distribuição geográfica dos dados toponímicos analisados.

Essas conclusões ratificam a posição de Dick (1976, p. 318) de que “... as ‘áreas culturais’ podem sugerir a formação de ‘áreas toponímicas’, em virtude da maior concentração de nome de uma mesma camada significativa em sua região”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face dos três aspectos aqui expostos, podemos considerar a hipótese da presença de *isoglossas toponímicas* no universo estudado, à medida que foi possível estabelecer áreas de realização de um mesmo fenômeno toponímico na região de fronteira entre Goiás, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, o que aponta para a presença de um provável *continuum* toponímico que transpõe os limites políticos e, a exemplo do que ocorre na língua

comum, pode sugerir a possibilidade de delimitação de isoglossas toponímicas.

Ademais, os dados oriundos dos três acervos léxico-toponímicos examinados por Pereira (2009) apontam para aspectos sócio-linguístico-culturais de Goiás, de Mato Grosso do Sul e de Minas Gerais, evidenciando, assim, traços da história dos povos que ali vivem ou viveram, bem como características geográficas da região de fronteira delimitada para a pesquisa.

REFERÊNCIAS

ARBEX Júnior, José; OLIC, Nelso Basic. *Rumo ao Centro-Oeste: o Brasil em regiões*. São Paulo: Moderna, 1996.

AGUILERA, Vanderci de Andrade. Dialectologia e Toponímia. In: MOTA, Jacyra Andrade; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino (Orgs). *Documentos 2: Projeto Atlas Lingüístico do Brasil*. Salvador: Quarteto, 2006. p. 159-146.

COUTINHO, Pedro dos Reis. Nomes antigos do Triângulo Mineiro. In: *Arquivo Público de Uberaba*. Disponível em: www.arquivopublicouberaba.com.br/uberaba_185.htm. Acesso em: 11 de julho de 2009.

DARGEL, Ana Paula Tribesse Patrício. *Entre buritis e veredas: o desvendar da toponímia do Bolsão Sul-mato-grossense*. 2003. 264 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2003.

DAUZAT, Albert. *Noms de lieux: origine et evolution*. Paris: Librairie Delagrave, 1928.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. A Terminologia nas ciências onomásticas. Estudo de caso: o Projeto ATESP (Atlas Toponímico do Estado de São Paulo). In: ISQUERDO, Aparecida Negri; ALVES, Ieda Maria, (Orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Vol. III. Campo Grande: Editora da UFMS; São Paulo: Humanitas, 2007, p. 459-471.

_____. Atlas toponímico: um estudo dialetológico. In: *Actas Del XI Congreso Internacional de la Asociación de Lingüística y Filología e la América Latina*. Tomo III. Servicio de Publicaciones de la Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, Librería Nogal, 1996, p. 2389-2396.

_____. A toponímia como meio de investigação lingüística e antropológico-cultural. In: ISQUERDO, Aparecida Negri, (Org.). *Estudos geolinguísticos e dialetais sobre o português: Brasil – Portugal*. Campo Grande: Editora UFMS, 2008, p. 215-231.

_____. O sistema onomástico: bases lexicais e terminológicas, produção e frequência. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires; ISQUERDO, Aparecida Negri (Orgs). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: Editora da UFMS, 1998, p. 70-90.

_____. O sistema toponímico brasileiro. In: *Separata da Revista Língua e Literatura*. São Paulo: ed. da USP, n. 5, p. 311-320, 1976.

_____. Toponímia africana no Brasil. *D. O. de Leitura*. São Paulo: USP, n. 4, p. 22-24, 1985.

_____. *Toponímia e Antroponímia no Brasil*. Coletânea de Estudos. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas/FFLCH/USP, 1992.

DIEGUES JÚNIOR, Manuel. *Regiões Culturais do Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1960.

EMILIO, Aline. Diminutivo X Grau normal: um fenômeno estilístico no enfoque da abordagem variacionista. *Revista da ABRALIN*, Curitiba, v. II, n. 1, p. 9-49, julho de 2003. Disponível em: http://www.abralin.org/revista/RV2N1/artigo1/RV2N1_art1.pdf. Acesso em: 27 de junho de 2009.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Eletrônico versão 5.0 – o dicionário de língua portuguesa – Século XXI*. Curitiba: Editora Positivo, 2004.

FERREIRA, Carlota; CARDOSO, Suzana Alice. *A Dialectologia no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.

ISQUERDO, Aparecida Negri; SEABRA, Maria Cândida. *História social e toponímia: um estudo na fronteira de Minas Gerais com Mato Grosso do Sul*. Disponível em: <http://www.mel.ileel.ufu.br/gtlex/xiiienanpoll/inicial.asp>. Acesso em: 30 de dezembro de 2008.

MOTA, Jacyra Andrade. Áreas dialetais brasileiras. In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; MOTA, Jacyra Andrade; MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. (Orgs). *Quinhentos anos de história lingüística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006, p. 319-358.

NASCENTES, Antenor. *O linguajar carioca*. 2 ed. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953.

PEREIRA, Renato Rodrigues. *A Toponímia de Goiás: em busca da descrição de nomes de lugares de municípios do Sul Goiano*. 2009. 204 p. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande-MS, 2009.

SAMPAIO, Theodoro. *O tupi na geografia nacional*. 5.ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília, DF: INL, 1987.

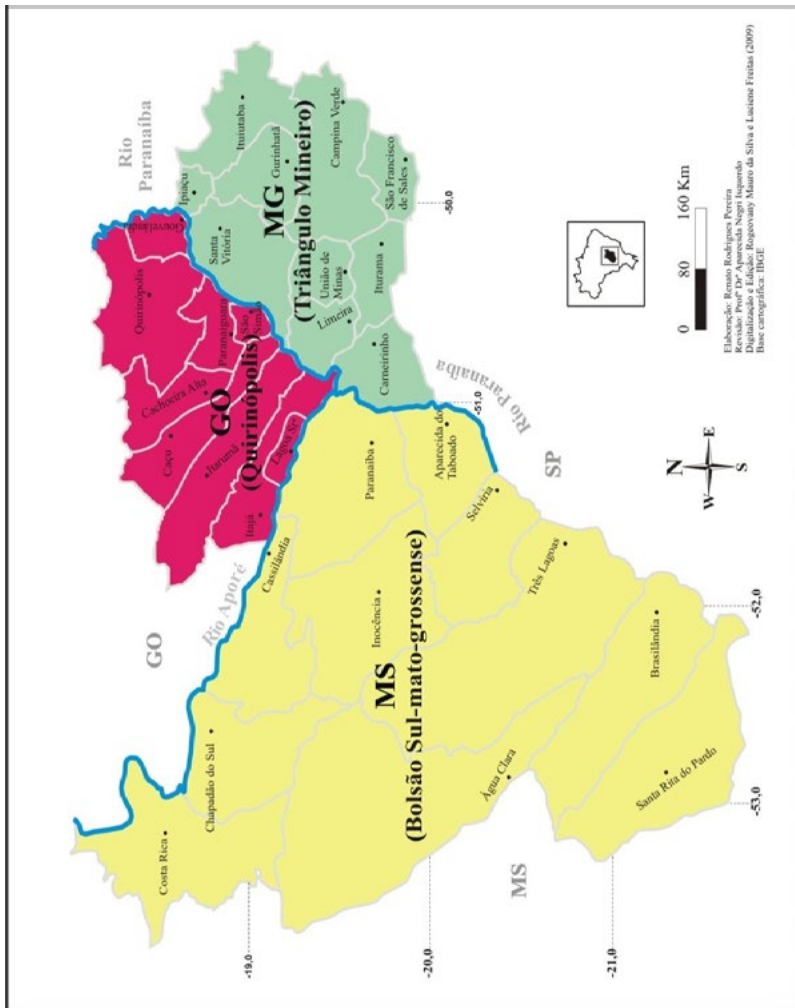
SAPIR, Edward. *A lingüística como ciência*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. ATEMIG – Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais: variante regional do Atlas Toponímico do Brasil. In: MAGALHÃES, José Sueli de; TRAVAGLIA, Luiz Carlos (ORGS). *Múltiplas Perspectivas em Linguística*. Uberlândia: EDUFU, 2008, p. 1950-1960.

TURUNEN, Virpi Johanna. *Diminutivo em português e em francês: um pouquinho é um petit peu*. Disponível em: http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_500.pdf. Acesso em: 27 de junho de 2009.

ANEXO A

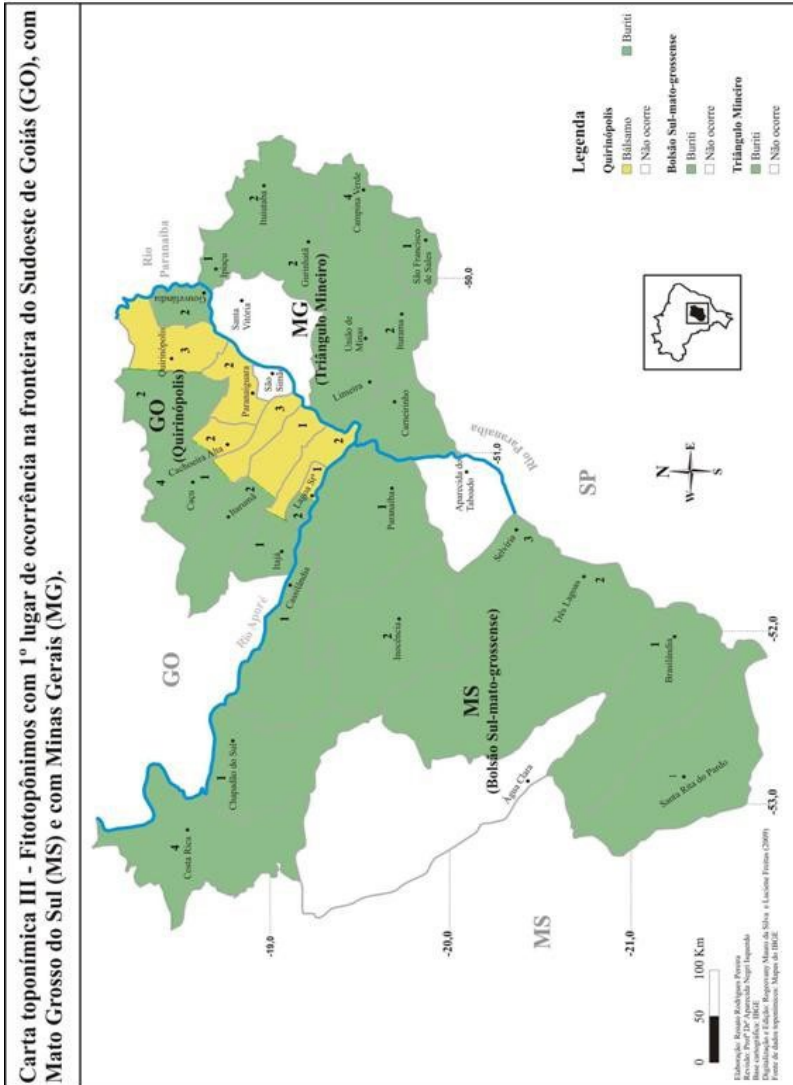
Figura 1: Mapa da microrregião de Quirinópolis, região do Bolsão Sul-mato-grossense e municípios do Triângulo Mineiro.



Fonte: Pereira (2009, p. 180)

ANEXO B

Figura 2: Carta Toponímica III - Fitotopônimos com 1º lugar de ocorrência na fronteira do Sudoeste de Goiás (GO), com Mato Grosso do Sul (MS) e Minas Gerais (MG).



Fonte: Pereira (2009, p. 182).



GLOSSÁRIO DE FITOTOPÔNIMOS SUL-MATO-GROSSENSES: QUESTÕES DE MACRO E DE MICROESTRUTURA

Suely Aparecida Cazarotto

INTRODUÇÃO

A língua acompanha de perto a evolução da sociedade e reflete, de certo modo, os padrões de comportamento que variam em função do tempo e do espaço. Inversamente, pode-se supor que certas atitudes sociais e manifestações do pensamento sejam influenciadas pelas características apresentadas pela língua falada na comunidade, à medida que a língua é um fato social que concretiza um modo particular de cada comunidade ver, interpretar e representar o mundo. O caráter social de uma língua favorece a veiculação de ideias e de experiências e a interação entre os indivíduos que estão inseridos numa sociedade. A língua é, ainda, instrumento de comunicação e interação comum a todos os membros da sociedade, o que possibilita a produção indefinida de mensagens. É a língua o instrumento próprio para descrever, conceitualizar e interpretar tanto a natureza quanto a experiência.

Em face das considerações apresentadas, depreende-se que a língua faz parte da história do homem e é expressa por pala-

avras que constituem o seu sistema lexical. Com isso, deve-se considerar que o sistema lexical de uma comunidade é um dos maiores responsáveis pela disseminação da história, da ideologia, das crenças acumuladas pelos indivíduos que formam essa comunidade. Quando se refere ao léxico de uma língua, Biderman (1998, p. 12) pondera que

O léxico de uma língua natural pode ser identificado como o patrimônio vocabular de uma comunidade linguística ao longo de sua história. Assim, para as línguas de civilização, esse patrimônio constitui um tesouro cultural abstrato, ou seja, uma herança de signos lexicais herdados e de uma série de modelos categoriais para gerar novas palavras.

Portanto, considera-se que os aspectos do mundo real de uma comunidade são refletidos nas palavras que constituem o sistema lexical da língua por ela falada. Logo, o estudo do léxico de uma língua é importante para o conhecimento da história da humanidade, daí a importância da Lexicologia, “uma ciência antiga e que tem como objetos básicos de estudo e análise a palavra, a categorização lexical e a estruturação do léxico” (BIDERMAN, 1998, p. 14) no estudo do sistema lexical das línguas. Essa mesma autora acrescenta que a Lexicologia configura-se como uma área de estudo que

[...] tem uma longa tradição na Linguística Românica. No final do século XIX e primeira metade do século XX algumas províncias dessa ciência tiveram muitos cultores que produziram trabalhos de grande prestígio, particularmente em três áreas: a) a semântica evolutiva ou histórica das palavras; b) o domínio conhecido como de “palavras e coisas”; c) a geografia linguística. Embora privilegiando diversos tipos de enfoques, essas três áreas sempre relacionaram o léxico à cultura (BIDERMAN, 1981, p. 131).

No entanto, não apenas a Lexicologia ocupa-se do estudo das palavras de uma língua, mas também a Lexicografia (que se dedica ao estudo e à elaboração de dicionários) e a Terminologia (que estuda os termos de natureza técnico-científica).

No contexto atual dos estudos lexicográficos, cada vez mais vêm sendo discutidas questões que tratam da relação entre os conhecimentos teóricos sobre o léxico e as práticas pedagógicas de ensino, no entanto, ainda em se tratando desse contexto, o estudo do léxico especial da língua, como o onomástico-toponímico ainda carece de maior atenção, em particular no que se refere ao tratamento lexicográfico. Este trabalho discute uma amostra dos resultados obtidos com a dissertação de Mestrado *Glossário de fitotopônimos¹ sul-mato-grossenses* (CAZAROTTO, 2010)², focalizando o caráter lexicográfico da proposta e compartilhando alguns resultados obtidos por meio da pesquisa que lhe deu origem.

1. A LEXICOGRAFIA EM PAUTA

A Lexicografia é a disciplina que se ocupa do estudo dos problemas teóricos e práticos relativos à produção de dicionários e é “uma atividade antiga e tradicional que teve início nos princípios dos tempos modernos” (BIDERMAN, 2001, p. 17). A finalidade de uma obra lexicográfica é, na percepção do usuário, a de, simplesmente, dirimir dúvidas a respeito de determinada palavra da língua: ortografia, gramática, regência, etimologia etc. e, também, prestar esclarecimentos sobre o significado de palavras pouco utilizadas. De acordo com Bevilacqua e Finatto (2006, p. 44-45), essa “visão” do dicionário como “fonte de soluções imediatas para determinadas dúvidas de uso da norma culta da língua” produziu – e fez prevalecer – a ideia de que um dicionário é uma lista de palavras, com determinadas informações sobre elas e, conseqüentemente, de elaboração relativamente fácil. Contudo,

¹ Os *fitotopônimos* são, de acordo com Dick (1992, p. 31), “topônimos de índole vegetal, espontânea, em sua individualidade, em conjuntos da mesma espécie ou de espécies diferentes, além de formações não espontâneas individuais ou em conjunto”.

² Dissertação defendida no Mestrado em Estudos de Linguagens, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/CCHS, em 2010, sob a orientação da Profa. Dra. Aparecida Negri Isquerdo. Disponível em: http://atems.ufms.br/wp-content/uploads/2016/09/Dissertac%CC%A7a%CC%83o_Suely-Cazarotto.pdf

[...] para além dessa percepção utilitária tão imediata, em que pese a complexidade das funções citadas, é relativamente fácil antever que um dicionário, em geral, supera a singela função de “tira-dúvidas”. Afinal, é também um repositório ou de registro de todo um patrimônio sociocultural configurado pela língua, de modo que oferece bem mais do que respostas simples para dúvidas de grafia ou de regência verbal. Mas, com certeza, esse “a mais” contido em um dicionário só será descoberto pelo consulente da obra, independentemente do seu tipo ou natureza, à medida que ele saiba reconhecer as diferentes nuances de informações oferecidas em um verbete. Esse reconhecimento, naturalmente, requer um bom aprendizado (BEVILACQUA; FINATTO, 2006, p. 45).

Nessa perspectiva, o labor lexicográfico é concebido como algo que requer, além de capacidades científicas “tão espetaculares como agudeza de espírito, fantasia, coerência e juízo crítico”, muitas outras virtudes discretas, como aquelas que animam os mais aplicados artífices, tais como “paciência, assiduidade, constância, precisão nos pormenores e, por último, mas não em ínfimo lugar, uma grande paixão de colecionador” (WEINRICH, 1979, *apud* BEVILACQUA; FINATTO, 2006, p. 45). Assim, a afirmação de que a Lexicografia é, *tão somente*, a “ciência” que trata da confecção de dicionários já não é mais aceita pelos estudiosos do léxico: lexicólogos, lexicógrafos ou terminólogos.

Ainda a respeito da conceituação da Lexicografia, Azorín Fernández (2003, p. 47) esclarece que,

Como en todo dominio aplicado, en el de la lexicografía confluyen muchos de los resultados y hallazgos procedentes de otros campos de investigación. Al ser el fin último de la lexicografía la producción de diccionarios, esto es, la confección de obras de consulta donde se describen los sentidos y usos de las palabras, no es extraño que sean, sobre todo, las diversas parcelas de los estudios lingüísticos las que contribuyan a crear ese espacio multidisciplinar donde trabaja la lexicografía.

A tese de que a Lexicografia é mais que elaboração de dicionários já fora defendido por Rey-Debove (1994, *apud* AZORÍN FERNÁNDEZ, 2003, p. 47-48) quando assinala a tripla originalidade da Lexicografia, que consiste em:

1. *synthetizar las investigaciones* que se llevan a cabo sobre todos los aspectos que conciernen al léxico. Grafías, pronunciación, etimología, propiedades sintácticas, morfológicas, semánticas, sociales, estilísticas etc.;
2. al ser una disciplina aplicada se halla *sometida al principio cuantitativo*, es decir, la descripción que hace el diccionario abarca la totalidad de una lengua, estado de lengua o variedad de esta;
3. por último, *produce obras de consulta* que deben permitir al lector comprender las palabras y emplearlas correctamente, esto es, obras cuyo discurso metalingüístico no desemboca en una teoría, sino sobre el lenguaje primario funcional de cada individuo.

No entanto, mesmo considerando a Lexicografia bem mais do que elaboração ou compilação de dicionários, essas são atividades que a ela compete e em nenhum momento ou lugar fugiu-se disso, ao contrário. Biderman (1998, p. 15), por exemplo, ao conceituar Lexicografia, sentenciou: “É a ciência dos dicionários”.

Ao tratar da produção lexicográfica brasileira, a mesma autora esclarece que “a nossa produção lexicográfica não fornece parâmetros seguros no tratamento da unidade lexical, e a identificação dos lemas pelos nossos dicionários é extremamente criticável, não podendo ser acatada em grande número de casos” (BIDERMAN, 1999, p. 90). E sequencia esse ponto de vista argumentando que a Lexicografia praticada no Brasil data de há muito tempo, mas sempre realizada com pouca ciência, e que, infelizmente, muitos dos nossos dicionários foram produzidos por pessoas apaixonadas pela língua, que não detinham nenhuma ciência para a confecção de dicionários. Em outra obra, a mesma autora já argumentara que “é muito recente, pelo menos entre nós, o advento de um fazer lexicográfico fundamentado numa

teoria lexical e com critérios científicos” (BIDERMAN, 1998, p. 15). Portanto, ainda que a passos lentos, deve-se acreditar que a Lexicografia brasileira direciona-se para um fazer lexicográfico apoiado em fundamentos, buscando produzir obras lexicográficas com a qualidade esperada.

1.1 Obras lexicográficas: tipologia e conceituação

A classificação das obras lexicográficas constitui-se numa tarefa árdua e não são poucos os problemas com os quais se esbarra quem se propõe à elaboração ou à classificação dessa categoria de obras, uma vez que esses problemas são tanto teórico-linguísticos quanto práticos. De acordo com Haensch (1982, p. 95), é “en la disciplina lingüística que constituye la lexicografía, se ha ido perfilando una serie de tipos parciales y especiales de labor lexicográfico”, e acrescenta ainda o autor que “varios autores han intentado establecer una clasificación más o menos rigurosa de los distintos tipos de obras lexicográficas”. Na realidade, é muito difícil realizar uma classificação de tipos de obras lexicográficas porque, em primeiro lugar, não só os critérios linguísticos, mas também os fatores históricos e culturais influenciam o nascimento e o desenvolvimento dos diversos tipos de obras dessa natureza; em segundo lugar, porque as obras lexicográficas existentes apresentam uma combinação de aspectos pertencentes a categorias de classificação totalmente diferentes. Do exposto, depreende-se que

[...] una caracterización de los diferentes tipos de obras lexicográficas que se pueden distinguir de hecho ha de partir, primero, de la historia de la lexicografía, en segundo lugar, de los trabajos lexicográficos existentes y, en grado menor, de criterios teórico-lingüísticos (HAENSCH, 1982, p. 96).

Já Souto e Pascual (2003, p. 55) esclarecem que os lexicógrafos geraram, ao longo dos séculos, uma infinidade de obras lexicográficas com títulos diversos, como *dicionário*, *vocabulário*, *tesouro*, *léxico* etc., porém, a experiência e o contato com outras do

gênero fê-los perceber que um mesmo tipo de repertório (um inventário de regionalismos, um catálogo de termos técnicos etc.) poderia ser rotulado com, no mínimo, dois ou três desses títulos supracitados. Tratando ainda da precisão terminológica referente ao(s) título(s), os mesmos autores (2003, p. 55) esclarecem que, se o termo dicionário tem atuado como um hiperônimo de todos os subgêneros e produtos lexicográficos, também, e em mesmo grau, existe o fato de obras como vocabulários e glossários não possuírem uma precisão concernente à sua classificação.

Obras lexicográficas como dicionários, glossários e vocabulários possuem, entre si, uma diferença ténue e, geralmente, são consideradas de uma tipologia ou outra pela sua extensão, conforme esclarece Haensch (1982, p. 127): “Un criterio externo de clasificación de las obras lexicográficas, que tiene cierta importancia práctica, es su formato y extensión y, condicionados por hechos, el número de entradas que contiene”. Ou seja, de acordo com a finalidade à qual se destina a obra é que se dará a sua classificação, pois o percurso histórico da Lexicografia demonstra que a criação dos diferentes tipos de produtos lexicográficos, bem como as denominações que lhes foram atribuídas, “fueron condicionadas por la evolución sociocultural, incluso por modas y gustos, más que por criterios teórico-lingüísticos” (HAENSCH, 1982, p. 127).

Com isso, o mais indicado para distinguir os diferentes tipos de obras lexicográficas é analisar as suas características, “aplicando una serie de criterios de orden práctico en cada caso individual” (HAENSCH, 1982, p. 126), em vez de atribuir-lhes um nome estereotipado, incapaz de refletir as características distintas de cada uma delas.

Esse mesmo autor elenca vários tipos de obras lexicográficas e esclarece que os diferentes modos de ser de uma língua, bem como os diferentes aspectos de descrição linguística, são critérios linguísticos fundamentais para se realizar uma tipificação dessas obras. Nesse sentido, Souto e Pascual (2003, p. 57) também argumentam que

[...] la realidad cotidiana del manejo y la consulta de los diccionarios coexiste con la dificultad de formular una definición satisfactoria, integradora y rigurosa de estos repertorios; su heterogeneidad, los variados objetivos con que se elaboran las diversas necesidades a que atienden y sus distintos soportes, explican, entre otros factores, las múltiples definiciones que acompañan al término diccionario.

Com base no exposto, vale considerar que o dicionário é, de fato, uma compilação de palavras de uma língua, normalmente dispostas por ordem alfabética e com a respectiva significação e/ou a sua versão em outra língua, no entanto, “deve ser visto em sua realidade, como um produto linguístico, como um fenômeno verbal complexo e não somente como o resultado da aplicação dos métodos lexicográficos” (LARA, 2004, p. 135). Além de que o dicionário possui classificações em harmonia com objetivos e finalidades didáticas com as quais se compromete abranger, o que muito se deve a uma constante necessidade de atender os diversificados níveis e áreas de conhecimento, resultando na minuciosa classificação dos diferentes dicionários na atualidade disponíveis no mercado, pois é sabido que cada obra tem sua organização e suas finalidades específicas e, para seu melhor aproveitamento, é importante que o consulente adquira as habilidades de manuseio e tenha algum conhecimento a respeito da sua composição, uma vez que “um dicionário é constituído de entradas lexicais, ou lemas que ora se reportam a um termo da língua, ora a um referente do universo extralinguístico” (BIDERMAN, 1998, p. 16).

Embora as informações sobre a língua em seu conjunto sejam objeto dos dicionários gerais de palavras e enciclopédicos, vários dicionários especializados podem trazer enfoque linguístico (dicionários de sinônimos, analógicos, etimológicos) ou enciclopédico (dicionários de psicologia, de informática, de cinema ou de literatura). Como tratamos, neste estudo, de um módulo lexicográfico de cunho onomástico, traçamos, a seguir, algumas considerações sobre esse tipo de obra.

1.1.1 Os dicionários onomástico-toponímicos

Antes de discutir as características dos dicionários onomástico-toponímicos, cabe ratificar que o “batismo” de pessoas e lugares – quando a esses são aplicados nomes que lhes particularizarão dentre os demais elementos de suas espécies – reflete a visão de mundo de determinado grupo, seus valores, suas crenças, ideologias, tradições, enfim, aspectos que singularizam a sociedade, o meio onde esse grupo se encontra. Desse modo, estudar os nomes próprios é apropriar-se de dados que podem esclarecer aspectos da história política, econômica, social e cultural de uma sociedade. Portanto, um *dicionário onomástico* trata dos nomes próprios, diferentemente dos dicionários de uso da língua geral, cujo foco é o léxico da língua comum.

Ao considerar a relação entre vocabulário comum e nomes próprios, Dick (1999, *apud* ISQUERDO; CASTIGLIONI, 2008, p. 293-294) esclarece que,

[...] embora sendo formas aplicadas em um campo específico do conhecimento (onomástica), os nomes próprios compartilham das modificações estruturais dos demais lexemas e comportam a mesma categorização dos fenômenos comuns ao sistema lexical. Mas porque se referem à experiência de outros domínios, como suportes de um organismo estruturado, sujeitam-se a reformulações conceituais, não apenas intra-código como extra-código. Nesse âmbito é que se revela, de modo mais explícito, a forma pela qual o grupo gerador do designativo manifesta o seu entendimento sobre a percepção real e a qualidade do dado percebido [...].

Os dicionários onomásticos, incluídos geralmente na categoria dos dicionários de especialidade, contribuem para perpetuar aspectos sociais, históricos e culturais de um povo. No entanto, a despeito de sua importância para o registro dos nomes próprios de pessoas e de lugares, não têm sido objeto frequente de investigação por parte de pesquisadores que se dedicam ao estudo do léxico. Em sua maioria, os dicionários onomásticos existentes não

foram elaborados por especialista na área do léxico, mas sim “foram produzidos por filólogos, estudiosos de línguas indígenas e, não raras vezes, por curiosos [...]” (ISQUERDO; CASTIGLIONI, 2008, p. 291). Esclarecem as mesmas autoras que a produção de dicionários gerais e de uso – monolíngues e bilíngues – é de longa tradição e, mais recentemente, as obras lexicográficas de natureza terminológica abundam entre as pesquisas na área de especialidades, mas os dicionários onomásticos “continuam carecendo do olhar dos lexicógrafos” (p. 291-292). Isso significa que a produção dessas obras ocorre em mínima escala e evidencia uma lacuna a ser preenchida no referencial das produções lexicográficas.

Referindo-se às obras lexicográficas de caráter onomástico, Welker (2004, p. 35-54) defende que os nomes próprios deveriam constar tanto em dicionários como em enciclopédias, mesmo que as informações sejam diferentes em uma obra e outra. Por sua vez, Malkiel (1962) elabora uma classificação que não fornece tipos nitidamente separados, “aponta para os dicionários dos nomes próprios o critério de abrangência, que também abriga dados enciclopédicos e comentários, além das definições propriamente ditas” (ISQUERDO; CASTIGLIONI, 2008, p. 300).

Em se tratando de dicionários de topônimos, convém salientar que esse difere dos dicionários gerais da língua, uma vez que suas entradas configuram-se como signos linguísticos provenientes de dicionários de uso comum que foram alçados à categoria de topônimos e, portanto, enriquecidos pela funcionalidade de seu emprego, dado que adquiriram uma nova dimensão e o que antes era considerado arbitrário, em termos de língua, após a utilização para o batismo de um lugar, torna-se essencialmente motivado (DICK, 1992, p. 12). Ainda há de se considerar que “o registro da possível motivação de um topônimo é uma das informações que mais caracteriza e diferencia a microestrutura de um verbete de um dicionário toponímico da de um dicionário geral da língua” (ISQUERDO; CASTIGLIONI, 2008, p. 301).

Além disso, o dicionário de topônimos tem como consulentes não só interessados em conhecer o significado das palavras,

mas também pesquisadores da Antropologia, da Etnologia, da História, da Geografia etc.

Reportamo-nos, na sequência, mais atentamente ao *Glossário de fitotopônimos sul-mato-grossenses* (CAZAROTTO, 2010), de caráter onomástico/toponímico, com destaque para o percurso metodológico adotado e para uma amostra dos resultados obtidos.

2. GLOSSÁRIO DE FITOTOPÔNIMOS SUL-MATO-GROSSESES: CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

2.1 A constituição do *corpus*

O *corpus* que subsidiou a elaboração do *Glossário* foi extraído do Banco de Dados do Projeto ATEMS – Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso do Sul, que em 2010 reunia 1.017³ fitotopônimos extraídos de mapas oficiais do IBGE, escalas 1:250.000 e 1:100.000, relativos aos 78⁴ municípios de Mato Grosso do Sul.

A etapa inicial da pesquisa consistiu na revisão das informações sobre os designativos elencados e, quando necessário, foram realizados os devidos ajustes e/ou complementações. Nessa etapa do trabalho, foram analisadas as informações acerca

³ O relatório gerado em 18/03/2010 registrou os 1.017 fitotopônimos que constituiu o *corpus* da pesquisa. Contemporaneamente esse montante pode ter sofrido alterações, uma vez que o Sistema de Dados do Projeto ATEMS tem sido realimentado regularmente.

⁴ À época da pesquisa, o Estado de Mato Grosso do Sul era composto por 78 municípios. No dia 3 de outubro de 2009 foi criado o município de *Paraíso das Águas*, no entanto, “as eleições chegaram a ser marcadas para março de 2010, mas foram suspensas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O órgão determinou que a escolha do prefeito e vereadores fosse realizada nas eleições municipais de 2012. O presidente do TSE-MS, Josué de Oliveira, disse que a preocupação agora é com a formação do município, pois a partir da eleição do prefeito e dos vereadores, começam as atividades de fato.” Informações disponíveis em <http://paraisodasaguas.ms.gov.br/cidade/historia> 23/10/2014.

da taxionomia (motivação semântica), da estrutura morfológica e, sobretudo, da etimologia dos topônimos, em virtude de ser essa informação a base para a classificação de um topônimo, em termos taxionômicos, neste caso, nomes direta ou indiretamente relacionados a elementos da flora (fitotopônimos). Logo, as informações sobre a “origem linguística” e o “significado” do item lexical que deu origem ao topônimo foram fundamentais para a classificação dos topônimos em destaque. Para tanto, foram consultadas várias obras, dentre as quais dicionários gerais da língua, dicionários regionais, dicionários de língua indígena e dicionários/obras de botânica, a saber:

- *Dicionário da terra da gente do Brasil* (SOUZA, 1961).
- *Toponímia Brasileira* (CARDOSO, 1961).
- *Dicionário das plantas úteis do Brasil e das exóticas cultivadas* (CORRÊA, 1984).
- *Dicionário Tupi-Português: com esboço de gramática do Tupi Antigo* (TIBIRIÇÁ, 1984).
- *Dicionário de plantas úteis do Brasil* (CRUZ, 1985).
- *O tupi na geografia nacional* (SAMPAIO, 1987).
- *Dicionário da língua portuguesa* (NASCENTES, 1988).
- *Dicionário Guarani-Português* (TIBIRIÇÁ, 1989).
- *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa* (CUNHA, 1997).
- *Dicionário Castellano-Guarani. Guarani Castellano: sintático, fraseológico y Ideológico* (GUASCH; ORTIZ, 1998).
- *Árvores brasileiras: manual de identificação e cultivo das plantas arbóreas do Brasil* (LORENZI, 2002).
- *Palmeiras brasileiras e exóticas cultivadas* (LORENZI et al, 2004).
- *Dicionário Aurélio Eletrônico – Século XXI* (FERREIRA, 2004).
- *Vocabulário Básico de Recursos Naturais e Meio Ambiente* (IBGE, 2004).
- *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa* (HOUAISS, 2007).
- *Dicionário Guarani-Português/Português-Guarani* (ASSIS,

2008).
 - *Vocabulário tupi-guarani-português* (BUENO, 2008).

Como os dados do ATEMS contemplam a toponímia de todo o estado de Mato Grosso do Sul, havia muitos topônimos repetidos por designarem acidentes geográficos em diferentes municípios do Estado, alguns deles nomeando o mesmo referente – rios, córregos que cortam diferentes municípios. Nesses casos, o fitotopônimo foi registrado em uma única entrada na nomenclatura do *Glossário*, com a informação acerca de todas as localidades onde se encontram os elementos geográficos por ele denominado. São eles: *Acurizal (do)*, *Aguapeí*, *Amambaí*, *Angelim*, *Angico*, *Aroeira*, *Arroz*, *Arrozal*, *Árvore Grande*, *Bacuri*, *Baguaçu*, *Bálsamo*, *Bambu*, *Bananal*, *Bananeira (da)*, *Barbatimão*, *Bocaiúva*, *Bocajá*, *Buriti*, *Buriti (do)*, *Buritizinho*, *Caarapó*, *Cabaça*, *Cabaça (da)*, *Caeté*, *Café*, *Café (do)*, *Cafezal*, *Cana Brava*, *Candiúba*, *Canela Preta*, *Caninana*, *Capão*, *Capão Alto*, *Capão Bonito*, *Capão Redondo*, *Capão Seco*, *Capim*, *Capim (do)*, *Capim Branco*, *Capi-y*, *Capoeira*, *Caraguatá*, *Carandá*, *Cedro*, *Cedro (do)*, *Cipó*, *Congonha*, *Coqueiro*, *Curuhaí*, *Curupaí*, *Erova (da)*, *Esteio (do)*, *Figueira*, *Figueira (da)*, *Figueirão*, *Frutal*, *Gameleira*, *Geriva*, *Goiabal*, *Gordura*, *Guanandi*, *Guariroba*, *Guavirá*, *Imbiruçu*, *Indaiá*, *Indaiá (do)*, *Indaiá Grande*, *Indaiazinho*, *Ingá*, *Inhame (do)*, *Jaraguá*, *Jataí*, *Jatobá*, *Jatobazinho*, *Jenipapo*, *Jeribá*, *Juqueri*, *Laranja*, *Laranja Doce*, *Laranjai*, *Laranjai (do)*, *Laranjal*, *Laranja Lima*, *Laranjeira*, *Laranjeiras*, *Limão*, *Limeira*, *Limeira (da)*, *Limoeiro*, *Lixa*, *Macaúba*, *Manga*, *Mangaba*, *Mangabal*, *Mangava*, *Mangue*, *Mangueira*, *Margarida*, *Marmelada*, *Mata (da)*, *Matão*, *Mateira*, *Mateira (da)*, *Mateirinha*, *Matinha*, *Mato*, *Melancia*, *Melancia (da)*, *Membeca*, *Mimoso*, *Nhuatim*, *Pacova*, *Palha (da)*, *Palma*, *Palmeira*, *Palmital*, *Palmito*, *Pasto Ruim (do)*, *Pau-Terra*, *Peroba*, *Peroba (da)*, *Perobão*, *Pimenta (da)*, *Pindaíba*, *Pindaíva*, *Pindaivinha*, *Pindó*, *Pinheiro (do)*, *Piqui*, *Pirizal*, *Piripucu*, *Piripucu-Açu*, *Pitangueira*, *Piúva*, *Porongo*, *Quebracho*, *Ramada*, *Ramalhete*, *Samambaia*, *Sapé*, *Sapé (do)*, *Sucupira*, *Tabaco*, *Taboca*, *Tabocas (das)*, *Taboco*, *Taboquinha*, *Taquara*, *Taquaraçu*, *Taquaral*, *Taquari*, *Taquarizinho*, *Taquaruçu*, *Taquarussu*, *Tarumã*, *Tataré*, *Tatarém*, *Tuna*, *Urucum* e *Urumbeba*.

À época em que os dados foram coletados o Sistema de Dados do Projeto ATEMS encontrava-se em fase de revisão e, por isso, alguns nomes inicialmente definidos como fitotopônimos foram revistos quanto à taxionomia. Em síntese, desconsiderados os nomes repetidos e eliminados os que sofreram alteração em termos de classificação, o *corpus* foi composto pelos 439 fitotopônimos que passaram a integrar a nomenclatura do *Glossário*.

2.2 A nomenclatura do Glossário

De acordo com Haensch (1982, p. 106), um glossário é um “repertório de palavras, em muchos casos de términos técnicos (monolíngüe o plurilíngüe), que no pretende ser exhaustivo [...]”, então, considerando essa posição teórica, entendeu-se que a tipologia *glossário* seria a que melhor se aplicaria à proposta de trabalho. Na sequência deste estudo, detalhamos as características do Glossário em pauta.

2.2.1 A macroestrutura

Como já assinalado, a macroestrutura do *Glossário* reúne 439 fitotopônimos organizados em ordem alfabética, sendo a palavra-entrada destacada em negrito e com apenas a letra inicial maiúscula. Todos os fitotopônimos, cuja origem foi identificada, receberam tratamento lexicográfico e, no caso de topônimos que nomearam acidentes distintos, foram registrados na mesma entrada, com a informação sobre todos os tipos de acidentes nomeados e respectivas localizações, como no exemplo⁵ a seguir:

Capão Alto

AH – povoado em Rio Verde de Mato Grosso; AF – uma cabeceira em Bandeirantes, um córrego em Dourados, um

⁵ Cabe destacar que o exemplo ilustra apenas o comportamento do verbete quando o topônimo nomear vários acidentes geográficos, de diferentes tipos e em localidades distintas. A estrutura completa do verbete será informada no item 2.2.2 “Microestrutura do glossário”.

córrego em Inocência, uma cabeceira em Nova Alvorada do Sul e dois córregos em Rio Brillante.

2.2.2 A microestrutura

Um dicionário de topônimos é classificado como do tipo *especial* e diferencia-se dos de uso geral, principalmente no que refere à microestrutura, ou seja, um dicionário de topônimos apresenta elementos, tais como o tipo de acidente (córrego, rio, vale, cidade, vila, distrito etc) nomeado pelo topônimo que figura na entrada do verbete, a taxionomia toponímica, a estrutura morfológica do nome, a etimologia dos elementos formadores e o significado do item do léxico da língua elevado à categoria de topônimo, com base no registro em obras lexicográficas gerais da língua ou em dicionários/glossários de especialidades.

Concernente à microestrutura do *Glossário*, assinala-se que a estrutura dos verbetes reúne informações sistemáticas (obrigatórias em todos os verbetes) e não-sistemáticas (informações não-obrigatórias). As primeiras contemplam os seguintes elementos na estrutura do verbete: entrada; origem linguística; estrutura morfológica; tipo de acidente e taxionomia toponímica; localização geográfica do acidente nomeado e a definição da unidade lexical elevada à categoria de topônimo, considerando a definição do item lexical que lhe deu origem, com base em informações registradas em dicionários de botânica. Já as informações não-sistemáticas reúnem, quando disponíveis e/ou necessários, os seguintes itens: nota, variante e remissiva. Tanto as informações sistemáticas quanto as não-sistemáticas podem ser observadas nos modelos de verbetes a seguir apresentados.

2.2.2.1 Entrada (topônimo)

O verbete reproduz a forma como o topônimo é registrado nos mapas oficiais do IBGE, grafado com inicial maiúscula e destacado em negrito.

2.2.2.2 Origem linguística

A origem linguística dos fitotopônimos, identificada com base na consulta dos dicionários anteriormente citados neste estudo, aparece, entre colchetes, imediatamente após a entrada (português, guarani, tupi, tupi+português, guarani+português etc.), na mesma linha horizontal. Quando não foi possível recuperar a origem linguística do topônimo, por falta de registro nos dicionários utilizados como fonte na pesquisa, o campo *origem linguística* foi preenchido com a informação *origem incerta*, como é o caso do topônimo *Tabaco*, que tem a significação definida, mas a origem incerta. De acordo com Ferreira (2004):

Tabaco: (De origem incerta). Grande erva, molemente tomentosa, da família das solanáceas (*Nicotiana tabacum*), de origem sul-americana, de folhas amplas, oblongas, acuminadas e macias, flores vistosas, tubulosas e róseas, e que possui nicotina, razão por que a infusão das folhas serve para matar parasitos. Dessecadas, as folhas constituem o fumo ou tabaco.

2.2.2.3 Estrutura morfológica

A estrutura morfológica dos topônimos considera a estrutura formal do sintagma toponímico (simples, simples híbrido, composto ou composto híbrido). É registrada entre colchetes, juntamente com o campo “origem linguística” e separada desse campo por ponto e vírgula, como nos exemplos:

Figueira [português; simples]

Cafeporã [português+guarani; composto híbrido]

Mata Assombrada, da [português; composto]

Landizinho [tupi+português; simples híbrido]

2.2.2.4 Tipo e categoria do acidente geográfico

Nesse item são relacionados os tipos de acidentes físicos: rios, córregos, cachoeiras, morros etc. (AF), ou humanos: vilas, distritos, aldeias, povoados etc. (AH), e a categoria do acidente geográ-

fico individualizado pelo topônimo (rio, córrego, cachoeira, caverna, vazante, morro, riacho, município, distrito, vila, povoado etc.). Essa informação é apresentada no corpo da definição. Exemplos⁶:

Bocajá

[...] dois AH: uma vila em Douradina e uma em Laguna Caarapã; e de três AF: um córrego em Caracol, um em Iguatemi e um em Juti.

Jaraguá

[...] um AH: uma vila em Terenos; e cinco AF: um córrego em Bandeirantes, um em Corguinho, um em Dois Irmãos do Buriti, um em Jaraguari e um em Terenos.

2.2.2.5 Localização geográfica do acidente nomeado

Todos os municípios onde estão localizados os topônimos são referenciados, de acordo como consta no Sistema de Dados do Projeto ATEMS, após a indicação do tipo e da categoria do acidente.

2.2.2.6 Definição

O item lexical elevado à categoria de topônimo é definido com base nos dicionários de plantas e, quando não identificado em dicionários especializados, são utilizadas as definições disponíveis em dicionários gerais da língua portuguesa. No caso de estratos linguísticos indígenas, a definição do termo pauta-se nos registros encontrados nos dicionários de língua indígena utilizados na pesquisa. Os termos de outras origens linguísticas têm sua definição verificada em dicionários etimológicos ou em dicionário de uso geral da língua que traz o item etimologia em sua estrutura.⁷

⁶ Destaque-se que os exemplos ilustram apenas o comportamento do verbete quando da categorização dos acidentes geográficos.

⁷ Os dicionários utilizados na pesquisa foram anteriormente listados (p. 244-245).

A definição é redigida com o objetivo de ser compreendida por leitores não-especializados e demonstrar ao consultante a relação havida entre o item lexical utilizado como topônimo e o acidente geográfico.

2.2.2.7 Variantes

São consideradas variantes toponímicas os topônimos com registros ortográficos distintos, que foram grafados em itálico/negrito após a apresentação do significado do item lexical que deu origem ao topônimo (ou após o significado do item lexical em língua indígena, quando ocorrer). Havendo mais de uma variante para um verbete, essas foram separadas por ponto e vírgula. Cada variante teve uma entrada específica com todas as informações pertinentes, como pode ser observado nos exemplos⁸:

Babaçu [tupi; simples]

Variantes: *Baguaçu*; *Babuaçu*

Babuaçu [tupi; simples]

Variantes: *Babaçu*; *Baguaçu*

Baguaçu [tupi; simples]

Variantes: *Babaçu*; *Babuaçu*

2.2.2.8 Remissiva

As remissivas são marcadas pela sigla Cf. (*conferir*), grafadas em itálico imediatamente após a(s) variante(s), quando houver, e fazem referências a outros verbetes do *Glossário* que evidenciam relações semânticas e/ou formais com o fitotopônimo que encabeça o verbete. Exemplos:

Babaçu [tupi; simples]

Cf. *Baguaçu*; *Baguaçuzinho*; *Babuaçu*

⁸ Os exemplos fornecidos neste item ilustram apenas o comportamento do(s) topônimo(s) que apresenta(m) variante(s).

Babuaçu [tupi; simples]

Cf. *Babaçu*; *Baguaçu*; *Baguaçuzinho*

Baguaçu [tupi; simples]

Cf. *Babaçu*; *Babuaçu*; *Baguaçuzinho*

2.2.2.9 Nota

Esse campo contém, quando localizadas, informações adicionais de caráter enciclopédico sobre o topônimo, que buscam complementar a definição do termo, ou seja, as notas enciclopédicas proporcionam ao consulente um maior esclarecimento sobre o item lexical que deu origem ao topônimo.

2.3 Modelos de verbete

A seguir, são apresentados alguns modelos de verbetes extraídos do *Glossário de fitotopônimos sul-mato-grossenses*, buscando evidenciar as informações sistemáticas e assistemáticas contempladas pela sua nomenclatura.

Babaçu [tupi; simples]

Nome de um AF: um córrego em Alcinoópolis. Espécie vegetal da família das palmáceas, tem espique alto (nos indivíduos seculares até mais ou menos 20 m), sendo cortado por 15-20 folhas planas, penipartidas, muito aproximadas, de mais de 9 m de comprimento, amarelo-estriadas, branco-tomentosas enquanto novas; flores dispostas em espadices (4-6) ramosos com pedúnculos de 1 m e protegidos por espatas lanceoladas, sendo a interior ferrugíneo-tomentosa; fruto drupa oblonga, ferrugíneo-vilosa, de tamanho variável, até 15 cm de diâmetro longitudinal, encerrando 3-4 sementes (amêndoas) (CORRÊA, 1984). “*Babassú* – De *ibabassú*, fruto grande, coco” (BUENO, 2008). Variantes: *Baguaçu*; *Babuaçu*. Cf. *Baguaçu*; *Baguaçuzinho*; *Babuaçu*.

Nota: Essa é, certamente, uma das palmeiras mais importantes da flora brasileira e essa importância resulta

principalmente dos frutos e das sementes produzidas por ela. É planta social que cobre enormes extensões, desde a Amazônia até a Bahia e Mato Grosso; calcula-se que cada indivíduo produz pelo menos 2.000 frutos anualmente, não sendo raro que produza até mais que o dobro, dependendo da vitalidade da árvore. O seu melhor aproveitamento vem sendo feito desde 1913, exportando-se consideráveis quantidades e havendo cada vez maior procura do artigo. Entre as espécies do gênero, e mesmo entre as palmeiras nacionais, é essa a que dá frutos maiores. O lenho é utilizado para esteios e ripas e as folhas, pecíolos e espatas constituem bom material para cobertura das cabanas. O nome vulgar adotado, corruptela de nome indígena, é o mais disseminado em todo o País. Tem como sinônimos os seguintes nomes: *Aguassú, Auassú, Baguassú, Bauassú, Coco de Macaco, Coco de Palmeira, Coco Nayá, Coco Pindoba, Guaguassú, Oauassú, Palha Branca, Uáuássú* (CORRÊA, 1984) (CAZAROTTO, 2010, p. 165).

Buriti ⁹[tupi; simples]

Nome de dois AH: um povoado em Coxim e uma aldeia em Dois Irmãos do Buriti; e de trinta e cinco AF: um córrego em Água Clara, um em Alcinópolis, um em Anastácio, um em Antônio João, dois em Anaurilândia, um em Bandeirantes, dois em Bataguassu, um em Brasilândia, um córrego e uma cabeceira em Campo Grande, um córrego em Cassilândia, um em Corguinho, três em Costa Rica, três em Dois Irmãos do Buriti, um em Guia Lopes da Laguna, dois em Nioaque, uma cabeceira em Nova Alvorada do Sul, um córrego em Paranaíba, um córrego e dois morros em Ribas do Rio Pardo, um em Santa Rita do Pardo, um em São Gabriel do Oeste, três em Selvíria e dois em Três Lagoas. Espécie vegetal, *Mauritia Vinifera*, Martius, da família das palmáceas, o buriti, ou buritizeiro, é a palmeira mais alta do Brasil, destacando-se pela sua altura como também por sua imponência e elegância. Mede de 45 a 50 m de alto por cerca de 50 cm de circunferência, ostentando, na parte superior, um belo e

⁹ Segundo a pesquisa de Cazarotto (2010), o fitotopônimo *Buriti* é o mais produtivo na toponímia sul-mato-grossense (42), seguido por Taquarussu (26), Mimoso (22), Pindaíba (21) e Sapé (19).

vistoso leque formado de folhas de 5 m de comprimento, às vezes mais, por 3 a 4 m de largura; fruto amarelado de forma elíptica, escamoso, contendo polpa avermelhada e sementes um tanto ovais e comestíveis. A madeira do caule é de pouco peso e fornece uma fécula nutritiva e, como tal, tradicionalmente aproveitada como alimento em nosso País. O caule produz igualmente um líquido adocicado com o qual, desde muito tempo, se fabrica uma bebida de agradável paladar e por isso bastante apreciada, denominada *vinho de buriti*. Essa planta ainda produz uma espécie de palmito de excelente sabor e que substitui vantajosamente o verdadeiro palmito. A polpa do fruto é aproveitada para doces e compotas. Esse é, sem dúvida, um dos mais preciosos e úteis vegetais que compõem a nossa diversificada flora (CRUZ, 1985). “*Burity*, corr. *Mbiriti*, árvore que emite líquido; a palmeira. Alt. *Murity*, *Mirity*, *Mority*” (SAMPAIO, 1987, p. 171). Cf. *Buriti (1)*; *Buriti (2)*; *Buriti, do*; *Buriti de Baixo*; *Buriti de \Cima*; *Buriti do Cervo*; *Buriti Preto*; *Buriti Vermelho*; *Buritizal*; *Buritizal, do*; *Buritizinho*.

Nota: Corrêa (1984) registra que a palmeira buriti se desenvolve isolada ou socialmente em pequenos grupos, de preferência nos terrenos pantanosos, justificando o nome *palmeira dos brejos*, e a sua presença no alto das serras indica com absoluta segurança a existência de fontes de água ali. O lenho do espique é leve e esponjoso, utilizado pelos sertanejos para fazerem as talas necessárias para a colheita do látex das Seringueiras. Ainda o espique, bem como os espadices (estes antes de desabrocharem as flores) fornecem, por incisão, um líquido adocicado e de cor rósea, contendo cerca de 50% de glicose, o qual é agradável e refrigerante e, por vezes, saciou a sede dos soldados brasileiros durante a guerra com o Paraguai. As folhas servem para a cobertura de ranchos, sendo que dessas se extraem fibras resistentes com as quais se fazem esteiras, redes e cordoalha. É conhecido também por: *Carandá-Guassú*, *Carandahy-Guassu*, *Coqueiro Burity*, *Mority*, *Murity* (CAZAROTTO, 2010, p. 174-175).

Figueirinha, da [português; simples]

Nome de um AF: uma ilha em Corumbá. Espécie de árvore de pequeno porte, de casca lisa, cinzenta, e folhas

lobadas, nativa da Ásia Menor e cultivada, desde a mais remota Antiguidade, pela infrutescência, o figo, verde ou arroxeadado, com polpa doce e avermelhada, mundialmente consumido fresco, seco, em calda, cristalizado ou em doces; *figueira-comum*, *figueira-da-europa*, *figueira-de-baco*, *figueira-de-portugal*, *figueira-do-reino*, *figueira-mansa* (HOUAISS, 2007). Cf. *Figueira*; *Figueira, da*; *Figueirão*.

Nota: Corrêa (1984) registra o item lexical figueirinha como espécie vegetal acaule que fornece raiz tônica, excitante e febrífuga, usada também para aromatizar o tabaco ou fumo (CORRÊA, 1984) (CAZAROTTO, 2010, p. 218-219).

Guavirái [guarani; composto]

Nome de um AF: uma cabeceira em Amambai. Nome de quatro AF: um córrego em Aral Moreira, um em Iguatemi, um em Itaquirá e um em Navirái. “*Guavira* – (subst.) (bot.) (*Campomanesia*) a guavira é um arbusto silvestre da família das Mirtáceas, cresce nos campos e pastagens. No Mato Grosso do Sul há as espécies *Campomanesia adamantinum* e *Campomanesia pubescens*” (ASSIS, 2008). Cf. *Guavirá*, *Guaivira*, *Guarvira*; *Guaviral*.

Nota: Designativo formado por *Guavira* mais o radical *í*, “água, rio, líquido [...]” (BUENO, 2008), significando, literalmente, “rio da Guavira”. Assis (2008) registra, ainda sobre guavira, “*guavirami/guavira* – *Campomanesia adamantinum*, planta adstringente, antidiarréica, relaxante, serve para aliviar dores musculares, através de banhos de imersão” (CAZAROTTO, 2010, p. 227).

Indaiá do Sul [tupi+português; composto híbrido]

Nome de um AF: um córrego em Cassilândia. Espécie de palmeira de origem brasileira, de pequeno porte. O seu fruto é fibroso, apresenta-se em cachos e dentro dele se encontram três compartimentos onde se alojam os carochos (CRUZ, 1985). “*Indayá*, corr. *Anda-yá*, amêndoas ou cocos caídos, ou que se despençam. É a palmeira *Attalea compta*. Alt. *Andayá*, *Endayá*” (SAMPAIO, 1987, p. 223). Cf. *Indaiá*; *Indaiá, do*; *Indaiaba*; *Indaiá Grande*; *Indaiazinho*.

Nota: A maioria das espécies de palmeiras indaiá situa-se no Brasil Central (FERREIRA, 2004) (CAZAROTTO, 2010, p. 233).

Mucujê [tupi; simples]

Nome de um AF: um córrego em Costa Rica. Espécie de árvore pequena com folhas, as maiores, de 10 a 17 cm de comprimento e 4-7 cm de largura oblongo-obovais, sem veias, um pouco agudas na base; inflorescência, em cimas multifloras, indo as flores até o ápice dos ramos, devido ao seu pequeno comprimento. Frutifica em fevereiro. Planta tipicamente regional da Bahia. Cf. *Mucujezinho*.

Nota: A árvore *mucujê* é considerada uma ótima fruteira nativa, conhecida nas matas baianas desde o descobrimento do Brasil. Há quem considere o *mucujê* como a melhor fruta brasileira. Além disso, a árvore é lactífera, produzindo abundante leite adocicado que os garimpeiros, nas lavras diamantinas no interior baiano, tomam com café em substituição ao leite de vaca, e é esse leite que serve para o preparo de excelente “goma de mascar”, artigo que logo achou aceitação nos mercados norte-americanos, tendo a Bahia exportado, em 1946, mais de 150 toneladas de goma de *mucujê* (CORRÊA, 1984). De acordo com Houaiss (2007), “provavelmente mucujê tem origem quíchua, *mu-kúdi*, uma árvore alta, segundo Nei Lopes” (CAZAROTTO, 2010, p. 265).

Taquaral [tupi+português; simples híbrido]

Nome de dez AF: um córrego em Aquidauana, um em Anastácio, um em Bodoquena, um em Bonito, um em Corumbá, um em Dourados, um em Miranda, um córrego e uma cabeceira em Nioaque e um rio em Porto Murtinho. Formação de taquaras dispostas proximamente entre si. Taquara é uma espécie vegetal cujo nome é dado a diversas plantas da família das gramíneas, geralmente de caules ocos e todas com numerosas aplicações na indústria caseira rural. “*Taquara*, corr. *ta-quara*, a haste furada ou oca. Alt. *Taquá*” (SAMPAIO, 1987, p. 319). Cf. *Tacuarzinho*; *Taguara*; *Taquara*; *Taquara, da*; *Taquaraçu*; *Taquaral, do*; *Taquaralzinho* (CAZAROTTO, 2010, p. 295).

Os dados apresentados neste item, referentes à macro e à microestrutura que compõem o *Glossário*, atestam a diversidade de verbetes que, por sua vez, refletem características da toponí-

mia estudada. A seguir, são pontuados alguns fenômenos observados no conjunto da nomenclatura do material lexicográfico produzido.

2.4 Considerações sobre a nomenclatura do Glossário

2.4.1 A produtividade dos verbetes conforme as letras do alfabeto

Como já assinalado, os 439 verbetes que compõem o *Glossário* foram organizados em ordem alfabética. O Quadro 1 demonstra a produtividade de verbetes segundo as letras do alfabeto.

Quadro 1: Produtividade de verbetes no *Glossário de fitotopônimos sul-mato-grossenses* segundo a letra do alfabeto

LETRA	FITOTOPÔNIMO
A	Abóbora; Aboboreira; Açaí; Acorizal, do; Acurizal; Açucena; Assussena; Aguapé, do; Aguapeí; Alecrim; Algodual; Alho; Amambá; Amoreiras, das; Ananás; Angelim; Angico; Angico, do; Anil, do; Araçatuba, de; Argite; Argitá; Aroeira; Aroeira, da; Arroz; Arroz, do; Arrozal; Arroz Doce; Árvore Grande. (29 fitotopônimos)
B	Babaçu; Babuaçu; Bacuri; Bagaçu; Bagaçuzinho; Bálsamo; Bálsamo (1); Bálsamo (2); Bálsamo, do; Bambu; Bambu, do; Bambus; Bananal; Bananalzinho; Bananeira, da; Barbatimão; Baru; Batata, da; Bocaiúva; Bocajá; Buriti; Buriti (1); Buriti (2); Buriti, do; Buriti de Baixo; Buriti de Cima; Buriti do Cervo; Buriti Preto; Buriti Vermelho; Buritizal; Buritizal, do; Buritizinho. (32 fitotopônimos)

LETRA	FITOTOPÔNIMO
C	Caaporã; Caarapó; Caarapozinho; Cabaça; Cabaça, da; Caeté; Caeté 2; Café; Café, do; Cafelândia; Cafeporã; Cafezal; Cafezal, do; Cajá; Cambaúba; Cambaúva; Cambará; Campeira; Campestre; Cana, da; Cana, do; Cana Brava; Cana Brava, da; Canafristo, do; Cana Verde; Canavial; Candiúba; Canela Preta; Caninana; Capão; Capão, do; Capão Alto; Capão Alto, do; Capão Bonito; Capão da Anta; Capão Escuro; Capão Leão; Capão Limpo; Capão Queimado, do; Capão Redondo; Capão Seco; Capão Verde; Capim; Capim, do; Capim-branco; Capim Branco; Capim Scardine; Capim Verde; Capey; Capi-y; Capoeira; Capões, dos; Caraguatá; Carambola; Carandá; Carandá, do; Carandazal; Carrapícho; Castanha; Catingueira; Catingueiro; Caverá; Caviúna; Cedral; Cedro; Cedro, do; Cerradão; Cerrado Feio; Cereja; Cipó; Cipó, do; Cipolândia, de; Congonha; Congonhas; Coqueiro; Coqueiro, do; Coqueirinho; Cravo; Curubá; Curuhá; Curupá. (81 fitotopônimos)
E	Embarés; Embaúba, da; Embira; Erva, da; Espigão; Espinilho; Espinilhio; Esteio, do; Estolho. (09 fitotopônimos)
F	Faia; Faia, do; Feijão, do; Figueira; Figueira, da; Figueirão; Figueirinha, da; Flor; Flor de maio; Flores, das; Floresta; Floresta Negra; Frutal. (13 fitotopônimos)
G	Galho Quebrado; Gameleira; Genipapo; Geriva; Gerivá; Goiaba; Goiabal; Gordura; Gravatá; Guaimbé; Guaimbeperi; Gujuvirá; Guaimbeperi; Guanandi; Guapeí; Guararema; Guariroba; Guariroba, da; Guavirá; Guaviraí; Guaivira; Guarvira; Guaviral. (23 fitotopônimos)
H	Hervalzinho (um fitotopônimo)
I	Ibirá Peteim; Imbaúba; Imbaúba, da; Imbirá; Imbiruçu; Imbirussu; Imbissu; Indaiá; Indaiá, do; Indaiaba; Indaiá do Sul; Indaiá Grande; Indaiazinho; Ingá; Ingar; Ingazeiro; Inhame, do; Ipê; Ipebun; Ipehun; Ipezal; Ivá-Um; Ivaé; Ivaé-Mí; Ivuá. (25 fitotopônimos)
J	Jaboticaba; Jaboticabal; Jabuticaba; Jacori; Japecanga; Jaraguá; Jari; Jataí; Jatobá; Jatobá, de; Jatobazinho; Jenipapo; Jenipapinho; Jeribá; Juari; Jupé; Juqueri; Jurema; Jurubeba; Juti. (20 fitotopônimos)

LETRA	FITOTOPÔNIMO
L	Landim; Landizinho; Laranja; Laranja Azeda; Laranja Doce; Laranjaí; Laranjaí, do; Laranjaizinho; Laranjal; Laranjal, do; Laranja Lima; Laranjeira; Laranjeira, da; Laranjeiras; Laranjeiras, das; Lima, da; Limão; Limão, do; Limão Verde, do; Limeira; Limeira, da; Limeira, do; Limoeiro; Limoeiro, do; Lixa; Lixa, da; Lobeira, da. (27 fitotopônimos)
M	Macaúba; Macaúba, da; Macaúbas, das; Madeira; Mamão, do; Mandarina; Mandioca; Mandioquinha; Manga, da; Mangaba; Mangaba, da; Mangabal; Mangabeira; Mangaí, do; Mangava, da; Mangaval; Mangue; Mangueira; Maracujá; Margarida; Margarida, da; Marmelada; Mata, da; Mata-Mata; Mata Assombrada, da; Mata Velha; Matão; Mateira; Mateira, da; Mateirinha; Matinha; Matinho, do; Mato; Mato, do; Mato Comprido; Mato Grande, do; Mato Verde; Maxixe, do; Melancia; Melancia, da; Membeca; Mimosa; Mimoso; Moita; Morangas; Mucujê; Mucujezinho; Mumbeca, da; Mumbequinha. (49 fitotopônimos)
N	Nhuatim; Nhu-Guaçu; Nhupeí; Nhu-Verá. (04 fitotopônimos)
O	Orquidário (um fitotopônimo)
P	Pacova; Pacuri; Paia, da; Paina; Paineira; Paineira, da; Paineiras, das; Palha, da; Palma; Palmar; Palmeira; Palmeiras, das; Palmeiras, de; Palmital; Palmito; Palmito, do; suely; Paratudal; Paratudo; Pariri; Pastinho; Pasto Ruim, do; Pau-Terra; Pequi; Peri; Peroba; Peroba, da; Perobão; Pimenta; Pimenta, da; Pimenteira; Pindaíba; Pindaíba, da; Pindaibão; Pindaíva; Pindaivinha; Pindó; Pindocare; Pindorama; Pinhal, do; Pinheiro, do; Pinho; Pinhões; Pipoca; Piqui; Pirizal; Piripucu; Piripucu-açu; Pita, da; Pitangueira; Pitanguinha; Piúva; Porongo. (53 fitotopônimos)
Q	Quebracho; Quiçaça; Quina, da. (03 fitotopônimos)
R	Raiz; Ramada; Ramalhete; Repolho; Ristinga; Romado. (06 fitotopônimos)
S	Sabina; Salsa; Samambaia; Sapé; Sapé, do; Seriguela; Sertãozinho; Sucupira. (08 fitotopônimos)

LETRA	FITOTOPÔNIMO
T	Tabaco; Taboca; Taboca, da; Tabocas; Tabocas, das; Taboco; Taboquinha; Taboquinho; Tacuapi; Tacuapiri; Tacuarizinho; Taguara; Tamburi; Tânico; Taquaperi; Taquapiri; Taquara; Taquara, da; Taquaraçu; Taquaral; Taquaral, do; Taquaralzinho; Taquari; Taquari, do; Taquaribe; Taquari Mirim; Taquarizinho; Taquaraçu; Taquarussu; Taquarussu 2; Tarumã; Taruman; Tataré; Tatarém; Timbaúva; Timbauva; Tocos; Toco Seco; Tuna; Tuná; Turumã. (41 fitotopônimos)
U	Umbaúba; Urucuiano; Urucum; Urucum, do; Urumbeba; Urumbela; Urumbeva. (07 fitotopônimos)
V	Vareta; Vassourão; Veludo; Veludinho; Violeta. (05 fitotopônimos)
X	Xexim, Ximbuíva, da. (02 fitotopônimos)

Fonte: Cazarotto (2010, p. 155-307).

O cotejo entre a nomenclatura do *Glossário* e a de dicionários gerais da língua portuguesa, no que diz respeito à representatividade de verbetes por letra do alfabeto, demonstra certa similaridade entre os dois tipos de produção lexicográfica, considerando-se que algumas letras são mais produtivas que outras no conjunto dos verbetes. No entanto, diferentemente dos dicionários gerais da língua, o *Glossário* não contém verbetes nas letras **D** e **Z**, provavelmente em decorrência da natureza do *corpus*.

Como demonstrado no Quadro 1, do total de 439 verbetes, foi registrada maior produtividade de verbetes com fitotopônimos iniciados com as letras **C** (81 fitotopônimos), **P** (53 fitotopônimos), **M** (49 fitotopônimos), **T** (41 fitotopônimos) e **B** (32 fitotopônimos).

A pesquisa que gerou este estudo possibilitou o levantamento de várias denominações de espécies típicas da flora brasileira, cujo nome está definido pelos dicionários de botânica, que foram elevadas à categoria de nomes do lugar na toponímia sul-mato-grossense, ratificando, desse modo, a importância e pertinência do estudo dessa categoria de nome, no âmbito da Lexicologia, considerando-se que o topônimo configura-se

como um signo linguístico enriquecido, que, oriundo em sua grande maioria do vocabulário comum da língua, é investido do estatuto de nome próprio no ato da nomeação do lugar.

O tópico seguinte apresenta considerações sobre a base linguística dos fitotopônimos estudados.

2.4.2 Base linguística dos fitotopônimos inscritos no Glossário

Com relação à base linguística, os fitotopônimos sul-mato-grossenses são fortemente marcados por estratos da língua indígena representados pelo tupi e pelo guarani. Os municípios que fazem fronteira com o Paraguai, país limítrofe com o Brasil entre sul e oeste – *Porto Murtinho, Caracol, Bela Vista, Antônio João, Ponta Porá, Aral Moreira, Coronel Sapucaia, Paranhos, Sete Quedas, Japorã e Mundo Novo* – evidenciam forte influência do guarani, a língua oficial do Paraguai, na base linguística dos fitotopônimos utilizados na nomeação dos acidentes físicos. Podem ser citados como exemplos: *Laranjaí* (designativo híbrido português-guarani), *Nhum-Verá, Pacova, Bocajá, Curupaí*, dentre outros. A ocorrência de topônimos de origem guarani, na maioria dos municípios limítrofes com o Paraguai, pode ser explicada, sobretudo, pela presença de indígenas (e de áreas indígenas) no território dessas unidades administrativas ou ainda pelo fato de o guarani ser um dos idiomas oficiais e correntes do país vizinho. Conforme argumento de Tibiriçá (1989, p. 11):

É necessário que saibam que a língua guarani completa o tupi, com a qual forma um todo cromático. Ninguém pode se aprofundar nessa última se prescindir daquela. Além disso, o belo e harmonioso idioma de nossos irmãos paraguaios e de nossos velhos bandeirantes está tão vivo como nos primórdios da Conquista.

Ainda com relação à base linguística dos fitotopônimos, nota-se grande incidência de nomes tupis na toponímia investigada, ou seja, apresenta a mesma tendência da toponímia brasileira quanto à presença significativa de topônimos oriundos da língua

tupi. Mas, havemos de nos perguntar o porquê dessa influência se as terras sul-mato-grossenses não eram habitadas pelos tupis. A resposta nos é fornecida por Sampaio (1987, p. 71) ao explicar que

[...] as bandeiras quase só falavam o tupi. E se, por toda parte onde penetravam, estendiam-se os domínios de Portugal, não lhe propagavam, todavia, a língua, a qual, só mais tarde se introduziu com o progresso da administração, com o comércio e os melhoramentos.

E as bandeiras eram formadas, em sua maioria, por índios previamente “domesticados”: “os carijós e os tupis engrossavam as expedições, sendo em número bem maior que os brancos (paulistas). E, embrenhados nas matas, prestavam auxílio no carregamento de bagagem, assim como no combate”. Mas “[...] as bandeiras não se davam somente em terra, como também podia ser pelos rios, onde canoas e jangadas eram construídas precariamente, visando superar os obstáculos hidrográficos”. Diante da possibilidade de navegação e “a fim de capturar os índios fugitivos do Guairá, também conhecidos por ‘gualachos’, as bandeiras entraram na região do atual estado de Mato Grosso do Sul [...] pelo Rio Jaraguari (Rio Brillhante) ou Avinhema e Amambaí”¹⁰.

Dos 439 nomes que compõem o *Glossário*, 144 são de base tupi; 54 tupi-português; 24 guarani; cinco, português-guarani; cinco, tupi-guarani; um, guarani-português e um, guarani-tupi, totalizando 234 nomes de base linguística puramente indígena e/ou com alguma influência indígena em sua formação. Portanto, fica comprovada, por meio deste estudo, a forte influência indígena na fitotoponímia sul-mato-grossense.

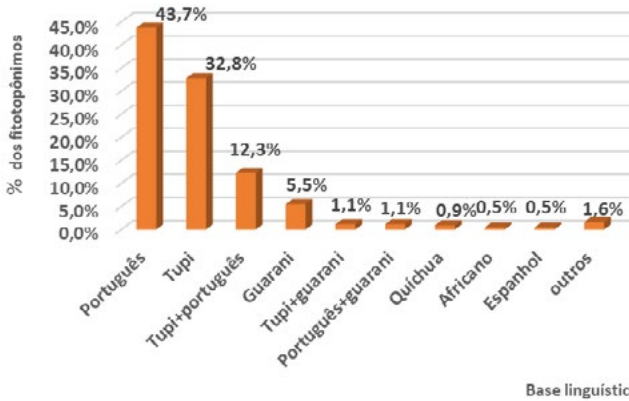
No entanto, ainda que a toponímia sul-mato-grossense tenha sofrido influência indígena, a exemplo da toponímia bra-

¹⁰ Informações disponíveis em NEVES, Thiago Bonfim <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/historia-do-brasil/bandeiras-no-sul-mato-grosso.htm> - Acesso em 28/10/2014.

sileira em geral, também apresenta relevante produtividade de topônimos de base lusitana: dos 439 nomes que integram a nomenclatura do *Glossário*, 192 são do português. Levy Cardoso (*apud* DICK, 1992, p. 94), ao tratar da presença de designativos portugueses na toponímia brasileira, narra o curioso fato de que “Mendonça Furtado foi, por todas as cidades que ia percorrendo, substituindo os nomes indígenas pelos nomes portugueses que a velha saudade lusitana ia sugerindo”, fenômeno esse denominado por Dick (1992, p. 90) como “topônimo transplantado”, justificando que “topônimo transplantado é o designativo geográfico que existe como tal em determinado espaço e que passa a integrar a nomenclatura de outra região qualquer, trazido pelo próprio povo que emigrou ou influenciado por um mero mimetismo”.

Também os nomes híbridos formados com um termo de base portuguesa mais uma forma indígena alcançaram um percentual considerável na nomenclatura do *Glossário*, pois das 439 entradas, 54 são de base tupi+português; cinco, português+guarani e cinco, guarani+português, perfazendo um total de 64 nomes, o que equivale a 13,2% do *corpus* analisado. Dick (1992, p. 91) esclarece que “nesses casos de hibridismo português mais forma indígena, não havia a intenção flagrante de apagar a cultura nativa e, sim, de acrescentar um dado novo visivelmente voltado à catequese”.

A nomenclatura do *Glossário* reúne também topônimos de outros estratos linguísticos, porém, com menor índice de produtividade, tais como quíchua, africana e espanhola e, além desses, foram registrados três nomes de ‘origem incerta’, dado que não foi possível identificar com exatidão a língua de origem desses topônimos. Os dados relativos à base linguística dos fitotopônimos dicionarizados podem ser visualizados no Gráfico 1, que segue.

Gráfico 1: Fitotopônimos sul-mato-grossenses: base linguística

Fonte: Cazarotto (2010, p. 129). Editado por Luciene Gomes Freitas Marins.

A base linguística dos topônimos considerados na pesquisa da qual resultou este estudo possibilita inferir que tanto o colonizador quanto o habitante natural da *terra brasilis*, o indígena, exerceram forte influência na nomenclatura dos acidentes geográficos brasileiros e que essa característica se repercutiu de forma semelhante em território sul-mato-grossense, pois os acidentes geográficos físicos e/ou humanos do Estado de Mato Grosso do Sul recebem denominação de base portuguesa, indígena ou híbrida, envolvendo esses dois elementos da base linguística, indígena/português, português/indígena. O estudo aponta ainda que a influência de outras línguas foi insignificante em termos quantitativos, porém, relevante pelo valor histórico, quando do resgate de momentos históricos das localidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando-se a perspectiva lexicográfica, o *Glossário* em foco reuniu 439 verbetes que remetem ao universo fitotopônimo do estado de Mato Grosso do Sul, representando 78 municípios sul-mato-grossenses. Reportando-nos à nomenclatura, o

Glossário aqui focalizado, comparado a dicionários de uso geral da língua, não contempla verbetes iniciados pelas letras 'D' e 'Z' do alfabeto.

Em relação à base linguística dos fitotopônimos, pode-se constatar aspectos da influência que indígenas e portugueses exerceram na nomeação dos acidentes geográficos, físicos e humanos, do território sul-mato-grossense, pois dos 439 fitotopônimos que compõem o *Glossário*, 174 são de base linguística puramente indígena, 192 de origem portuguesa e 60 de base híbrida, português-indígena ou indígena-português, totalizando 426 nomes. Houve também a ocorrência de topônimos de outros estratos linguísticos, como o quíchua, a africana e a espanhola, mas com baixo índice de produtividade e, ainda, os treze nomes de origem obscura, que, juntos com os nomes indígenas, portugueses e híbridos, totalizam a nomenclatura do *Glossário* (439 verbetes).

Finalizando, tem-se a expectativa de que as considerações acerca do planejamento, da construção e dos resultados do *Glossário* aqui focalizado tragam contribuições para os estudos lexicográficos de natureza onomástico-toponímica e, também, estimulem novos estudos na mesma linha aqui delineada, já que todo estudo nunca está totalmente concluído, pois sempre aponta para novas possibilidades de pesquisa, no caso, de outros produtos lexicográficos voltados para nomes próprios.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Cecy Fernandes de. *Dicionário Guarani-Português/Português-Guarani*. São Paulo: Edição da Autora, 2008.

AZORÍN FERNÁNDEZ, Dolores. La lexicografía como disciplina lingüística. In: GUERRA, Antonia Maria Medina (Coord.). *Lexicografía española*. Barcelona: Editorial Ariel, 2003, p. 31-52.

BEVILACQUA, Cleci Regina; FINATTO, Maria José Bocorny. Lexicografia e Terminografia: alguns contrapontos fundamentais. *Alfa*, São Paulo, p. 43-54, 2006.

- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. As ciências do léxico. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires (Orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande – MS: Ed. UFMS, 1998, p. 13-22.
- _____. A estruturação mental do léxico. In: CARRATORE, E. Del et al. *Estudos de filologia e lingüística* (em homenagem a Isaac Nicolau Salum). São Paulo: T. A. Queiroz Editor, Edusp.1981. p. 131-145.
- _____. Conceito linguístico de palavra. In: BASÍLIO, Margarida. A *Delimitação das Unidades Lexicais*. Rio de Janeiro: Grypho, 1999, p. 81-97.
- _____. *Teoria linguística: teoria lexical e linguística computacional*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BUENO, Silveira. *Vocabulário tupi-guarani-português*. 7. ed. São Paulo: Vidalivros, 2008.
- CARDOSO, Armando Levy. *Toponímia Brasílica*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1961.
- CAZAROTTO, Suely Aparecida. *Glossário de fitotopônimos sul-mato-grossenses: uma proposta*. 2010. 321 p. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Campo Grande – MS, 2010.
- CORRÊA, Manuel Pio. *Dicionário das plantas úteis do Brasil e das exóticas cultivadas*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, 1984.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- CRUZ, Gilberto Luiz da. *Dicionário das plantas úteis do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *Toponímia e Antroponímia no Brasil* Coletânea de Estudos. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas/FFLCH/USP, 1992.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio Eletrônico – Século XXI – Versão 3* – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.
- GUASCH, Antonio; ORTIZ, Diego. *Diccionario Castellano-Guarani / Guarani-Castellano: sintactico, Fraseológico y Ideológico*. 13. ed. Assunción: Centro de Estudos dos Paraguayos “Antonio Guasch” – C.E.P.A.G., 1998.

HAENSCH, Günther. Tipología de las obras lexicográficas. In: HAENSCH, Günther et al. (Orgs.). *La lexicografía de la lingüística teórica a la lexicografía práctica*. Madrid: Gredos, 1982, p. 93-187.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

IBGE. *Vocabulário Básico de Recursos Naturais e Meio Ambiente*. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

ISQUERDO, Aparecida Negri; CASTIGLIONI, Ana Cláudia. Em busca de um modelo de dicionário onomástico-toponímico. In: ISQUERDO, Aparecida Negri e FINATTO, Maria José Bocorny (orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Vol. IV. Campo Grande: Editora UFMS, 2008. p. 291-310.

LARA, Luis Fernando. O dicionário e suas disciplinas. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; KRIEGER, Maria da Graça (Orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: Editora UFMS, 2004. p. 133-152.

LORENZI, Harri. *Árvores brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas do Brasil*. 2. ed. vol. 2. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2002.

_____; SOUZA, Hermes Moreira de; CERQUEIRA, Luiz Sérgio Coelho de; COSTA, Judas Tadeu de Medeiros; FERREIRA, Evandro. *Palmeiras brasileiras e exóticas cultivadas*. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2004.

NASCENTES, Antenor. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Bloch Editora, 1988.

SAMPAIO, Teodoro. *O Tupi na Geografia Nacional*. 5. ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília – DF – INL, 1987.

SOUTO, Mar Campos; PASCUAL, José Ignacio Pérez. El diccionario y otros productos lexicográficos. In: GUERRA, Antonia M. Medina (Coord). *Lexicografía española*. Barcelona: Editorial Ariel, S/A, 2003. p. 57-78.

SOUZA, Bernardino José de. *Dicionário da terra da gente do Brasil*. 5. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.

TIBIRIÇÁ, Luiz Caldas. *Dicionário Tupi-Português: com esboço de gramática do Tupi Antigo*. 2. ed. São Paulo: Traço Editora, 1984.

_____. *Dicionário Guarani-Português*. São Paulo: Traço Editora, 1989.

WELKER, Herbert Andréas. *Dicionários: uma pequena introdução à lexicografia*. 2ª ed. Brasília: Thesaurus, 2004.



PADRÕES DE MOTIVAÇÃO NA TOPONÍMIA URBANA: O CASO DA REGIÃO CENTRAL DE CAMPO GRANDE/MS

Letícia Alves Correa de Oliveira

INTRODUÇÃO

Este texto apresenta resultados da pesquisa de Mestrado *Toponímia urbana da região central de Campo Grande/MS: um olhar socioetnolinguístico* (OLIVEIRA, 2014)¹ que teve como objetivo geral estudar os nomes de logradouros públicos da região Central de Campo Grande a partir de dados extraídos de mapas oficiais da capital sul-mato-grossense. Como objetivos específicos, o estudo teve como propósito catalogar os nomes de logradouros (ruas, avenidas e praças) dos bairros localizados na região selecionada; analisar os topônimos dos pontos de vista etnolinguístico, taxionômico, morfológico e histórico, além de buscar identificar possíveis causas denominativas dos topônimos estudados com base na memória histórica da população de Campo Grande.

¹ Dissertação defendida no Programa de Pós Graduação Mestrado em Estudos de Linguagens, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/CCHS, em 2014, sob a orientação da Profa. Dra. Aparecida Negri Isquendo. Disponível em: http://atems.ufms.br/wp-content/uploads/2017/03/DISSERTACAO_LET%C3%8DCIA-ALVES-CORREA-OLIVEIRA.pdf

Para o estudo buscou-se respaldo teórico-metodológico na Linguística, em especial nas teorias sobre o léxico e a Toponímia, especialmente a de Dick (1990a; 1990b; 1996; 1998; 1999; 2006), concebida para o estudo da toponímia brasileira. Além disso, dado o caráter interdisciplinar da Toponímia, para a interpretação dos dados, informações registradas em fontes relacionadas às Ciências Humanas, como a História, a Geografia e a Antropologia, dentre outras, também foram imprescindíveis para a análise do acervo toponímico inventariado. A fonte primária dos dados foram os mapas da cidade de Campo Grande, escala 1:30000, de onde foram extraídos os nomes de ruas e de avenidas que constituíram o *corpus* da pesquisa. Além dos mapas, foram necessárias consultas bibliográficas sobre a história do município e da cidade de Campo Grande, incluindo Atas da Câmara Municipal, documentos esses que registram informações relativas à nomeação de ruas e avenidas que foram de grande valia para a análise do recorte da toponímia campo-grandense estudado.

Vale ressaltar que os mapas utilizados como fonte primária de dados são vistos, neste trabalho, como texto, por produzirem sentido sujeito à interpretação à medida que os nomes dos logradouros inseridos em um mapa “congelam” a memória histórica de um povo. As informações sobre os mapas, planta da cidade, atas e documentos acerca da história do município foram obtidas junto ao Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA), ao Instituto Municipal de Planejamento Urbano (PLANURB) e à Câmara Municipal dos Vereadores. Neste texto são discutidas tendências gerais observadas no recorte toponímico estudado por Oliveira (2014).

1. A TOPONÍMIA URBANA: CONSIDERAÇÕES

No processo de nomeação, o ato de nomear significa dar existência simbólica às coisas. Segundo Fedatto (2013, p. 111), “antes da palavra, as coisas existem, mas nos são inacessíveis, pois o nome desenha fronteiras e organiza o mundo, criando dis-

tinções e inexistências”. Logo, “o nome é que revela as fronteiras internas da cidade” (ZOPPI-FONTANA, 1999, p. 214) e é por meio dele que o homem identifica o espaço em que está inserido.

Ainda de acordo com Fedatto (2013, p. 114), quando tomamos a nomeação de construções urbanas como lugar de reflexão, devemos pensar que a produção de uma referência no espaço tem a ver com a simbolização desse espaço, isto é, o modo como um nome projeta outros ou se projeta em outros nomes. Nesse sentido, os hodônimos (nomes próprios de vias de circulação - ruas, avenidas, passarelas, ladeiras, veredas, pontes, viadutos) são uma classe particular dos nomes próprios, pois constituem “uma sequência linguística binária, por um termo de categoria e por um elemento distintivo que permitirá singularizar o referente em sua classe” (FEDATTO, 2013, p. 114).

As designações urbanas, de acordo com Mori (2007, p. 316), têm por função identificar e individualizar determinado referente urbano – uma rua, uma avenida, uma praça, dentre outros. Ao mesmo tempo, as designações urbanas, isto é, os nomes atribuídos aos logradouros, constituem também um meio oficial de prestar homenagem a pessoas que de alguma forma contribuíram para a construção da cidade, o país e até mesmo para o progresso universal. Ainda segundo a autora, com o passar do tempo, por meio dos nomes, muito da história local e até mesmo universal vai ficando gravado na memória de um povo. Nos estudos onomásticos, há um grande interesse pelos nomes que refletem a memória cultural dos grupos sociais. Nessa perspectiva, Dias (2000, p. 102) argumenta que,

[...] considerada a necessidade da combinação de diferentes formas de reprodução, fatos e personagens históricos, quando convertidos em nomes de ruas, podem se incorporar à vida cotidiana dos cidadãos. A despeito de eventuais limitações, a tendência de buscar perenizar nomes e eventos, longe de ser hábito desta ou daquela localidade, pode ser verificada em qualquer lugar do mundo e é adotada por governos de ideologias diversas.

Logo, a perpetuação da história oficial pode ser verificada na denominação das vias públicas de todo o Brasil, mas as cidades, onde o batismo efetivamente ocorre, costumam imprimir, em decorrência de sua própria história, contornos específicos a esse processo. Analisar a organização dos nomes de ruas de uma cidade é aferir dimensões significativas de sua relação com a história (DIAS, 2000, p. 102).

Conforme Dick (2002/2003, p. 188), a rua é o caminho melhorado, do ponto de vista de sua morfologia, semanticamente, “um microcosmo dentro do organismo maior do aglomerado urbano”. Os nomes das ruas, especificamente, prestam-se, segundo a autora, a investigações que relacionam aspectos históricos e culturais de uma comunidade.

Nessa perspectiva, a Etnolinguística, à medida que se ocupa do estudo da linguagem em relação à cultura, configura-se como um ramo da Linguística muito pertinente para os estudos toponomásticos, por ter como objeto de estudo o aspecto cultural do uso da língua e estudar as relações entre o idioma e o grupo humano caracterizado por sua comunidade cultural, ou seja, a etnia. De acordo com Dick (2010, p. 177),

[...] O entendimento significativo do termo *etnia*, ou o seu próprio conceito definidor, passa, antes, pelo crivo de vários fatores intrincados entre si, como localização espacial do grupo em questão, situação sociológica interna, tipologia das sociedades, práticas culturais características dos contatos, por exemplo.

Nesse sentido, de acordo com Dick, a Etnolinguística firmou-se em decorrência “da necessidade de se entender as variantes e as invariantes sociais, bem como os níveis de linguagem que modelam os pensamentos e o modo de ser e de viver da população em análise” (DICK, 2002-2003, p. 182). Essa linguagem que transmite o pensamento de uma comunidade é refletida na toponímia que, de acordo com Casado Velarde (1988, p. 83), permite estudar a ocupação dos espaços por meio da cultura. No

caso da pesquisa que deu origem a este trabalho, buscou-se verificar a influência da história de Campo Grande e da formação étnica da sua população na nomeação de logradouros pertencentes aos bairros analisados por meio do estudo do léxico toponímico representativo da região Central de Campo Grande.

2. A REGIÃO ESTUDADA: CONTEXTUALIZAÇÃO

O embrião que deu origem à cidade de Campo Grande foi a fixação do mineiro José Antônio Pereira e sua tropa em um território até então desconhecido, um campo aberto e grande, entrecortado por dois córregos. No dia 22 de julho de 1872, José Antônio e seus companheiros iniciaram a construção do primeiro rancho onde, em 1875, teve início o povoado conhecido como *Arraial dos Pereiras*. Esses primeiros ranchos, edificados sem nenhum alinhamento, futuramente dariam início à atual Rua 26 de Agosto, a *rua Velha*, considerada a mais antiga da cidade. A partir de então, aos poucos, foi surgindo o povoado que foi inicialmente batizado com o nome de *Arraial de Santo Antônio de Campo Grande*, em homenagem ao santo de devoção do fundador em cumprimento a uma promessa feita por ele durante a viagem de Minas Gerais para o então Mato Grosso:

Depois de transpor as águas do Rio Paranaíba, vários membros da comitiva foram acometidos de “matadeira”, uma febre maligna, de consequências mortais, bastante comum naquela região. Religioso em extremo, como bom mineiro que era, e apesar das fortes “garrafadas” e “raizadas”, que ministrava aos enfermos, o velho patriarca lembrou-se de Santo Antônio, seu santo protetor, e, em meio à ardente prece, prometeu-lhe uma capela e uma festa na inauguração, caso os doentes sarassem e chegassem ao seu destino (RODRIGUES, 1980, p. 36).

Conseguindo chegar ao destino final da sua viagem, em 1875, juntamente com seus familiares, José Antonio Pereira se instalou definitivamente no novo território, construiu ranchos

que seriam alicerces de uma grande cidade. Em 26 de agosto de 1899, após antigas e insistentes reivindicações, o governo estadual assina a resolução de emancipação da vila, criando o município de Campo Grande, por meio da Lei nº 792. Naquela época, Campo Grande, com 14 anos, já possuía um comércio promissor. Quase um século mais tarde, após muitas reivindicações das autoridades e da população, devido à insatisfação da população com a política do governo de Mato Grosso em relação ao sul do Estado, que se estendia desde os tempos de província, ocorre a divisão de Mato Grosso e, conseqüentemente, a criação de Mato Grosso do Sul, por meio da Lei Complementar nº 31, do então Presidente da República do Brasil, Ernesto Geisel, em 11 de outubro de 1977 (ZARDO, 1999, p. 105), elevando Campo Grande ao *status* de capital do novo Estado.

Durante a formação da cidade de Campo Grande, outro acontecimento impulsionou o seu crescimento social e econômico: a construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil. As obras da ferrovia tiveram início em 1905 com um traçado original, que foi modificado em 1906 e, posteriormente, em 1908. A construção dessa Estrada de Ferro foi iniciada, concomitantemente, em dois pontos extremos da linha – São Paulo e Mato Grosso. Segundo Weingartner (1995, p. 34), esse itinerário era assim caracterizado: “Bauru (1905), e em Porto Esperança (1908) à margem do Rio Paraguai, no Sul de Mato Grosso”.

A chegada da estrada de ferro Noroeste do Brasil trouxe um significativo desenvolvimento para o sul de Mato Grosso, à medida que propiciou um maior intercâmbio comercial do Estado com outros países. No âmbito do Tratado de Petrópolis², a comissão mista Brasil-Bolívia já tinha por finalidade a construção dessa estrada de ferro. De acordo com Salgado (2001, p. 42):

² Recebe o nome de Tratado de Petrópolis o documento firmado entre a Bolívia e o Brasil a 17 de novembro de 1903. Assinado no estado do Rio de Janeiro, esse tratado tornou oficial a anexação do atual estado do Acre ao território brasileiro.

[...] A partir da implantação dessa linha férrea no sul de Mato Grosso, em 1914, Campo Grande ganhou importância estratégica, convertendo-se em importante centro comercial e cultural, passando a polarizar todas as atividades, enquanto Corumbá foi paulatinamente perdendo a conquistada importância comercial, pois, as mercadorias que eram até então escoadas pelo Rio Paraguai, passaram a ser transportadas pela Estrada de Ferro.

A ligação ferroviária com São Paulo transforma as relações econômicas e culturais de Campo Grande, uma vez que ferrovia era sinônimo de progresso e a Rua 14 de Julho, uma das muitas ruas projetadas por Nilo Javari Barém em 1909, com seus 20 metros de largura, com a implantação da estação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, torna-se a via mais importante da cidade, com um comércio constituído de imigrantes, principalmente árabes.

3. O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO EM CAMPO GRANDE: OS PRIMEIROS LOGRADOUROS

Desde o seu surgimento, em 1872, o povoado que deu origem à cidade de Campo Grande foi regido por algum tipo de normatização, que orientou as relações entre os moradores e o espaço que habitavam. Como explica Oliveira Neto (2005, p. 42), “até aquele momento, a Vila dos Pereiras, como era conhecido o lugarejo, não passava de uma porção de ranchos, que embora alinhados um ao lado do outro, tomando o formato de uma única rua, não apresentava qualquer característica urbana”.

A respeito da localização de Campo Grande nessa época, Oliveira Neto (2005, p. 43) explica que,

Embora Campo Grande estivesse situada num cruzamento de rotas de circulação, comunicação e consequentemente trocas, e tivesse os portos de Corumbá e Concepción como principais fornecedores de mercadorias e a cidade

de Uberaba como o local para onde destinava-se o gado produzido na região, ainda eram pequenas as relações urbanas no interior da vila, assim como dos seus habitantes com aqueles dos vilarejos vizinhos. Deste modo, a ausência de um comportamento urbano mais afetivo no conjunto dos habitantes do lugarejo impedia o surgimento de novas necessidades coletivas e a consequente constituição de um mercado de trocas mais intenso, tanto no interior da vila, quanto com as outras poucas localidades existentes ao sul do imenso território mato-grossense até o fim do século XIX.

No final de 1909, outro engenheiro, Themístocles Paes de Souza Brasil, capitão do exército e perito em matemática e em geometria, inicia a demarcação do *Rossio*³ de Campo Grande, definindo-o em 6.504 hectares, sendo 222 na área urbana, 1.314 para a suburbana e 4.968 para a zona rural.

Essa primeira planta de Campo Grande representava um projeto de expansão urbana, já que só havia moradores na atual *Rua 26 de Agosto*, conhecida, como já assinalado anteriormente, por muito tempo como *Rua Velha*. Posteriormente passou a ser nomeada de *Afonso Pena*, em homenagem ao então Presidente da República, que aprovara a expansão da rede ferroviária que passava por Campo Grande. A *Rua 26 de Agosto*, de acordo com Machado (1990, p.204), permaneceu por muitos anos sem nome, pois era a primeira e única rua do povoado. Iniciada a ocupação de outras ruas, “a primitiva era chamada de Rua Velha pelos campo-grandenses”.

Em razão disso, em 14 de janeiro de 1916, o vereador João Clímaco Vidal, um comerciante nascido em São Paulo, mas que vivia na localidade há muitos anos, propôs a mudança do nome da avenida central da vila, até então denominada como *Avenida Marechal Hermes da Fonseca*, para *Avenida Afonso Pena*, e a Rua

³ Praça pública, terreno espaçoso; terreno que antigamente era roçado, cultivado e aproveitado pelos habitantes, que recolhiam e distribuíam os frutos entre si. Fonte: <http://michaelis.uol.com.br/>

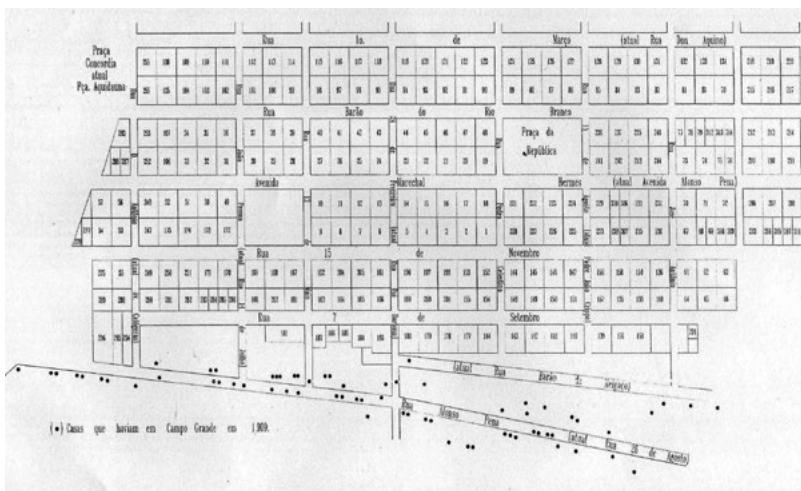
Velha, que tinha o nome do presidente, para Rua 26 de Agosto, uma homenagem à emancipação política da cidade, que ocorrera nessa data do ano de 1899.

Machado (1990, p. 108) explica que essa primeira rua, na planta, ficou inclinada em relação às demais, de tal forma que, nos trabalhos de arruamento, teve que ser dividida em dois segmentos a partir do local em que se projetou uma pequena praça, denominada de Costa Marques, em homenagem ao primeiro governador de Mato Grosso que visitou Campo Grande. Esse bifurcamento deu origem às ruas *Barão do Melgaço* e *Joaquim Murtinho*. Algumas casas ficaram fora do alinhamento e permaneceram assim até serem substituídas por outras, devidamente posicionadas. As edificações eram de pau-a-pique, construídas em taipa, usando madeira da região e com apenas um pavimento.

Entre os anos de 1910 e 1920, começa na cidade de Campo Grande a construção dos quartéis e da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, a abertura de clubes, de cinemas, de restaurantes e de lojas, acontecimentos que muito contribuíram para o crescimento das atividades comerciais e sociais da cidade. Com a regularidade do tráfego ferroviário, o trem passou a ligar Campo Grande com o resto do Brasil, estabelecendo um novo paradigma de desenvolvimento para a cidade.

Na virada do século XIX para o século XX, com a mudança do regime Imperial para o Republicano, vários problemas ocorreram nas cidades brasileiras, culminando em mudanças em muitas delas. Com os movimentos de criações de novas propostas urbanísticas e a necessidade de reformas das cidades brasileiras por motivos sanitários e econômicos, Campo Grande teve que se adequar aos novos tempos (OLIVEIRA NETO, 2003, p. 71). Assim, no final do século XX, ocorreram mudanças na urbanização da cidade, que podem ser observadas na primeira planta da cidade (Figura 1).

Figura 1: Reprodução da planta do plano de alinhamento de ruas e praças de Campo Grande, elaborado por Nilo Javari Barém (1909)



Fonte: Arruda (1997, p.34)

O traçado dessa planta em forma de tabuleiro de xadrez, em 1909, desenhada por Nilo Javari Barém foi sendo modificado em todas as direções, mas mantido, nos novos bairros e loteamentos, pois a proposta inicial tinha como princípio facilitar o fluxo de pessoas e veículos. Segundo Oliveira Neto (1999, p. 73), “isso fez com que o desenho geral de Campo Grande seja observado como um grande mosaico formado por inúmeros bairros com formato quadricular, ligados sempre ao centro da cidade por um grande número de largas avenidas”.

4. OS FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A toponímia urbana diferencia-se da toponímia rural por apresentar algumas características distintas nas nomeações dos elementos geográficos, como o predomínio de designativos motivados por nomes, prenomes e apelidos de famílias,

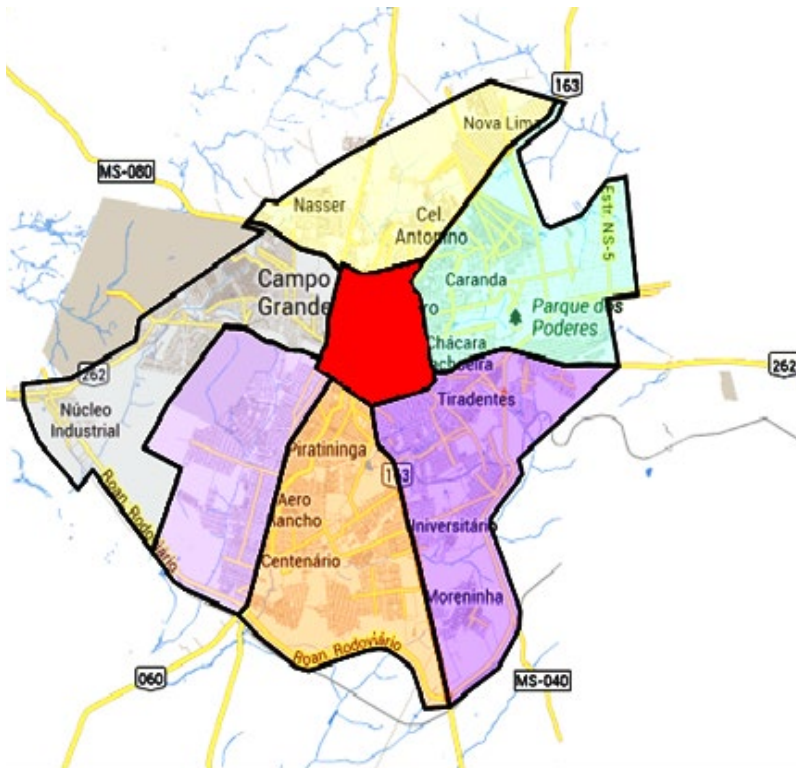
os antropotopônimos, ou seja, “topônimos relativos aos nomes próprios individuais” (DICK, 1990a, p. 32). A pesquisa de Oliveira (2014) centrou-se no estudo de natureza linguístico-histórica dos topônimos urbanos de Campo Grande, mais especificamente os dos bairros da região Central, onde se localiza a maior parte das ruas planejadas no início da formação da cidade, por isso de significativa importância para a história de Campo Grande.

A região urbana do Centro é a mais antiga de Campo Grande. Nela localiza-se o Horto Florestal, no lugar onde o fundador de Campo Grande, José Antônio Pereira, estabeleceu-se com a sua tropa em 1872 e construiu o primeiro rancho edificado no novo povoado que acabava de nascer. Essa região urbana na atualidade abriga 13 bairros: *Glória, São Francisco, Planalto, Carvalho, Amambaí, Cabreúva, Itanhangá, Bela Vista, Monte Líbano, Centro, Jardim dos Estados, Cruzeiro e São Bento*. O Centro define-se, então, como

[...] local de início da cidade e nele está sua certidão de nascimento, sua história e o núcleo de desenvolvimento da cidade. As ruas mais conhecidas estão no centro, como a primeira delas – a 26 de Agosto, a 14 de Julho e a nossa grande avenida, a Afonso Pena. O patrimônio histórico da cidade, em grande parte, está nessa região (ARRUDA, 2012, p. 99).

A Figura 2 traz a divisão atual do perímetro urbano de Campo Grande, com as sete regiões urbanas da cidade, com destaque para a região urbana do Centro.

Figura 2: Região urbana do Centro de Campo Grande com destaque para a região Central



Fonte: Elaborado pela autora com base no mapa disponível no site da Prefeitura Municipal de Campo Grande: <http://www.capital.ms.gov.br/egov/sisgran/geo/index.php?tabID=&campoID>.

Para o desenvolvimento do projeto de pesquisa que resultou na dissertação de Mestrado de Oliveira (2014), a obra *A dinâmica dos nomes da cidade de São Paulo 1554-1897*, de Dick (1996) foi fundamental para subsidiar a pesquisa. Essa obra contém resultado de estudo acerca dos motivos formadores da toponímia paulistana no período quinhentista e oitocentista, que definem o comportamento da toponímia antiga de São Paulo-SP, que a pesquisadora convencionou chamar de referenciais, ou seja, os topônimos que integram o campo físico (hidrotopônimos, geomorfotopônimos,

litotopônimos e fitotopônimos) e o antropocultural (hieró e/ou hagiotopônimos, antropotopônimos, animotopônimos e historiotopônimos sociotopônimos). A autora, por meio de estudo comparativo dos denominativos catalogados, verificou que os nomes correlacionados aos aspectos antropoculturais foram quantitativamente mais relevantes e evidenciam a forte influência religiosa no início da formação da cidade de São Paulo.

Dois outros trabalhos sobre toponímia urbana de capitais brasileiras foram consultados. O primeiro, uma tese de doutorado também sobre a toponímia de São Paulo-SP, intitulada *A Rede Ferroviária e a Urbanização da Freguesia do Brás: estudo Onomástico Contrastivo*, defendida em 2007 por Alessandra Martins Antunes, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Nessa pesquisa, foi aplicada a metodologia de recuperação de causas denominativas do Projeto Atlas das Cidades, coordenado por Dick (1996), à toponímia da freguesia do Brás. O segundo trabalho diz respeito à dissertação de Mestrado *A presença italiana em nomes de ruas de Belo Horizonte: passado e presente*, defendida por Zuleide Ferreira Filgueiras, em 2011, no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Minas Gerais, que analisou a influência italiana nos nomes de logradouros públicos da cidade de Belo Horizonte-MG.

Assim, concebido por Dick para orientar os projetos Atlas Toponímico do Brasil – ATB e Atlas Toponímico do Estado de São Paulo – ATESP, o modelo teórico-metodológico dessa toponimista tem orientado vários projetos de Atlas toponímicos que vêm sendo desenvolvidos no Brasil.

Este trabalho dá continuidade aos estudos toponímicos no estado de Mato Grosso do Sul, por meio do estudo de dados da toponímia urbana como anteriormente assinalado. Para tanto, adotou como fonte de dados os mapas oficiais da cidade fornecidos pela Prefeitura Municipal de Campo Grande e orientou-se pelo modelo teórico de Dick (1990a; 1990b; 1996; 1998; 1999; 2006). Os topônimos inventariados foram analisados dos pontos de vista taxionômico, morfológico, histórico e etnolinguístico.

A pesquisa da qual se origina este trabalho teve cunho quantitativo e qualitativo. A análise quantitativa considerou o tratamento estatístico dos dados, expressos em tabelas e gráficos acerca dos vários aspectos analisados (língua de origem, taxionomia, estrutura morfológica), enquanto a análise qualitativa contemplou a motivação semântica dos designativos e a relação entre as camadas toponímicas e a história social da cidade de Campo Grande.

Conforme Dick (1990a, p. 10), o sintagma toponímico é formado por dois elementos básicos: o primeiro, o *termo genérico* (*geográfico*), corresponde ao indicativo do elemento geográfico nomeado, enquanto o segundo constitui o *termo específico* ou *topônimo* propriamente dito, que distingue o elemento geográfico entre seus semelhantes. Por exemplo: *Córrego Segredo*, em que a forma *Córrego* é o termo genérico e *Segredo*, o específico.

Para a sistematização dos dados inventariados, foram utilizados quadros contendo elementos da ficha lexicográfico-toponímica de Dick (2004), com elementos acrescentados por Dargel (2003) e pela autora do trabalho. Para a elaboração da ficha lexicográfico-toponímica, destaca-se, especialmente, a metodologia definida por Dick (2004), adaptada ao formato de quadros, com as devidas adaptações, a saber: 1º) coluna com elemento geográfico nomeado disposto em ordem alfabética; 2º) coluna para o registro do topônimo catalogado em estudo; 3º) coluna destinada à etimologia dos topônimos de base indígena; 4ª) coluna para o registro da língua de origem do topônimo; 5º) coluna destinada ao registro da classificação taxionômica segundo Dick (1990a); 6ª) coluna para registro da estrutura formal do topônimo e 7ª) coluna destinada ao registro de informações enciclopédicas, quando disponíveis nas fontes consultadas, em especial no site da Câmara Municipal de Campo Grande⁴.

⁴ Site da Câmara Municipal de Campo Grande: <http://www.camara.ms.gov.br/?secao=legislacoes>.

Para subsidiar a análise linguística dos dados, foram consultados sistematicamente dois dicionários de Língua Portuguesa: *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*, de Antônio Houaiss (2001) e *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (1986), além de três dicionários de línguas indígenas: *Dicionário Guarani-Português*, de Luiz Caldas Tibiriçá (1985) e (1997) e *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem Tupi*, de Antônio Geraldo da Cunha (1998), além da obra *O Tupi na Geographia Nacional*, de Theodoro Sampaio (1928).

5. A TOPONÍMIA URBANA DA REGIÃO CENTRAL DE CAMPO GRANDE: PANORAMA GERAL

A análise dos dados considerou o sintagma toponímico, tendo inicialmente considerações acerca dos elementos geográficos urbanos presentes nos bairros da região do Centro de Campo Grande para, em seguida, discutir as taxionomias toponímicas mais produtivas no *corpus* analisados, a estrutura morfológica dos topônimos e, por fim, a motivação antroponímica na designação de bairros da região investigada.

5.1 Elementos geográficos do bairro Centro

O estudo identificou nos mapas consultados quatro tipos de logradouros: avenidas, ruas, travessas e praças. Em se tratando dos elementos genéricos urbanos, Silva (2008, p. 202) esclarece que a legislação urbanística no Brasil assim conceitua vias urbanas com espaços destinados à circulação de veículos ou pedestres: “são espécies de logradouros públicos e recebem denominações diversas entre nós: rua, avenida, alameda, praça, largo, travessa, beco, ladeira”. Ainda de acordo com o mesmo autor, uma praça é concebida como “um logradouro público constituído de área arredondada, quadrada etc. com arborização e ajardinamento central, cortada de vias e alamedas para circulação de

pedestres” (SILVA, 2008, p. 203). Ainda se referindo às praças, o autor esclarece:

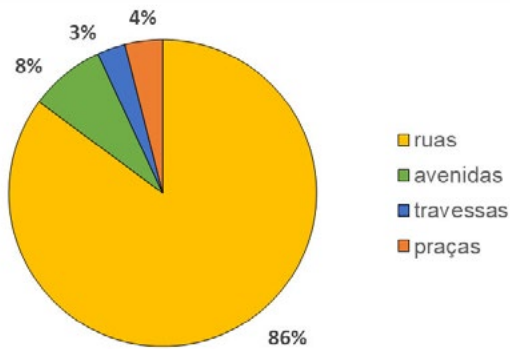
[...] A função da praça não é tanto a circulação, mas a permanência, o lazer e atividades cívico-religiosas. Por esta razão é que em sua área interna se admite edificação institucional, como igreja, fórum, câmaras legislativas, palácios governamentais e semelhantes. Tem a função de embelezamento da cidade, por seus aspectos ornamentais, tanto que sempre foi da tradição construírem-se, nas margens das praças edifícios mais representativos (SILVA, 2008, p. 204).

Para uma melhor interpretação dos dados registrados nos mapas da cidade de Campo Grande, fez-se necessário a busca de informações legais adotadas pela Câmara Municipal para definição das denominações urbanísticas da cidade. De acordo com a Lei 3.672, de 31 de dezembro de 2012, **Título I das disposições Gerais e Capítulo I dos objetivos e definições**, a cidade é assim delimitada:

- 1) **Área urbana** - parte de um município caracterizada pela edificação contínua e a existência de equipamentos sociais destinados às funções urbanas básicas, como habitação, trabalho, recreação e circulação, dotada de pelo menos duas infraestruturas construídas ou mantidas pelo Poder Público, quais sejam: canalização de águas pluviais, abastecimento de água, sistema de esgotamento sanitário, iluminação pública, escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de três quilômetros do local. (Capítulo LXXXV, p.2);
- 2) **Região urbana** - porções do território urbano referenciais para a descentralização das ações de planejamento e administração. (Capítulo LIII, p.2);
- 3) **Bairros** - áreas pertencentes às Regiões Urbanas organizadas para qualificar as condições de trabalho, circulação, recreação, moradia e as relações de cooperação em todos os tipos de atividades de vizinhança. (capítulo VIII, p.1);
- 4) **Parcelamentos**: qualquer divisão do solo, com ou sem abertura de vias de circulação, que resulte em novas unidades imobiliárias. (capítulo XLVIII, p.2) (grifo nosso).

Como já anteriormente pontuado, na área investigada, foram identificados quatro termos genéricos – avenidas, ruas, travessas e praças – que se distribuem pelos 13 bairros que integraram o universo da pesquisa: *Glória, São Francisco, Planalto, Carvalho, Amambaí, Cabreúva, Itanhangá, Bela Vista, Monte Líbano, Centro, Jardim dos Estados, Cruzeiro e São Bento*. Do total de 480 topônimos inventariados, 413 (86%) são nomes de *ruas*; 37 (8%) de *avenidas*; 20 (4%) *travessas* e 10 de *praças* (3%), o que, em termos percentuais, pode ser verificado no Gráfico 1:

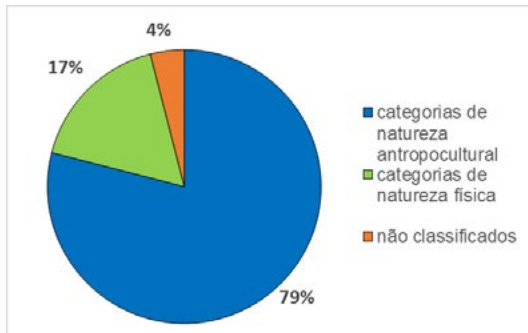
Gráfico 1: Elementos geográficos urbanos presentes nos bairros da região urbana do Centro de Campo Grande



Fonte: Oliveira (2014, p. 221). Editado por Luciene Gomes Freitas Marins.

5.2 Taxionomias toponímicas mais produtivas no *corpus* analisado

Os dados do Gráfico 2 demonstram que, no conjunto dos dados, as taxionomias de natureza antropocultural prevaleceram sobre as de natureza física, 79% e 17%, respectivamente. Nesse contexto, sobressaíram-se os antropotopônimos, corotopônimos e historiopotônimos na grande maioria dos bairros estudados.

Gráfico 2: Distribuição percentual dos topônimos por categorias taxionômicas

Fonte: Oliveira (2014, p. 214). Editado por Luciene Gomes Freitas Marins.

A Tabela 1 informa o número de ocorrências de cada categoria taxionômica no *corpus* da pesquisa:

Tabela 1: Distribuição quantitativa geral dos topônimos de acordo com as taxes toponímicas no *corpus*

TAXES DE NATUREZA FÍSICA	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS	TAXES DE NATUREZA ANTROPOCULTURAL	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS
Astrotopônimo	9	Animotopônimo	7
Cardinotopônimo	3	Antropotopônimo	194
Cromotopônimo	1	Axiotopônimo	50
Fitotopônimo	35	Corotopônimo	61
Geomorfotopônimo	4	Ergotopônimo	3
Hidrotopônimo	11	Etnotopônimo	4
Litotopônimo	11	Hagiotopônimo	13
Meteorotopônimo	1	Hierotopônimo	4
Zootopônimo	9	Historiotopônimo	41
Total	84	Sociotopônimo	8
		Somatotopônimo	1
		Mitotopônimo	1
		Acronimotopônimo ⁵	1
		Total	388
Total de topônimos não classificados			11
Total de taxes de natureza física			84
Total de taxes de natureza física			388
Total geral			483

Fonte: Oliveira (2014, p. 215)⁵

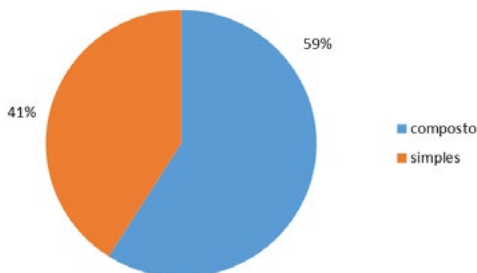
⁵ Taxe proposta pela equipe do Projeto ATEPAR – Atlas Toponímico do Estado do Paraná.

Como demonstram os resultados da Tabela 1, em ordem decrescente de produtividade das taxes, chegamos aos seguintes valores: antropotopônimos (191 ocorrências), corotopônimos (61 ocorrências), axiotopônimos (50 ocorrências), historiotopônimos (41 ocorrências), fitotopônimos (35 ocorrências), hagiotopônimos (13 ocorrências), hidrotopônimos (11 ocorrências), litotopônimos (11 ocorrências), não classificadas (11 ocorrências), astrotopônimo (nove ocorrências), zootopônimos (nove ocorrências), sociotopônimos (oito ocorrências), geomorfotopônimos (quatro ocorrências), etnotopônimos (quatro ocorrências), hierotopônimos (quatro ocorrências), ergotopônimos (três ocorrências), cardinotopônimos (três ocorrências), cromotopônimo (uma ocorrência), meteorotopônimo (uma ocorrência), somatotopônimos (uma ocorrência), acronimotopônimo (uma ocorrência) e mitotopônimo (uma ocorrência).

5.3 A estrutura morfológica

No que se refere à estrutura morfológica, de acordo com Dick (1990b, p. 14-15), os topônimos se classificam em simples e compostos. Dentre os topônimos urbanos estudados, 195 têm estrutura morfológica simples: Rua *Pacaembú*, Rua *Jacarandá*, Avenida *América*, e 285, composta: Rua *Santa Dorotéia*, Praça *Ary Coelho*, Rua *Cândido Mariano*. O Gráfico 3 traz a distribuição desses dados em termos percentuais.

Gráfico 3: Distribuição percentual dos topônimos conforme a estrutura morfológica



A predominância de topônimos de estrutura composta configura-se como uma particularidade da toponímia urbana e, no caso deste estudo, pode ser explicada pela grande incidência de antropotopônimos no *corpus* analisado. Os dados evidenciam que, quando se trata da toponímia urbana, neste caso, a de Campo Grande, o denominador, no ato da nomeação, tende a buscar motivações em aspectos antropoculturais em detrimento, no geral, dos aspectos físicos. Especificamente, nos antropotopônimos aqui examinados, predominaram nomes compostos formados pela junção de um nome e um sobrenome: Avenida *Fábio Zahran*, Rua *Sebastião Lima*, Rua *Pedro Celestino*.

5.4 A língua de origem

O Brasil, no início de sua povoação, era formado basicamente por três grupos étnicos: os portugueses, os indígenas e os africanos. De acordo com Dick (1990b, p. 81), os povos de outras procedências estrangeiras que aportaram em território brasileiro após o período colonial também marcaram presença na toponímia com graus distintos de incidências de acordo com a região. Essa miscigenação de várias etnias demonstra a estreita relação entre língua e cultura materializada no léxico da língua. De acordo com Dick (2001, p. 83):

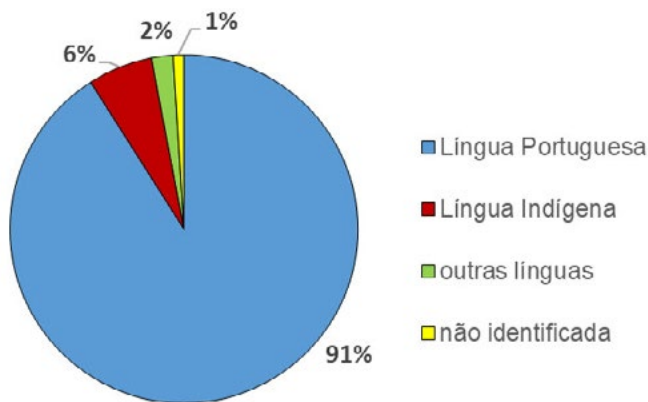
[...] Nomes próprios de pessoas são obscurecidos em seu conteúdo léxico-semântico pela opacidade do próprio signo que os conforma, distanciados, na maioria das ocorrências, do foco original. Integram o inventário mais fechado da linguagem, cuja origem remonta, no Brasil, aos primeiros nomes de famílias portuguesas para aqui imigradas.

A formação étnica da população da cidade de Campo Grande reflete a tendência geral de Mato Grosso do Sul em termos de diversidade cultural, à medida que traduz o contato entre muitos imigrantes, além da significativa população indígena, estimada em aproximadamente seis mil pessoas, segundo os dados do IBGE (2010).

Cabral (1999, p. 57), por exemplo, esclarece que a população indígena em Campo Grande configura-se como grupos desaldeados, majoritariamente terena, que se dedicam “ao comércio. Inicialmente, vendiam seus produtos, trazidos das aldeias, na feira central, às quartas-feiras e aos sábados. Depois foram construindo os quiosques, defronte do mercado municipal”. Apesar disso, a toponímia dos logradouros públicos da região urbana do Centro da capital sul-mato-grossense não reflete esse traço cultural, já que foi constatada a predominância de nomes de língua portuguesa entre os topônimos urbanos estudados. Isso se explica pela própria natureza da toponímia urbana, que tende a valorizar elementos de ordem sociocultural em detrimento de nomes descritivos, incluindo os de base indígena.

Sintetizando essas informações, o Gráfico 04 traz, em termos percentuais, a quantificação de topônimos, segundo os estratos linguísticos que estão na base dos designativos⁶.

Gráfico 4: Distribuição percentual dos topônimos de acordo com a língua de origem



Fonte: Oliveira (2014, p. 219)

⁶ O item “outras” se refere às línguas identificadas, porém pouco recorrentes no *corpus*: italiana, japonesa, árabe. Já “não identificadas” indica os casos em que a língua de origem não foi identificada nas fontes consultadas.

Na toponímia urbana examinada, destacamos 25 topônimos de origem tupi: Rua *Iguassu*, Rua *Aporé*, Rua *Anhanduí*, Rua *Maracaju*, Rua *Camapuã*, Rua *Araras*, Rua *Juriti*, Rua *Ingá*, Rua *Araguaia*, Rua das *Samambaias*, Travessa *Beberibe*, Avenida *Tamandaré*, Rua *Itacuru*, Rua *Piauí*, Rua *Igará*, Rua *Utinga*, Rua *Itaqui*, Rua *Gravataí*, Rua *Iraí*, Rua *Jupiá*, Rua *Guará*, Rua *Buriti*, Praça das *Araras*, Rua *Curupaiti* e Rua *Pacaembu*; um topônimo guarani: Rua *Apiá* e um topônimo terena: Rua *Terenos*.

Vale ressaltar que a característica marcante dos topônimos de origem indígena é a recuperação de nomes relacionados à flora, à fauna e à hidrografia, que, na toponímia, fazem-se presentes nas taxas dos fitotopônimos, dos zootopônimos e dos litotopônimos, em especial. Conforme Dick (2000, p. 304), “a importância do campo fitonímico para o índio, assim como o zoonímico, é indiscutível e foi mostrada desde os tempos dos primeiros viajantes e religiosos”.

6. A MOTIVAÇÃO ANTROPONÍMICA NA DESIGNAÇÃO DE BAIROS DA REGIÃO URBANA DO CENTRO

No Brasil, é comum a recorrência a nomes de pessoas anônimas para designar elementos geográficos, o que pode se concretizar pelo prenome, seguido ou não de alcunha, pelo hipocorístico ou pelo apelido de família, ou ainda pelo conjunto onomástico completo que identifica um indivíduo. Contudo, nomes geográficos com essas características não se espalham para outras localidades, pelo fato de não possuírem nem a força e nem o prestígio de nomes históricos ou de projeção nacional (DICK, 1990b, p. 295).

Não é demais lembrar que, primitivamente, eram atribuídos às pessoas nomes de significação conhecida, que eram escolhidos de forma consciente, logo, motivada. Com o passar dos tempos e com as modificações sofridas pela língua, tornou-se desconhecido o sentido de muitos deles ou, como atesta Dick (1990a, p. 181),

[...] os nomes foram se afastando do seu foco originário de irradiação, os significados foram se perdendo no decurso das épocas que deixaram de produzir no indivíduo o semanticismo ou a ideia conceitual que condicionou seu emprego, tornando, por vezes, excessivamente opaco, ou aparentemente inexplicável, o batismo ocorrido.

Como os dados apresentados demonstram, a categoria mais produtiva no *corpus* em exame foram os *antropotopônimos*, com grande frequência nas nomeações dos elementos físicos e humanos da região pesquisada: 194 registros (41%).

Os antropotopônimos são normalmente constituídos por prenomes (aqueles escolhidos); por sobrenomes (apelidos de família ou patronímicos), por um onomástico completo (prenome + sobrenome – apelido de família ou sobrenome) ou por hipocóricos (designativo carinhoso que outros aplicariam ao indivíduo) (DICK, 1990a, p. 290), categorias que foram subdivididas no *corpus* do trabalho por meio de quadros, contendo todos os antropotopônimos gerais organizados de acordo com seu tipo, a exemplo: i) antropotopônimos formados por prenomes: Rua *Angélica*, Rua *Lucélia*; antropotopônimos formados por sobrenomes: Avenida *Calógeras*, Rua *Calarge*; antropotopônimos formados por onomásticos completos: Avenida *Fernando Correa da Costa*, Avenida *Eduardo Elias Zahran* (OLIVEIRA, 2014).

Alguns dos antropotopônimos documentados neste estudo parecem se relacionar a pessoas que tiveram participação ativa na história da cidade, do estado e até mesmo do país. Tendência semelhante foi observada no estudo de Dias (2000) a respeito dos nomes das ruas de Maringá-PR:

[...] Se é comum homenagear autoridades e personalidades com passado de comando político, registre-se que existe a prática de batizar ruas com nomes de pioneiros, incluindo os que não fizeram carreira pública. Isso se verifica, dispersamente, em muitos bairros antigos, causando certo contraste com a temática principal. Há bairros novos, dos quais o Jardim São Silvestre é exemplo, em

que a regra é as ruas terem os nomes dos fundadores de Maringá. O caso dos pioneiros pode ser entendido como parte da história oficial do município, que alimenta a tradição de cultuar os chamados desbravadores (DIAS, 2000, p. 155).

A escassez de fontes resultou na não recuperação da história de todas as pessoas que foram homenageadas com a nomeação dos logradouros públicos dos 13 bairros do Centro de Campo Grande. Dentre os formados por sobrenomes, há o caso de *Barbosa*, nome de uma família de longa tradição em Campo Grande e muito influente no desenvolvimento do Estado, enquanto *Calógeras* remete a João Pandiá Calógeras, engenheiro, político e historiador que foi Ministro da Guerra no governo do Presidente Epitácio Pessoa (1865-1942) e por várias vezes eleito deputado federal pelo Estado de Minas Gerais. Entre os onomásticos completos, situa-se, dentre outros, o antropotopônimo *Fernando Correa da Costa*, uma homenagem a um médico e político mato-grossense, que foi governador de Mato Grosso, senador e o primeiro prefeito eleito da cidade de Campo Grande após o período ditatorial do governo do Presidente Getúlio Vargas.

Ainda em se tratando de personagens que se destacaram na história do Estado e da cidade de Campo Grande, situa-se *Eduardo Elias Zahran*, pioneiro de ascendência árabe que, desde 1947, tem se dedicado ao comércio campo-grandense de diferentes ramos. Na década de 1960, inclusive, implantou a primeira emissora de televisão do Estado, a TV Morena, em Campo Grande. Já o antropotopônimo *Pedro Celestino* que dá nome a uma rua da cidade foi vulto estadual, tendo sido presidente da Província de Mato Grosso no período de 1922 e 1926. No final de seu governo, teve início a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil em terras mato-grossenses (LEAL, 2006, p 29). *Ary Coelho* foi prefeito de Campo Grande assassinado em 1952, em Cuiabá.

Ainda entre as pessoas que alçaram relevância na história do estado e da capital, situam-se *Antônio Norberto de Almeida*, um farmacêutico natural de Campo Grande que foi intendente geral

do município de 1º de fevereiro de 2010 a 31 de dezembro de 1911 (RODRIGUES, 1980, p. 158) e *Amando de Oliveira*, um paulista que chegou a então vila de Campo Grande em 1899 e contribuiu para o desenvolvimento social e político da cidade. Era de sua propriedade a *Fazenda Bandeira*, hoje a zona Sul da cidade de Campo Grande (MARTINS, 2002, p. 76).

Já *Nicolau Fragelli* foi um político, jornalista e professor que trabalhou no Jornal *A Cidade*, de Corumbá, e dirigiu, por muitos anos, o Jornal *O Progressista*, de Campo Grande, do qual foi um dos fundadores. *Fragelli* foi um dos mais brilhantes jornalistas de Mato Grosso e pertenceu à Academia de Letras de Mato Grosso, onde ocupou a Cadeira nº 33. *Moreira Cabral*, por seu turno, era natural de São Paulo e integrou o movimento dos bandeirantes no século XVIII que penetrou a região central do Brasil para aprisionar índios e localizar ouro e metais na região onde se situa a cidade de Cuiabá.

Por fim, *Joaquim Távora* homenageia o militar e engenheiro civil que, em 1922, comandou o 17º Batalhão de Caçadores, sediado em Corumbá (MT); *Georges Sleiman Abdallah* foi o fundador do bairro Monte Líbano, cuja toponímia foi aqui estudada, e *Manoel Inácio de Souza* foi prefeito de Campo Grande entre os anos 1904 até 1909.

Já dentre os antropotopônimos que homenageiam vultos nacionais, destacam-se *Júlio de Castilho*, um jornalista e político brasileiro, presidente do Rio Grande do Sul por duas vezes e principal autor da Constituição Estadual de 1891; *Alexandre Farah*, político brasileiro que iniciou sua militância democrática em 1968, em plena ditadura militar, participando ativamente do Movimento Estudantil da época, exercendo também papel importante na política no Rio de Janeiro; *Clóvis Bevilacqua*, jurista, legislador, filósofo e historiador brasileiro; *Joaquim Gonçalves Ledo*, político brasileiro que teve grande importância na independência do Brasil; *João Pandiá Calógeras*, engenheiro que foi eleito deputado federal por várias vezes e, *Nabuco de Araújo*, o Barão de Itapuã, magistrado e político brasileiro.

Ainda entre as figuras nacionais homenageadas pela toponímia de Campo Grande, situam-se: *Francisco de Assis Chateaubriand* e *Bandeira de Melo*, jornalista, empresário, político brasileiro e incentivador de iniciativas em prol da cultura, como o Museu da Arte de São Paulo, tendo ocupado a cadeira 37 da Academia Brasileira de Letras (MARTINS, 2006, p. 75). *Oswaldo Cruz*, médico, higienista e cientista brasileiro; *Allan Kardec*, o Fundador do Espiritismo e *Chico Xavier*, médium, filantropo e um dos mais importantes divulgadores do Espiritismo no Brasil.

Foram incluídos também, nessa taxionomia, topônimos formados por nomes de poetas e/ou escritores brasileiros, muitos deles também atuantes no ramo da política, a saber: *Aluísio de Azevedo*, *Júlio Dantas*, *Casimiro de Abreu*, *Fagundes Varela*, *José do Patrocínio*, *Gonçalves Dias*, *Raimundo Correia*, *Guerra Junqueiro*, *José Bonifácio*, *Couto Magalhães* e *Castro Alves*. Dados semelhantes foram verificados em estudo sobre o nome das ruas de Maringá (PR), que identificou nomes de ruas que homenageiam, majoritariamente, expoentes da literatura nacional: Machado de Assis, Raimundo Correia, Alberto de Oliveira, Fagundes Varela (DIAS, 2000, p. 111).

Há ainda antropotopônimos que se reportam a pessoas importantes no âmbito de determinadas áreas de conhecimento e que se destacaram por algum feito, como *Saldanha da Gama*, almirante e criador da Escola Naval Felipe Saldanha da Gama; *Bartolomeu de Gusmão*, o precursor da aeronáutica brasileira, que provou a possibilidade de criar “engenhos” com capacidade para voar; *Santo Dumont*, pioneiro da aviação e *Augusto Severo de Albuquerque Maranhão*, que teve importante papel nos primórdios da engenharia aeronáutica no Brasil.

Uma última observação sobre a categoria dos antropotopônimos diz respeito ao sexo dos homenageados. Dos 152 antropotopônimos estudados, 134 são nomes masculinos e 18 femininos, evidenciando a forte presença do sexo masculino na denominação dos logradouros públicos, tendência que se justifica pelo fato de a maioria dos ocupantes de lugares de destaque na sociedade serem homens (políticos, proprietários de terras, membros importantes

da Igreja, dentre outros). Esses dados podem ser comparados ao estudo de Filgueiras (2011) acerca da presença de nomes italianos na denominação de ruas de Belo Horizonte, em que, dos 183 topônimos analisados, o sexo masculino predomina com 153 ocorrências, correspondendo a 84% dos dados.

Enfim, os dados revelaram que a toponímia urbana de Campo Grande aponta para a tendência de nomeação de logradouros públicos com nomes de pessoas, sejam elas conhecidas e figuras importantes na sociedade ou não. Acresce-se ainda o fato de a toponímia urbana normalmente refletir uma prática imposta, às vezes uma simples referência ao proprietário da terra (loteador), fator que gera dificuldade em termos de recuperação da causa denominativa de grande parte dos antropotopônimos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O recorte toponímico investigado por Oliveira (2014) abrangeu os nomes de ruas, avenidas, travessas e praças da região Central de Campo Grande que abriga 13 bairros: *Glória, São Francisco, Planalto, Carvalho, Amambaí, Cabreúva, Itanhangá, Bela Vista, Monte Líbano, Centro, Jardim dos Estados, Cruzeiro e São Bento*. A pesquisa deu continuidade aos estudos já realizados sobre a toponímia do estado de Mato Grosso do Sul, mais especificamente as relacionadas ao projeto do Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso do Sul – ATEMS. A dissertação de Oliveira (2014) configurou-se como o primeiro estudo sobre a toponímia urbana da cidade de Campo Grande, considerando também o viés histórico, além de representar mais uma contribuição para os estudos toponímicos sul-mato-grossenses.

A análise dos dados demonstrou que a toponímia urbana da capital sul-mato-grossense recupera aspectos importantes relacionados à história social da cidade, uma vez que o recorte toponomástico analisado perpetua informações acerca de características de ordem física e sociocultural tanto regional quanto local, ratificando, assim, o valor do topônimo como um elemento

linguístico-cultural, à medida que o ato de nomeação de um lugar é influenciado por particularidades linguísticas, sócio-histórico-culturais e geográficas da localidade que, por sua vez, são preservadas nos designativos de lugar.

Percebeu-se também que elementos de ordem histórica tiveram presença significativa na nomeação dos acidentes urbanos estudados. Como toda pesquisa toponímica, o estudo evidenciou estratos linguísticos oriundos das línguas das diferentes etnias que estão na base da formação da população brasileira. Embora a grande maioria dos topônimos inventariados seja de base portuguesa, houve registro de topônimos de base tupi, principalmente nos fitotopônimos e nos zootopônimos, ratificando a tendência de valorização de nomes descritivos de base indígena, ligados ao ambiente físico na nomeação de elementos geográficos.

Já em se tratando da estrutura morfológica dos topônimos, predominaram os nomes compostos, fato explicável pela grande incidência de antropotopônimos formados por onomásticos completos, ou seja, da junção de um nome com um sobrenome.

A pesquisa demonstrou, enfim, a influência da história social no léxico da língua que também se perpetua na toponímia, o que ratifica a importância das pesquisas toponímicas para o registro e para a recuperação de aspectos linguísticos, culturais e históricos de uma localidade, em particular, de uma cidade, como ficou demonstrado no estudo do recorte toponímico discutido neste trabalho.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Alessandra Martins. *A rede ferroviária e a urbanização da freguesia do Brás: estudo onomástico contrastivo*. 2007. 256 f. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). São Paulo, 2007.

ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. *Parcelamento do solo urbano em Campo Grande: visão crítica e roteiro legal*. Campo Grande: FAU/UNIDERP, 1997, p.34-35.

_____. *Raízes do planejamento urbano em Campo Grande e a criação do PLANURB*. Campo Grande, MS: A. M. V. Arruda, 2012.

CABRAL, Paulo Eduardo. Formação étnica e demográfica. In: CUNHA, Francisco (Org.). *Campo Grande: 100 anos de construção*. Campo Grande: Matriz Editora, 1999, p. 27-62.

CASADO VELARDE, Manuel. *Lenguaje y cultura: la etnolingüística*. Madrid: Síntesis, 1988.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi*. Brasília: Melhoramentos/UNB, 1998.

DARGEL, Ana Paula Tribesse Patrício. *Entre Burity e Veredas: o desvendar da toponímia Bolsão Sul-mato-grossense*. 2003. 264 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2003.

DIAS, Reginaldo Benedito. A história além das placas: os nomes de ruas de Maringá (PR) e a memória histórica. *História & Ensino*, Londrina, v. 6, p. 103-120, 2000.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo 1554-1897*. São Paulo: Ana lume, 1996.

_____. A investigação linguística na onomástica brasileira. In: GÄRTNER, Eberhard; HUNDT, Christine; SCHÖNBERGER, Axel (Eds). *Estudos de gramática portuguesa (III)*. Frankfurt am Main: TFM. Biblioteca luso-brasileira, vol. 14, 2000, p. 223-224.

_____. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Edições Arquivo do Estado de São Paulo, 1990a.

_____. Aspectos de etnolingüística: a toponímia carioca e paulistana – contrastes e confrontos. *Revista USP*, São Paulo, n. 56, p. 180-191, dezembro/fevereiro 2002-2003.

_____. Etnia e Etnicidade: Um outro modo de nomear. Projetos ATESP/ATB. ISQUERDO, Aparecida Negri; FINATTO, Maria José Bocorny (Orgs). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Volume IV. Campo Grande: Ed UFMS; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010, p. 177-192.

_____. Fundamentos teóricos da toponímia: estudo de caso: o projeto ATEMIG – Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais (variante regional do Atlas Toponímico do Brasil). In: SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de (org). *O léxico em estudo*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMS, 2006, p. 95-96.

_____. *Métodos e questões terminológicas na Onomástica: estudo de caso*. Investigações: Linguística e Teoria Literária, São Paulo, v.9, p. 119-148, 1999.

_____. Os nomes como marcadores ideológicos. In: *Acta Semiótica et Linguística*. São Paulo: Editora Plêiade, 1998.

_____. O sistema onomástico: bases lexicais e terminológicas, produção e frequência. In: OLIVEIRA, Ana M. P. P.; ISQUERDO, Aparecida Negri (Orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. 2 ed. Campo Grande: UFMS, 2001, p. 82-85.

_____. Rede de Conhecimento e Campo Lexical: Hidrônimos e Hidrotopônimos na Onomástica Brasileira. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; KRIEGER, Maria da Graça (Orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Vol. II. Campo Grande: Ed. UFMS, 2004, p. 130-132.

_____. *Toponímia e Antroponímia no Brasil: Coletânea de estudos*. 2 ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1990b.

FEDATTO, Carolina Padilha. *Um saber nas ruas: o discurso histórico sobre a cidade brasileira*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Edição revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

FILGUEIRAS, Zuleide Ferreira. *A presença italiana em nomes de ruas de Belo Horizonte: passado e presente*. 2011. 348 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Faculdade de Letras – UFMG, Minas Gerais, 2011.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Versão 1.0. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em censo2010.ibge.gov.br/ Acesso em 03/09/2014.

LEAL, Claire Fátima Moreira. Rua Rui Barbosa. In: CASTILHO, Maria Augusta de. *Identidade nominativa das ruas de Campo Grande – MS*. Campo Grande: UCDB, 2006, p. 24-26.

MACHADO, Paulo Coelho. *A Rua Velha: Pelas Ruas de Campo Grande*. Campo Grande: Prefeitura Municipal de Campo Grande, 1990.

MARTINS, Gleiciene Francisca Martins. Rua Severino de Queirós. In: CASTILHO, Maria Augusta de. *Identidade nominativa das ruas de Campo Grande – MS*. Campo Grande: UCDB, 2006, p. 70-75.

MARTINS, Gilson Rodolfo. *Breve painel etno-histórico de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande-MS: Editora da UFMS, 2002.

MORI, Olga. Aspectos teóricos relevantes de las designaciones urbanas. In: ILIESCU, Maria, SILLER-RUNGGALDIER, Heidi, DANLER, Paul. *Actes Du XXV Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes*. Innsbruck 2007, p. 316.

OLIVEIRA, Leticia Alves Correa. *Toponímia urbana da região central de Campo Grande/MS: um olhar socioetnolinguístico*. 2014. 262 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) – Centro de Ciências Sociais e Humanas – UFMS. Campo Grande, MS, 2014.

OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de. *Nas ruas da cidade*. Campo Grande: Ed. UFMS, 1999.

_____. *Campo Grande e a Rua 14 de Julho: tempo, espaço e sociedade*. 2003. 181 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2003.

_____. *A rua e a cidade*. Campo Grande e a 14 de Julho. Campo Grande/MS: Ed. UFMS, 2005.

RODRIGUES, Joaquim Barbosa. *História de Campo Grande*. São Paulo: Editora Resenha Tributária, 1980.

SALGADO, Edgar Monteiro. *Mato Grosso do Sul e a Mesopotâmia do Prosa e Segredo*. Campo Grande, 2001.

SAMPAIO, Theodoro. *O Tupi na Geographia Nacional*. Salvador: Secção Graphica da Escola de Aprendizes Artificies, 1928.

SILVA, José Afonso da. *Direito Urbanístico Brasileiro*. 5. ed.. rev. São Paulo: Malheiros, 2008.

TIBIRIÇÁ, Luiz Caldas. *Dicionário Guarani Português*. São Paulo: Editora Traço, 1985.

_____. *Dicionário de Topônimos de Origem Tupi*. São Paulo: Traço, 1997.

WEINGARTNER, Alisolet Antônia dos Santos. *Movimento divisionista em Mato Grosso do Sul (1889-1930)*. Porto Alegre: Editora EST, 1995.

ZARDO, Edgar. *De Prosa e Segredo*. Campo Grande segue seu curso. Campo Grande: Editora SERGRAF, 1999.

ZOPPI FONTANA, M.G.. É o nome que faz fronteira. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs). *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre - RS: Sagra-Luzzatto, 1999, p. 278-292.



OS AUTORES

Ana Cláudia Castiglioni



Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP (2014). Professora da Universidade Federal do Tocantins (UFT)/Araguaína, no curso de graduação em Letras, no Mestrado Profissional em Rede (Profletras) e no Programa de Pós-graduação em Ensino de Língua e Literatura. Pesquisadora na área de Linguística, atuando principalmente nos seguintes temas: Toponímia, Lexicografia e

Terminologia. Pesquisadora do Projeto ATEMS – Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso do Sul.

E-mail: anacastiglioni@hotmail.com.

Ana Paula Tribesse Patrício Dargel



Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) (2011). Professora na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)/Cassilândia, no curso de graduação em Letras, no Programa de Mestrado em Letras e no Mestrado Profissional em Rede (Profletras). Pesquisadora na área de Linguística e atua, principalmente, nos seguintes temas: Lexicologia, Lexicografia, Lexicografia Pedagógica e

Toponímia. Pesquisadora do Projeto ATEMS – Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso do Sul.

E-mail: tribesse@yahoo.com.br.

Carla Regina de Souza Figueiredo



Doutora em Letras, Estudos da Linguagem/Linguística Aplicada, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (2014). Professora na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)/Dourados. Pesquisadora na área de Linguística e atua, principalmente, nos seguintes temas: Lexicologia, Lexicografia, Toponímia, Sociolinguística e Dialetoлогия. Pesquisadora do Projeto ATEMS – Atlas Toponímico do Estado de

Mato Grosso do Sul.

E-mail: carlarsfigueiredo@gmail.com

Leticia Alves Correa de Oliveira



Mestre em Estudos de Linguagens pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) (2014). Professora na escola SESC HORTO/Campo Grande/MS e na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)/Campo Grande. Pesquisadora na área de Linguística, atuando, principalmente, nos seguintes temas: Toponímia e Lexicologia. Pesquisadora do Projeto ATEMS – Atlas Toponímico do Estado

de Mato Grosso do Sul.

E-mail: leticia.aco@hotmail.com

Marilze Tavares



Doutora em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina – UEL (2015). Professora na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), no curso de Letras. Pesquisadora na área de Linguística e atua, principalmente, nos seguintes temas: Toponímia, Sociolinguística. Pesquisadora do Projeto ATEMS – Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso do Sul.

E-mail: marilzetavares@ufgd.edu.br

Marineide Cassuci Tavares



Mestre em Letras pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) (2005). Atuou como pesquisadora no Projeto ATEMS – Atlas Toponímico de Mato Grosso do Sul de 2005 a 2012.

E-mail: adm@artecamisetas.com.br

Marlene Schneider



Mestre em Letras pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Três Lagoas (2002). Professora da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul e da Prefeitura Municipal/SEMED em Corumbá-MS. Atuou como pesquisadora no Projeto ATEMS – Atlas Toponímico de Mato Grosso do Sul de 2005 a 2012.

E-mail: marlenschneidergui@yahoo.com.br

Renato Rodrigues Pereira



Doutor em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) (2018). Professor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)/Três Lagoas, no Curso de graduação em Letras, no Programa de Pós-Graduação em Letras e no Mestrado Profissional em Letras (Profletras). Pesquisador na área de Linguística, atuando, principalmente, nos seguintes temas:

Lexicologia, Toponímia e Lexicografia Pedagógica. Pesquisador do Projeto ATEMS – Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso do Sul.

E-mail: astrolabiorrp30@gmail.com

Suely Aparecida Cazarotto



Mestre em Estudos de Linguagens pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) (2010). Doutoranda em Letras pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Professora de Ensino Médio na Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul. Pesquisadora na área de Linguística, atuando, principalmente, nos seguintes temas: Lexicologia, Toponímia e Lexicografia.

Pesquisadora do Projeto ATEMS – Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso do Sul.

E-mail: suely.cazarotto@hotmail.com

Aparecida Negri Isquerdo (Organizadora)



Professora permanente nos Programas de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens (Campo Grande), e em Letras (Três Lagoas), da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Coordenadora do Projeto ATEMS – Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso do Sul / UFMS. Membro do Comitê Nacional do Projeto Atlas Linguístico do Brasil como Diretora Científica e Coordenadora do ALiB-Regional Mato Grosso do Sul. Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq.

E-mail: aparecida.isquerdo@gmail.com

Este livro foi editorado com as fontes Palatino Linotype e Myriad Pro.
Publicado *on-line* em: <https://repositorio.ufms.br:8443/jspui/>

A toponímia de um espaço geográfico evidencia o *modus vivendi* do grupo humano de uma região, pois o denominador, ao atribuir um nome a um córrego, uma cachoeira, uma montanha, por exemplo, pensando-se em elementos de natureza física, ou a uma fazenda, uma chácara, uma cidade, um povoado, um bairro, uma rua, no caso de elementos humanos, transfere para o nome do lugar, o topônimo, as suas impressões pessoais, seus valores, suas crenças, suas expectativas, enfim, a cosmovisão que lhe é própria.

Este livro, o primeiro volume da coleção TOPONÍMIA, reúne trabalhos sobre os nomes de acidentes físicos (rios, lagoas, corixos, baías, cachoeiras, saltos...) e de povoados, vilas e cidades do Estado de Mato Grosso do Sul. Os textos focalizam a toponímia segundo diferentes abordagens que contemplam, desde a descrição dos nomes de lugares registrados nos mapas do IBGE, até propostas de cartografia e de dicionarização dos topônimos.

A obra destina-se a pesquisadores da área dos estudos lexicais, particularmente os voltados para a Onomástica e a Toponímia, além de estudiosos das áreas de Geografia, História, Antropologia, dentre outras áreas afins à Toponímia; de estudantes de graduação e de pós-graduação e de docentes e estudantes da Educação Básica e do Ensino Médio, pois além de resultados de estudos sobre a toponímia sul-mato-grossense, contém informações culturais, históricas, linguísticas, sociais, geográficas sobre o Estado de Mato Grosso do Sul.

ISBN 978-85-7613-585-2



9 788576 135852